



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

ANO XXI — N.º 165

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 1966

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ORDEM DO DIA MARCADA PELO SR PRESIDENTE PARA
A SESSÃO EXTRAORDINÁRIA MATUTINA DE QUINTA-
FEIRA, DIA 15 DE DEZEMBRO DE 1966

EM URGÊNCIA

Discussão

Projetos ns. 3.359-B, de 1966 e
3.957-66.

EM PRIORIDADE

Discussão

Projetos ns. 3.962-66, 3.964-66,
3.965-66, 3.966-66, 3.967-66 e 3.968-66.

SUMÁRIO

1 — 2ª SESSÃO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA, EM 14 DE DEZEMBRO DE
1966.

- I — Abertura,
- II — Leitura e assinatura da ata da sessão anterior;
- III — Leitura do Expediente.
- IV — Ordem do Dia

BENJAMIN FARAH — "O Brasil e suas Riquezas", obra do Professor
Waldmire Pötsch, doada à biblioteca da Câmara.

ANTÔNIO BRESOLIN — Dificuldades do comércio e indústria do Rio
Grande do Sul.

EWALDO PINTO — Projeto de Constituição. Emendas sobre ensino e
pesquisa científica e tecnológica.

CUNHA BUENO — Unificação das Estradas de Ferro controladas pelo
Governo paulista. Intercâmbio com Portugal e exportação de produtos ma-
nufatureiros.

JOSÉ MANDELLI — Assistência aos triticultores do Rio Grande do
Sul.

MÁRIO TAMBORINDEGUAY — Nova Constituição.

EUCLIDES TRICHES — Novo aeroporto de Brasília.

ARGILANO DARIO — Emenda à Nova Carta Constitucional: auto-
nomia às Capitais dos Estados; remuneração aos vereadores.

FLORIANO RUBIM — Texto constitucional: eleição indireta.

EURICO DE OLIVEIRA — Comissão de Energia Nuclear; programa
atômico nacional.

RENATO CELIDÔNIO — Nova Constituição.

ELIAS CARMO — Diplomação dos novos deputados pelos Territórios.

TEÓFILO PIRES — Corrupção econômica e administrativa do pleito
de 15 de novembro.

CAMPOS VERGAL — Protesto contra bombardeio na cidade de Hanói.

CLÓVIS PESTANA — Rodovias do Rio Grande do Sul.

FRANCELINO PEREIRA — Cassação de mandato do Prefeito Agenor
Tavares pela Câmara Municipal de Padre Paraíso, M. Gerais.

CARLOS WERNECK — Necessidade de reparos na Estrada Rio-Pe-
trópolis.

ANIZ BADRA — Recondição do Monsenhor Arruda Câmara à presi-
dência do IPC; Emend. à Constituição sobre Tribunal Regional Eleitoral.

ARRUDA CAMARA — Recondição do orador à Presidência do IPC.

WILSON MARTINS — Resultados do último pleito.

ARRUDA CAMARA — Discussão única do Projeto nº 3.798-B-66.

OSWALDO ZANELLO e GABRIEL HERMES — Discussão única do
Projeto nº 3.859-B-66.

JOSÉ BARBOSA e GERALDO FREIRE — Discussão única do Projeto
nº 3.906-B-66.

JOSÉ BARBOSA, OSWALDO ZANELLO e ELIAS CARMO — Dis-
cussão única do Projeto de Decreto Legislativo nº 296-66.

ARRUDA CAMARA — Discussão única do Projeto de Decreto Legis-
lativo nº 297-66.

DNAR MENDES — Discussão única do Projeto nº 3.957-66.

ARRUDA CAMARA e OSWALDO ZANELLO — Discussão única do
Projeto nº 3.959-66.

ARRUDA CAMARA e OSWALDO ZANELLO — Discussão única do
Projeto nº 3.960-66.

DNAR MENDES, OSWALDO ZANELLO, GETULIO MOURA, ARRUDA
CAMARA, JOÃO HERCULINO e MÁRIO MAIA — Discussão única do
Projeto nº 3.961-66.

V — Designação da Ordem do Dia

VI — Encerramento.

2 — MESA (Resolução dos membros);

3 — LÍDERES e VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relações dos membros);

4 — COMISSÕES (Relações dos membros das Comissões Permanentes, Es-
peciais, Mistas e de Inquérito);

5 — ATAS DAS COMISSÕES;

6 — ATA DA MESA — Reunião de 1-12-66;

7 — SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

8 — Ato da Mesa — Republicação;

9 — IPC — Edital de Convocação.

2ª SESSÃO EM 14 DE DEZEMBRO DE 1966

Convocação Extraordinária

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: ARY AL
CANTARA, 4º SECRETÁRIO, ANIZ
BADRA, 3º SECRETÁRIO; BATIS-
TA RAMOS, PRESIDENTE.

As 9 horas, comparecem os se-
nhores:

Ary Alcântara
Adrião Bernardes
Minoru Miyamoto

Pará

Gabriel Hermes — ARENA

Maranhão

Joel Barbosa — ARENA
Mattos Carvalho — MDB

Piauí

Moura Santos — MDB
Souza Santos — ARENA

Ceará

Martins Rodrigues — MDB

Pernambuco

Aurino Valois — ARENA
Clodomir Leite — MDB
Geraldo Guedes — ARENA
Heráclio Régio — ARENA
Luiz Pereira — ARENA

Alagoas

Segismundo Andrade — ARENA

Bahia

Vasco Filho — ARENA
Wilson Falcão — ARENA

Espírito Santo

Raymundo de Andrade — ARENA

Rio de Janeiro

Mário Tamborindeguy — ARENA

Guanabara

Benjamin Farah — MDB

Waldir Simões — MDB

Minas Gerais

Abel Rafael — ARENA
Francelino Pereira — ARENA
Manoel de Almeida — ARENA
Manoel Taveira — ARENA
Nogueira de Rezende — ARENA
Orlando Botelho — ARENA
Oscar Corrêa

São Paulo

Broca Filho — ARENA
Carvalho Sobrinho — ARENA
Cunha Bueno — ARENA
Ewaldo Pinto — MDB
Millo Cammarosano — ARENA
Nicolau Tuma — ARENA
Pedroso Junior — MDB
Teófilo Andrade — MDB

Paraná

Antônio Annibelli — MDB
Miguel Buffara — MDB

Santa Catarina

Pedro Zimmermann — ARENA

Rio Grande do Sul

Antonio Bresolin — MDB
Brito Velho — ARENA
Cid Furtado — ARENA
José Mandelli — MDB
Zaire Nunes — MDB (48)

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Gr\$ 50,00	Semestre	Gr\$ 80,00
Ano	Gr\$ 100,00	Ano	Gr\$ 160,00
Exterior		Exterior	
Ano	Gr\$ 100,00	Ano	Gr\$ 100,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão ser tomadas, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro de Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Gr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-á mais Gr\$ 0,50.

São preciosos mais e mais exemplares de "O BRASIL E SUAS RIQUEZAS". "Que as suas edições continuem a multiplicar-se para conhecimento e ilustração de todos os brasileiros", como afirmou o saudoso Trabalhista, Senador Alberto Pasqualini.

O Brasil e suas riquezas é um subsídio valioso e uma mensagem permanentemente de um homem que acredita no Brasil. Sim, porque nele o Professor Waldemiro Pötsch pôs o melhor de sua inteligência, cultura e vocação patriótica.

Sr. Presidente, este Parlamento reflete perfeitamente toda a Nação brasileira. Aqui estão os representantes do povo. Por isso mesmo, Sr. Presidente, Waldemiro Pötsch aqui não deve ser esquecido. Nós, por igual, temos a certeza de que o Brasil é nosso; desejamos que a nossa pátria realize o seu grande destino de nação cristã, livre, progressista, democrática, onde todos, sem falar nenhum, sejam felizes e gozem de liberdade, justiça e paz.

Com este pensamento, saúdo efusivamente o Professor Waldemiro Pötsch, mestre de tantas gerações autor de obras notáveis, sendo a meu ver, a sua obra prima, O Brasil e suas Riquezas. Consigno aqui os meus louvores ao Professor Waldemiro Pötsch; e, mais do que isso, o respeito e a gratidão daqueles em cujo nome tenho a suprema honra de falar.

E a seguinte a relação das obras do Ilustre Professor.

O Brasil e suas Riquezas;
Zoologia;
Botânica;
História Natural;
Textos para corrigir;
Ciências físicas e naturais;
História natural;
Da respiração na série animal;
Combate ao otimismo;

Contribuição para o estudo da pituitária;
Oração à mocidade;

LIVROS EM COLABORAÇÃO

Iniciação à Ciência;
Ciências físicas e biológicas;
Biologia geral;
Mineralogia e geologia;
Ciências físicas e naturais;
Defesa do Livro de Zoologia do Autor.

Os pareceres da seção de ciências físicas e naturais da Comissão Nacional do Livro Didático (1º, 2º e 3º volumes).

O perito e a perícia no processo Mello-Leitão.

Novos erros, novas cópias, novos plágios do Professor Cândido de Mello Leitão.

Mitnas novas descobertas.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal (Apelação Civil nº 2.399).

A má fé e a deslealdade do Professor Olímpio da Fonseca Filho nas funções de perito do julz no processo Pötsch-Mello Leitão.

Traduções de "O Brasil e suas Riquezas".

Brasil, Land and People

Il Brasile e le sue Richezze.

Era o que desejava dizer. (Muito bem.)

O SR. ANTONIO BRESOLIN:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Deputados, já tive oportunidade, mais de uma vez, de alertar o Sr. Presidente da República sobre as graves dificuldades que vêm enfrentando a indústria e o comércio do Rio Grande do Sul, dada a restrição de crédito

e as limitações de toda ordem que se verificam em nosso Estado.

Ainda agora, visitando o interior do Rio Grande, fui procurado por inúmeros industriais, alguns dos quais me consultaram se deviam ou não fechar as portas de suas fabricas, e por comerciantes e outros elementos. No Estado, efetivamente, não há dinheiro.

Estamos caminhando para uma espécie daquele comércio egípcio, de troca de mercadorias. O industrial já não sabe para quem vender seu produto e onde buscar o dinheiro até para pagar a seus operários no fim do mês. Esta a dolorosa, a grave situação que vive o comércio e a indústria do Rio Grande do Sul.

Não compreendemos a política do Governo, à base da restrição de crédito, de maneira tão violenta, como ocorre presentemente. Naturalmente, não discordamos da sua atuação sanadora relativamente às arapucas que estavam armadas com o objetivo único de explorar o povo e multiplicar sua riqueza pessoal. Mas o comércio tradicional, a indústria tradicional, que servem de base à economia do País, devem ser amparados.

Muitos acreditam que, quando defendemos a indústria, estamos defendendo os tubarões. Muito ao contrário. Cada estabelecimento industrial que se fecha representa dezenas, centenas ou milhares de trabalhadores que ficam sem ter onde ganhar o pão de cada dia. No Rio Grande do Sul, onde até ontem praticamente o desemprego era insignificante, hoje verdadeiras massas de trabalhadores não têm onde exercer as suas atividades.

Em Ijuí, município essencialmente industrial, com mais de 45 mil habitantes e mais de 700 estabelecimentos industriais, também já sobe a minúscula o número de trabalhadores que não têm onde trabalhar, por falta de emprego.

Este o apelo que desejava transmitir ao Sr. Presidente da República: que sua Exa. interfira diretamente junto ao Ministro do Planejamento, e também ao da Fazenda, para que nosso Estado não tenha agravada sua situação a cada dia.

O que se passa no Rio Grande do Sul é de certa forma o mesmo que ocorre em todo País. Não podemos compreender que, enquanto o Senhor Presidente da República fala em recuperação econômica, permita se execute política desta ordem, que obriga a maioria dos estabelecimentos industriais a cerrarrem suas portas, em prejuízo de milhares de trabalhadores.

Este o apelo que deixo registrado no dia de hoje, na esperança de que o Sr. Presidente da República oriente de forma diferente a sua política nesse particular e propicie às indústrias do meu Estado, pelo menos neste fim de ano, encerrarem suas atividades de maneira mais tranquila, para prosseguir na sua obra em benefício, não apenas das indústrias, mas de milhares de trabalhadores e da economia do Brasil. (Muito bem.)

O SR. EWALDO PINTO:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Deputados, o nobre colega Osmar Corrêa prestou, na sessão de ontem, excelente serviço à Casa e a opinião pública, quando procedeu a um exame pormenorizado e autorizado no texto da nova Constituição, com base no seu conhecimento, na sua isenção de eminente estudioso, de autoridade em matéria de direito e de parlamentar absolutamente imparcial para a apreciação da matéria.

Detenho-me, nessa intervenção, apenas no capítulo referente à família, à educação e à cultura, procedendo

I — O SR. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 42 Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Mob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Senhor Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II — O SR. ANTONIO BRESOLIN, servindo como 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE — Passa-se à leitura do expediente.

O SR. BENJAMIN FARAH, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III — EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente.

ORDEN DO DIA

O SR. PRESIDENTE:

Não tendo chegado, ainda, os autos referentes à matéria constante da Ordem do Dia, dou a palavra ao Senhor Benjamin Farah, para uma comunicação.

O SR. BENJAMIN FARAH:

(Comunicação — Lê)

Sr. Presidente:

Senhores Deputados: Tenho a satisfação de comunicar à Casa que o Professor Waldemiro Pötsch, do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, me entregou um livro, denominado "O BRASIL E SUAS RIQUEZAS", para ser encaminhado à Biblioteca da Câmara dos Deputados.

O cancelado mestre é autor de inúmeras obras, cuja relação faço constar do meu discurso, pois dessa maneira, os que compulsarem os Anais do Parlamento, agora ou no futuro, saberão que Waldemiro Pötsch, há mais de meio século, tem dedicado sua vida inteira ao serviço da mocidade, do povo, e conseqüentemente, do Brasil.

Dentre as suas obras avulta "O BRASIL E SUAS RIQUEZAS" que, descrevendo com objetividade a nação em todos os quadrantes, nos dá a medida exata do que temos, do que somos, do que poderemos ser no futuro, próximo ou remoto.

Estou por dizer que essa obra é a melhor fotografia do Brasil. Ela, também, descobre o Brasil para os brasileiros e "aviva o amor, o orgulho da nossa Pátria", na feliz expressão do nobre autor.

E tal foi a sua imensa repercussão aqui e em outros países, que se manifestaram a respeito eminentes figuras nos diversos setores da vida humana, como educadores, políticos, ministros, militares, diplomatas, administradores, jornalistas, homens de letras, artistas e religiosos, brasileiros e estrangeiros. Não faltaram os pronunciamentos de estadistas, como os ex-presidentes Artur Bernardes, José Linhares e o Marechal Dutra. Trata-se, na verdade, de uma obra notável e que pelo seu "constante cunho de exaltação patriótica, constitui-se em preciosa fonte de divulgação das nossas realizações e possibilidades", como bem disse um dos nossos grandes soldados: o Marechal Décio Esco-bar.

O livro em causa já atinge 400.000 exemplares. Por acaso basta, para uma nação subdesenvolvida, onde a incidência de analfabetos é o motivo maior do nosso atraso? Onde teríamos moléstias: a malária, a verminose, a tripanossomíase, a lepra, a tuberculose, e tantas outras, incidem em dezenas de milhões de brasileiros, sobrecarregando a população.

ao confronto entre o texto da Constituição de 46 e o texto adotado pelo Ministro da Justiça.

Diz o Artigo 169 da Constituição de 1946:

"Anualmente, a União aplicará nunca menos de 10%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino".

Dentro do projeto enviado pelo Governo ao Congresso, no Título IV, Da Família, da Educação e da Cultura os Arts. 166 a 169 são os únicos que tratam do assunto, e não se encontra a menor referência a essa necessidade de vinculação de parcela da arrecadação para a aplicação no desenvolvimento do ensino, no desenvolvimento da cultura.

Trata-se, Sr. Presidente, evidentemente, de retrocesso deplorável, praticado a despeito da advertência feita pelo próprio Ministro da Educação, Professor Muniz de Aragão, que, tão logo foi publicado o texto do anteprojeto de Constituição, em entrevista divulgada por todos os jornais do País, manifestou seu desapontamento ante a exclusão desse dispositivo do texto do projeto de Constituição.

Nos termos do projeto enviado ao Congresso Nacional, tanto a União, quanto o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, estão completamente desobrigados da aplicação de parcela de sua arrecadação no desenvolvimento do ensino, no desenvolvimento da cultura, o que é profundamente lamentável, ainda mais quando não faltou sequer a advertência de ilustre membro do Governo, o próprio Ministro da Educação e Cultura.

E' meu propósito, caso a bancada do MDB se decida pela apresentação de emendas ao projeto, após o dia 19 — e certamente poderei contar com a colaboração de eminentes colegas, não só do meu partido como do próprio partido do Governo — restabelecer...

O Sr. Cunha Bueno — Meus parabéns.

O SR. EWALDO PINTO — Muito obrigado a V. Exa.

... no texto da Constituição de 1967 esse dispositivo, que provou tão útil na Constituição de 1946, acrescentando, a par disso, outro dispositivo que vincule determinada importância à aplicação na pesquisa científica e tecnológica.

Está comprovada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a necessidade da aplicação de recursos substanciais no campo da pesquisa científica e tecnológica, condição para o efetivo desenvolvimento de um país. A França no Quarto Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, largamente divulgado e comentado ultimamente em nosso País, colocou a pesquisa científica e tecnológica no topo de suas realizações. E esforços extraordinários, esforços heróicos vêm sendo desenvolvidos nesse campo praticamente em todos os países. Não só a França mas também os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Ocidental, União Soviética, os países socialistas e os países do Ocidente colocam a pesquisa científica e tecnológica como objetivo da maior importância, como meta fundamental. Da mesma forma, os países de menores recursos, como a Grécia e a Iugoslávia, vêm ultimamente dedicando somas substanciais ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica.

E' minha intenção, portanto, incluir, tentar incluir, mais exatamente, dispositivo que restabeleça a vinculação, ampliando a percentagem de

10 para 12%, para o desenvolvimento do ensino, da educação, como também estabelecer a vinculação de 2% para a aplicação na pesquisa científica e tecnológica. (Muito bem.)

O SR. CUNHA BUENO:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a Imprensa publica com destaque a notícia de que órgãos federais ligados ao sistema de transporte ferroviário consideram precipitada a iniciativa do Secretário de Transportes da São Paulo de enviar mensagem à Assembleia Legislativa, propondo a unificação de todas as Estradas de Ferro controladas pelo governo paulista.

Como representante de São Paulo nesta Casa, cumpre-me informar aos nobres pares que não houve, em absoluto, precipitação por parte de quem quer que seja. Ninguém desconhece, aqui e fora daqui, o fato indimentável de que todas as ferrovias do País, sem exceção, são hoje altamente deficitárias. E São Paulo, embora sendo o Estado-líder da Federação, não poderia escapar a esta realidade. Desejo aqui lembrar, entre outros estudos magníficos com respeito à criação de um sistema ferroviário integrado em São Paulo, excelente tese defendida pelo Coronel Roberto de Pessoa, ex-Diretor da Estrada de Ferro Paulista. S. Sa. há cerca de dois anos teve a oportunidade de publicar um estudo que logrou alcançar a mais alta repercussão não só nos meios administrativos mas também nos militares vinculados ao sistema de defesa nacional. O trabalho do Coronel Roberto de Pessoa, denominado "Unificação Ferroviária no Estado de São Paulo e suas Repercussões na Economia e na Segurança nacionais", teve a seu tempo larga divulgação. E é evidente que, tratando deste problema, não poderíamos deixar de destacar o papel pioneiro representado nesta idéia pelo ilustre militar Coronel Roberto de Pessoa.

Desejo aqui, Sr. Presidente, na exiguidade do tempo que nos permite a Mesa, fazer uma rápida análise do quadro ferroviário de São Paulo. O Governo do Estado de São Paulo considera na sua rede regional de ferrovias dois sistemas distintos: o da bitola larga, que compreende a Companhia Paulista de Estradas de Ferro e a Estrada de Ferro Araraquara, numa extensão de cerca de dois mil quilômetros — a Santos-Jundiaí, da mesma bitola, seria, então, o complemento natural da integração no sistema de bitola larga — e o da bitola estreita, que compreende a Estrada de Ferro Sorocabana, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, a Estrada de Ferro São Paulo e Minas, a Estrada de Ferro Bragançã e a Estrada de Ferro Campinas do Jordão. Está claro, Sr. Presidente, que a unificação administrativa e operacional eliminará variedade de orientação, corrigirá a multiplicitade de órgãos e de serviços e quebrará a intransigência de critérios unilaterais isolados, resultando daí uma considerável economia de tempo, de dinheiro e de trabalho. Tal sistema propiciará por outro lado, aos usuários maior facilidade no seu transporte. Estas idéias, que constam do estudo do Coronel Roberto de Pessoa, são idéias universais, que decorrem do bom senso e da experiência administrativa de vários países, inclusive do Brasil.

Três condições essenciais destaca o Coronel Roberto Pessoa como importantes para a economia do transporte pesado: a) Tarifas razoáveis; b) rapidez e segurança; c) eficiência e regularidade. Por esta razão, como membro da bancada de São Paulo, venho a esta tribuna para lamentar que o Governo Federal pretenda co-

locar-se contrariamente à criação da FEPASA. Está claro que o governo de meu Estado se dispõe a discutir com o Governo da União algumas particularidades desse projeto, mas a grande verdade é que a unificação das estradas de ferro de São Paulo se impõe como decorrência de um sistema lógico, que hoje já não é idéia pioneira ou privilégio do Brasil e sim decorrência de longos estudos e de meticulosas experiências realizadas em todo o mundo no setor ferroviário.

Desejo também, Sr. Presidente, aproveitando minha presença nesta tribuna, lembrar aos nobres pares o trabalho permanente que tenho realizado nesta Casa, visando a levar os Governos da República do Brasil e de Portugal a criar facilidades e estímulos capazes de promover o aumento substancial da balança comercial entre nossos dois países. O extraordinário surto de crescimento industrial que atravessa o Brasil não nos deve levar a esquecer os pontos de apoio de que porventura necessitaremos amanhã em outros continentes, a fim de concretizar aquela tão sonhada aspiração nacional de enriquecer a pauta das nossas vendas externas com produtos manufaturados. A indústria brasileira, hoje quase definitivamente implantada, atende perfeitamente à demanda do mercado consumidor interno. Entretanto, essa indústria só completará o seu ciclo evolutivo e só prestará ao País os serviços que dela se espera a partir do instante em que sejamos capazes de fabricar dentro das fronteiras do nosso País, com mão-de-obra brasileira e matéria-prima nacional, produtos manufaturados que realmente deem um colorido novo ao sistema de exportação do nosso País.

E por esta razão, Sr. Presidente, é que entendemos que, mais do que nunca, deve o Brasil fincar maiores raízes em Portugal, que, possuindo a sede do seu governo no continente europeu e ramificações, através de suas províncias ultramarinas, na África e na Ásia, poderá no dia de amanhã ser o melhor e o mais leal intermediário do Brasil na conquista de novos mercados tanto na Europa como na África. Sabemos perfeitamente que, quando afirmamos aqui que seremos capazes de dentro de 10 anos exportar francamente produtos industrializados, provocamos aquela mesma reação que se operou em muitos, quando, nos idos de 1954, percorremos o país do norte a sul e de leste a oeste, afirmando que o Brasil executaria, dentro de um prazo de cinco anos, programa capaz de implantar aqui a fabricação de veículos automotores. Também naquela oportunidade os eternos pessimistas, aqueles que continuam não acreditando na nossa capacidade, afirmavam que se tratava de um plano ilusório, e que a nossa pátria não poderia, no curto prazo de cinco anos, adaptar-se ao complexo da técnica moderna acumulada em dezenas e dezenas de anos e outros países, para fabricar, dentro do nosso território, aqueles veículos capazes de transportar as riquezas nacionais. Entretanto, a indústria automobilística, que foi tão mal falada durante seis a sete anos, é hoje considerada por gregos e troianos uma das avançadas mais poderosas da nossa economia.

Pois bem, aqui hoje fazemos também esta previsão: dentro de dez anos estaremos em condições de exportar francamente produtos manufaturados, não só para os países que integram a ALALC, mas também para outras áreas do mundo, entre elas a Europa e a África.

E' por esta razão, Sr. Presidente, que eu tenho defendido com tanta intransigência a necessidade de ainda

mais acercarmos o Brasil de Portugal, para operar na paisagem do mundo moderno este miilagre da reunificação do luso-brasileirismo, que será extraordinariamente conveniente aos interesses do Brasil e representará também, dentro do panorama mundial, um sistema de estabilidade para os povos que falam a língua portuguesa.

Encontra-se atualmente no Brasil uma delegação de comerciantes portugueses, chefiada pelo ilustre Embaixador José Calvet de Magalhães, Diretor-Geral do Setor Econômico do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. S. Exa. tem realizado, no Rio de Janeiro e em São Paulo, vários contactos da mais alta importância para o desenvolvimento do comércio luso-brasileiro.

Esta tribuna queremos reafirmar a nossa confiança e a nossa fé em que, através da boa vontade dos dois governos, chegaremos dentro em breve a uma conclusão satisfatória. Isso permitirá o aumento substancial das trocas comerciais entre duas nações que, através dos séculos, reafirmam diariamente o seu pensamento comum e se transformaram, na paisagem da vida moderna, em dois países irmãos — Portugal e Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. JOSÉ MANDELLI:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, pervagando no mês de outubro até dia 15 de novembro uma vasta região do Rio Grande do Sul, podemos observar o esforço dos granjeiros, trilhadores e pequenos agricultores que transformaram aquelas colinas e lotes rurais em paisagem dourada, como que num mar de ouro, que é o trigo. Realizaram isso a despeito de não serem assistidos, quer pelo Ministério da Agricultura, quer pela Secretaria do Estado de Negócios Agrícolas do Rio Grande do Sul, pois em junho e julho do corrente ano muitos daqueles lavoureiros e agricultores não lograram obter uma semente selecionada para converter o seu trabalho na riqueza nacional que é o trigo, indispensável para o alimento da nossa população. Devem esses órgãos agora, em face das boas perspectivas que se apresentam para a colheita, já que os técnicos e os estatísticos fazem um cálculo de que o Brasil vai produzir este ano 300 mil toneladas do precioso cereal, abrir aqueles lavoureiros, granjeiros e colonos novas perspectivas, dando-lhes assistência, estímulo e créditos substanciais para que, no próximo ano, esta produção de 300 mil toneladas seja multiplicada por dois.

Observamos que, a despeito do esforço daqueles bravos batalhadores agrícolas, a semente que empregaram para o cultivo não resiste a intempéries. Qualquer mudança de temperatura, ou de clima, aliada à ferrugem, à giberela, e outras pragas que atacam aquele precioso cereal; faz com que decaia a produção, malgrado a grande extensão de área cultivada.

Deve o Governo Federal, conjugado com os governos dos Estados, nas suas estações experimentais, criar uma semente selecionada para que resista às mudanças bruscas de temperatura e se adapte ao clima e ao solo das áreas destinadas à produção do cereal-rei.

O Brasil demanda atualmente com a importação de trigo, mais de 300 milhões de dólares, que fazem falta ao Brasil para outras atividades industriais para a renovação de suas máquinas operatrizes a fim de gerar o seu desenvolvimento. Essas divisas poderiam ser muito bem economizadas, se houvesse uma política bem orientada e de estímulo àquele gente que emprega sua atividade nas lides

agrícolas, especialmente na produção de trigo.

No decorrer deste ano, pudemos observar, aqui nesta Casa, o trabalho ingente, capaz e altamente meritório do nobre Deputado Luciano Machado. Em seu parecer sobre a política do trigo, fez S. Exa. um relato histórico daquilo que está acontecendo com relação à tricultura nacional. O Rio Grande do Sul já dispõe de silos e armazéns para guardar a produção que se avizinha. O Governo, estadual e federal, deve, por sua vez, dar todos os estímulos aqueles que se propõem gerar tanta riqueza.

É o apelo que, desta tribuna, faço ao Ministro da Agricultura, a fim de que, para os próximos anos, no mês de junho, ou maio, aqueles agricultores possam obter do Governo Federal ou do Governo Estadual a preciosa semente, que em dezembro será colhida dez por um ou mais, para alimentar o nosso povo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. MÁRIO TAMBORINDEGUY:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no momento em que o Congresso Nacional se empenha na tarefa de institucionalizar a Revolução, desejo manifestar a esperança de que a nova Constituição da República se constitua em instrumento capaz de assegurar, de fato, a prosperidade e o bem-estar de todo o povo brasileiro.

Essa esperança eu a manifesto, neste momento, na certeza de estar interpretando fielmente o pensamento da população do Estado do Rio de Janeiro, que acaba de me distinguir com a honrosa renovação do meu mandato para representá-la no Congresso Nacional.

Quando se anunciou a reforma constitucional, cuidei de preparar-me não só para a sustentação dos princípios que constituem as mais legítimas aspirações de todo o povo brasileiro, como também para a defesa de sentidas reivindicações dos fluminenses, em favor do desenvolvimento regional, em igualdade de condições com outras unidades da Federação.

Essa igualdade, por mais estranho que pareça, não tem constituído uma norma invariável no tratamento entre os Estados, uma vez que a terra fluminense é sistematicamente relegada a plano secundário, quando se trata da distribuição das benesses do poder central. No entanto, nenhuma unidade da Federação, desde os primórdios da nacionalidade, tem contribuído de forma tão positiva, com a inteligência e o trabalho profícuo de seus filhos, para o engrandecimento nacional.

A lavoura cafeeira, a agro-indústria açucareira, a siderurgia e tantos outros ciclos da grandeza econômica do Brasil se confundem com a própria vida fluminense, no seu pioneirismo e na sua evolução histórica. Muitos dos pilares da economia brasileira têm suas raízes fincadas na terra fluminense, dali se irradiando para todo o País.

Por isso mesmo, não seria demais pleitear, em favor do Estado do Rio, muitos dos benefícios que a Carta de 1946 já havia assegurado a outras regiões brasileiras, como a Amazônia, e o Vale do São Francisco, ao lhes destinar um percentual da renda tributária da União em favor do seu desenvolvimento econômico.

Nesse sentido pretendia eu reivindicar um elenco de medidas de ordem econômica e social em favor do Estado do Rio, com a destinação de um percentual equivalente, de aplicação obrigatória, para a valorização do Vale do Rio Paraíba e da Baixada Fluminense.

Todavia, as diretrizes fixadas para a presente tarefa de elaboração constitucional fizeram retirar do texto da nova Carta Magna os dispositivos dessa natureza, deixando-as para a legislação ordinária.

Subordino-me a essa orientação, que reconheço mais consentânea com a doutrina que deve inspirar uma obra constitucional, e o faço confiante na nova mentalidade a que estão entregues o estudo e a solução dos grandes problemas nacionais.

Aguardarei, assim, o momento oportuno para defender as reivindicações fluminenses, de sorte a colocá-las na mesma escala prioritária dos interesses das demais regiões brasileiras, todas dignas de amparo, para melhor e mais rápido aproveitamento das suas riquezas em potencial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, porém, aproveitar esta oportunidade para demonstrar que nada há de desarrazoado nas pretensões que acabo de anunciar para garantir ao Estado do Rio um ritmo de progresso compatível com os anseios do seu povo.

Uma dessas reivindicações diz respeito ao problema da eletrificação do Estado. Não há quem ignore que um dos fatores do extraordinário surto de desenvolvimento da Guanabara e, principalmente, de São Paulo, é gerado no território do Estado do Rio — a energia elétrica — sem uma contrapartida equitativa por tão relevante contribuição patriótica.

Para ilustrar a assertiva, basta dizer que o Estado do Rio não se beneficia sequer com 20% do total da força hidrelétrica captada em seu território e distribuída aos Estados vizinhos pelo Sistema Rio-Light, responsável pelo magnífico progresso de São Paulo.

Há uma gritante disparidade entre os índices de geração de força e o consumo energético do Estado, causa permanente de intenso clamor, sobretudo na região litorânea com o antigo Distrito Federal, denominada Baixada Fluminense, que concentra atualmente uma população de cerca de dois milhões de habitantes.

Esse contingente humano, distribuído pelas cidades de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis e São João do Meriti, poderia alcançar maior rendimento em suas atividades, se tivesse, em matéria de energia elétrica, atendimento semelhante ao da, pela Rio-Light aos municípios do glorioso Estado de São Paulo — Santo André, São Bernardo e São Caetano, centros que constituem orgulho, não de São Paulo, mas de todo o Brasil, pelo que produzem para a nossa grandeza.

Iria pleitear, outros fossem os critérios da elaboração constitucional em curso, um dispositivo em favor da Baixada Fluminense, assim entendida toda a região de 18.000 quilômetros quadrados aproximadamente.

De igual modo pretendia proceder em defesa do rio Paraíba do Sul, a mágica corrente que alimenta a economia fluminense nesse vale, um dos seus elos mais vigorosos. Não seria preciso fazer evocações históricas, lembrar o ciclo do café, cuja lavoura nasceu no altiplano fluminense e subiu pelo Paraíba, em busca das terras róxas de São Paulo, nem exaltar a lavoura canavieira e a indústria açucareira, que ainda fazem o esplendor da planície goitaca, a fim de evidenciar essa verdade cristalina. Basta citar Volta Redonda como um marco da era industrial em que marcha vitoriosamente o Brasil, para ressaltar a significação do Vale do Paraíba no cenário nacional.

Ainda agora estou retornando de uma visita à indústria automobilística e ao Salão do Automóvel, em São Paulo, onde senti a emoção de observar quanto deve esse setor ao Estado do Rio, pois saem de Volta Redonda as chapas de aço que são fabricados os veículos brasileiros.

A indústria automobilística, em que o Estado do Rio também exerce missão pioneira, com o popular "Fenemê" da Fábrica Nacional de Motores, instalada na Baixada Fluminense, e, representa um motivo de orgulho para todo o povo brasileiro. É hoje uma fonte extraordinária de enriquecimento nacional, já chegando ao faturamento de trilhões de cruzeiros por ano.

Ao assinalar e saudar efusivamente o êxito espetacular da indústria automobilística nacional, graças aos notáveis esforços dos empresários e operários paulistas, esta injusto não associar-lhe a contribuição inestimável e constante do Estado do Rio. E, ao exaltar o que representa o trabalho fluminense, creio justificar, igualmente, a necessidade de defesa do rio Paraíba.

Acudido, Sr. Presidente e Senhores Deputados, que poderei contar com o apoio de V. Excia., na devida oportunidade, para tornar realidade essas iniciativas, cujo alcance econômico e social não preciso encarecer.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, reitero minha confiança de que, na legislação que se vai iniciar, hei de contar com o apoio de todos em prol da valorização de tão ricas regiões do Estado do Rio, que já abriga, no seu Vale do Paraíba, as indústrias que deram grandeza ao Brasil e projetaram no cenário mundial o nosso desenvolvimento automobilístico. (Muito bem)

O SR. EUCLIDES TRICHES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Deputados, anunciaram os jornais de ontem que no próximo mês de janeiro será iniciada a construção da Estação de Passageiros do Aeroporto Federal de Brasília.

A notícia é das mais auspiciosas para a Capital do País, porque é o resultado final de uma longa polémica travada entre o Ministério da Aeronáutica e o Professor Oscar Niemeyer, que é o responsável pela arquitetura de grande parte dos edifícios de Brasília.

Entendo, Sr. Presidente, que Brasília foi construída, na sua maior parte, mais com vistas ao aspecto arquitetônico do que propriamente ao seu aspecto funcional.

Temos aqui prédios maravilhosos que impressionam vivamente aos turistas mas que não correspondem às necessidades funcionais. Apresentam toda sorte de defeitos e falhas internas. Edifícios apenas para encher os olhos. Já é hora de começarmos a construir algo para atender às necessidades da Capital do País, que dentro em breve estará ultrapassando os 100 milhões de habitantes.

Por isso mesmo, o Ministério da Aeronáutica tomou a firme decisão de não aceitar o projeto do Sr. Oscar Niemeyer, que era um projeto muito bonito para a vista mas que absolutamente não atendia às necessidades de um aeroporto moderno ou à possibilidade de ampliação futura. S. S. não poderia competir, em técnica, com a equipe de engenheiros especializados do Ministério da Aeronáutica, homens que conhecem profundamente seu métier, homens que têm percorrido os principais países do mundo, observando o desenvolvimento verdadeiramente vertiginoso da aeronáutica e que elaboraram um projeto em consequência dessas observações, como resultado das pesquisas realizadas.

O Ministério fez muito bem; o Ministério andou acertado, firmando pelo sentido de que Brasília precisa de um aeroporto para funcionar e não apenas para agradar aos olhos dos turistas.

Por isso, felicito o Ministério da Aeronáutica pela decisão tomada e faço votos por que essa obra se inicie com todo vigor no próximo mês de janeiro. (Muito bem)

O SR. ARGILANO DARIO:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, está no Congresso, para votação, a chamada Carta Constitucional da revolução.

Não desejo, nesta altura, Sr. Presidente, fazer referência aos excessos, ao arbítrio que ali se contém. Apenas quero chamar a atenção dos Srs. Deputados, especialmente daqueles que vêm nas Capitais dos seus Estados a sala de visitas de cada uma das unidades da Federação, para um aspecto da Carta Constitucional a esta Casa enviada pelo Sr. Presidente da República. Ali é mantida a determinação do Ato Institucional nº 2, no sentido de que as Capitais continuarão submissas à vontade do governador eleito de cada estado. Nesse sentido, quero alertar especialmente os Srs. Deputados, homens vividos nos entendimentos políticos de cada um dos seus Estados, mesmo supondo ser desnecessário, eis que cada qual tem realmente essa experiência.

No Espírito Santo, por exemplo, tivemos oportunidade de presenciar um dos governadores do Estado nomear, num período de quatro anos, quatro prefeitos; normalmente, quando Vitória não tinha autonomia, o Governador do Estado nomeava dois prefeitos. Mas, como disse, houve ocasião em que se nomearam quatro. Não preciso dizer também que os efeitos desse tipo de política são extremamente danosos à vida da cidade, que não produz, não evolui, não cresce. Esse exemplo de Vitória certamente ocorreu em todas as Capitais que não gozavam de autonomia por muitos anos.

A Capital do próspero Estado que tenho a honra de representar nesta Casa esteve estacionária centenas de anos, por mais de quatro séculos, porque ali o Prefeito era nomeado pelo Governador. Nos entendimentos políticos, a Prefeitura ficava sempre de sobreaviso para os arranjos com os outros partidos. O partido A, que prestigiava o partido B, então, recebia a Prefeitura de presente. Veio a luta política, em 1947, e, como Deputado Estadual, tivemos a honra de impor ao Governo a autonomia da nossa Capital. Dois prefeitos conseguiram administrá-la. O último, Dr. Solon Borges Marques, candidato a Senador da República, realizou administração magnífica. O Prefeito Solon Borges deu ao povo da Capital do nosso Estado um progresso de mais de 100 anos. Isso porque a Capital era autônoma. Antes, durante muitos anos, ela foi submissa à vontade do Governador do Estado, que nomeava quem bem entendia, e o nomeado ia para a prefeitura atender aos desejos do Governador. Consequentemente, não cuidava do interesse do povo e isso resultava, como é claro, na estagnação, na paralisção da vida administrativa da cidade.

Estou, pois, apresentando ao Congresso Nacional emenda, para conceder autonomia às Capitais dos Estados. Espero contar com o apoio, a compreensão e dedicará mesmo dos Srs. Deputados que vêm nas Capitais dos seus Estados, repito a sala de visita para os turistas. Tenho a impressão, portanto, de que tal emenda há de encontrar o apoio e a simpatia de quantos acham que devemos lutar, enquanto forças houver, pelos princípios democráticos.

Outro assunto Sr. Presidente, que me traz a esta tribuna é o referente à remuneração dos Vereadores e Prefeitos.

eis que no Ato Institucional nº 2, enquadrado agora na Constituição a ser votada, é proibida a concessão de vencimentos aos representantes do povo nas Capitais e nas cidades do interior de nossa terra.

Não se pode admitir, Sr. Presidente, em sua consciência, se imponha a um pugilo de homens trabalho sem remuneração. O homem vive de seu trabalho e nenhum Vereador pode dedicar-se aos interesses de sua cidade, se remuneração não tem. Eles que são a pedra angular para a eleição de todos aqueles que disputam cargos eleitorais em nossa Pátria, não podem ficar à margem, pela omissão dos Srs. Deputados, nesta oportunidade.

Assim chamo a atenção dos Srs. representantes na Câmara e no Senado no sentido de que atenfem bem para este detalhe, e votem com nossa emenda, que prevê remuneração para os Vereadores, em todas as cidades do Brasil. Os Vereadores são de uma forma ou de outra, a base da eleição de todos que aqui se encontram; eles são os grandes carregadores da votação dos Deputados estaduais, dos Deputados federais, dos Senadores, dos Governadores, enfim de todos aqueles que disputam cargos eletivos, merecem todo o nosso apoio, toda a nossa dedicação, agora, neste grande momento do estudo e da votação da Carta Constitucional que se impõe a esta Casa e que deve vigor a partir de 15 de março do ano vindouro.

Esta, Sr. Presidente, a comunicação que desejava fazer à Casa, pedindo aos componentes do Congresso Nacional que apóiem esta medida e que a Comissão Especial instituída para dar parecer ao Projeto de Constituição, a veja com a melhor das suas simpatias, porque ela, do ponto de vista político-democrático, é realmente, muito importante. (Muito bem).

O SR. FLORIANO RUBIN:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, analisando o texto do projeto de Constituição ora alvo de debates nesta Casa, verifiquei um ponto que para mim é incongruente trata-se da eleição indireta somente para Presidente da República. Sou, em princípio, favorável ao sufrágio universal e direto. O povo deve participar direta e pessoalmente do processo de escolha dos seus dirigentes. Entretanto, nas circunstâncias atuais, depois que o Brasil passou por provas amargas, em que a misificação, a demagogia, a mentira, o engodo e a trapaça invadiram esta Nação e contaminaram a opinião pública, acho que a eleição indireta é a solução indicada, embora em caráter transitório. Não vejo por que adotar-se a eleição indireta apenas para Presidente da República. Sou pela extensão do processo, pelo lapso de alguns anos, a todos os cargos executivos, desde o prefeito municipal até o Presidente da República. E, nesse sentido, estou elaborando uma emenda para cuja apresentação começarei a colher assinaturas.

Senhor Presidente, os fatos por nós constatados na campanha para as eleições do dia 15, robusteceram esta nossa convicção. Em nosso Estado, foi desenfreado o derrame de dinheiro, uma verdadeira orgia. Nunca vi coisa semelhante. A legislação revolucionária traz em seu bojo severas restrições quanto aos gastos de dinheiro.

Nó, entanto, parece, essa legislação revolucionária, ao invés de conter a volúpia de gastos em eleições, estimulou maiores dispendios.

O Sr. Benjamin Farah — Muito bem!

O SR. FLORIANO RUBIM — Houve verdadeira orgia, pelo menos no meu Estado.

O Sr. Benjamin Farah — No meu também.

O SR. FLORIANO RUBIM — E um candidato pobre, como eu, que nunca comprou votos, não poderá disputar mais eleições, não poderá mais, continuar na vida pública concorrendo a cargos eletivos, se persistirem as condições em que se verificou o último pleito.

No nosso Estado, na campanha para Prefeito de um município cujo colégio eleitoral não passa de 15 mil votos, cada candidato gastou mais de 500 milhões de cruzeiros.

Não vejo justificativa para isso, Senhor Presidente. Se a eleição fosse indireta, se os vereadores elegeissem o Prefeito, como os Deputados elegeram os Governadores e nós, o Presidente da República, não haveria ensejo para essas orgias, para essa avalanche de gastos e de agitações ocorridas no interior do nosso Estado e, acreditamos, em todo o interior do Brasil.

Assim, dentro do ponto de vista esposado no começo deste discurso, sou, em princípio, pela eleição indireta, mas, nesta conjuntura da vida política nacional, vou bater-me pelas eleições indiretas, desde os prefeitos até o Presidente da República. Irei apresentar emenda nesse sentido, para que a legislação revolucionária se purifique cada vez mais e o Poder Público fiscalize a sua aplicação, e, assim, se ponha cõbro, de uma vez para sempre, às orgias, à prepotência e ao domínio do poder econômico que se observa presentemente no País. (Muito bem.)

O SR. EURICO DE OLIVEIRA:

(Comunicação — Lê) — Senhor Presidente, venho dirigir um veemente apelo aos colegas, no sentido de aproveitarmos o presente momento histórico em que elaboramos a nossa Carta Constitucional, para tomarmos energias medidas a fim de que sejam fornecidos meios e elementos financeiros à Comissão de Energia Nuclear, para que o Brasil se torne, com a maior urgência possível, uma potência atômica, seja devidamente respeitado e possa resguardar sua integridade, suas riquezas e seu patrimônio. Do contrário, estaremos em perigo. Temos de lutar com energia e coragem, enfrentando essa batalha fundamental para o nosso povo e o nosso país. Gaste-se o que for necessário, todo o dinheiro que for preciso, pois esse financiamento é exigido pela segurança nacional. Temos de preservar o futuro de nosso País.

Temos as matérias e elementos, inclusive o urânio, cujas reservas que possuímos devem ser vigiadas e utilizadas para a posição contemplativa em que nos mantemos e iniciar energeticamente novo comportamento. O Brasil precisa transformar-se, com a necessária brevidade, numa potência atômica e não continuar na posição subalterna em que nos encontramos.

Lembremos as recentes palavras do General Mourão Filho:

“O Brasil terá que se transformar numa potência atômica urgentemente, a fim de, a partir dos próximos 25 anos, não permanecermos como escravos e miseráveis perante o resto do mundo, pois, daqui a cem anos, não haverá mais matéria-prima nos Estados Unidos e, quando não tiverem mais de onde comprar,

vão tomar na certa dos países mais fracos”.

Era o que desejava dizer. (Muito bem.)

O SR. RENATO CELIDÔNIO:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, aproveito esta primeira oportunidade, após as eleições para registrar o meu pronunciamento quanto a este período extraordinário de convocação do Congresso Nacional, quando iremos apreciar o projeto de Constituição, encaminhado ao Congresso pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Embora, por diversos motivos, não tenha podido participar da reunião de ontem do meu Partido, quero registrar a minha solidariedade às decisões dos companheiros do Movimento Democrático Brasileiro, principalmente quanto à rejeição do projeto encaminhado ao Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República. Não vejo, Senhor Presidente, como se possa votar neste final de mandato do atual Congresso, uma Constituição inspirada ainda num Governo que não foi, na realidade, um Governo democrático, numa fase da vida política do nosso País que também não se caracterizou pela tranquilidade e pela paz que devem anteceder tão importante manifestação do Congresso, como esta de elaborar a 6ª Constituição do nosso País.

É lamentável que, sob a inspiração de um Ato Institucional, seja quase forçado o Congresso Nacional a tomar agora esta posição em face de uma nova Constituição. Por maiores que sejam os esforços, tanto dos meus nobres companheiros de Partido da Oposição como daqueles que realmente tenham inspirações democráticas pertencentes ao Partido do Governo, não sei se será possível, nesta fase da nossa vida política, e tendo como ponto de partida o projeto apresentado pelo Governo, elaborarmos uma Carta magna que realmente represente o interesse do povo brasileiro e que dite normas para inspirar uma nova fase de progresso ao nosso país tanto no setor econômico como no setor social ou político, uma vez que, como já disse inicialmente, a inspiração dessa Carta, infelizmente, não é democrática.

Assim, registrando essa minha posição, principalmente de solidariedade aos meus companheiros do Movimento Democrático Brasileiro, quero manifestar ainda que aproveitarei este período de convocação extraordinária, nas sessões da Câmara dos Deputados, para abordar diversos problemas que afligem hoje o povo do meu Estado e, de maneira especial, a agricultura e a cafeicultura do Paraná, e que representa, como já tive oportunidade de dizer desta tribuna no mês de setembro, uma das piores fases atravessadas por aquela região, que mais se caracterizou pelo seu extraordinário dinamismo e progresso nos últimos anos. Infelizmente, o Paraná está hoje ameaçado de um colapso, pois sua principal riqueza está abandonada, está sendo incompreendida e prejudicada pelo atual Governo da República. Estamos às vésperas da elaboração de novo orçamento monetário. No próximo mês de janeiro, o Governo irá prepará-lo, como instrumento de negociações, inclusive com o Fundo Monetário Internacional. O café, principal força econômica do nosso País, será naturalmente comprometido; tenho o maior receio de que esse documento venha, como no ano passado afetar essa principal riqueza da economia brasileira, que está hoje e cada dia perdendo sua força no mercado internacional. Isso representará menor riqueza, menor renda para a cafeicul-

tura brasileira e, consequentemente, para os Estados produtores de café.

Esperamos que nesta fase, para esta próxima safra e ainda para, este próximo orçamento monetário, que será elaborado para o ano de 1967, possam os homens de Governo corrigir os erros do passado e tratar deste importante setor de nossa economia com a atenção devida, para que o País não sofra, e para que a cafeicultura brasileira tenha condições de sobrevivência.

Eram estes os principais registros que queria fazer, Senhor Presidente, nesta primeira oportunidade em que me dirijo à Nação brasileira, desta tribuna, após um pleito dos mais atribulados em que, pela graça de Deus, pude merecer novamente a confiança do povo para voltar a esta Casa, como seu representante, na próxima legislatura. (Muito bem).

O SR. ELIAS CARMO:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Deputados, o Tribunal Regional Eleitoral desta Capital, em sessão solene ontem realizada, diplomou os novos deputados dos terríveis Representando Rondônia, virá para esta Casa o Coronel Paulo Nunes Leal. O Coronel Paulo Nunes Leal, quando fez o seu curso na Escola Militar, foi um dos mais brilhantes alunos. Mais tarde, já como oficial, foi para a Europa e, na Itália, comandou o corpo de nossas gloriosas Forças Armadas. Em Monte Castelo e em Castelnovo, foi ferido inúmeras vezes em combate e recebeu várias condecorações e várias medalhas que atestam o seu valor, sua coragem e principalmente seu patriotismo e empenho em defender nossa Pátria.

Posteriormente, com o advento da revolução, foi ele nomeado Diretor-Superintendente da Estrada de Ferro Leopoldina, onde prestou os mais relevantes serviços. Engenheiro dos mais notáveis nesta parte ferroviária, dedicou-se de corpo e alma à recuperação da estrada, e sua passagem por ali, em um ano e meio de trabalho, foi da mais relevante importância, não só para o desenvolvimento, mas também para que aquela estrada pudesse diminuir um pouco seus deficits no orçamento nacional.

Agora, Sr. Presidente, vem o Coronel Paulo Nunes Leal para esta Casa. Vamos lutar com sua presença, e o Território de Rondônia ficará muito mais, porque, sem dúvida alguma, o seu representante é dos mais inteligentes, dos mais dignos e dos mais laboriosos engenheiros que temos.

Aqui, não resta dúvida, irá lutar e trabalhar muito pela grandeza daquele Estado e pela grandeza da nossa Pátria. (Muito bem).

O SR. TEÓFILO PIRES:

(Comunicação — Lê) — Sr. Presidente, retomo o fio de discurso pronunciado nesta Casa, durante o Congresso Nacional, na sessão de 4 de outubro último.

A perspectiva, então vislumbrada, crescimento agora a certeza de que, realmente, concretamente, campeou no pleito de 15 de novembro corrente a mais deslavada e desordenada corrupção econômica e administrativa.

Agindo às escâncaras, como se lei não houvesse, alguns candidatos se valeram dos escusos processos da compra do voto e da influência da máquina administrativa e as medidas moralizadoras não foram adotadas, aqui estarão amanhã, assentados nestas poltronas, como unidos do povo, eleitos em pleito normal e democrático.

Resta saber, Sr. Presidente, se a farsa será consumada. Aguardo, confiante, a ação do Serviço Nacional de Informações, que esteve presente nos locais do nefando comércio de votos e não pode nem deve silenciar sua

voz de condenação aos que conspiraram o pleito, maculando-o com a participação ostensiva de fatores criminosos.

A falta de atributos e capacidade para se credenciar, em competição ísta e escorrelta, a preferência popular, alguns candidatos compareceram a pugna, que deveria ser cívica, com "argumentos" financeiros que, infelizmente, encontram guarida e ressonância em país subdesenvolvido, mormente na zona rural, onde a manutenção da cédula individual facilitou a impatriótica transação.

Não acuso eleitor algum, individualmente, de haver vendido sua consciência cívica. O pecado, o crime foi cometido pelos maus chefes políticos, pelos cabos eleitorais que, mais uma vez, imperaram e prosperaram a sombra do antiquado processo de escolha dos candidatos.

Assim, Sr. Presidente, nessas eleições a cuja apuração assistimos, a vitória não foi de um Partido, mas do dinheiro; não foi da ARENA, mas do arame — arame emedebista, arame arenista, muito dinheiro de negociações invertido para obter lucro, para render juros, para obter a correção monetária das condutas incorretas.

Jamais acreditamos na sinceridade dos que afirmavam a disposição de, eleitos, trabalhar pelo povo, retribuindo, assim, a prosperidade conseguida no convívio desse mesmo povo. Frustração, vaidade, interesses inconfessáveis: foram os reais motivos sobre os quais candidaturas e insólitos êxitos se firmaram.

Mas existe alguém redondamente enganado nesta conjuntura. Ou somos nós — que cuidamos haver regra de fogo e lei a reger a pleito — ou são os que se viram vitoriosos a custa do arame e desenvolveram suas campanhas como se fossem licitantes em mercado de escravos.

A Revolução tem obrigação de agir em face do desrespeito à lei eleitoral. Permitir que a burla vitoriosa seja coroada é o mesmo que renegar os princípios regeneradores e as sadias normas implantadas por um movimento de idealismo que não deve renegar na capitulação dos seus postulados.

A ação desembaraçada dos corruptos — é uma afronta que a Revolução — feita para combater e punir a corrupção e a subversão — não pode permitir nem tolerar.

Por muito menos, em nome dos ideais revolucionários, foram cassados mandatos e direitos políticos.

Haverá profundo contra-senso se, em pleito presidido pelo governo revolucionário, as forças mais do poder econômico implantarem o princípio de que, nas futuras refregas eleitorais, estarão definitivamente banidos os honestos, os conscienciosos, os desprovidos de recursos financeiros, aqueles que se apresentam ao eleitorado com idéias, programas ou homenagem de serviços prestados à coletividade.

Pelo que possui de mais eterno e estável, digno e respeitável, a Nação Brasileira tem os olhos fitos nos homens que fizeram a revolução e têm nas mãos os instrumentos capazes de afastar da vida pública quantos nela pensarem entrar ou permanecer valendo-se de métodos e processos condenados em diploma legal.

A decisão será definitiva para os futuros pleitos: moralidade ou hipocrisia, verdadeira democracia ou falsa eleitoral, prêmio às capacidades e devoções, ou conquista de postos e golpes de aventureirismo e audácia.

Que meditem sobre isto os que têm parcela de responsabilidade perante a Lei e a Revolução. Não é possível que sua decisão venha confirmar as pessimistas previsões de Rui: de tanto ver premiados os maus e desonestos, os bons têm vergonha de ser honestos. (Muito bem).

O SR. CAMPOS VERGAL:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, um observador menos atento poderá concluir que o assunto de que vou cuidar não interessa diretamente aos brasileiros, nem à nossa Nação. Entretanto, tem ele um sentido muito vasto, ao mesmo tempo, profundo. Ocupo a tribuna, hoje, apenas para lavrar um protesto muito forte contra a continuação dos bombardeios nas imediações de Hanói. As últimas esquadrilhas americanas que despejaram centenas de toneladas de explosivos nas zonas residenciais daquela cidade deram ao mundo uma sensação profundamente desagradável e a demonstração de uma selvageria ilimitada.

Sr. Presidente, creio que nos escombros, nas ruínas, nas terras revolvidas, todas manchadas de sangue de inocentes — de crianças de adolescentes e de mulheres — ficou a marca dolorosa, indelével, da ferocidade de certas quadrilhas internacionais que insistem em provocar a terceira guerra mundial.

Acuso, como representante do povo brasileiro, esse complexo industrial e militar americano vivamente empenhado em provocar nova conflagração mundial.

O que se está fazendo na Ásia, na zona de Hanói, é alguma coisa de revoltante. Sr. Presidente, é um crime de lesa-humanidade, é a negação de todos os sonhos daqueles que desejam um mundo novo, um mundo belo, um mundo feliz.

Senhor Presidente, somente pessoas intelectuais míopes ou mentalmente cegas não entendem que tais fatos implicam a tentativa da provocação de nova guerra mundial, uma terceira, de que ninguém escaparia; nem nós aqui no outro lado do mundo poderíamos escapar ao flagelo dessa tragédia.

Senhor Presidente, oxalá o povo americano — não me refiro a essa alta quadrilha de capitalistas internacionais, proprietários de grandes fábricas de armas e munições, esses não merecem sequer uma citação, por mais modesta que seja — ponha em jogo sua atividade, seu idealismo, sua inteligência, no sentido de cortar as asas negras desses capitalistas internacionais que desejam envolver o mundo numa tragédia de incalculáveis dimensões.

Lamento, Sr. Presidente, neste momento, que a República Argentina esteja realizando a compra de uma esquadrilha de bombardeiros. Para que, Sr. Presidente? Conhecemos bem a Argentina. Sabemos das grandes dificuldades econômico-financeiras que atravessa. Estamos cientes da possibilidade de estouro de grandes greves atestatórias da dificuldade até de alimentação por parte dos trabalhadores, dos obreiros, como eles dizem. Conhecemos, portanto, suas tremendas dificuldades mas nos chega também a notícia de que a Argentina está obrigada a comprar essa esquadrilha de bombardeiros. Para que, Senhor Presidente? Se ela não está ameaçada por ninguém? Se os países que se limitam com ela são países tradicionalmente amigos. Em vez de adubos. Sr. Presidente, de fertilizantes, que hoje são manipulados na base de energia atômica das conquistas das experiências termonucleares, que realizam verdadeiros prodígios em contato com a terra, em vez de maquinaria moderna para preparar os grandes surtos vitoriosos da agricultura e da pecuária, a pobre Argentina parece não ter forças para segurar o carro puxado por esses grandes criminosos internacionais, que são os proprietários das fábricas de armas e munições.

Estejamos atentos, Sr. Presidente, porque essa investida brevemente virá também contra o Brasil. Os agentes sanguinários dessas organizações já estão a caminho de nosso País, desejosos de tornar em verdadeiras montanhas suas riquezas, suas acumulações de ouro — ouro que simboliza o poder, poder que indica o desejo louco e apaixonado de dominar draconianamente o mundo todo. Estejamos alertas a fim de repelir, à primeira hora, essa tentativa que muito em breve, criminosamente, atingirá as terras do Brasil.

Aqui fica, portanto, meu veemente protesto contra essa iniciativa brutal e torpe de incendiar novamente o universo, provocando, o que esses agentes desejam ardentemente, a terceira guerra mundial. (Muito bem)

O SR. CLOVIS PESTANA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, e Srs. Deputados, estou recebendo, neste momento, correspondência do Município de Ijuí, no Rio Grande do Sul, assinada pelo Exmo. Sr. Prefeito, Dr. Solon Gonçalves da Silva, uma das expressões mais altas da inteligência, da cultura, do civismo dos rincões de meu Estado. O Dr. Solon Gonçalves da Silva faz um apelo no sentido de que eu alerte as autoridades para os prejuízos decorrentes da morosidade com que avançam os trabalhos da antiga BR-43, hoje, pelo novo Plano Geral de Viação Nacional, BR-285.

Sr. Presidente, essa rodovia foi iniciada há mais de vinte anos, quando eu era Ministro da Viação do eminente Presidente Marechal Eurico Gaspar Dutra. Liga Vacaria a São Borja, passando por Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Carazinho, Panambi, Ijuí, Santo Angelo e São Luiz. É uma leste-oeste. Cruza uma região riquíssima. Já de uma feita, tive oportunidade de lançar um desafio ao então Diretor-Geral do DNER, meu eminente colega e querido amigo, para que ele comparasse a zona atravessada por essa rodovia com as regiões cortadas por outras rodovias federais em construção, e nessa comparação, levasse em conta a densidade demográfica de cada região, número de habitantes por quilômetro quadrado, valor da produção agrícola, industrial e pastoril. O então diretor-geral mandou fazer um estudo pelo qual, realmente, verificou que raríssimas BR's podem ser comparadas com a BR-285, levados em consideração todos esses elementos demográficos, econômicos e sociais.

Devo destacar alguns municípios. Em Ijuí, por exemplo, já existe um excesso de população agropastoril. A grande tragédia desses municípios é o minifúndio; a área destinada a cada família é muito pequena. Em consequência, as gerações novas têm de emigrar, porque não mais dispõem de terra para trabalhar, e o desenvolvimento industrial não é feito em proporções tais que possa absorver todo o excesso de mão-de-obra. Daí a importância dos meios de transporte. Não há dúvida de que podemos ainda aumentar muito o rendimento da terra. Basta recordar que nos Estados Unidos um agricultor, um camponês, produz alimento para atender às necessidades alimentares não só da sua família, como ainda de mais 25 pessoas. Na Rússia, esse índice é de 8 pessoas. Nos países subdesenvolvidos, varia de 2 a 5. Indubitável, portanto, que as atividades agropastoris ainda poderão desenvolver-se muito com o emprego de adubos, de irrigação, de sementes selecionadas, de sementes congeladas, de máquinas modernas. En-

tretanto, nem o desenvolvimento agropastoril, nem o progresso industrial podem ser alcançados sem boas condições de transporte.

Pois bem, até hoje, para atingirmos a região de Ijuí, Santo Angelo, São Luis e São Borja, dependemos das condições atmosféricas. Sou testemunha pessoal: estava em Santo Angelo e tinha compromissos em Cérrro Largo, São Luis e São Borja; não pude atendê-los porque choveu e as rodovias ficaram intransitáveis. Portanto o ponto de estrangulamento máximo no desenvolvimento econômico dessa região é a ausência de rodovias pavimentadas. O eminente Prefeito Dr. Solon Gonçalves da Silva tem carraças de razão, quando brada, aos céus e às autoridades por recursos para o prosseguimento da antiga BR-43.

Devo ainda esclarecer que a BR-43, em futuro próximo, deverá de Vacaria ser prolongada a Araranguá, pois Araranguá e Rio Grande são os dois grandes portos do futuro da região sul do Brasil. Por isso mesmo, essa BR leste-oeste terá de, através de Bom Jesus, ir até Araranguá. A estrada existente, que eu conheço, para a qual contribuí com o meu esforço de técnico, é modesta: Terá de ser substituída por moderna rodovia. A BR-285, em Vacaria, entronca-se com a antiga BR-2, ligando Porto Alegre com Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, de maneira que não pode haver a menor dúvida da necessidade de conclusão, em prazo curto, da BR-285.

Deixo aqui o meu apelo às autoridades federais para que não poupem esforços na destinação dos recursos indispensáveis à conclusão desta obra, que está entregue, por delegação do Ministério da Viação e Obras Públicas, através do DNER, às forças do nosso Exército. Depende apenas de recursos. Desde que estes tenham, poderá ser concluída em prazo relativamente curto. (Muito bem)

O SR. FRANCIELINO PEREIRA:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, à margem dos debates sobre o Projeto da Constituição, permita-me a Mesa que traga ao conhecimento da Casa um assunto que considero compungente e triste. Trata-se de comunicação datada de ontem, que recebi da cidade de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, e procedente da cidade de Padre Paraíso, à margem da Rio — Bahia, também naquele Estado.

O telegrama, que é urgente, está vazado nos seguintes termos:

"Deputado Francielino Pereira Santos — Câmara cassou ilegalmente mandato Prefeito Agenor Távares. Cidade cheia de soldados, por solicitação candidato derrotado à Prefeitura local. Peço entender-se autoridades, solicitando garantias no caso compromisso. Situação tensa. a Adilson da Silva Costa."

Trata-se do seguinte, Sr. Presidente. Naquela cidade de Padre Paraíso, em Minas Gerais, que represento neste Congresso, participamos de uma campanha eleitoral em que o nosso candidato, Cândido José Ribeiro, tido a princípio como derrotado, terminou por vencer galhardamente as eleições naquele município.

Bastou isso, Sr. Presidente, para que o candidato derrotado, inconformado, providenciase junto aos seus companheiros de política municipal, política essa incompreensível com aquele município, a cassação do mandato do atual Prefeito, que se extingue daqui a 30 ou 40 dias.

Ora, Sr. Presidente, é este mesmo candidato derrotado que provocou a

cassação do atual Prefeito, quem solicita ao Governador do Estado que represente nesta Casa providências policiais para garantia da medida ilegal, contrária a qualquer senso político, quanto mais jurídico.

A minha presença nesta tribuna, Sr. Presidente, tem a finalidade de manifestar a minha repulsa aos atos de politização daqueles políticos inconformados, e solicitar daqui ao Governador do Estado, já que não podemos sair desta Casa nestes dias de discussão de um tema tão importante quanto o da Constituição, providências urgentes para que sejam dadas garantias, reais e não apenas facciosas, aqueles que foram atingidos pelas medidas ilegais e arbitrárias de candidatos e políticos derrotados na cidade mineira de Padre Paraíso.

Se o Governador do Estado atender a esse apelo, que vou renovar agora pelo telefone, terá os aplausos de toda a população vitoriosa da cidade mineira de Padre Paraíso. (Muito bem.)

O SR. CARLOS WERNECK:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o assunto que me traz a esta tribuna prende-se ao que está ocorrendo na BR-135, a Estrada Rio — Petrópolis. Trata-se de uma dessas coisas clamorosas, Senhor Presidente.

Como é do conhecimento de todos, a rodovia para a cidade de Petrópolis e demais cidades naquela direção e consequentemente a própria União e Indústria, que faz a ligação do Rio de Janeiro com o Centro, Norte e Leste do País, passam por aquele trecho. Temos pacificamente três estradas servindo esse trecho: a Washington Luís, a nova variante, que é a estrada de contorno Rio — Petrópolis, e a velha Estrada da Real da Serra também, que a liga ao alto da serra, em Petrópolis. Essa última, há muito tempo está em conserto e praticamente fora de uso. A Washington Luís está sendo consertada já faz três anos. Embora o trecho que falta seja de apenas 500 metros, ainda não pode ser usada. Resta apenas a estrada de contorno — e o caminho por ela é um verdadeiro inferno, Sr. Presidente. Todos aqueles que demandam não apenas Petrópolis, mas as cidades da região serrana, ou que se dirigem a Brasília, Belo Horizonte, Salvador ou ao Norte do Brasil de um modo geral são obrigados a ficar numa fila extensa, de muitos quilômetros, à espera de que terminem de passar os carros da fila em sentido contrário.

Ora, Sr. Presidente, no momento em que a Washington Luís estava praticamente pronta e em que faltavam apenas 500 metros para que fosse concluída e entregue ao uso dos motoristas, por que motivo mexeram na única estrada em condições de fazer essa comunicação? Mas foi o que se fez. Então veremos, nesta época estival, em que o número de carros que demandam a Serra sobe a milhares por dia, transformar-se a viagem, normalmente de uma hora e quinze minutos, numa jornada infernal de mais de duas horas, porque a estrada, inteiramente obstruída, com uma só pista na extensão de um quilômetro, só da passagem numa direção de cada vez.

Era necessário que o Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem olhasse para esse caso, sobretudo porque essa variante Rio — Petrópolis, que não tem 5 anos de uso, está praticamente em quase toda sua extensão rachada, apresentando os maiores defeitos de construção; com sua estrutura ameaçada, cedendo em muitos pontos, e tornando-se quase impraticável em muitas curvas. Como

se compreende que uma estrada que é praticamente a principal artéria da Guanabara para o Norte, Centro e Leste do País, construída com toda a técnica moderna, há menos de 5 anos, para suportar cargas pesadas, apresente tantas falhas, que precise ser consertada exatamente no momento em que outra estrada, que poderia servir perfeitamente de desfogo para o tráfego, ainda se acha em reparo?

Daqui fazemos um apelo, principalmente ao Sr. Ministro da Viação, para que olhe essa situação, que não apenas irrita a todos os usuários, mas dificulta a marcha do Brasil para o seu desenvolvimento, que se faz através da circulação de suas riquezas pelas estradas de rodagem.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. ANIZ BADRA:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, devo, no momento em que ocupo a tribuna, comunicar à Casa que o Senado da República, em sessão de ontem, reconduziu à Presidência do Instituto dos Congressistas o nosso colega Monsenhor Arruda Câmara.

E' nosso dever reconhecer a operosidade do nosso colega à frente desse órgão que grandes benefícios trará aos Srs. Deputados, aos Srs. Senadores e ao funcionalismo desta Casa. Ao fazer esta comunicação, congratulo-me com o Senado da República pelo ato feliz de reconduzir mais uma vez à Presidência do Instituto o nosso colega Monsenhor Arruda Câmara. O segundo assunto, Sr. Presidente, que desejo focalizar é a respeito de um estudo que me foi encaminhado por juristas de São Paulo relacionada com a reforma da Constituição. Trata-se do capítulo referente ao Tribunal Regional Eleitoral. E' um estudo minucioso, que passo a ler, com vistas ao ilustre Relator da Comissão Especial, assim como aos ilustres Líderes, para aferimento da possibilidade do seu aproveitamento:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Compunham-se os Tribunais Regionais Eleitorais, nos termos do artigo 112 da Constituição, com a redação originária, do seguinte modo:

- 3 desembargadores;
- 2 juizes de direito;
- 2 juristas.

Todos os componentes deviam ser indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Ao ser criada a Justiça Federal, entendeu-se que devia ela ter também representação em tais Tribunais. Daí a alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 15 passando a constituir-se eles pela seguinte forma:

- 2 desembargadores;
- 1 juiz do Tribunal de Alçada onde houver;

1 juiz de direito estadual ou dois onde não houver Tribunal de Alçada;

- 1 juiz federal;
- 2 juristas.

A alteração consistente na introdução de representante do Tribunal de Alçada, parece ter resultado de paralelismo com o fato de haver no Tribunal Superior Eleitoral um representante do Tribunal Federal de Recursos. Não se atentou, entretanto, para a circunstância de inexistir aquele paralelismo entre a posição do aludido Tribunal Federal de Recursos na Justiça Federal e o Tribunal de Alçada na Justiça Estadual.

Enquanto aquele é o órgão representativo da Justiça Federal de segunda instância, o segundo é um Tribunal que, embora autônomo quanto à sua organização interna, não tem a representação da Justiça do Estado, que cabe ao órgão de cúpula, o Tribunal de Justiça.

Resulta disso que não se justificam a supressão de um desembargador na composição do Tribunal Regional Eleitoral a menos ainda, a indicação feita pelo próprio Tribunal de Alçada. A supressão de um desembargador, reduzindo o teor de qualidade representativa do Tribunal, pois diminui nele a qualificação da Justiça de segunda instância, o que aqui vai dito em puro aspecto de doutrina, sem qualquer restrição ao valor jurídico e intelectual dos eminentes juizes do Tribunal de Alçada. A indicação por este último Tribunal, além de violar o princípio de hierarquia — pois só o Tribunal de Justiça, como órgão de direção, tem competência para outorgar a juizes atribuições fora da órbita estritamente judiciária — traz o inconveniente de confusões e perplexidades quando venham a existir dois ou mais Tribunais de Alçada, como já se delineia no Estado de São Paulo.

Finalmente, deve ser mantida a indicação dos juristas pelo Tribunal de Justiça. Do mesmo modo como não se pode admitir a intromissão do judiciário nos atos de composição dos órgãos de classe, dos advogados (órgãos que irão disciplinar a atuação deles perante a Justiça), também não se pode admitir a intromissão daqueles órgãos nos atos de composição de Tribunais, ainda que para essa composição devam ser chamados componentes da classe dos Advogados. A seleção de nomes que devam compor Tribunais; é e deve continuar sendo ato de exclusiva competência do órgão de representação da respectiva justiça. Seria, assim, em relação à justiça eleitoral, em princípio, da competência de seus próprios Tribunais. Acontece, porém, que os Tribunais Eleitorais, como órgão da justiça especial, são na verdade uma extensão da justiça comum, e isso justifica a indicação pelo Tribunal de Justiça, que é o órgão de maior representação no Estado, mais apto a conhecer os elementos entre os quais deve ser feita a escolha. A indicação pelo Tribunal de Justiça tem ainda ampla justificação no critério apolítico de que se reveste, garantia que eventualmente deixaria de existir nas indicações feitas por outros órgãos.

Deste modo, mantido o critério da representação federal nos Tribunais Regionais Eleitorais com a presença do respectivo juiz, a composição dos referidos Tribunais, resultada a presença de juizes de 2ª instância, como é da tradição de nossa organização judiciária, deverá ser a seguinte:

- 3 desembargadores (Presid., Vice-Presid. e Corregedor) indicados pelo Tribunal de Justiça;

As indicações devem sempre ser feitas por eleição, segundo o regimento interno dos Tribunais.

1 juiz estadual (podendo ser componente do Tribunal de Alçada, mas indicado pelo Tribunal de Justiça);

1 juiz federal indicado pelo Tribunal Federal de Recursos, onde houver mais de um;

2 juristas (indicados pelo Tribunal de Justiça).

Sr. Presidente, é matéria de alta relevância cujo encaminhamento fa-

rei nas próximas horas ao Sr. Relator, para que dela tome conhecimento. Acredito que estarei prestando, bem isto, um valioso serviço, não só à Justiça como à confecção da Carta Magna do País (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Ary Alcântara) — A Presidência e a Mesa se congratulam com o nobre Monsenhor Arruda Câmara, pela sua recondução à Presidência do Instituto de Previdência dos Congressistas.

O SR. ARRUDA CÂMARA:

(Comunicação.) — Sr. Presidente, devo inicialmente agradecer ao nobre colega Aniz Badra e a V. Exa. as palavras de congratulações com que sandaram minha recondução, oncem, pelo Senado à Presidência do Instituto de Previdência dos Congressistas.

Desejo também significar àquele alta Casa legislativa os meus agradecimentos pela distinção e honra que me concedeu, elegendo-me pela segunda vez para esse alto posto. Bem podia o Senado ter escolhido um de seus membros. Lancando suas vistas para mim, o Senado Federal me desvanecia com essa demonstração de confiança que muito me enaltece.

Desejo reafirmar que envidarei todos os esforços e enfrentarei todas as cansaças e sacrifícios para corresponder a essa distinção e prova da confiança que o Senado e também os nobres pares desta Casa em mim depositam. Na direção de nosso Instituto de Previdência, procurarei por todos os meios corresponder à confiança com que me distinguiram. (Muito bem.)

O SR. WILSON MARTINS:

Sr. Presidente, Senhores Deputados, quando se encerram no País os trabalhos da apuração e quando recebo do meu Estado os últimos resultados da eleição do dia 15 de novembro, julgo-me no dever de vir a esta tribuna para tecer considerações sobre o pleito, não somente para prestar meu depoimento, como também a fim de deixar aqui alguns pontos que possam, no futuro, marcar a minha atuação parlamentar em matéria política e eleitoral.

Não se pode esconder, Senhores Deputados, a derrota do MDB nas eleições de 15 de novembro. Ela foi irrefragável, irremissível. O Resto agora analisar as suas causas, as razões que nos levaram a resultado tão distante dos nossos desejos e das nossas esperanças.

Quando se sai de um grande acontecimento, não se pode logo após, examinar as causas que o determinaram. Talvez seja ainda prematuro, procurar saber, em profundidade, as razões que levaram o Partido da Oposição a perder, no Parlamento nada menos de dez representantes e quase todas as eleições nos diversos Estados.

Tenho para mim, numa análise talvez perfunctória, que a pressão política, a pressão militar e a pressão econômica representaram as grandes responsáveis pela derrota da Oposição no País.

Pressão política se exercera no dia da eleição, no curso da campanha, e, mais ainda, nas preliminares, no instante em que deviam os aliciar os companheiros, os nossos partidários, os nossos candidatos para o pleito.

Sabe a Câmara e sabe a Nação que os partidos, ou, antes, as organizações com função de partidos, — o MDB e a ARENA — deviam matricular previamente em seus quadros aqueles elementos que, posteriormente, deveriam apresentar-se como candidatos. Concomitantemente a esta matrícula, seguir-se, em toda a imprensa do País, em todos os círculos de informação do País a notícia de iminentes cassações de mandatos, suspensões de

direitos políticos, bem como prisões políticas e perseguições; aliás, estas últimas eram iminentes, porque já se realizavam, eram efetivas, eram atuais, eram presentes. De tal maneira se exercia essa pressão que, quando os elementos responsáveis pela formação do MDB se apresentavam nos diversos municípios do País para obter adesões, recebiam, invariavelmente, esta resposta:

— "Doutor, sempre o apoiarei, estarei com o Senhor nas eleições, mas não posso estar com o seu partido nesta hora tão difícil para a vida brasileira." Eu me admiro — disse-me um médico, da cidade de Dourados — da que o senhor acredita em eleições e tenha ânimo para enfrentar este governo".

Esta, Senhores Deputados, a situação passada recentemente. Esta a pressão política que, em largos traços, pintarei, nesta hora, diante de meus colegas. Esta pressão política impediu que para os nossos quadros viessem muitos dos nossos simpatizantes, que os nossos quadros fossem enriquecidos da nossa juventude, que os nossos quadros fossem enriquecidos de muitos daqueles políticos que desejariam estar conosco mas que tinham razões para abrigar-se debaixo da legenda da ARENA.

Mas não somente a pressão política foi responsável pela derrota do MDB no País. Sentimos o poderio da pressão militar, que começava com a atuação do simples oficial. Quando eu acabava de organizar o partido da Oposição nos municípios próximos do Rio Paraná — Matuaçu, Bataiporã e Nova Andradina — e ali escolhia os candidatos às eleições, um oficial passava e dizia: "Os senhores não podem estar no partido da Oposição. Os senhores devem ir para a ARENA 1, da UDN ou ARENA 2, do PSD, mas nesta hora os senhores não podem acompanhar um homem que se propõe a combater o Governo, o que constitui um risco que pode expô-los a uma situação perigosa e difícil, não só para os senhores como para suas famílias".

Com essas declarações cavilosas, que envolviam o poderio militar na luta, foram afastados inúmeros companheiros, naquela região, do partido da Oposição, que, assim, não pôde sequer apresentar-se com seus candidatos ao pleito municipal.

O Sr. João Hercúlio — Exatamente por causa do que aconteceu em seu Estado e em todos os Estados da Federação, não concordo quando V. Ex.^a diz que o MDB foi derrotado fragorosamente. Considero formidável o resultado das eleições para o MDB, porque, apesar das pressões — essas que V. Ex.^a narra e outras piores ainda — o MDB traz cerca de 150 Deputados a esta Casa.

O SR. WILSON MARTINS — Sim, prezado colega. Eu apresento o fato concreto — a derrota — e também as causas da derrota.

A pressão militar não se exerceu, no meu Estado, somente por oficiais de primeiro grau. Ela foi exercitada pelo Comandante da 9ª Região Militar, por aquele que detinha em suas mãos o comando supremo do Exército em Mato Grosso. Ele, na imprensa, através de artigos seguidos, ditava o procedimento do eleitor, dava sua opinião, opinava sobre como o eleitor devia votar, comparava aos comícios da ARENA. O Comandante da 9ª Região Militar foi o maior cabo eleitoral da ARENA, em Mato Grosso. Tenho a certeza de que a pressão militar que se verificou em Mato Grosso ocorreu também nos demais Estados da Federação. Por último, eu colocaria o poder do dinheiro — não o dinheiro levado em cheque, mas o dinheiro levado na mala, o dinheiro conduzido maciçamente, o grande transporte de dinheiro — a pressão do dinheiro, o esmagamento do dinheiro. O dinheiro foi a arma terri-

vel de que a ARENA lançou mão nas eleições em Mato Grosso. E, Senhores Deputados, como é triste denunciar um fato real, como é triste, dizer o que se passou em realidade no País, quando tínhamos uma legislação dita revolucionária para proteger o pleito, para torná-lo imaculado, para ressaltar uma eleição que realmente viesse demonstrar o desejo, a vontade, a consciência do povo brasileiro!

O Presidente da República, o Ilustre Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, dizia que as eleições que se realizariam em novembro seriam as mais limpas da história da República; que o País jamais presenciaria um pleito tão livre e que consultasse tanto o íntimo de cada eleitor. Depois da eleição, num dos seus inúmeros discursos, disse S. Ex.^a que o povo devia libertar-se do medo. Ele, que infundiu o medo, é o responsável direto e principal pelo medo que se instalou na alma de cada cidadão nosso, depois do pleito veio pregar à Nação que o povo precisava libertar-se do medo. Repetiu uma frase célebre de um ilustre estadista americano. S. Ex.^a, que, antes da eleição, tinha dado múltiplas demonstrações de insinceridade, veio, depois da eleição, exibir essa mesma insinceridade à Nação.

Mas, Srs. Deputados, é preciso deixar assinalado, nesta hora em que pela primeira vez assumamos a tribuna depois do pleito, o que ocorreu em Campo Grande, a principal cidade, o maior município, sob o ponto de vista político, econômico e cultural do Estado. Lá, se assistiu a uma demonstração de alto civismo e de amadurecimento político de altivez e de coragem. Em Campo Grande, reuniram-se todos os altos políticos da ARENA, ou seja, a totalidade quase dos políticos de Mato Grosso, desde o Comandante da Região engastada no dispositivo arenista ao Senhor Governador do Estado, que lançou um manifesto de palo ao candidato da ARENA. O Excmo. Sr. Senador Felinto Müller, o Excmo. Sr. ex-Governador Fernando Correia da Costa, os Srs. Deputados engastados na ARENA, e até o poder do dinheiro oficial, tudo isso foi insuficiente para quebrar o ânimo, para destruir o desejo que o eleitorado ativo de Campo Grande tinha de votar no candidato do MDB; e este recebeu uma votação consagradora, com uma maioria de 2.800 votos sobre o candidato mais votado da ARENA, vencedor a eleição por mais de dois mil votos. Campo Grande, tal como Três Lagoas, onde tudo se passou do mesmo modo, mereça, assim, nesta hora, a nossa homenagem pela posição independente e altiva que tomou nas eleições de 15 de novembro.

Srs. Deputados, é preciso que um discurso como este não se limite à simples análise superficial das circunstâncias que rodearam o pleito. Faz-se necessário que tragamos para esta Casa, como subsídio de leis futuras, um pouco da nossa experiência, aquilo que já se cristalizou no nosso espírito e que pode ser aproveitado para a legislação do País. Impõe-se, antes de mais nada, num país de grandes extensões territoriais, como o nosso, de Estados que são verdadeiras pátrias como Mato Grosso, como Amazonas, como o Pará, como Minas Gerais e tantos outros, a adoção urgente do voto distrital. Não é possível fazermos hoje, por exemplo, um comício em Amanbal, um município na extremidade sul de Mato Grosso e tenhamos de fazer, na mesma campanha, uma reunião no município de Barra do Garças, na extremidade nordeste do mesmo Estado, vencendo muitas centenas de quilômetros. O voto distrital impõe-se neste País, não só pela extensão territorial, mas também por uma questão de respeito aos nossos companheiros de luta, dentro do mesmo partido. Não

é possível que a luta do parlamentar, nas campanhas políticas seja voltada contra o próprio partido, contra os próprios companheiros, contra as suas próprias hostes, mais do que contra os adversários. A luta política, tal se faz hoje no País para renovação do Parlamento, esmaga o próprio partido, ameaça a conveniência dos próprios companheiros e não permite, de maneira alguma, a unidade e a coesão partidária. Adotamos, portanto, o voto distrital no futuro, como uma das medidas saneadoras dos nossos costumes políticos, como uma das providências capazes de elevar o nosso processo eleitoral. Também é da nossa experiência nesta luta que o voto conjugado, ou voto vinculado, ou voto casado, constitui uma aberração e uma afronta à liberdade do eleitor. Devemos fazer com que essa medida seja expungida da nossa legislação eleitoral. O voto vinculado deu como resultado a derrota de valorosos Deputados de grandes parlamentares, e propiciou um sem-número de votos nulos, que se contam aos milhares.

Por último, eu lembraria, como lição desta campanha, a necessidade urgente de se fazer a reestruturação partidária. Isso que temos aí não constitui senão um arremedo de organização partidária. O Ato Institucional que extinguiu os partidos políticos dizia que não mais se podia falar nos partidos mortos mas em novas organizações. Que vimos? Os mesmos líderes do Governo que aqui faziam essa legislação foram falar nos Estados em termos de PSD e de UDN. Ninguém falava em ARENA, ninguém defendia o Presidente da República, ninguém defendia a revolução. Todos queriam defender a própria pele. E nesse sentido, nesse desejo, só falavam nos partidos que já não tinham mais existência política e jurídica.

Não poderá subsistir um partido que nasceu com a própria cisão partidária. A ARENA hoje existe em termos de UDN, de um lado, e PSD de outro. Não se pode, portanto, pensar em matricular como definitiva uma organização que tem está funcionando.

Desejo ainda, prezados colegas, dizer alguma coisa que seja recebida como uma perspectiva para o futuro. Está terminando a presidência de um homem e caminhamos para a posse de um novo Presidente. Não vamos maldir aquele que sai, mas vamos ter esperanças naquele que desponta para a vida da Pátria. Vamos pedir ao Senhor Marechal Costa e Silva pelo menos uma coisa: um pouco mais de sinceridade no Governo desta Nação. Se alguma palavra pode marcar o sentido de um Governo, a palavra que marca com ferrê de ignomínia o Governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco é a insinceridade. É um Governo insincero, é um homem insincero. Esperamos que seu sucessor, dê pelo menos isto ao País: sinceridade em suas palavras e em seus atos. Vamos pedir também ao novo Governo, aquele que dentro em breve assumirá as rédeas do País, mais respeito do Executivo aos demais poderes e, mais respeito do Executivo à esta Casa, ao Parlamento Nacional, aos políticos brasileiros e ao povo deste País.

Finalmente, façamos nós também, da Oposição, uma autocritica. Saibamos nós próprios que não somos os detentores da verdade. Saibamos examinar na intimidade outras razões que porventura existam e que tenham informado a nossa derrota. Sejamos, portanto, nesta análise, homens humildes e simples e trabalhemos todos pela confraternização deste País, porque nada poderá ser feito nos próximos quatro anos por este Parlamento, se não tivermos, antes de tudo, or-

dem no País, paz e tranquilidade para a família brasileira. (Muito bem, Palmas).

Durante o discurso do Senhor Wilson Martins o Sr. Ary Alcântara, 4º Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aniz Badra, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE:

Já chegaram os avulsos referentes à matéria constante da Ordem do Dia.

COMPARECEM MAIS OS SRS.:

Batista Ramos
José Bonifácio
Nilo Coelho
Henrique La Rocque
Aniz Badra
Dasso Coimbra

Acre:

Albany Leal — ARENA
Altino Machado — MDB
Armando Leite — ARENA
Geraldo Mesquita — ARENA
Mario Maia — MDB
Rui Lino — MDB
Wanderley Dantas — ARENA

Amazonas:

Abraão Sabbá — ARENA
Antunes de Oliveira — MDB (27 de janeiro de 1967)
Djalma Passos — MDB
José Esteves — ARENA
Manoel Barbuda — MDB

Pará:

Adriano Gonçalves — ARENA
Armando Carneiro — ARENA
Burlamaqui de Miranda — MDB
Waldemar Guimarães — ARENA

Maranhão:

Alberto Aboud — ARENA
Alexandre Costa — ARENA
Cesar Coimbra — MDB
Clodomir Millet — ARENA
Eurico Ribeiro — ARENA
Henrique La Rocque — ARENA
Lister Caldas — ARENA
Luiz Coelho — ARENA
Pedro Brágar — MDB

Piauí:

Chagas Rodrigues — MDB
Ezequias Costa — ARENA
Gaioso e Almeida — ARENA
Heitor Cavalcante — ARENA

Ceará:

Costa Lima — ARENA
Dager Serra — MDB (16.12.66)
Edilson Melo Távora — ARENA
Esmerino Arruda — ARENA
Euclides Wicar — ARENA
Francisco Adeodato — ARENA
Furtado Leite — ARENA
Leão Sampaio — ARENA
Marcelo Sanford — ARENA
Moreira da Rocha — MDB
Ossian Aripape — ARENA
Paulo Sarasate — ARENA
Raul Carneiro — ARENA
Wilson Roriz — ARENA

Rio Grande do Norte:

Américo de Souza — ARENA (27 de dezembro de 1966)
Djalma Marinho — ARENA
Jessé Freire — ARENA
Vingt Rosado — ARENA
Xavier Fernandes — ARENA

Paraíba:

Ernany Sátiro — ARENA
Flaviano Ribeiro — ARENA
Humberto Lucena — MDB
Jandui Carneiro — MDB
João Fernandes — MDB
Luiz Bronzeado — ARENA
Plínio Lemos — ARENA
Raul de Goes — ARENA
Teotônio Netto — ARENA

Pernambuco:

Aderbal Jurema — ARENA
 Alde Sampaio — ARENA
 Arruda Câmara — ARENA
 Augusto Novas — ARENA
 Costa Cavalcanti — ARENA
 Dias Lins — ARENA
 Josecarlos Guerra — ARENA
 Milvernes Lima — ARENA
 Ney Maranhão — ARENA
 Nilo Coelho — ARENA
 Oswaldo Lima Filho — MDB
 Souto Maior — ARENA
 Tabosa de Almeida — ARENA

Alagoas:

Aloysio Nonô — MDB
 Medeiros Neto — ARENA
 Melo Mourão — MDB
 Oceano Carleial — ARENA
 Oseas Cardoso — ARENA
 Pereira Lúcio — ARENA

Sergipe:

Ariosto Amado — MDB
 Arnaldo Garcez — ARENA
 José Carlos Teixeira — MDB
 Lourival Batista — ARENA
 Machado Rollemberg — ARENA
 Passos Porto — ARENA
 Walter Batista — MDB

Bahia:

Aloisio de Castro — MDB
 Antônio Carlos Magalhães — ARENA

Cícero Dantas — ARENA
 Clemens Sampaio — MDB
 Edgard Pereira — MDB
 Heitor Dias — ARENA
 Henrique Lima — MDB
 Hermógenes Príncipe — MDB
 João Alves — ARENA
 Josaphat Azevedo — ARENA
 Josaphat Borges — MDB
 Luiz Viana — ARENA
 Luna Freire — ARENA
 Manoel Novoes — ARENA
 Manso Cabral — ARENA
 Mario Piva — MDB
 Neco Novas — ARENA
 Nonato Marques — ARENA
 Oliveira Brito — ARENA
 Oscar Cardoso — ARENA
 Raimundo Brito — ARENA
 Regis Pacheco — MDB
 Ruy Santos — ARENA
 Teodoro de Albuquerque — ARENA
 Tourinho Dantas — ARENA
 Vieira de Melo — MDB

Espírito Santo:

Argilano Dario — MDB
 Bagueira Leal — ARENA
 Dulcino Monteiro — ARENA
 Floriano Rubin — ARENA
 João Calmon — ARENA
 Oswaldo Zanello — ARENA

Rio de Janeiro:

Adolpho Oliveira — MDB
 Afonso Celso — MDB
 Amaral Peixoto — MDB
 Ario Teodoro — MDB
 Augusto de Gregório — MDB
 Carlos Werneck — ARENA
 Dado Coimbra — ARENA
 Edésio Nunes — MDB
 Geremias Fontes — ARENA
 Getúlio Moura — MDB
 Heli Ribeiro — ARENA
 José Maria Ribeiro — MDB
 Raymundo Padilha — ARENA
 Roberto Saturnino — MDB

Guanabara:

Adauto Cardoso — ARENA
 Aguiinaldo Costa — ARENA
 Amaral Neto — MDB
 Arnaldo Nogueira — ARENA
 Aureo Melo — MDB
 Breno da Silveira — MDB
 Cardoso de Menezes — ARENA
 Enrico de Oliveira — MDB
 Hamilton Nogueira — MDB
 Expedito Rodrigues — MDB
 Jamil Ahidien — MDB
 Mendes do Moraes — ARENA
 Nelson Carneiro — MDB
 Rubens Berardo —

Minas Gerais:

Aélio Cunha — ARENA
 Amintas de Barros — ARENA
 Austregesilo Mendonça — ARENA
 Bias Fortes — ARENA
 Celso Murta — ARENA
 Celso Passos — MDB
 Dinar Mendes — ARENA
 Elias Carmo — ARENA
 Geraldo Freire — ARENA
 Gilberto Faria — ARENA
 Guilherme Machado — ARENA
 Gustavo Capanema — ARENA
 Horácio Bethônico — ARENA
 Jaeder Albergaria — ARENA
 João Hercúlio — MDB
 José Bonifácio — ARENA
 José Humberto — ARENA
 Milton Reis — MDB
 Monteiro de Castro — ARENA
 Ovidio de Abreu — ARENA
 Ozanam Coelho — ARENA
 Padre Nobre — MDB
 Paulo Freire — ARENA
 Pedro Aleixo — ARENA
 Pinheiro Chagas — ARENA
 Renato Azeredo — MDB
 Rondon Pacheco — ARENA
 Simão da Cunha — MDB
 Tancredo Neves — MDB
 Teófilo Pires — ARENA
 Uiltimo de Carvalho — ARENA
 Walter Passos — ARENA

São Paulo:

Afrânio de Oliveira — MDB
 Alceu de Carvalho — MDB
 Aniz Badra — ARENA
 Antônio Feliciano — ARENA
 Arnaldo Cerdeira — ARENA
 Athie Coury — MDB
 Batista Ramos — ARENA
 Campos Vergal — ARENA
 Candido Sampaio — ARENA
 Celso Amaral — ARENA
 Dias Menezes — MDB
 Derville Alegretti — MDB
 Franco Montoro — MDB
 Germinal Peijó — MDB
 Hamilton Prado — ARENA
 Hary Normaton — ARENA
 Hélio Magnhensani — MDB
 Henrique Turner — ARENA
 Ivete Vargas — MDB
 José Barbosa — MDB
 José Menck — ARENA
 Lacôrte Vitale — ARENA
 Lauro Cruz — ARENA
 Luiz Francisco — MDB
 Mário Covas — MDB
 Maurício Goulart — MDB
 Pacheco Chaves — MDB
 Padre Godinho — MDB
 Pedro Marão — MDB
 Pereira Lopes — ARENA
 Plínio Salgado — ARENA
 Ulysses Guimarães — MDB

Goiás:

Benedito Vaz — MDB
 Castro Costa — MDB
 Celestino Filho — MDB
 Emival Caiado — ARENA
 Geraldo de Pina — ARENA
 Haroldo Duarte — MDB
 Jales Machado — ARENA
 José Freire — MDB
 Lisboa Machado — ARENA
 Peixoto da Silveira — MDB
 Rezende Monteiro — ARENA

Mato Grosso:

Correa da Costa — ARENA
 Edison Garcia — MDB
 Miguel Marcondes — MDB
 Philadelpho Garcia — ARENA
 Rachid Mamed — ARENA
 Saldanha Derzi — ARENA
 Wilson Martins — MDB

Paraná:

Accioly Filho — ARENA
 Antonio Baby — MDB
 Braga Ramos — ARENA
 Elias Nacle — ARENA
 Emilio Gomes — ARENA
 Fernando Gama — MDB
 João Ribeiro — ARENA
 Jorge Curi — ARENA
 José Richa — MDB

Lyrio Bertolli — ARENA
 Maia Neto — ARENA
 Mario Gomes — ARENA
 Newton Carneiro — ARENA
 Paulo Montans — ARENA
 Plínio Costa — ARENA
 Renato Celidônio — MDB
 Zacharias Seleme — ARENA

Santa Catarina:

Albino Zeni — ARENA
 Alvaro Catão — ARENA
 Antônio Almeida — ARENA
 Aroldo Carvalho — ARENA
 Carneiro de Loyola — ARENA
 Diomício Freitas — ARENA
 Joaquim Ramos — ARENA
 Orlando Bertozzi — ARENA
 Osni Regis — ARENA
 Paulo Macarini — MDB

Rio Grande do Sul:

Afonso Anshau — ARENA
 Clóvis Pestana — ARENA
 Crocsey de Oliveira — MDB
 Daniel Faraco — ARENA
 Euclides Triches — ARENA
 Flôres Soares — ARENA
 Floriceno Paixão — MDB
 Jairo Brun — MDB
 Lino Braun — MDB
 Luciano Machado — ARENA
 Marcel Terra — ARENA
 Mathews Schmidt — MDB
 Osmar Grafulha — MDB
 Ruben Alves — MDB
 Unirio Machado — MDB

Amapá:

Janary Nunes — ARENA

Roraima:

Hegel Morhy — ARENA

Francisco Elesbão — ARENA (265)

IV — O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 311 Srs. Deputados. Vai-se passar à discussão e votação da matéria constante da Ordem do Dia.

Discussão única das emendas do Senado ao Projeto nº 3.798-A, de 1966, na Câmara dos Deputados, que cria, sob a forma de Fundação, o Centro Brasileiro de TV Educativa. Pendente de parecer das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Arruda Câmara para proferir parecer em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, na qualidade de Relator designado pela Mesa.

O SR. ARRUDA CÂMARA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, a Emenda nº 1 diz o seguinte:

"Acrescente-se, *in fine*:

... enquanto não for possível a transferência da sede e fóro para a cidade de Brasília, Distrito Federal".

A Emenda nº 2 (correspondente à emenda nº 2 — CPE) diz:

"Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. O Poder Executivo designará uma comissão para, no prazo de noventa dias, proceder a estudos e formular relatório visando à incorporação ao Centro Brasileiro de TV Educativa, como dotação para o seu patrimônio inicial, a TV Nacional de Brasília — Canal 3, com todo o acervo e pessoal".

Examinando atentamente a matéria, não encontrei nas emendas qualquer falta de inconstitucionalidade, de injuridicidade ou mesmo defeito de técnica legislativa. De maneira que

o parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela constitucionalidade e juridicidade, podendo, portanto, a matéria tramitar e ser aprovada na Câmara. (Muito bem.)

Durante o discurso do Senhor Arruda Câmara o Senhor Aniz Badra, 3º Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Senhor Batista Ramos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Acha-se sobre a mesa o seguinte Parecer, oferecido, ao projeto, pela

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Retorna a esta Comissão o presente projeto, face à sua aprovação, pelo Senado Federal, com duas emendas. Relativamente a essas emendas, ofereço o seguinte Parecer:

Emenda nº 1

Opinamos pela aceitação da primeira emenda, já que a mesma concilia o que se determinava no artigo 1º do projeto original, isto é, que a Fundação teria sede e fóro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, com o que determinou o artigo 1º do substitutivo aprovado por esta Comissão, que mandava que a sede do Centro fosse em Brasília — Distrito Federal.

Emenda nº 2

Quanto à segunda emenda, opinamos igualmente pelo seu acolhimento, já que a incorporação da TV Nacional de Brasília — Canal 3, ao Centro Brasileiro de TV Educativa parece-nos inteiramente procedente e em condições de proporcionar ao recém-criado Centro o laboratório de trabalho de que o mesmo precisa para realizar seus objetivos expressos no artigo 3º do projeto original.

CONCLUSÃO

Pela aprovação das duas emendas do Senado Federal.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 1966. — Carlos Werneck, Relator.

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação e Cultura, em sua 1ª reunião extraordinária da convocação extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 1966, presentes os Senhores Lauro Cruz, Presidente; Carlos Werneck, Campos Vergal, Braga Ramos, Padre Nobre, Cardoso de Menezes, Medeiros Netto, Paulo Saragatê, Ewaldo Pinto, Djalma Passos, Oceano Carleial, Plínio Salgado e Albino Zeni, apreciando as emendas do Senado ao Projeto nº 3.798-A de 1966 (Mensagem nº 449 de 1966, do Poder Executivo), sob a forma de Fundação, o Centro Brasileiro de TV Educativa", opinou, contra o voto do Senhor Braga Ramos, pela sua aprovação, nos termos do parecer do Relator, Senhor Carlos Werneck.

Sala da Comissão, em 13 de dezembro de 1966. — Lauro Cruz, Presidente. — Carlos Werneck, Relator.

O SR. PRESIDENTE:

Proferidos os pareceres vai-se passar à discussão da matéria. Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão. Vai-se passar à votação.

O SR. PRESIDENTE:

O Senado Federal, ao apreciar o projeto, ofereceu, ao mesmo, e vou submeter à votos, as seguintes:

EMENDAS
Nº 1

Art. 1º.
 Acrescente-se, *in fine*:
 "... enquanto não for possível a transferência da sede e fóro para a cidade de Brasília, Distrito Federal".

Nº 2

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. O Poder Executivo designará uma comissão para, no prazo de noventa dias, proceder a estudos e formular relatório visando à incorporação ao Centro Brasileiro de TV Educativa, como dotação para o seu patrimônio inicial, a TV Nacional de Brasília — Canal 3, com todo o acervo e pessoal".

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa)

Aprovadas

O SR. PRESIDENTE:

O projeto vai à redação final, mantendo-se ciência do ocorrido no Senado.

Discussão única das emendas do Senado ao Projeto nº 3.859-A, de 1966, na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre Política Econômica e Financeira da Borracha, regula a sua execução e dá outras providências. Pendente de Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Tinha a palavra o Sr. Oswaldo Zanello para proferir parecer em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, na qualidade de Relator designado pela Mesa.

O SR. OSWALDO ZANELLO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, na oportunidade da tramitação, nesta Casa, do Projeto número 3.859 de 1966, emití parecer, em plenário, pela Comissão de Justiça. Agora, sou convocado pela Mesa a apreciar as emendas a ele apresentadas pelo Senado.

Após analisar com eminentes colegas o assunto, dou meu parecer pela constitucionalidade de todas as 27 emendas apresentadas pelo Senado à referida proposição.

Este, o parecer da Comissão de Justiça, Sr. Presidente. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. para proferir parecer em substituição à Comissão de Agricultura e Política Rural, na qualidade de Relator designado pela Mesa.

O SR. GABRIEL HERMES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, este projeto, oriundo do Executivo, é daqueles que todos nós, da Região Amazônica, reclamávamos. Realmente era necessária a modificação da lei e a criação de nova política econômica no setor da borracha.

A proposição foi, de fato, muito bem estudada. Recebeu emendas diversas. Do exame que fizemos dada a importância da matéria, e principalmente considerando os estudos procedidos agora, quando uma delegação de investidores, o próprio Presidente da República, o Ministro para Organismos Regionais estiveram na Amazônia, nestes últimos dias, e ouviram debates, exposições, muitos relacionamentos com as emendas que aqui se encontram, somos de parecer por um prazo de 24 horas, para manifestação mais segura sobre o projeto em pauta.

O SR. PRESIDENTE:

Solicito, pois, a V. Ex. esse prazo, de 24 horas, para melhor apreciação do projeto pelas comissões. (Muito bem. Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Baltista Ramos) — A Mesa deferiu o requerimento de V. Ex.

Discussão única das emendas do Senado ao Projeto nº 3.906-A, de 1966, que dispõe sobre o Estatuto da Pesca. Pendente de parecer das Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. José Barbosa, para proferir parecer em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, na qualidade de Relator designado pela Mesa.

O SR. JOSÉ BARBOSA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, designado por V. Exa. para relatar as emendas do Senado ao projeto que dispõe sobre o Estatuto da Pesca, do qual fui Relator nesta Casa, pela Comissão de Constituição e Justiça, após a análise das 15 emendas apresentadas pelo Senado da República, cabe-me emitir o seguinte parecer:

Emendas números 1, 2, que alteram o artigo 8º, e 12; parecer favorável; emendas números 3 — 4 — 5 — 6 — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 13 — 14; parecer contrário. Emenda número 15, que corresponde em parte, à de número 11; parecer favorável.

Arte o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sobre as emendas oferecidas ao projeto pelo Senado da República. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Senhor Geraldo Freire para proferir parecer em substituição à Comissão de Agricultura e Política Rural, na qualidade de Relator designado pela Mesa.

O SR. GERALDO FREIRE:

Senhor Presidente, requeiro o prazo de 24 horas para emitir parecer em nome da Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE:

(Baltista Ramos) — Deferido o requerimento de Vossa Excelência.

Discussão única do projeto de Decreto-Legislativo número 286, de 1966, que aprova o texto do Instrumento de emenda (número 3), de 1964, de Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adotado em Genebra, em 9 de julho de 1964. Pendente de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Senhor José Barbosa para proferir parecer em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, na qualidade de Relator designado pela Mesa.

O SR. JOSÉ BARBOSA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, o projeto de Decreto Legislativo número 286, de 1966 aprova o texto do Instrumento de emenda número 3 de 1964, da Constituição da Organização Internacional do Trabalho — OIT — adotado em Genebra, em 9 de julho de 1964. O projeto já mereceu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores, cujo Ilustre Relator, o nobre Deputado Afonso Arinos Filho, após analisar a matéria, salienta o que destaco neste instante:

"Cumpra-nos liminarmente salientar a má tradução em língua portuguesa do texto da emenda que acompanha a Mensagem. Nela, a expressão "da qual esteja inscrita na 6ª em do dia" deixa sem sujeito a locução verbal ..."

No que respeita a esta observação formulada pelo Ilustre Relator da Comissão de Relações Exteriores, tive oportunidade de ponderar, quando Relator do projeto sobre o Acordo

Atômico, que a impressão que se tinha era a de que a tradução havia sido realizada por pessoa de poucos conhecimentos da língua inglesa, e de que a fizera com o dicionário à mão. A Comissão de Relações Exteriores adotou um critério que acho louvável. Em seguida, o Ilustre Relator diz:

"A organização Internacional do Trabalho funciona desde 1920 e, na primeira fase da sua existência, era vinculada à Liga das Nações. Desde 1946, através de Acordo assinado na conformidade do artigo 63 da Carta da ONU, transformou-se numa das Agências especializadas das Nações Unidas".

Diante disso, Senhor Presidente, e considerando o texto da emenda proposta, nada tenho a opor quanto ao aspecto da constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo ora em discussão.

E o meu parecer. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Senhor Elias Carmo para proferir parecer pela Comissão de Legislação Social, na qualidade de Relator designado pela Mesa.

O SR. ELIAS CARMO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo 286 visa realmente adaptar o texto do Instrumento de emenda nº 3, de 1964, de Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adotado em Genebra, em 9 de julho de 1964. A dita Comissão de Justiça foi pela constitucionalidade, e a Comissão de Legislação Social pela minha palavra, dá seu assentimento à aprovação do projeto. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Proferidos os pareceres val-se passar à discussão da matéria. Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão. Vai-se passar à votação.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 196, DE 1966

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É aprovado o Texto do Instrumento de emenda (nº 3), de 1964, da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adotado em Genebra, em 9 de julho de 1964, o qual acrescenta ao artigo 1º da Constituição um novo parágrafo do teor seguinte:

"6. A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho pode, durante qualquer sessão em cuja ordem do dia a questão tenha sido inscrita, e por maioria de dois terços dos delegados presentes à sessão, inclusive os dois terços dos delegados governamentais presentes e com direito a voto, expulsar da Organização Internacional do Trabalho todo Membro que tenha sido expulso das Nações Unidas ou suspender do exercício de seus direitos e privilégios inerentes à qualidade de Membro da Organização Internacional do Trabalho, qualquer Membro que tenha sido suspenso do exercício dos direitos e privilégios inerentes à qualidade de Membro das Nações Unidas; a suspensão não prejudicará a validade das obrigações do Membro resultantes da Constituição e das convenções das quais seja parte".

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

Constituição da Organização Internacional do Trabalho

Instrumento de Emenda (Nº 3), 1964

Adotado pela Conferência em sua Quinquagésima Oitava Sessão. — Genebra, 9 de julho de 1964.

Instrumento para a emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho.

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho e tendo-se ali reunido em 17 de junho de 1964 em sua quinquagésima-oitava sessão;

Havendo decidido incluir na Constituição da Organização Internacional do Trabalho um dispositivo permitindo à Conferência expulsar da Organização ou suspender do exercício de seus direitos e privilégios qualquer Membro que tenha sido expulso ou tenha tido seus direitos suspensos por parte das Nações Unidas, questão essa à que constitui o item décimo-primeiro da Agenda da sessão,

adota, neste dia nono de julho de mil novecentos e sessenta e quatro, o instrumento seguinte de emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho. Instrumento que receberá a denominação de Instrumento de Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (nº 3) 1964:

Artigo 1

A partir da data da entrada em vigor do presente instrumento de emenda, o artigo 1 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho será emendada pela inserção, depois do parágrafo 5 de um novo parágrafo nos termos abaixo, passando o atual parágrafo 6 a ser o parágrafo 7:

"6. A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho pode, em qualquer sessão da qual esteja inscrita na ordem do dia, e por maioria de dois terços dos delegados presentes à sessão, inclusive os dois terços dos delegados governamentais presentes e com direito a voto, expulsar da Organização Internacional do Trabalho todo Membro que tenha sido expulso das Nações Unidas ou suspender do exercício de seus direitos e privilégios inerentes à qualidade de Membro da Organização Internacional do Trabalho, qualquer Membro que tenha sido suspenso do exercício dos direitos e privilégios inerentes à qualidade de Membro das Nações Unidas; a suspensão não prejudicará a validade das obrigações do Membro resultantes da Constituição e das convenções das quais seja parte".

Artigo 2

A contar da entrada em vigor do presente instrumento de emenda o Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho providenciará um texto oficial da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, tal como foi modificada pelos dispositivos desse instrumento de emenda, em dois exemplares originais, devidamente assinados por ele, um dos quais ficará depositado nos arquivos da Repartição Internacional do Trabalho e o outro em mãos do Secretário-Geral das Nações Unidas, para fins de registro em conformidade com os termos do artigo 102 da Carta das Nações Unidas. O Diretor-Geral re-

materia uma cópia autenticada do texto a cada um dos membros da Organização Internacional do Trabalho.

Artigo 3

Dos exemplares autenticados do presente instrumento de emenda serão assinados pelo Presidente da Conferência e pelo Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho um dos exemplares será depositado nos arquivos da Repartição Internacional do Trabalho e outro em mãos do Secretário-Geral das Nações Unidas para fins da registro em conformidade com o disposto no artigo 102 da Carta das Nações Unidas. O Diretor-Geral remeterá uma cópia autenticada do documento a cada um dos Membros da Organização Internacional do Trabalho.

Artigo 4

1. As ratificações e as aceitações formais do presente instrumento de emenda serão transmitidas ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, que delas dará conhecimento aos Membros da Organização.

2. O presente documento de emenda entrará em vigor de acordo com o disposto no artigo 38 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho.

3. A contar da entrada em vigor do presente instrumento de emenda, o Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho dará conhecimento disso a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho e ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

O texto precedente é o texto autêntico do instrumento de emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (Nº 3), 1964, devidamente adotado pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho em sua quadragésima-oitava sessão celebrada em Genebra e declarada encerrada em 9 de julho de 1964.

As versões francesa e inglesa do texto do presente instrumento de emenda fazem igualmente fé.

Em fé do que assinam, neste dia treze de julho de 1964:

O Presidente da Conferência. — *Andrés Aguilar Maudsley.*
O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho. — *David A. Morse.*

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).
Aprovada. Vai à redação final.

O SR. OSWALDO ZANELLO:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. OSWALDO ZANELLO:

(Questão de ordem — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, tendo a liderança pedido o prazo de 24 horas para emitir parecer sobre o projeto nº 906-B, eis que necessitava de documentos para manifestar-se relativamente à aprovação ou rejeição de emendas do Senado, e já estando de posse da necessária documentação, perguntaria a V. Exª se o referido projeto poderá ser apreciado neste momento. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Batista Ramos) — Se V. Exª se declara em condições de emitir parecer, poderá fazê-lo.

O SR. OSWALDO ZANELLO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, com relação às emendas

apresentadas, somos de parecer que a Emenda nº 5, da CPE, deve ser rejeitada, porquanto a expressão "que comerciem com animais aquáticos" englobaria inclusive as pessoas ou firmas que comerciem o pescado, abrangendo, pois, até os próprios pescadores no pagamento da taxa. O entendimento do Artigo 53 é o de que somente as firmas ou pessoas que comerciem com animais aquáticos vivos devam ser taxados, como é fácil de entender na redação original.

Com relação à Emenda nº 4, a sua aceitação implicará uma restrição ao desenvolvimento futuro da nossa indústria de construção naval. Sabido é que, na maior parte dos países desenvolvidos, a construção de barcos pesqueiros não só é isenta de impostos e taxas como ainda é subsidiada pelo respectivo governo. O mesmo diga-se a respeito dos implementos principais de pesca. Dessa forma, a isenção contemplada no projeto original virá estimular a indústria nacional, dando-lhe condições de competir.

Somos, portanto, pela rejeição da Emenda nº 4, da Comissão de Finanças do Senado.

O SR. PRESIDENTE:

(Batista Ramos) — A Mesa pede a V. Exª que faça 85/2 confronto da emenda a que V. Exª se refere, da Comissão de Finanças do Senado, com a Emenda nº 9, que está na página 10 do avulso.

V. Exª poderá verificar ainda que há uma referência no nº 9 da página 10, entre parênteses: (Corresponde à emenda nº 4 da Comissão de Finanças). É isso?

O SR. OSWALDO ZANELLO — Não, Senhor Presidente. É com relação à emenda nº 4 da Comissão de Finanças, que se refere ao artigo 74 do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Batista Ramos) — Mas é justamente isso. A Mesa pede a V. Exª...

O SR. OSWALDO ZANELLO — (Lê) "Acrescentar, após a palavra "franquia", as expressões "pelo prazo de 5 anos a partir da data da publicação desta lei".

O SR. PRESIDENTE (Batista Ramos) — Não há coincidência; de maneira que a Mesa vai tomar outra providência: encaminhar o Assessor a V. Exª, para verificar o que está acontecendo.

O SR. OSWALDO ZANELLO — Dou, portanto, parecer contrário às emendas nºs 5 e 9. Relativamente à emenda nº 13, Senhor Presidente, ela submete os "que se dedicam às atividades da pesca" ao pagamento de uma taxa anual de registro.

Orá, na nova redação ficam incluídos também os pescadores, pois eles especificamente se dedicam às atividades da pesca.

Parece-nos, entretanto, que tal não foi a intenção do Executivo.

Examinando a redação original, verifica-se que o Registro se refere claramente aos Armadores de Pesca e às indústrias de transformação ou conservação do pescado.

Entendemos perfeitamente o parecer do Relator, ao querer estabelecer uma distinção de contribuição entre as empresas menores e as maiores; a vingar, porém, a emenda, estabelecer-se-ia uma contribuição obrigatória também para todos os pescadores do País, profissionais ou amadores, o que nos parece não estava na intenção do legislador.

Proponho, pois, seja rejeitada a emenda nº 13.

É este o parecer. Relativamente às demais emendas, concordamos com elas.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Senhor Elias Carmo para emitir parecer às emendas do Senado ao Projeto nº 3.906, de 1966, em substituição à Comissão de Finanças, na qualidade de Relator designado pela Mesa.

O SR. ELIAS CARMO:

Senhor Presidente, em nome da Comissão de Finanças, somos contrários às emendas de números 5, 9 e 13. No tocante às demais, damos nossa aprovação.

O SR. PRESIDENTE:

Prerrogados os pareceres val-se passar à discussão do Projeto nº 3.906, de 1966.

— Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão. Vai-se passar à votação.

O SR. PRESIDENTE:

O Senado Federal, ao apreciar o Projeto, ofereceu, ao mesmo, e vou submeter à votação, as seguintes:

EMENDAS

— Nº 1 —

Ao art. 7º

Dê-se a seguinte redação:

Art. 7º As embarcações de pesca de qualquer natureza, seus tripulantes e proprietários, excetuadas a competência do Ministério da Marinha no que se refere a Defesa Nacional e a Segurança da navegação e a do Ministério do Trabalho e Previdência Social no que se refere à previdência social, ficam sujeitos às disposições desta lei.

— Nº 2 —

Ao art. 8º

Dê-se a seguinte redação:

Art. 8º O Presidente da República poderá, através do Decreto Executivo, autorizar as pessoas jurídicas que exerçam atividades previdenciárias, assinada em 24 de maio em um das no artigo 17, com sede no Brasil, o arrendamento de embarcações de pesca estrangeira, devidamente individualizadas, pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data de primeiro despacho exarado pela Capitania dos Portos, para realizar atividades pesqueiras nas águas indicadas no artigo 4º desta lei.

§ 1º O prazo a que se refere este artigo poderá ser prorrogado, uma só vez, por mais 1 (um) ano.

§ 2º Decorrido o prazo ou a prorrogação do mesmo, a embarcação de pesca estrangeira poderá ser nacionalizada de conformidade com a legislação vigente ou deverá suspender suas atividades nas águas indicadas no art. 4º desta lei.

§ 3º O arrendamento a que se refere este artigo será autorizado desde que o respectivo pedido preencha as seguintes condições:

a) atividades pesqueiras das embarcações venham contribuir efetivamente para o acréscimo da exportação ou do abastecimento em zona deficitária em produção ou consumo.

b) contêm as embarcações com até 5 (cinco) anos de construção na data do pedido;

c) estejam as embarcações em perfeitas condições operacionais, comprovadas por certidão emitida por entidade classificadora internacional idônea.

§ 4º O arrendamento a que se refere este artigo não acarretará situação privilegiada para as embarcações estrangeiras.

§ 5º As solicitações de arrendamento serão encaminhadas pelo Ministério da Agricultura.

§ 6º Para os efeitos desta lei, a infração deste artigo constitui delito de contrabando, podendo o Poder Público determinar a interdição da embarcação, seu equipamento e carga, e responsabilizar o comandante nos termos da legislação penal vigente.

— Nº 3 —

Ao art. 19 acrescente-se o seguinte parágrafo:

Parágrafo único. Apenas para efeito desta inscrição será aceito documento comprobatório da posse legal da embarcação.

— Nº 4 —

Ao art. 20.

Onde se lê:

"..., ouvida a SUDEPE e o Conselho de Segurança Nacional";

Leia-se:

"..., ouvida a SUDEPE e, no caso de tais expedições se dirigirem às regiões da Faixa de Fronteira ou da Amazônia, será necessária a audiência prévia do Conselho de Segurança Nacional".

— Nº 5 —

Ao art. 53.

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 53. As pessoas físicas ou jurídicas que comerciem com animais aquáticos ficam sujeitas a registro na SUDEPE e pagarão taxa anual equivalente à metade do salário-mínimo mensal vigente na Capital da República".

— Nº 6 —

Ao "caput" do art. 75.

I. Onde se lê: "... pela Comissão do Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio...";

Leia-se: "... por órgão competente da Comissão do Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio...".

II. Suprima-se a parte final a partir de: "... bem como às embarcações de pesca..." até "... interesse nacional pela SUDEPE".

— Nº 7 —

Ao parágrafo único do art. 75.

Substitua-se a expressão: "... aos materiais..." pela seguinte: "...as máquinas, equipamentos e outros produtos...".

— Nº 8 —

Ao art. 76.

Substitua-se a palavra "... materiais..." por "...produtos...".

— Nº 9 —

Ao art. 77.

Onde se lê: "Ficam isentas de imposto...";

Leia-se: "são, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data da publicação desta lei, isentas de imposto...".

— Nº 10 —

Ao art. 77.

Acrescentem-se os seguintes parágrafos:

"§ 1º É assegurado, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data de publicação desta lei, o ressarcimento dos impostos de produtos industrializados e circulação de mercadorias pagos na aquisição de matérias-primas, máquinas, motores, aparelhos, instrumentos e outros produtos intermediários efetivamente utilizados na construção de embarcação de pesca.

§ 2º O ressarcimento será efetuado por compensação na escrita fiscal ou por via de restituição quando não for possível a recuperação por sistema de crédito na forma estabelecida pelo artigo 58, da Lei nº 4.502, de 30 de dezembro de 1964".

— Nº 11 —

Ao art. 78.

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 78. É concedida isenção dos impostos de produtos industrializados e circulação de mercadorias além de outros impostos e taxas federais que incidirem sobre o pescado, industrializado ou não no País, e destinado ao consumo interno ou à exportação".

— Nº 12 —

Ao "caput" do art. 83.

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 83. Até o exercício financeiro de 1971, inclusive, poderão ser abatidas da renda bruta das pessoas físicas, para efeito de isenção do imposto de renda, as quantias aplicadas na subscrição integral em dinheiro:

a) de ações nominativas de empresas pesqueiras cujos planos sejam aprovados pela SUDEPE;

b) de quotas partes de capital das cooperativas de pesca cujos planos sejam aprovados pela SUDEPE.

— Nº 13 —

Ao parágrafo único do art. 90.

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 90.

Parágrafo único. O registro dos que se dedicam às atividades da pesca será feito mediante o pagamento de uma taxa anual a saber:

a) pessoas físicas — 0,1 (um décimo) do salário-mínimo mensal vigente na Capital da República.

b) pessoas jurídicas — 1 (um) salário-mínimo mensal vigente na Capital da República".

— Nº 14 —

Ao § 1º do art. 92.

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 92.

§ 1º A SUDEPE incluirá nos materiais destinados à venda aos pescadores, pequenas embalagens de pesca até 20 toneladas de deslocamento".

— Nº 15 —

Ao Projeto.

Onde se lê: "Imposto de Consumo".

Leia-se: "Impostos de produtos industrializados e circulação de mercadorias".

O SR. PRESIDENTE:

Em votação as emendas nºs 1, 2, 12 e 15, com pareceres favoráveis. Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa)

Aprovadas.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação as emendas nºs 5, 9 e 13, com pareceres contrários. Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa)

Rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se passar à votação das emendas com parecer divergentes.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda nº 3. Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa)

Rejeitada.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda nº 4. Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o inciso I da emenda nº 6. Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o inciso II da emenda nº 6. Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda nº 7. Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda nº 8. Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda nº 10. Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda nº 11. Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda nº 14. Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

O projeto vai a redação final, dando-se ciência do ocorrido ao Senado.

Discussão única do projeto de Decreto-Legislativo nº 297, de 1966, que aprova o texto da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, assinada em 24 de abril de 1963. Pender: de parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Senhor Arruda Câmara para proferir parecer em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, na qualidade de Relator designado pela Mesa.

O SR. ARRUDA CÂMARA:

Senhor Presidente, está em discussão o Projeto de Decreto-Legislativo nº 297, de 1966, que aprova o texto da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, assinada em 24 de abril de 1963.

Realmente, no final do Convênio diz:

"...feito em Viena, em 24 de abril de 1963".

Ocorre, porém, que no texto a ser votado, a emenda diz a mesma coisa:

"Assinado em 24 de abril de 1963".

Mas no Art. 1º se diz:

"Art. 1º — É aprovado o texto da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, assinada em 24 de abril de 1966".

É provável, Senhor Presidente, que se trate de erro tipográfico, mas, de qualquer forma, para a boa feitura das leis e de acordo com a técnica legislativa e a jurisdição, é de toda conveniência que a Mesa faça corrigir e harmonizar a emenda com o texto e com a data da assinatura da Convenção. A Comissão de Redação Final poderá fazer essa correção, ficando ela desde logo anotada por V. Exª na Mesa.

A Convenção já tem o parecer favorável da Comissão Técnica. Dos

pontos de vista constitucional e jurídico, nada há a opor à sua tramitação e aprovação. O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é, destarte, favorável à aprovação da Convenção de Viena. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Proferido o parecer vai-se passar à discussão da matéria. — Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão. Vai-se passar à votação.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o seguinte

PROJETO DE DECRETO

LEGISLATIVO Nº 297, DE 1966

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, assinada em 24 de abril de 1966.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE RELAÇÕES CONSULARES — CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE RELAÇÕES CONSULARES.

Os Estados Partes na presente Convenção, Considerando que, desde tempos remotos, se estabeleceram relações consulares entre os povos,

Conscientes dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas relativos à igualdade soberana dos Estados, à manutenção da paz e da segurança internacionais e ao desenvolvimento das relações de amizade entre as nações,

Considerando que a Conferência das Nações Unidas sobre Relações e Imunidades Diplomáticas adotou a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, que foi aberta à assinatura no dia 18 de abril de 1961,

Persuadidos de que uma convenção internacional sobre as relações, privilégios e imunidades consulares contribuiria também para o desenvolvimento de relações amistosas entre os países, independentemente de seus regimes constitucionais e sociais,

Convencidos de que a finalidade de tais privilégios e imunidades não é beneficiar indivíduos, mas assegurar o eficaz desempenho das funções das repartições consulares, em nome de seus respectivos Estados.

Afirmando que as normas de direito consuetudinário internacional devem continuar regendo as questões que não tenham sido expressamente reguladas pelas disposições da presente Convenção,

Convieram no seguinte:

ARTIGO 1º

Definições

1. Para os fins da presente Convenção, as expressões abaixo devem ser entendidas como a seguir se explica:

a) por "repartição consular" todo consulado geral, consulado, vice-consulado ou agência consular;

b) por "jurisdição consular", o território atribuído a uma repartição consular para o exercício das funções consulares;

c) por "chefe de repartição consular", a pessoa encarregada de agir nessa qualidade;

d) por "funcionário consular", toda pessoa, inclusive o chefe da repartição consular, encarregada nesta qualidade do exercício de funções consulares;

e) por "empregado consular", toda pessoa empregada nos serviços administrativos ou técnicos de uma repartição consular;

f) por "membro do pessoal de serviço", toda pessoa empregada no serviço doméstico de uma repartição consular;

g) por "membro da repartição consular", os funcionários consulares, empregados consulares e membros do pessoal de serviço;

h) por "membros do pessoal consular", os funcionários consulares, com exceção do chefe da repartição consular, os empregados consulares e os membros do pessoal de serviço;

i) por "membro do pessoal privado", a pessoa empregada exclusivamente no serviço particular de um membro da repartição consular;

j) por "locais consulares", os edifícios, ou parte dos edifícios, e terrenos anexos, que, qualquer que seja seu proprietário, sejam utilizados exclusivamente para as finalidades da repartição consular;

k) por "arquivos consulares", todos os papéis, documentos, correspondência, livros, filmes, fitas magnéticas e registros da repartição consular bem como as cifras e os códigos, os fichários e os móveis destinados a protegê-los e conservá-los.

2. Existem duas categorias de funcionários consulares: os funcionários consulares de carreira e os funcionários consulares honorários. As disposições do capítulo II da presente Convenção aplicam-se às repartições consulares dirigidas por funcionários consulares de carreira; as disposições do capítulo III aplicam-se às repartições consulares dirigidas por funcionários consulares honorários.

3. A situação peculiar dos membros das repartições consulares que são nacionais ou residentes permanentes do Estado receptor rege-se pelo artigo 71 da presente Convenção.

CAPÍTULO PRIMEIRO. AS RELAÇÕES CONSULARES EM GERAL

Seção I. Estabelecimento e Exercício das Relações Consulares

ARTIGO 2º

Estabelecimento de Relações Consulares

1. O estabelecimento de relações consulares entre Estados far-se-á por consentimento mútuo.

2. O consentimento dado para o estabelecimento de relações diplomáticas entre dois Estados implicará, salvo indicação em contrário, no consentimento para o estabelecimento de relações consulares.

3. A ruptura das relações diplomáticas não acarretará ipso facto a ruptura das relações consulares.

ARTIGO 3º

Exercício das funções consulares

As funções consulares serão exercidas por repartições consulares. Serão também exercidas por missões diplomáticas de conformidade com as disposições da presente Convenção.

ARTIGO 4º

Estabelecimento de uma repartição consular

1. Uma repartição consular não pode ser estabelecida no território do Estado receptor sem seu consentimento.

2. A sede da repartição consular, sua classe e a jurisdição consular serão fixadas pelo Estado que envia e submetidas à aprovação do Estado receptor.

3. O Estado que envia não poderá modificar posteriormente a sede da repartição consular, sua classe ou sua

jurisdição consular, sem o consentimento do Estado receptor.

4. Também será necessário o consentimento do Estado receptor se um consulado geral ou um consulado de-seja abrir um vice-consulado ou uma agência consular numa localidade diferente daquela onde se situa a própria repartição consular.

5. Não se poderá abrir fora da sede da repartição consular uma dependência que dela faça parte, sem haver sido previamente o consentimento expresso do Estado receptor.

ARTIGO 5º

Funções Consulares

As funções consulares consistem em a) proteger, no Estado receptor, os interesses do Estado que envia e de seus nacionais, pessoas físicas ou jurídicas, dentro dos limites permitidos, pelo direito internacional;

b) fomentar o desenvolvimento das relações comerciais, econômicas, culturais e científicas entre o Estado que envia e o Estado receptor e promover ainda relações amistosas entre eles, de conformidade com as disposições da presente Convenção;

c) informar-se, por todos os meios lícitos, das condições e da evolução da vida comercial, econômica, cultural e científica do Estado receptor, informar a respeito ao governo do Estado que envia e fornecer dados às pessoas interessadas;

d) expedir passaportes e documentos de viagem aos nacionais do Estado que envia, bem como vistos e documentos apropriados às pessoas que desejarem viajar para o referido Estado;

e) prestar ajuda e assistência aos nacionais, pessoas físicas ou jurídicas, do Estado que envia;

f) agir na qualidade de notário e oficial de registro civil, exercer funções similares, assim como outras de caráter administrativo, sempre que não contrariem as leis e regulamentos do Estado receptor;

g) resguardar, de acordo com as leis e regulamentos do Estado receptor os interesses dos nacionais do Estado que envia, pessoas físicas ou jurídicas, nos casos de sucessão por morte verificada no território do Estado receptor;

h) resguardar, nos limites fixados pelas leis e regulamentos do Estado receptor, os interesses dos menores e dos incapazes, nacionais do país que envia, particularmente quando para eles for requerida a instituição de tutela ou curatela;

i) representar os nacionais do país que envia e tomar as medidas convenientes para sua representação perante os tribunais e outras autoridades do Estado receptor, de conformidade com a prática e os procedimentos em vigor neste último, visando a conseguir, de acordo com as leis e regulamentos do mesmo, a adoção de medidas provisórias para a salvaguarda dos direitos e interesses destes nacionais, quando, por estarem ausentes ou por qualquer outra causa, não possam os mesmos defendê-los em tempo útil;

j) comunicar decisões judiciais e extrajudiciais e executar comissões rogatórias de conformidade com os acordos internacionais em vigor, ou, em sua falta, de qualquer outra maneira compatível com as leis e regulamentos do Estado receptor;

k) exercer, de conformidade com as leis e regulamentos do Estado que envia, os direitos de controle e, de inspeção sobre as embarcações que tenham a nacionalidade do Estado que envia, e sobre as aeronaves não matriculadas, bem como sobre suas tripulações;

l) prestar assistência às embarcações e aeronaves a que se refere a alínea k do presente artigo e tam-

bém às tripulações; receber as declarações sobre as viagens dessas embarcações, examinar e visar os documentos de bordo e, sem prejuízo dos poderes das autoridades do Estado receptor, abrir inquéritos sobre os incidentes ocorridos durante a travessia e resolver, no tipo de litígio que possa surgir entre o capitão, os oficiais e os marinheiros, sempre que autorizado pelas leis e regulamentos do Estado que envia;

m) exercer todas as demais funções confiadas à repartição consular pelo Estado que envia, as quais não sejam proibidas pelas leis e regulamentos do Estado receptor, ou às quais este não se oponha, ou ainda as que lhe sejam atribuídas pelos acordos internacionais em vigor entre o Estado que envia e o Estado receptor.

ARTIGO 6º

Exercício de funções consulares fora da jurisdição consular

Em circunstâncias especiais, o funcionário consular poderá, com o consentimento do Estado receptor, exercer suas funções fora de sua jurisdição consular.

ARTIGO 7º

Exercício de funções consulares em terceiros Estados

O Estado que envia poderá, depois de notificação aos Estados interessados, e a não ser que um deles a isso se opuser expressamente, encarregar um repartição consular estabelecida em um Estado do exercício de funções consulares em outro Estado.

ARTIGO 8º

Exercício de funções consulares por conta de terceiro Estado

Uma repartição consular do Estado que envia poderá, depois da notificação competente ao Estado receptor e sempre que este não se opuser, exercer funções consulares por conta de terceiro Estado.

ARTIGO 9º

Categorias de chefes de repartição consular

1. Os chefes de repartição consular se dividem em quatro categorias, a saber:

- a) cônsules-gerais;
- b) cônsules;
- c) vice-cônsules;
- d) agentes consulares;

2. O § 1º deste artigo não limitará, de modo algum, o direito de qualquer das Partes Contratantes de fixar a denominação dos funcionários consulares que não forem chefes de repartição consular.

ARTIGO 10

Nomeação e admissão dos chefes de repartição consular

1. Os Chefes de repartição consular serão nomeados pelo Estado que envia e serão admitidos ao exercício de suas funções pelo Estado receptor.

2. Sem prejuízo das disposições desta Convenção, as modalidades de nomeação e admissão do chefe de repartição consular serão determinadas pelas leis, regulamentos e práticas do Estado que envia e do Estado receptor, respectivamente.

ARTIGO 11

Carta-patente ou notificação de nomeação

1. O chefe da repartição consular será munido, pelo Estado que envia, de um documento, sob forma de carta-patente ou instrumento similar, feito para cada nomeação que ateste sua qualidade e que indique, como regra geral, seu nome completo, sua classe e categoria, a jurisdição con-

sular e a sede da repartição consular.

2. O Estado que envia transmitirá a carta-patente ou instrumento similar, por via diplomática ou outra via apropriada, ao Governo do Estado em cujo território o chefe da repartição consular irá exercer suas funções.

3. Se o Estado receptor o aceitar, o Estado que envia poderá substituir a carta-patente ou instrumento similar por uma notificação que contenha as indicações referidas no § 1º do presente artigo.

ARTIGO 12

Exequatur

1. O Chefe da repartição consular será admitido no exercício de suas funções por uma autorização do Estado receptor denominado "exequatur", qualquer que seja a forma dessa autorização.

2. O Estado que negar a concessão de um exequatur não estará obrigado a comunicar ao Estado que envia os motivos dessa recusa.

3. Sem prejuízo das disposições dos artigos 13 e 15, o chefe da repartição consular não poderá iniciar suas funções antes de ter recebido o exequatur.

ARTIGO 13

Admissão provisória do chefe da repartição consular

Até que lhe tenha sido concedido o exequatur, o chefe da repartição consular poderá ser admitido provisoriamente no exercício de suas funções. Neste caso, serão-lhe aplicáveis as disposições da presente Convenção.

ARTIGO 14

Notificação às autoridades da jurisdição consular

Logo que o chefe da repartição consular for admitido, ainda que provisoriamente, no exercício de suas funções, o Estado receptor notificará imediatamente às autoridades competentes da jurisdição consular. Estará também obrigado a cuidar de que sejam tomadas as medidas necessárias a fim de que o chefe da repartição consular possa cumprir os deveres de seu cargo e beneficiar-se do tratamento previsto pelas disposições da presente Convenção.

ARTIGO 15

Exercício a título temporário das funções de chefe da repartição consular

1. Se o Chefe da repartição consular não puder exercer suas funções ou se seu lugar for considerado vago, um chefe interino poderá atuar, provisoriamente como tal.

2. O nome completo do chefe interino será comunicado ao Ministério das Relações Exteriores do Estado receptor ou à autoridade designada por esse Ministério, quer pela missão diplomática do Estado que envia, quer, na falta de missão diplomática do Estado que envia no Estado receptor, pelo chefe da repartição consular, ou, se este não o puder fazer, por qualquer autoridade competente do Estado que envia. Como regra geral, esta notificação deverá ser feita previamente. O Estado receptor poderá sujeitar à sua aprovação a admissão, como chefe interino, de pessoa que não for nem agente diplomático nem funcionário consular do Estado que envia no Estado receptor.

3. As autoridades competentes do Estado receptor deverão prestar assistência e proteção ao chefe interino da repartição. Durante sua gestão as disposições da presente Convenção lhe serão aplicáveis como o seriam com referência ao chefe da

repartição consular interessado. O Estado receptor, entretanto, não será obrigado a conceder a um chefe interino as facilidades, privilégios e imunidades de que goze o titular, caso não esteja aquele nas mesmas condições que preenche o titular.

4. Quando, nas condições previstas no § 1º do presente artigo, um membro do pessoal diplomático da representação diplomática do Estado que envia no Estado receptor for nomeado chefe interino de repartição consular pelo Estado que envia, continuará a gozar dos privilégios e imunidades diplomáticas, se o Estado receptor a isso não se opuser.

ARTIGO 16

Precedência entre os chefes de repartições consulares

1. A ordem de precedência dos chefes de repartição consular será estabelecida, em cada classe, em função da data da concessão do exequatur.

2. Se, entretanto, o chefe da repartição consular for admitido provisoriamente no exercício de suas funções antes de obter o exequatur, a data desta admissão provisória determinará a ordem de precedência; esta ordem será mantida após a concessão do exequatur.

3. A ordem de precedência entre dois ou mais chefes de repartição consular, que obtiverem na mesma data o exequatur ou a admissão provisória, será determinada pela data da apresentação ao Estado receptor de duas cartas-patentes ou instrumentos similares ou das notificações previstas no § 3 do artigo 11.

4. Os chefes interinos virão, na ordem de precedência, após todos os chefes de repartição consular. Entre eles, a precedência será determinada pelas datas em que assumirem suas funções como chefes interinos, as quais tenham sido indicadas nas notificações previstas no § 2 do artigo 15.

5. Os funcionários consulares honorários que forem chefes de repartição consular virão, na ordem de precedência, em cada classe, após os de carreira, de conformidade com a ordem e as normas estabelecidas nos parágrafos precedentes.

6. Os chefes de repartição consular terão precedência sobre os funcionários consulares que não tenham tal qualidade.

ARTIGO 17

Prática de atos diplomáticos por funcionários consulares

1. Num Estado em que o Estado que envia não tiver missão diplomática e não estiver representado pela de um terceiro Estado, um funcionário consular poderá ser incumbido, com o consentimento do Estado receptor, de praticar atos diplomáticos. A prática desses atos por um funcionário consular não lhe dará direito a privilégios e imunidades diplomáticas.

2. Um funcionário consular poderá, após notificação ao Estado receptor, atuar como representante do Estado que envia junto a qualquer organização intergovernamental. No desempenho dessas funções, terá direito a todos os privilégios e imunidades que o direito internacional consuetudinário ou os acordos internacionais concedam aos representantes junto a organizações intergovernamentais; entretanto, no desempenho de qualquer função consular, não terá direito à imunidade de jurisdição maior do que a reconhecida a funcionários consulares em virtude da presente Convenção.

ARTIGO 18

Nomeação da mesma pessoa, como funcionário consular, por dois ou mais Estados

1. Dois ou mais Estados poderão, com o consentimento do Estado receptor nomear a mesma pessoa como funcionário consular nesse Estado.

ARTIGO 19

Nomeação de membros do pessoal consular

1. Respeitadas as disposições dos artigos 20, 22 e 23, o Estado que envia poderá nomear livremente os membros do pessoal consular.

2. O Estado que envia comunicará ao Estado receptor o nome completo, a classe e a categoria de todos os funcionários consulares, com exceção do chefe de repartição consular, com a devida antecedência para que o Estado receptor, se o desejar, possa exercer os direitos que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 23.

3. O Estado que envia poderá, se suas leis e regulamentos o exigirem, pedir ao Estado receptor a concessão de exequatur para um funcionário consular que não for chefe de repartição consular.

4. O Estado receptor poderá, se suas leis e regulamentos o exigirem, conceder exequatur a um funcionário consular que não for chefe de repartição consular.

ARTIGO 20

Número de membros da repartição consular

Na ausência de acordo expresso sobre o número de membros da repartição consular, o Estado receptor poderá exigir que este número seja mantido nos limites do que considera razoável e normal, segundo as circunstâncias e condições da jurisdição consular e as necessidades da repartição consular em apreço.

ARTIGO 21

Precedência entre os funcionários consulares de uma repartição consular

A ordem de precedência entre os funcionários consulares de uma repartição consular e quaisquer modificações a mesma serão comunicadas ao Ministério das Relações Exteriores do Estado receptor, ou à autoridade indicada por este Ministério, pela missão diplomática do Estado que envia ou, na falta de tal missão no Estado receptor, pelo chefe da repartição consular.

ARTIGO 22

Nacionalidade dos funcionários consulares

1. Os funcionários consulares deverão, em princípio, ter a nacionalidade do Estado que envia.

2. Os funcionários consulares só poderão ser escolhidos dentre os nacionais do Estado receptor com o consentimento expresso desse Estado, o qual poderá retirá-lo a qualquer momento.

3. O Estado receptor poderá reservar-se o mesmo direito em relação aos nacionais de um terceiro Estado que não forem também nacionais do Estado que envia.

ARTIGO 23

Funcionário declarado "persona non grata"

1. O Estado receptor poderá, a qualquer momento, notificar ao Estado que envia que um funcionário consular é "persona non grata" ou que qualquer outro membro da repartição consular não é aceitável. Nessas circunstâncias, o Estado que envia,

conforme o caso, ou retirará a referida pessoa ou porá termo a suas funções nessa repartição consular.

2. Se o Estado que envia negar-se a executar, ou não executar num prazo razoável, as obrigações que lhe incumbem nos termos do parágrafo 1º do presente artigo, o Estado receptor poderá, conforme o caso, retirar o exequatur à pessoa referida ou deixar de considerá-la como membro do pessoal consular.

3. Uma pessoa nomeada membro de uma repartição consular poderá ser declarada inaceitável antes de chegar ao território do Estado receptor, ou se já estiver, antes de assumir suas funções na repartição consular. O Estado que envia deverá, em qualquer dos casos, retirar a nomeação.

4. Nos casos mencionados nos parágrafos 1º e 3º do presente artigo, o Estado receptor não é obrigado a comunicar ao Estado que envia os motivos da sua decisão.

ARTIGO 24

Notificação ao Estado receptor das nomeações, chegadas e partidas

1. O Ministério das Relações Exteriores do Estado receptor, ou a autoridade indicada por este Ministério, será notificado de:

a) a nomeação dos membros de uma repartição consular, sua chegada após a nomeação para a mesma, sua partida definitiva ou a cessação de suas funções, bem como de quaisquer outras modificações que afetem seu status, ocorridas durante o tempo em que servir na repartição consular;

b) a chegada e a partida definitiva de uma pessoa da família de um membro da repartição consular que com ele visa, e, quando for o caso, o fato de uma pessoa se tornar, ou deixar de ser membro da família;

c) a chegada e a partida definitiva dos membros do pessoal privado e, quando for o caso, o término de seus serviços nessa qualidade;

d) a contratação e a dispensa de pessoas residentes no Estado receptor, seja na qualidade de membros da repartição consular ou de membros do pessoal privado, que tiverem direito a privilégios e imunidades.

2. A chegada e a partida definitiva serão notificadas igualmente com antecedência, sempre que possível.

SEÇÃO II — TÉRMINO DAS FUNÇÕES CONSULARES

ARTIGO 25

Término das funções de um membro da repartição consular

As funções de um membro da repartição terminam inter alia:

a) pela notificação ao Estado que envia ao Estado receptor de que suas funções chegaram ao fim;

b) pela retirada do exequatur;

c) pela notificação do Estado receptor ao Estado que envia de que deixou de considerar a pessoa em apreço como membro do pessoal consular.

ARTIGO 26

Partida do território do Estado receptor

O Estado receptor deverá, mesmo no caso de conflito armado, conceder aos membros da repartição consular e aos membros do pessoal privado, que não forem nacionais do Estado receptor assim como aos membros de suas famílias que com eles vivam, qualquer que seja sua nacionalidade, o tempo e as facilidades necessárias para preparar sua partida e deixar o território do país receptor depois do término das suas funções. Deverá, especialmente, se for o caso, pôr à sua disposição os meios de transporte necessários para essas pessoas e seus bens, excepto os bens adquiridos no

Estado receptor e cuja exportação estiver proibida no momento da saída.

ARTIGO 27

Proteção dos locais e arquivos consulares e dos interesses do Estado que envia em circunstâncias excepcionais

1. No caso de rompimento das relações consulares entre dois Estados;

a) o Estado receptor ficará obrigado a respeitar e proteger, inclusive em caso de conflito armado, os locais consulares, os bens da repartição consular e seus arquivos;

b) O Estado que envia poderá confiar a custódia dos locais consulares, dos bens que aí se achem e dos arquivos consulares, a um terceiro Estado aceitável ao Estado receptor;

c) o Estado que envia poderá confiar a proteção de seus interesses e dos interesses de seus nacionais a um terceiro Estado aceitável pelo Estado receptor.

2. No caso de fechamento temporário ou definitivo de uma repartição consular, aplicar-se-ão as disposições da alínea a do parágrafo 1º do presente artigo.

Além disso:

a) se o Estado que envia, ainda que não estiver representado no Estado receptor por uma missão diplomática, tiver outra repartição consular no território do Estado receptor, esta poderá encarregar-se da custódia dos locais consulares que tenham sido fechados, dos bens que neles se encontram e dos arquivos consulares e, com o consentimento do Estado receptor, do exercício das funções consulares na jurisdição da referida repartição consular; ou,

b) se o Estado que envia não tiver missão diplomática nem outra repartição consular no Estado receptor, aplicar-se-ão as disposições das alíneas b e c do parágrafo 1º deste artigo.

CAPÍTULO II

Facilidades, privilégios e imunidades relativas às repartições consulares, aos funcionários consulares de carreira e a outros membros da repartição consular

Seção I

Facilidades, privilégios e imunidades relativas às repartições consulares

ARTIGO 28

Facilidades concedidas à repartição consular em suas atividades

O Estado receptor concederá todas as facilidades para o exercício das funções da repartição consular.

ARTIGO 29

Uso da bandeira e escudo nacionais

1. O Estado que envia terá direito a utilizar sua bandeira e escudo nacionais no Estado receptor, de acordo com as disposições do presente artigo.

2. O Estado que envia poderá izar sua bandeira nacional e colocar seu escudo no edifício ocupado pela repartição consular, à porta de entrada, assim como na residência do chefe da repartição consular e em seus meios de transporte, quando estes forem utilizados em serviços oficiais.

3. No exercício do direito reconhecido pelo presente artigo, levar-se-ão em conta as leis, os regulamentos e usos do Estado receptor.

ARTIGO 30

Acomodações

1. O Estado receptor deverá facilitar, de acordo com suas leis e regulamentos, a aquisição, em seu território, pelo Estado que envia, de acomodações necessárias à repartição consular, ou ajudá-la a obter acomodações de outra maneira.

2. Deverá igualmente ajudar, quando necessário, a repartição consular a obter acomodações convenientes para seus membros.

ARTIGO 31

Inviolabilidade dos locais consulares

1. Os locais consulares serão invioláveis na medida do previsto pelo presente artigo.

2. As autoridades do Estado receptor não poderão penetrar na parte dos locais consulares que a repartição consular utilizar exclusivamente para as necessidades de seu trabalho, a não ser com o consentimento do chefe da repartição consular, da pessoa por ele designada ou do chefe da missão diplomática do Estado que envia. Todavia, o consentimento do chefe da repartição consular poderá ser presumido em caso de incêndio ou outro sinistro que exija medidas de proteção imediata.

3. Sem prejuízo das disposições do parágrafo 2º do presente artigo, o Estado receptor terá a obrigação especial de tomar as medidas apropriadas para proteger os locais consulares contra qualquer invasão ou dano, bem como para impedir que se perturbe a tranquilidade da repartição consular ou se atente contra sua dignidade.

4. Os locais consulares, seus móveis, os bens da repartição consular e seus meios de transporte não poderão ser objeto de qualquer forma de requisição para fins de defesa nacional ou de utilidade pública. Se, para tais fins, for necessária a desapropriação, tomar-se-ão as medidas apropriadas para que não se perturbe o exercício das funções consulares, e pagar-se-á ao Estado que envia uma indenização rápida, adequada e efetiva.

ARTIGO 32

Isenção fiscal dos locais consulares

1. Os locais consulares e a residência do chefe da repartição consular de carreira de que for proprietário o Estado que envia ou pessoa que atue em seu nome, estarão isentos de quaisquer impostos e taxas nacionais, regionais e municipais, exceptuadas as taxas cobradas em pagamento de serviços específicos prestados.

2. A isenção fiscal prevista no parágrafo 1º do presente artigo não se aplica aos impostos e taxas que, de acordo com as leis e regulamentos do Estado receptor, devam ser pagos pela pessoa que contraiu com o Estado que envia ou com a pessoa que atue em seu nome.

ARTIGO 33

Inviolabilidade dos arquivos e documentos consulares

Os arquivos e documentos consulares serão sempre invioláveis, onde quer que estejam.

ARTIGO 34

Liberdade de movimento

Sem prejuízo de suas leis e regulamentos relativos às zonas cujo acesso for proibido ou limitado por razões de segurança nacional, o Estado receptor assegurará a liberdade de movimento e circulação em seu território a todos os membros da repartição consular.

ARTIGO 35

Liberdade de comunicação

1. O Estado receptor permitirá e protegerá a liberdade de comunicação da repartição consular para todos os fins oficiais. Ao se comunicar com o Governo, com as missões diplomáticas e outras repartições consulares do Estado que envia, onde quer que estejam, a repartição consular poderá empregar todos os meios de comunicação apropriados, inclusive correios diplomáticos e consulares, malas diplomáticas e consulares e mensagens em código ou cifra. Todavia, a repartição

consular, só poderá instalar e usar uma emissora de rádio com o consentimento do Estado receptor.

2. A correspondência oficial da repartição consular é inviolável. Pela expressão "correspondência oficial" entender-se-á qualquer correspondência relativa a repartição consular e suas funções.

3. A mala consular não poderá ser aberta ou retirada. Todavia, se as autoridades competentes do Estado receptor tiverem razões sérias para acreditar que a mala contém algo além da correspondência, documentos ou objetos mencionados no parágrafo 3º do presente artigo, poderão pedir que a mala seja aberta em sua presença por representante autorizado do Estado que envia. Se o pedido for recusado pelas autoridades do Estado que envia, a mala será devolvida ao lugar de origem.

4. Os volumes que constituem a mala consular deverão ser providos de sinais exteriores visíveis, indicadores de seu caráter, e só poderão conter correspondência e documentos oficiais ou objetos destinados exclusivamente a uso oficial.

5. O correio consular deverá estar munido de documento oficial que ateste sua qualidade e que especifique o número de volumes que constituem a mala diplomática. Exceto com o consentimento do Estado receptor, o correio não poderá ser nacional do Estado receptor nem, salvo se for nacional do Estado que envia, residente permanente no Estado receptor. No exercício de suas funções, o correio será protegido pelo Estado receptor. Gozará de inviolabilidade pessoal e não poderá ser objeto de nenhuma forma de prisão ou detenção.

6. O Estado que envia, suas missões diplomáticas e suas repartições consulares poderão nomear correios consulares ad hoc. Neste caso, aplicar-se-ão as disposições do parágrafo 5º do presente artigo, sob a reserva de que as imunidades mencionadas deixarão de ser aplicáveis no momento em que o correio tiver entregue ao destinatário a mala pela qual é responsável.

7. A mala consular poderá ser confiada ao comandante de um navio ou aeronave comercial, que deverá chegar a um ponto de entrada autorizado. Tal comandante terá um documento oficial em que conste o número de volumes que constituem a mala, mas não será considerado correio consular. Mediante prévio acordo com as autoridades locais competentes, a repartição consular poderá enviar um de seus membros para tomar posse de mala, direta e livremente, das mãos do comandante de navio ou aeronave.

ARTIGO 38

Comunicação com os nacionais do Estado que envia

1. A fim de facilitar o exercício das funções consulares relativas aos nacionais do Estado que envia:

a) os funcionários consulares terão liberdade de se comunicar com os nacionais do Estado que envia e visitá-los. Os nacionais do Estado que envia terão a mesma liberdade de se comunicarem com os funcionários consulares e de visitá-los;

b) se o interessado lhes solicitar, as autoridades competentes do Estado receptor deverão, sem tardar, informar a repartição consular competente quando, em sua jurisdição, um nacional do Estado que envia for preso, encarcerado, posto em prisão preventiva ou detido de qualquer outra maneira. Qualquer comunicação endereçada à repartição consular pela pessoa detida, encarcerada ou presa preventivamente deve igualmente ser transmitida sem tardar pelas referidas autoridades. Estas deverão imediatamente informar o interessado de seus

direitos nos termos do presente sub-parágrafo;

c) os funcionários consulares terão direito de visitar o nacional do Estado que envia, o qual estiver detido, encarcerado ou preso preventivamente, conversar e corresponder-se com ele, e providenciar sua defesa perante os tribunais. Terão igualmente o direito de visitar qualquer nacional do Estado que envia encarcerado, preso ou detido em sua jurisdição em virtude de execução de uma sentença. Todavia, os funcionários consulares deverão abster-se de intervir em favor de um nacional encarcerado, preso ou detido preventivamente, sempre que o interessado a isso se opuser expressamente.

2. As prerrogativas a que se refere o § 1º do presente artigo serão exercidas de acordo com as leis e regulamentos do Estado receptor, devendo, contudo, entender-se que tais leis e regulamentos não poderão impedir o pleno efeito dos direitos reconhecidos pelo presente artigo.

ARTIGO 39

Informações em casos de morte, tutela, curatela, naufrágio e acidente aéreo

Quando as autoridades competentes do Estado receptor possuírem as informações correspondentes, estarão obrigadas a:

a) em caso de morte de um nacional do Estado que envia, informar sem demora a repartição consular em cuja jurisdição a morte ocorreu;

b) notificar, sem demora, a repartição consular competente; todos os casos em que for necessária a nomeação de tutor ou curador para um menor ou incapaz, nacional do Estado que envia. O fornecimento dessa informação, todavia, não prejudicará a aplicação das leis e regulamentos do Estado receptor, relativas a essas nomeações;

c) informar sem demora a repartição consular mais próxima do lugar do sinistro, quando um navio, que tiver a nacionalidade do Estado que envia, naufragar ou encalhar no mar territorial ou nas águas internas do Estado receptor, ou quando uma aeronave matriculada no Estado que envia sofrer acidente no território do Estado receptor.

ARTIGO 39

Comunicações com as autoridades do Estado receptor

No exercício de suas funções, os funcionários consulares poderão comunicar-se com:

a) as autoridades locais competentes de sua jurisdição consular;

b) as autoridades centrais competentes do Estado receptor, se e na medida em que o permitirem as leis, regulamentos e usos do Estado receptor, bem como os acordos internacionais pertinentes.

ARTIGO 39

Direitos e emolumentos consulares

1. A repartição consular poderá cobrar no território do Estado receptor os direitos e emolumentos que as leis e regulamentos do Estado que envia prescreverem para os atos consulares.

2. As somas recebidas a título de direitos e emolumentos previstos no § 1º do presente artigo e os recibos correspondentes estarão isentos de quaisquer impostos e taxas no Estado receptor.

Seção II

Facilidades, privilégios e imunidades relativas aos funcionários consulares de carreira e outros membros da repartição consular

ARTIGO 40

Proteção aos funcionários consulares

O Estado receptor tratará os funcionários consulares com o devido respeito e adotará todas as medidas adequadas para evitar qualquer atentado a sua pessoa, liberdade ou dignidade.

peito e adotará todas as medidas adequadas para evitar qualquer atentado a sua pessoa, liberdade ou dignidade.

ARTIGO 41

Inviolabilidade pessoal dos funcionários consulares

1. Os funcionários consulares não poderão ser detidos ou presos preventivamente, exceto em caso de crime grave e em decorrência de decisão de autoridade judiciária competente.

2. Exceto no caso previsto no § 1º do presente artigo, os funcionários consulares não podem ser presos nem submetidos a qualquer outra forma de limitação de sua liberdade pessoal, senão em decorrência de sentença judiciária definitiva.

3. Quando se instaurar processo penal contra um funcionário consular, este será obrigado a comparecer perante as autoridades competentes. Todavia, as diligências serão conduzidas com as deferências devidas à sua posição oficial e, exceto no caso previsto no § 1º deste artigo, de maneira a que perturbe o menos possível o exercício das funções consulares. Quando, nas circunstâncias previstas no § 1º deste artigo, for necessário decretar a prisão preventiva de um funcionário consular, o processo correspondente deverá iniciar-se sem a menor demora.

ARTIGO 42

Notificação em caso de detenção, prisão preventiva ou instauração de processo

Em caso de detenção, prisão preventiva de um membro do pessoal consular ou de instauração de processo penal contra o mesmo, o Estado receptor deverá notificar imediatamente o chefe da repartição consular. Se este último for o objeto de tais medidas, o Estado receptor levará o fato ao conhecimento do Estado que envia, por via diplomática.

ARTIGO 43

Imunidade de jurisdição

1. Os funcionários consulares e os empregados consulares não estão sujeitos à jurisdição das autoridades judiciárias e administrativas do Estado receptor pelos atos realizados no exercício das funções consulares.

2. As disposições do § 1º do presente artigo não se aplicarão, entretanto, no caso de ação civil:

a) que resulte de contrato que o funcionário ou empregado consular não tiver realizado implicita ou explicitamente como agente do Estado que envia; ou

b) que seja proposta por terceiro como consequência de danos causados por acidente de veículo, navio ou aeronave, ocorrido no Estado receptor.

ARTIGO 44

Obrigação de prestar depoimento

1. Os membros de uma repartição consular poderão ser chamados a depor como testemunhas no decorrer de um processo judiciário ou administrativo. Um empregado consular ou um membro do pessoal de serviço não poderá negar-se a depor como testemunha exceto nos casos mencionados no § 3º do presente artigo. Se um funcionário consular recusar-se a prestar depoimento, nenhuma medida coercitiva ou qualquer outra sanção será-lhe aplicada.

2. A autoridade que solicitar o testemunho deverá evitar que o funcionário consular seja perturbado no exercício de suas funções. Poderá tomar o depoimento do funcionário consular em seu domicílio ou na repartição consular, ou aceitar sua declaração por escrito, sempre que for possível.

3. Os membros de uma repartição consular não serão obrigados a depor sobre fatos relacionados com o exercício de suas funções, nem a testificar

correspondência e documentos oficiais que a elas se refiram. Poderão, igualmente, recusar-se a depor na qualidade de peritos sobre as leis do Estado que envia.

ARTIGO 45

Renúncia aos privilégios e imunidades

1. O Estado que envia poderá renunciar, com relação a um membro da repartição consular, aos privilégios e imunidades previstos nos artigos 41, 43 e 44.

2. A renúncia será sempre expressa, exceto no caso do disposto no parágrafo 3º do presente artigo, e deve ser comunicada por escrito ao Estado receptor.

3. Se um funcionário consular, ou empregado consular, propor ação judicial sobre matéria de que goza de imunidade de jurisdição de acordo com o disposto no artigo 43, não poderá alegar esta imunidade com relação a qualquer pedido de reconvenção diretamente ligado à demanda principal.

4. A renúncia à imunidade de jurisdição quanto a ações civis ou administrativas não implicará na renúncia à imunidade quanto a medidas de execução de sentença, para as quais nova renúncia será necessária.

ARTIGO 46

Isenção do registro de estrangeiros e da autorização de residência

1. Os funcionários e empregados consulares e os membros de suas famílias que com eles vivem estarão isentos de todas as obrigações previstas pelas leis e regulamentos do Estado receptor relativas ao registro de estrangeiros e à autorização de residência.

2. Todavia, as disposições do parágrafo 1º do presente artigo não se aplicarão aos empregados consulares que não sejam empregados permanentes do Estado que envia ou que exerçam no Estado receptor atividade privada de caráter lucrativo, nem tampouco aos membros da família desses empregados.

ARTIGO 47

Isenção de autorização de trabalho

1. Os membros da repartição consular estarão isentos, em relação aos serviços prestados ao Estado que envia de qualquer obrigações relativas à autorização de trabalho exigida pelas leis e regulamentos do Estado receptor referentes ao emprego de mão-de-obra estrangeira.

2. Os membros do pessoal privado dos funcionários e empregados consulares, desde que não exerçam outra ocupação de caráter lucrativo no Estado receptor, estarão isentos das obrigações previstas no parágrafo 1 do presente artigo.

ARTIGO 48

Isenção do regime de previdência social

1. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 3 do presente artigo, os membros da repartição consular, com relação aos serviços prestados ao Estado que envia, e os membros de sua família que com eles vivem, estarão isentos das disposições de previdência social em vigor no Estado receptor.

2. A isenção prevista no parágrafo 1 do presente artigo aplicar-se-á também aos membros do pessoal privado que estejam a serviço exclusivo dos membros da repartição consular, sempre que:

a) não sejam nacionais do Estado receptor ou nele não residam permanentemente;

b) estejam protegidos pelas disposições sobre previdência social em vigor

gor no Estado que envia ou num terceiro Estado.

3. Os membros da repartição consular que empregam pessoas às quais não se aplique a isenção prevista no parágrafo 2 do presente artigo devem cumprir as obrigações impostas aos empregadores pelas disposições de previdência social do Estado receptor.

4. A isenção prevista nos parágrafos 1 e 2 do presente artigo não exclui a participação voluntária no regime de previdência social do Estado receptor, desde que seja permitida por este Estado.

ARTIGO 49º

Isenção fiscal

1. Os funcionários e empregados consulares, assim como os membros de suas famílias que com eles vivam, estarão isentos de quaisquer impostos e taxas, pessoais ou reais, nacionais, regionais ou municipais, com exceção dos:

a) impostos indiretos normalmente incluídos no preço das mercadorias ou serviços;

b) impostos e taxas sobre bens imóveis privados situados no território do Estado receptor, sem prejuízo das disposições do artigo 32;

c) impostos de sucessão e de transmissão exigíveis pelo Estado receptor, sem prejuízo das disposições do parágrafo b) do artigo 51;

d) impostos e taxas sobre rendas particulares, inclusive rendas de capital, que tenham origem no Estado receptor, e impostos sobre capital, correspondentes a investimentos realizados em empresas comerciais ou financeiras situadas no Estado receptor;

e) impostos e taxas percebidas como remuneração de serviços particulares prestados;

f) direitos de registro, taxas judiciais, hipoteca e selo, sem prejuízo do disposto no artigo 32.

2. Os membros do pessoal de serviço estarão isentos de impostos e taxas sobre salários que recebam como remuneração de seus serviços.

3. Os membros da repartição consular que empregarem pessoas cujos ordenados ou salários não estejam isentos de imposto de renda no Estado receptor deverão respeitar as obrigações que as leis e regulamentos do referido Estado impuserem aos empregadores em matéria de cobrança do imposto de renda.

ARTIGO 50º

Isenção de impostos e de inspeção alfandegária

1. O Estado receptor, de acordo com as leis e regulamentos que adotar, permitirá a entrada e concederá isenção de quaisquer impostos alfandegários, tributos e despesas conexas, com exceção das despesas de depósito, de transporte e serviços análogos, para:

a) os artigos destinados ao uso oficial da repartição consular;

b) os artigos destinados ao uso pessoal do funcionário consular e aos membros da família que com ele vivam, inclusive aos artigos destinados à sua instalação. Os artigos de consumo não deverão exceder as quantidades que estas pessoas necessitam para o consumo pessoal.

2. Os empregados consulares gozarão dos privilégios e isenções previstos no parágrafo 1 do presente artigo, com relação aos objetos importados quando da primeira instalação.

3. A bagagem pessoal que acompanha os funcionários consulares e os membros da sua família que com eles vivam estará isenta de inspeção alfandegária. A mesma só poderá ser inspecionada se houver sérias razões para se supor que contenha objetos diferentes dos mencionados na alínea b) do parágrafo 1 do presente artigo,

ou cuja importação ou exportação for proibida pelas leis e regulamentos do Estado receptor, ou que estejam sujeitos às suas leis e regulamentos de quarentena. Esta inspeção só poderá ser feita na presença do funcionário consular ou do membro de sua família interessado.

ARTIGO 51º

Successão de um membro da repartição consular ou de um membro de sua família

No caso de morte de um membro da repartição consular ou de um membro de sua família que com ele viva, o Estado receptor será obrigado a:

a) permitir a exportação dos bens móveis do defunto, exceto dos que, adquiridos no Estado receptor, tiverem a exportação proibida no momento da morte;

b) não cobrar impostos nacionais, regionais ou municipais sobre a sucessão ou a transmissão dos bens móveis que se encontrem no Estado receptor unicamente por ali ter vivido o defunto, como membro da repartição consular ou membro da família de um membro da repartição consular.

ARTIGO 52º

Isenção de prestação de serviços pessoais

O Estado receptor deverá isentar os membros da repartição consular e os membros de sua família que com eles vivam da prestação de qualquer serviço pessoal, de qualquer serviço de interesse público, seja qual for sua natureza, bem como de encargos militares tais como requisição, contribuições e alojamentos militares.

ARTIGO 53º

Comêço e fim dos privilégios e imunidades consulares

1. Todo membro da repartição consular gozará dos privilégios e imunidades previstos pela presente Convenção desde o momento em que entre no território do Estado receptor para chegar a seu posto, ou, se ele já se encontrar nesse território, desde o momento em que assumir suas funções na repartição consular.

2. Os membros da família de um membro da repartição consular que com eles vivam, assim como, os membros de seu pessoal privado, gozarão dos privilégios e imunidades previstos na presente Convenção, a partir do último das seguintes datas: aquela a partir da qual o membro da repartição consular goze dos privilégios e imunidades de acordo com o parágrafo 1 do presente artigo; a data de sua entrada no território do Estado receptor ou a data em que se tornarem membros da referida família ou do referido pessoal privado.

3. Quando terminarem as funções de um membro da repartição consular, seus privilégios e imunidades, assim como os dos membros de sua família que com eles vivam, ou dos membros de seu pessoal privado, cessarão normalmente na primeira das datas seguintes: no momento em que a referida pessoa abandonar o território do Estado receptor ou na expiração de um prazo razoável que lhe será concedido para esse fim, substituindo, contudo, até esse momento mesmo no caso de conflito armado. Quanto às pessoas mencionadas no parágrafo 2 do presente artigo, seus privilégios e imunidades cessarão no momento em que deixarem de pertencer à família de um membro da repartição consular ou de estar a seu serviço. Entretanto, quando essas pessoas se dispuserem a deixar o Estado receptor dentro de um prazo razoável, seus privilégios e imunida-

des subsistirão até o momento de sua partida.

4. Todavia, no que concerne aos atos praticados por um funcionário consular ou um empregado consular no exercício das suas funções, a imunidade de jurisdição subsistirá indefinidamente.

5. No caso de morte de um membro da repartição consular, os membros de sua família que com ele tenham vivido continuarão a gozar dos privilégios e imunidades que lhe correspondiam até a primeira das seguintes datas: a da partida do território do Estado receptor ou da expiração de um prazo razoável que lhes será concedido para esse fim.

ARTIGO 54º

Obrigação dos terceiros Estados

1. Se um funcionário consular atravessa o território ou se encontra no território de um terceiro Estado que lhe concedeu um visto, no caso deste visto ter sido necessário, para ir assumir ou reassumir suas funções na sua repartição consular ou para voltar ao Estado que envia, o terceiro Estado conceder-lhe-á as imunidades previstas em outros artigos da presente Convenção, necessárias para facilitar-lhe a travessia e o regresso. O terceiro Estado concederá o mesmo tratamento aos membros da família que com eles vivam e que gozem desses privilégios e imunidades, quer acompanhem o funcionário consular quer viajem separadamente para reunir-se a ele ou regressar ao Estado que envia.

2. Em condições análogas àsquelas especificadas no parágrafo 1 do presente artigo, os terceiros Estados não deverão dificultar a passagem através do seu território aos demais membros da repartição consular e aos membros de sua família que com eles vivam.

3. Os terceiros Estados concederão à correspondência oficial e a outras comunicações oficiais em trânsito, inclusive às mensagens em código ou cifra, a mesma liberdade e proteção que o Estado receptor estiver obrigado a conceder em virtude da presente Convenção. Concederão aos correios consulares, a quem um visto tenha sido concedido, caso necessário, bem como às malas consulares em trânsito, a mesma inviolabilidade e proteção que o Estado receptor for obrigado a conceder em virtude da presente Convenção.

As obrigações dos terceiros Estados decorrentes dos parágrafos 1, 2, e 3 do presente artigo aplicar-se-ão igualmente às pessoas mencionadas nos respectivos parágrafos, assim como às comunicações oficiais e às malas consulares quando as mesmas se encontrem no território de terceiro Estado por motivo de força maior.

ARTIGO 55º

Respeito às leis e regulamentos do Estado receptor

1. Sem prejuízo de seus privilégios e imunidades, todas as pessoas que se beneficiem desses privilégios e imunidades deverão respeitar as leis e regulamentos do Estado receptor. Terão igualmente o dever de não se imiscuir nos assuntos internos do referido Estado.

2. Os locais consulares não devem ser utilizados de maneira incompatível com o exercício das funções consulares.

3. As disposições do parágrafo 2 do presente artigo não excluirão a possibilidade de se instalar, numa parte do edifício onde se encontrem os locais da repartição consular, os escritórios de outros organismos ou agências, contanto que os locais a

eles destinados estejam separados dos que utilize a repartição consular. Neste caso, os mencionados escritórios não serão, para os fins da presente Convenção, considerados como parte integrante dos locais consulares.

ARTIGO 56º

Seguro contra danos causados a terceiros

Os membros da repartição consular deverão cumprir todas as obrigações impostas pelas leis e regulamentos do Estado receptor relativas ao seguro de responsabilidade civil por danos causados a terceiros pela utilização de qualquer veículo, navio ou aeronave.

ARTIGO 57

Disposições especiais relativas às atividades privadas de caráter lucrativo

1. Os funcionários consulares de carreira não exercerão, em proveito próprio, nenhuma atividade profissional ou comercial no Estado receptor.

2. Os privilégios e imunidades previstas no presente Capítulo não serão concedidos:

a) aos empregados consulares ou membros do pessoal de serviço que exercerem atividade privada de caráter lucrativo no Estado receptor;

b) aos membros da família das pessoas mencionadas na alínea a) do presente parágrafo e aos de seu pessoal privado;

c) aos membros da família do membro da repartição consular que exercerem atividade privada de caráter lucrativo no Estado receptor.

CAPÍTULO III

Regime aplicável aos funcionários consulares honorários e às Repartições Consulares por eles dirigidas

ARTIGO 58

Disposições gerais relativas às facilidades, privilégios e imunidades

1. Os artigos 28, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 38 e 39, o parágrafo 3 do artigo 54 e os parágrafos 2 e 3 do artigo 55 aplicar-se-ão às repartições consulares dirigidas por um funcionário consular honorário. Ademais as facilidades, privilégios e imunidades dessas repartições consulares serão reguladas pelos artigos 59, 60, 61 e 62.

2. Os artigos 42 e 43, o parágrafo 3 do artigo 44, os artigos 45 e 46, e o parágrafo 1 do artigo 55, aplicar-se-ão aos funcionários consulares honorários. As facilidades, privilégios e imunidades desses funcionários consulares reger-se-ão outrossim, pelos artigos 63, 64, 66 e 67.

3. Os privilégios e imunidades previstos na presente Convenção não serão concedidos aos membros da família de empregado consular de repartição consular dirigida por funcionário consular honorário.

4. O intercâmbio de malas consulares entre duas repartições consulares situadas em países diferentes, dirigidas por funcionários consulares honorários só será admitido com o consentimento dos dois Estados receptores.

ARTIGO 59

Isenção fiscal dos locais consulares

O Estado receptor adotará todas as medidas apropriadas para proteger os locais consulares de uma repartição consular dirigida por um funcionário consular honorário contra qualquer intrusão ou dano e para evitar perturbações à tranquilidade da repartição consular ou ofensas à sua dignidade.

ARTIGO 60

Isenção fiscal dos locais consulares
1. Os locais consulares de uma repartição consular dirigida por funcionário consular honorário, de que seja proprietário ou locatário o Estado que envia, estarão isentos de todos os impostos e taxas nacionais regionais e municipais, exceto os que representem remuneração por serviços específicos prestados.

2. A isenção fiscal, prevista no parágrafo 1 do presente artigo, não se aplicará àquelles impostos e taxas cujo pagamento, de acordo com as leis e regulamentos do Estado receptor, couber às pessoas que contratarem com o Estado que envia.

ARTIGO 61

Inviolabilidade dos arquivos e documentos consulares

Os arquivos e documentos consulares de uma repartição consular, cujo chefe for um funcionário consular honorário, serão sempre invioláveis onde quer que se encontrem, desde que estejam separados de outros papéis e documentos e, especialmente, da correspondência particular de chefes da repartição consular, de qualquer pessoa que com ele trabalhe, bem como dos objetos, livros e documentos relacionados com sua profissão ou negócios.

ARTIGO 62

Isenção de direitos alfandegários

De acordo com as leis e regulamentos que adotar, o Estado receptor permitirá a entrada, com isenção de todos os direitos alfandegários, taxas e despesas conexas, com exceção das de depósito, transporte e serviços análogos, dos seguintes artigos, desde que sejam destinados exclusivamente ao uso oficial de uma repartição consular dirigida por funcionário consular honorário: escudos, bandeiras, letreiros, sinetes e selos, livros, impressos oficiais, mobiliário de escritório, material e equipamento de escritório e artigos similares fornecidos à repartição consular pelo Estado que envia ou por solicitação deste.

ARTIGO 63

Processo Penal

Quando um processo penal for instaurado contra funcionário consular honorário, este é obrigado a se apresentar às autoridades competentes. Entretanto, o processo deverá ser conduzido com as deferências devidas ao funcionário consular honorário interrelacionado, em razão de sua posição oficial, e, exceto no caso em que esteja preso ou detido, de maneira a perturbar o menos possível o exercício das funções consulares. Quando for necessário decretar a prisão preventiva de um funcionário consular honorário, o processo correspondente deverá iniciar-se o mais breve possível.

ARTIGO 64

Proteção dos funcionários consulares honorários

O Estado receptor é obrigado a conceder ao funcionário consular honorário a proteção de que possa necessitar em razão de sua posição oficial.

ARTIGO 65

Isenção do registro de estrangeiros e da autorização de residência

Os funcionários consulares honorários, com exceção dos que exercerem no Estado receptor atividade profissional ou comercial em proveito próprio, estarão isentos de quaisquer obrigações previstas pelas leis e regulamentos do Estado receptor em matéria de registro de estrangeiro e de autorização de residência.

ARTIGO 66

Isenção fiscal

Os funcionários consulares honorários estarão isentos de quaisquer impostos e taxas sobre as remunerações e os emolumentos que recebam do Estado que envia em razão do exercício das funções consulares.

ARTIGO 67

Isenção de prestação de serviços pessoais

O Estado receptor isentará os funcionários consulares honorários da prestação de quaisquer serviços pessoais ou de interesse público, qualquer que seja sua natureza, assim como das obrigações de caráter militar, especialmente requisições, contribuições e alojamentos militares.

ARTIGO 68

Caráter facultativo da instituição dos Funcionários Consulares Honorários

Cada Estado poderá decidir livremente se nomeará ou receberá funcionários consulares honorários.

CAPÍTULO IV

Disposições Gerais

ARTIGO 69

Agentes consulares que não sejam chefes de repartição consular

1. Cada Estado poderá decidir livremente se estabelecerá ou admitirá agências consulares dirigidas por agentes consulares que não tenham sido designados chefes de repartição consular pelo Estado que envia.

2. As condições em que as agências consulares poderão exercer suas atividades, de acordo com o parágrafo 1 do presente artigo, assim como os privilégios e imunidades de que poderão gozar os agentes consulares que as dirigirem, serão estabelecidas por acordo entre o Estado que envia e o Estado receptor.

ARTIGO 70

Exercício de funções consulares pelas missões diplomáticas

1. As disposições da presente Convenção aplicar-se-ão também, na medida em que o contexto o permitir, ao exercício das funções consulares por missões diplomáticas.

2. Os nomes dos membros da missão diplomática adidos à seção consular ou encarregados do exercício das funções consulares da missão, serão comunicados ao Ministério das Relações Exteriores do Estado receptor ou à autoridade designada por este Ministério.

3. No exercício das funções consulares, a missão diplomática poderá dirigir-se:

- a) às autoridades locais da jurisdição consulares;
- b) às autoridades centrais do Estado receptor, desde que o permitam as leis, regulamentos e usos desses Estados ou os acordos internacionais pertinentes.

4. Os privilégios e imunidades dos membros da missão diplomática mencionados no parágrafo 2 do presente artigo continuarão a reger-se pelas regras de direito internacional relativas às relações diplomáticas.

ARTIGO 71

Nacionais ou residentes permanentes do Estado receptor

1. Salvo se o Estado receptor conceder outras facilidades, privilégios e imunidades os funcionários consulares que sejam nacionais ou residentes permanentes desse Estado somente gozarão de imunidade de jurisdição e inviolabilidade pessoal pelos atos oficiais realizados no exercício de suas

funções e do privilégio estabelecido no parágrafo 3 do artigo 44. No que respeita a esses funcionários consulares, o Estado receptor deverá também cumprir a obrigação prevista no artigo 42. Se um processo penal for instaurado contra esses funcionários consulares, as diligências deverão ser conduzidas, exceto no caso em que o funcionário estiver preso ou detido, de maneira a que se perturbe o menos possível o exercício das funções consulares.

2. Os demais membros da repartição consular que sejam nacionais ou residentes permanentes do Estado receptor e os membros de sua família, assim os membros da família dos funcionários consulares mencionados no parágrafo 1 do presente artigo, só gozarão de facilidades, privilégios e imunidades que lhes forem concedidos pelo Estado receptor. Do mesmo modo, os membros da família de um membro da repartição consular e os membros do pessoal privado que sejam nacionais ou residentes permanentes do Estado receptor só gozarão das facilidades, privilégios e imunidades que lhes forem concedidos pelo Estado receptor. Todavia o Estado receptor deverá exercer sua jurisdição sobre essas pessoas de maneira a não perturbar indevidamente o exercício das funções da repartição consular.

ARTIGO 72

Não discriminação entre Estados

1. O Estado receptor não discriminará entre os Estados ao aplicar as disposições da presente Convenção.

2. Todavia, não será considerado discriminatório:

- a) que o Estado receptor aplique restritivamente qualquer das disposições da presente Convenção em consequência de igual tratamento às suas repartições consulares no Estado que envia;
- b) que, por costume ou acordo, os Estados se concedam reciprocamente tratamento mais favorável que o estabelecido nas disposições da presente Convenção.

ARTIGO 73

Relação entre a presente Convenção e outros acordos internacionais

1. As disposições da presente Convenção não prejudicarão outros acordos internacionais em vigor entre as partes contratantes dos mesmos.

2. Nenhuma das disposições da presente Convenção impedirá que os Estados conclam acordos que confirmem, completem, estendam ou ampliem suas disposições.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

ARTIGO 74

Assinatura

A presente Convenção ficará aberta à assinatura de todos os Estados Membros da Organização das Nações Unidas ou de qualquer organização especializada, bem como de todo Estado Parte do Estatuto da Corte Internacional de Justiça e de qualquer outro Estado convidado pela Assembleia Geral das Nações Unidas a se tornar parte da Convenção, da seguinte maneira: até 31 de outubro de 1963, no Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros da Áustria e depois, até 31 de março de 1964, na Sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York.

ARTIGO 76

Ratificação

A presente Convenção está sujeita a ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto ao Secretário Geral das Nações Unidas.

ARTIGO 76

Adesão

A presente Convenção ficará aberta à adesão dos Estados pertencentes a qualquer das quatro categorias mencionadas no artigo 74. Os instrumentos de adesão serão depositados junto ao Secretário Geral das Nações Unidas.

ARTIGO 77

Entrada em vigor

1. A presente Convenção entrará em vigor no trigésimo dia que se seguir à data em que seja depositado junto ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas o vigésimo-segundo instrumento de ratificação ou adesão.

2. Para cada um dos Estados que ratificarem a Convenção ou a ela aderirem depois do depósito do vigésimo-segundo instrumento de ratificação ou adesão, a Convenção entrará em vigor no trigésimo dia após o depósito, por esse Estado do instrumento de ratificação ou adesão.

ARTIGO 78

Notificações pelo Secretário Geral

O Secretário Geral da Organização das Nações Unidas notificará a todos os Estados pertencentes a qual das quatro categorias mencionadas no artigo 74:

- a) as assinaturas apostas à presente Convenção e o depósito dos instrumentos de ratificação ou adesão nos termos dos artigos 74, 75 e 76;
- b) a data em a presente Convenção entrará em vigor nos termos do artigo 77.

ARTIGO 79

Textos autênticos

O original da presente Convenção, cujos textos em chinês, espanhol, francês, inglês e russo serão igualmente autênticos, será depositado junto ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, que enviará cópias autenticadas a todos os Estados pertencentes a qualquer das quatro categorias mencionadas no artigo 74.

Em fé do que os plenipotenciários abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram a presente Convenção.

Feito em Viena, aos vinte e quatro de abril de mil novecentos e sessenta e três.

O SR. PRESIDENTE:

Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa)

Aprovado. Vai à Redação Final.

Discussão única do Projeto nº 3.957, de 1966, que revoga o § 3º do artigo 26 acrescentado pela Lei nº 4.686, de 21 de junho de 1965 ao Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriação por utilidade pública. (Do Poder Executivo)
Pendente de parecer das Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Senhor Dnár Mendes para proferir parecer em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, na qualidade de Relator designado pela Mesa.

O SR. DNAR MENDES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, o Projeto nº 3.957, de 1966, originário de Mensagem do Poder Executivo 649 do mesmo ano, visa a revogar o § 2º do Artigo 26 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, acrescentado pela Lei nº 4.686, de 21 de junho de 1965. O nobre Deputado Manoel Taveira, designado

pela Comissão de Justiça para profertir parecer sobre o projeto, elaborou circunstanciado parecer e substitutivo, os quais adoto e passo a ler:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto nº 3.957 de 1966

Do Poder Executivo

A Lei nº 4.686, de 21 de junho de 1965, está conforme ao princípio da correção monetária adotado pelo Governo, em decorrência da necessidade de se ajustarem os valores corroidos pela inflação. O referido princípio tem sido amplamente aplicado nas obrigações fiscais, na dívida ativa das autarquias, nas indenizações trabalhistas, nas Obrigações do Tesouro, em depósitos bancários e outras operações semelhantes. Trata-se de uma situação de crise sômente a ser superada quando a oscilação da moeda ceder lugar à estabilidade que, à custa de duras penas, se procura atingir. Até lá, a correção monetária é uma necessidade inelutável. Reconhecendo-a, o Senhor Presidente da República não hesitou em sancionar a Lei nº 4.686, há pouco mais de um ano. Grande tem sido a luta que alguns interessados provocaram em torno dela, principalmente perante o Egrégio Tribunal Federal de Recursos. Esta Corte Judiciária, entretanto, por maioria esmagadora da seus Ministros, vem-lhe dando aplicação, por reconhecer nela autêntico sentido de equidade e de justiça. Ainda recentemente (Apelação Cível de Minas Gerais nº 21.175) aquela alta Corte, em tribunal pleno, e através do voto de oito de seus Ministros, manifestou-se pela constitucionalidade do mencionado diploma legal, aguardando-se o voto dos demais componentes do Tribunal, com a maioria, porém, já devidamente garantida a favor da Lei.

Vejam os que se pretende revogar. A Lei nº 4.686 estabelece que, nos processos de desapropriação por utilidade pública, decorrido prazo superior a um ano, a partir da avaliação, o Juiz ou o Tribunal, antes da decisão final, determinará a correção monetária do valor apurado.

Nada mais justo que semelhante medida, capaz de evitar que o desgaste da moeda reduza a nada o patrimônio dos que se vêem infelicitados pelo processo desapropriatório.

Sabe-se que os desapropriantes, em geral poderosos grupos econômicos, ou companhias bafejadas pelos poderes públicos, protegem o quanto podem os respectivos processos, com dilações e expedientes de todo o tipo, para pagarem por preços irrisórios os bens alheios de que lançam mão e sem os quais não poderiam cumprir os seus objetivos. Tais processos arrastam-se por anos a fio, desafiando a paciência dos desapropriados que, afinal, quando conseguem a solução da Justiça, podem apenas receber uma ínfima parcela do preço dos bens de que se viram despojados.

Ora, a Lei 4.686 procurou colir, pelo menos em parte, esse insuportável abuso, daí advindo a inusitada campanha contra

ela deflagrada pelos grupos interessados.

Quando o Projeto de que se se originou a Lei em causa esteve em pauta na Câmara, recebeu judicioso e erudito parecer do Deputado Osni Regis, na Comissão de Justiça, inclusive com estudo comparativo em face do direito estrangeiro, e foi unanimemente aprovado por aquela Comissão. O mesmo se deu com os bem elaborados pareceres dos Deputados Dias Macedo e Ozanam Coelho, respectivamente, nas Comissões de Economia e de Finanças, e, finalmente, com a votação sem discrepância no Plenário desta Casa do Congresso.

Levado ao Senado, o Projeto foi distribuído ao Sr. Senador Aluisio de Carvalho, da Comissão de Justiça, e, na de Finanças, ao Sr. Senador Lobão da Silveira. Em ambas, após metódico estudo, a proposição conseguiu ser aprovada sem qualquer voto em contrário.

Na última Comissão, o trabalho do eminente Relator concluiu assim:

“De fato, a medida se impõe, segundo nos parece, pelas mesmas razões que levaram o Governo a usá-la, com o beneplácito do Congresso, na defesa dos interesses do erário. Se a providência deveria estender-se a todas as transações, a todos os negócios jurídicos de que seja parte o Poder Público, é assunto que nesta oportunidade não cabe examinar-se. Apenas achamos, de há muito, que deveria existir, para os contenciosos desapropriatórios de tão alongada tramitação na esfera judiciária, compensações para os desgastes dos valores arbitrados. Devem levar-se em conta as desapropriações que atingem aquelas glebas de domínio da humilde gente do sertão. Quando ali o Estado passa a construir açudes e barragens, muitas vezes o expropriado leva anos e mais anos para, após a execução judicial, receber os minguados cruzeiros de desatualizado valor, sobretudo de tempos para cá, por força da avalanche inelutável da inflação. A medida, pois, colimada pelo Projeto vem atender a uma situação de fato cuja repercussão econômica e social não seria jamais de desprezar-se”.

O Senado, a exemplo da Câmara, aprovou o Projeto, que, levado ao Sr. Presidente da República, foi sancionado, coerentemente, pelo Governo, por estar de acordo com a sua política de realismo e de retidão.

Agora, pretender-se revogar o dispositivo por provocação de um parecer aprovado pelo Ilustre Consultor Geral da República. O argumento é de que a Lei 4.686 abarca tão-somente a avaliação feita nos processos desapropriatórios, deixando de lado outras que se façam entre as pessoas físicas e as pessoas jurídicas de Direito privado, violando assim o princípio constitucional da igualdade e usando tratamento discriminatório.

Já vimos que Juizes e Tribunais têm admitido expressamente, a constitucionalidade da Lei, em tão boa hora sancionada pelo Sr. Presidente da República, que não o teria feito se ela fosse inconstitucional. Além do mais, é bem de ver que o único tipo de avaliação que obriga alguém a se despojar do que lhe pertence pelo valor oficialmente assim determinado é o da desapropriação. Nos demais tipos de pro-

cesso a situação não é igual ou melhor é inteiramente outra. Nos inventários, por exemplo, a avaliação tem por fim o pagamento do imposto de sucessão e a repartição dos quinhões, na partilha. Na penhora ou nas execuções, a avaliação serve apenas de ponto de partida, para a liquidação dos interessados, fazendo-se a entrega a quem der lance maior. Nas vendas judiciais, o Juiz pode autorizar que a operação se faça por preço igual, superior ou inferior ao avaliado, e assim por diante. Sômente na desapropriação é que o cidadão se vê obrigado a privar-se dos seus bens pelo preço que for objeto da avaliação. É assim o caso, sendo único, deve também merecer especial tratamento.

Não é possível, pois, falar-se em inconstitucionalidade, sendo ainda da acrescentar-se que o único caso para o qual a Constituição, em seu art. 141, prevê pagamento justo, prévio, e em dinheiro é o da desapropriação por necessidade ou utilidade pública. Acobertando-o, o que a lei faz é tão-somente cumprir a Constituição, não havendo disparidade de tratamento com relação a outros casos não incluídos em tão claro preceito constitucional.

É bem visível, entretanto, o propósito do Governo, através da aprovação que o Sr. Consultor Geral outorgou ao parecer que consta da exposição de motivos que acompanha o projeto em debate. O que se impõe como conclusão é que a medida, sancionada pelo próprio governo, e que equivale a dar-lhe, ele próprio, uma garantia de constitucionalidade e de conveniência, deverá acobertar outras situações que mereçam tratamento idêntico.

Na realidade, se a lei alcança apenas um tipo de avaliação, e se é justa, jurídica e constitucional, tanto que foi votada pelo Legislativo, sancionada pelo Executivo e aplicada pelo Judiciário, a parcialidade do seu alcance não seria de molde a indicar a sua revogação, mas a sua ampliação para todos os demais casos que ela deixou de abranger.

Embora no momento não haja outras hipóteses que se nos apresentem com a mesma exigência constitucional das desapropriações por utilidade pública, poder-se-á acontecer que tais hipóteses venham a surgir através de novas modalidades legais, daí advindo a procedência da Mensagem governamental, impondo-se que a Lei 4.686 se aplique a todas elas.

Diante da previsão do que possa acontecer relativamente aos vários tipos de avaliação, apresentamos um substitutivo que bem consubstancia a intenção da Mensagem, no sentido de dar-se solução igualmente justa a todos os casos que se apresentem ao julgador com a mesma motivação.

O nosso parecer é, pois, pela aprovação do substitutivo vasado nos termos seguintes:

SUBSTITUTIVO

Projeto nº 3.957-68

Amplia os casos de correção monetária previstos na Lei número 4.686, de 21 de junho de 1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A correção monetária prevista pela Lei nº 4.686, de 21

de junho de 1965, aplicar-se-á a todas as avaliações de que possa resultar a venda forçada de bens.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 1966.

Sr. Presidente, adoto o parecer, e o substitutivo, que envio à Mesa, penso ser esta a melhor maneira de equacionar a divergência surgida, que já mereceu, inclusive, pronunciamentos dos Tribunais de Justiça.

Este o meu parecer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Tendo o Relator designado pela Mesa para emitir parecer em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, concluído por substitutivo, vai o mesmo a publicação, sendo o projeto retirado da Ordem do Dia.

Discussão única do Projeto número 3.959, de 1966, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Estado do Rio Grande do Sul as quotas do Serviço Marítimo Sul Brasil Limitada — SEMASUL. (Do Poder Executivo). Pendente de parecer das Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Arruda Câmara, para profertir parecer em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, na qualidade de Relator designado pela Mesa.

O SR. ARRUDA CAMARA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, o projeto autoriza o Poder Executivo a promover, a título gratuito, ao Estado do Rio Grande do Sul, a cessão das quotas do Serviço Marítimo Sul Brasil Limitada — “SEMASUL” — desapropriadas pela União.

“A cessão das quotas” — diz o art. 2º — “importará na transferência para a responsabilidade do concessionário de todo o ativo e o passivo da empresa, com todos os seus direitos, encargos e obrigações, inclusive as trabalhistas, desde a data da desapropriação.”

O projeto vem acompanhado de mensagem do Sr. Presidente da República e de bem elaborada exposição de motivos do Sr. Ministro Juarez Távora.

Para fazer a alienação de bens da União, seja por cessão, por venda ou doação, o Poder Executivo necessita, na verdade, de autorização do Legislativo, concedida em lei. O projeto se reveste de todas as formalidades de ordem constitucional e jurídica. É como que uma homenagem que a Comissão de Justiça presta aos nobres representantes do grande Estado do Sul e ao povo gaúcho. É mais um acervo que vai aumentar e desenvolver o patrimônio daquela grande unidade federaliva.

O parecer, pois, é pela constitucionalidade e juridicidade da proposição. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Oswaldo Zanello para emitir parecer em substituição à Comissão de Finanças, na qualidade de Relator designado pela Mesa.

O SR. OSWALDO ZANELLO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, com relação ao mérito, a Comissão de Finanças pronuncia-se

também favoravelmente à aprovação dessa matéria. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Acha-se sobre a Mesa o seguinte Parecer, oferecido ao projeto, pela

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

RELATÓRIO

Oriundo da Mensagem nº 652-66, de 20.9.66, do Poder Executivo, o Projeto nº 3.959-66, propondo a cessão a título gratuito, ao Estado do Rio Grande do Sul das quotas do Serviço Marítimo Sul Brasil Ltda. — "SEMASUL", desapropriadas pela União, de acordo com a Lei número 3.299, de 30 de outubro de 1957.

Pela Exposição de Motivos número 1.309-GM do MVOP, ficamos sabendo:

a) que a União adquiriu o total das quotas da SEMASUL;

b) que foi o Estado do Rio Grande do Sul investido na posse direta, embora precária, dos bens da SEMASUL;

c) que considera o Governo do Rio Grande do Sul de grande importância para o Estado a manutenção dos serviços e se dispõe a continuar a administrá-los;

d) que, finalmente, só poderá fazê-lo com a necessária eficiência uma vez transferida ao Estado a propriedade dos bens.

PARÊCER

Visa o Projeto a regularizar a situação da SEMASUL entregando-a definitivamente ao Estado do Rio Grande do Sul que ficará na posse de todo o ativo e passivo da empresa com todos os seus direitos, encargos e obrigações, inclusive as trabalhistas, desde a data da desapropriação (artigo 2º do Projeto).

Nestas condições, somos pela aprovação do Projeto.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 1966. — Vasco Filho, Relator.

PARÊCER

A Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, em sua reunião extraordinária de 13 de dezembro de 1966, sob a presidência do Deputado Celso Amaral, presentes os Senhores Vasco Filho — Relator, Plínio Costa, Clóvis Pestana, Jalles Machado, Orlando Bertoli, Maia Neto, Antônio Baby, Ariosto Amado, Dias Menezes, Machado Rollemberg e Waldemar Guimarães, apreciando o Projeto nº 3.959-66, Mensagem número 652-66, que "autoriza o Poder Executivo a ceder ao Estado do Rio Grande do Sul as quotas do Serviço Marítimo Sul Brasil Ltda., SEMASUL, opinou unanimemente pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 1966. — Celso Amaral, Presidente — Vasco Filho, Relator.

O SR. PRESIDENTE:

Proferidos os pareceres, vai-se passar à discussão da matéria. Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão. Vai-se passar à votação.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o seguinte:

PROJETO Nº 3.959, DE 1966

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a cessão, a título

gratuito, ao Estado do Rio Grande do Sul, das quotas do Serviço Marítimo Sul Brasil Ltda., "SEMASUL", desapropriadas pela União, de acordo com a Lei nº 3.299, de 30 de outubro de 1957.

Art. 2º A cessão das quotas importará na transferência para a responsabilidade do cessionário de todo o ativo e o passivo da empresa, com todos os seus direitos, encargos e obrigações, inclusive as trabalhistas, desde a data da desapropriação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa.)

Aprovado. Vai à redação final. *Discussão única do Projeto número 3.960, de 1966, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18.997.062.214 (dezoito bilhões, novecentos e noventa e sete milhões, sessenta e dois mil e duzentos e quatorze cruzeiros), em favor da Polícia Militar do Estado da Guanabara para atender aos encargos decorrentes da aplicação do Decreto-Lei nº 10, de 28 de junho de 1966.* — Do Poder Executivo. — *Pendente de parecer das Comissões de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, de Orçamento e de Finanças.*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Arruda Câmara para proferir parecer em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, na qualidade de Relator designado pela Mesa.

O SR. ARRUDA CAMARA:

Sr. Presidente, inicialmente agradeço e V. Exª a honra que me conferiu hoje, de deter o monopólio de oferecer pareceres sobre os projetos em pauta.

Na Comissão de Justiça há vários anos, venho detendo o recorde de pareceres proferidos, não só no plenário da Comissão como no plenário desta Câmara. Este, porém, oferece, para mim, especial agrado, porque versa sobre a Polícia Militar do Distrito Federal.

Como sabe V. Exª, sou oficial honorário da Polícia Militar do meu Estado. Por esse motivo, vejo a matéria com simpatia e posso apresentar conhecimentos de ordem técnica relativamente às proposições que se prendem às polícias militares. O projeto vem acompanhado das discriminações que justificam a despesa, expostas na Mensagem do Poder Executivo. Os encargos estão realmente aí criados por lei e decretos, e é necessário se ofereça o numerário indispensável para que esses serviços não sofram interrupção ou solução de continuidade. Examinado o projeto sob os aspectos constitucional e jurídico, nada há que se lhe oponha. Assim, o projeto merece o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e a aprovação da Casa. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Osvaldo Zanello para proferir parecer em substituição à Comissão de Finanças, na qualidade de Relator designado pela Mesa.

O SR. OSWALDO ZANELLO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, a matéria se nos afigura mansa e pacífica. A Comissão de Finanças adota também o parecer favorável à aprovação da matéria, como já o fizeram as demais Comissões.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa os seguintes Pareceres oferecidos ao projeto, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e de Orçamento.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE CONTAS

Pela Mensagem nº 648-66, de 30 de setembro de 1966, do Poder Executivo, hoje transformada no Projeto número 3.960-66, desta Casa do Congresso Nacional, solicita aquele Poder autorização para abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18.997.062.214 (dezoito bilhões, novecentos e noventa e sete milhões, sessenta e dois mil e duzentos e quatorze cruzeiros) em favor da Polícia Militar do Estado da Guanabara para atender aos encargos decorrentes da aplicação do Decreto-lei nº 10, de 28 de junho de 1966.

Conforme exposição de motivos do Senhor Ministro da Fazenda nº 643, de 1966, julgo de toda conveniência a concessão do crédito, de vez que "a sua abertura não imolcará em aumento de despesa tendo em vista que a cobertura para a mesma será obtida na conformidade do que dispõe o item III do § 1º do artigo 43, da Lei número 4.320, de 17 de março de 1964 com a anulação de dotações atribuídas no orçamento vigente à Polícia Militar do Distrito Federal".

Sou, portanto, de parecer favorável pela aprovação do projeto, salvo melhor juízo dos nobres colegas desta Comissão.

Sala da Comissão, 29 de novembro de 1966. — Deputado Waldemar Guimarães.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

RELATÓRIO

O projeto propõe a abertura de crédito especial na importância que menciono, em favor da Polícia Militar do Estado da Guanabara, destinado a atender aos encargos decorrentes da aplicação do Decreto-lei nº 10, de 28 de junho de 1966.

Para cobertura da despesa em causa, o Poder Executivo indica a anulação de dotações atribuídas à Polícia Militar do Distrito Federal.

O crédito especial de que trata o projeto é consequência de medidas legais anteriores, oriundas do Decreto-lei nº 10, já citado, com o que nada temos a opor à sua aprovação.

PARÊCER

Opinamos pela aprovação do projeto.

Sala da Comissão, 28 de novembro de 1966. — Guilhermino de Oliveira, Relator.

PARÊCER DA COMISSÃO

A Comissão de Orçamento, em Reunião Plena Extraordinária realizada em 28 de novembro de 1966,

— presentes os Senhores Deputados Souto Maior — no exercício da Presidência — Guilhermino de Oliveira, Euclides Triches, Wilson Faício, Ruy Santos, Benedito Vaz, Dnair Mendes, Elias Carmo, Getúlio Moura, Emílio Gomes, Osmar Grafulha, Lino Braun, Carneiro de Loyola, Carlos Murilo, Manoel Novaes; Osvaldo Zanello; Manoel de Almeida; Gastão

Ferreira; Janary Nunes; Lourival Bausta; Clóvis Pestana, Milvernes Lima; Maia Neto, Plínio Lemos, Janduhy Carneiro, Edson Garcia, Bento Gonçalves e Tabosa de Almeida, — apreciando o projeto nº 3.960-66 — do Poder Executivo — que "autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18.997.062.214, em favor da Polícia Militar do Estado da Guanabara para atender aos encargos decorrentes da aplicação do Decreto-lei nº 10, de 28 de junho de 1966",

— resolve, por unanimidade, aprovar o parecer do Relator, Deputado Guilhermino de Oliveira, favorável ao projeto.

Sala da Comissão, 28 de novembro de 1966. — Guilhermino de Oliveira, Relator. — Souto Maior, no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

Proferidos os pareceres, vai-se passar à discussão da matéria. Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão, vai-se passar à votação.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o seguinte:

PROJETO Nº 3.960, DE 1966

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 18.997.062.214 (dezoito bilhões, novecentos e noventa e sete milhões, sessenta e dois mil, duzentos e quatorze cruzeiros), em favor da Polícia Militar do Estado da Guanabara, destinado a atender aos encargos decorrentes da aplicação do Decreto-lei nº 10, de 28 de junho de 1966.

Art. 2º Para cobertura da despesa com a abertura do crédito especial a que se refere o art. 1º ficam anuladas no orçamento vigente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, as seguintes dotações atribuídas à Polícia Militar do Distrito Federal:

4.10.00 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores	
4.10.21 — Polícia Militar do Distrito Federal	
3.0.0.0 — Despesas Correntes	
3.1.0.0 — Despesas de Custeio	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	21.000.000
3.1.1.1 — Pessoal Civil	4.100.667.085
Pessoal Militar — V ..	1.813.625.917
3.1.2.0 — Material de sumo	292.433.909
3.1.3.0 — Serviço de Terceiros	73.095.104
3.2.0.0 — Transferências Correntes	
3.2.3.0 — Inativos ...	9.975.000.000
3.2.4.0 — Pensionistas	1.848.152.086
3.2.5.0 — Salário-Família	1.815.624.952
3.2.9.0 — Diversas Transferências Correntes	9.894.245
4.1.0.0 — Investimentos	
4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações ...	32.291.467
4.1.4.0 — Material Permanente	15.277.419

Art. 3º O crédito especial de que trata esta lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado. Vai à redação final.

Discussão técnica do Projeto nº 3.982-66, que atualiza o valor da gratificação concedida aos membros dos Tribunais Eleitorais, do Procurador-Geral e aos Procuradores Regionais Eleitorais e aos Juizes Eleitorais. (Do Poder Executivo). Pendente de parecer das Comissões de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, de Orçamento e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Dnár Mendes para proferir parecer, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, na qualidade de Relator designado pela Mesa.

O SR. DNAR MENDES:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Poder Executivo, pela Mensagem nº 63-66, apresentou o Projeto nº 3.981, de 1966, que atualiza o valor da gratificação devida aos membros dos Tribunais Regionais Eleitorais, ao Procurador-Geral e aos Procuradores Regionais Eleitorais e aos Juizes Eleitorais.

O projeto é constitucional e merece ser aprovado. As gratificações aos membros dos tribunais e dos demais órgãos da Justiça Eleitoral, mencionadas no art. 1º, eram irrisórias e ainda são pequenas, muito embora já melhoradas. O trabalho árduo e penoso da Justiça Eleitoral exercido por elementos integrantes da Justiça dos Estados, pagos por ele deveriam ser mais bem recompensados. Como não nos é possível apresentar emendas majorando despesa, limito-me a aprovar o projeto do Poder Executivo que repara, em parte, as parcas gratificações aos membros da Justiça do Distrito Federal. Sou pela aprovação. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Oswaldo Zanello para proferir parecer em substituição à Comissão de Finanças, na qualidade de Relator designado pela Mesa.

O SR. OSWALDO ZANELLO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a Comissão de Finanças acompanha o parecer das demais Comissões Técnicas, opinando pela aprovação da matéria em Plenário. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se sobre a mesa os requisitos

Acham-se sobre a mesa os seguintes Pareceres oferecidos ao Projeto pelas Comissões de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e de Orçamento.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE CONTAS.

PROJETO Nº 3.961-66 DO PODER EXECUTIVO

Em exposição de motivos elaborada pelo Excmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, é solicitada a atualização das gratificações em epígrafe em virtude de não terem sido reajustadas por ocasião dos últimos

aumentos, quando o custo de vida sofreu elevação apreciável, e citados gratificações estão sendo pagas em bases irrisórias.

O Excmo. Sr. Ministro do Tribunal Superior Eleitoral encaminhou ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores anteprojeto de lei visando a atualização referida, a qual foi aceita pelo Sr. Ministro da Justiça.

Somos de parecer, portanto, favorável a Mensagem e ao Projeto de Lei nº 3.961, de 1966.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1966. — Dep. Adão Bernardes, Relator.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

RELATÓRIO

O presente projeto de lei visa à atualização do valor das gratificações devidas aos membros dos Tribunais Eleitorais, ao Procurador-Geral e aos Procuradores Regionais da Justiça Eleitoral, bem como aos Juizes e Escrivães eleitorais.

O Poder Executivo chama a atenção para o fato de que essas gratificações são atualmente pagas em níveis irrisórios, pois não foram reajustadas por ocasião dos dois últimos aumentos de vencimentos concedidos aos membros da Magistratura e do Ministério Público, apesar de, no decorrer desse período, em face da elevação do custo de vida decorrente da desvalorização da moeda, o salário ter sido majorado duas vezes.

PARECER

Nada temos a opor ao Projeto opinando, assim, pela sua aprovação. Sala da Comissão, 28 de novembro de 1966. — Guilhermino de Oliveira, Relator.

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Orçamento, em Reunião Plena Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 1966,

— Presentes os Senhores Deputados Souto Maior — no exercício da Presidência — Guilhermino de Oliveira, Euclides Triches, Wilson Faício, Ruy Santos, Benedito Vaz, Dnár Mendes Elias Carmo, Getúlio Moura, Emílio Gomes, Osmar Grafulha Lino Braun, Carneiro de Loyola, Carlos Murilo, Manoel Novaes, Osvaldo Zanello, Manoel de Almeida, Gastão Pedreira, Janary Nunes, Lourival Batista, Clóvis Pestana, Milvernes Lima, Maria Neto, Plínio Lemos, Janduby Carneiro, Edson Garcia, Clemens Sampaio, Benito Gonçalves e Tabosa de Almeida, Apreciando o Projeto nº 3.961 de 1966 — do Poder Executivo que "Atualiza o valor da gratificação concedida aos membros dos Tribunais Eleitorais, ao Procurador-Geral e aos Procuradores Regionais Eleitorais e aos Juizes e Escrivães Eleitorais".

— Resolve, por unanimidade, aprovar o parecer do Relator, Deputado Guilhermino de Oliveira, favorável ao projeto.

Sala da Comissão, 28 de novembro de 1966. — Guilhermino de Oliveira, Relator. — Souto Maior, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE:

Proferidos os pareceres vai-se passar à discussão da matéria.

Tem a palavra o Sr. Getúlio Moura.

O SR. GETÚLIO MOURA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a Justiça Eleitoral sempre foi muito mal remunerada. Constitui mesmo um desestímulo prestar serviços àquela Justiça. Somente o espírito público dos seus Juizes, los escrivães, dos auxiliares dos Tribunais tem permitido que ela funcione. As gratificações atribuídas a eles são de tal forma exiguas, mesquinhas, que, no meu entender, constituem ofensa à própria Justiça Eleitoral.

Ora, desde que foi criada a Justiça Eleitoral, o Brasil passou a contar com eleições escorreltas, tanto quanto possível, o que tem dependido de instruções de trabalho, de assistência de julgamento por parte da Justiça, tem sido uma obra das mais relevantes em favor da consolidação democrática no Brasil.

Ora, quando o salário-mínimo já atinge 84 mil cruzeiros — e V. Exa. — Sr. Presidente, sabe que já não corresponde à necessidade de nenhum trabalhador — ainda se atribui ao escrivão da Justiça Eleitoral uma gratificação de 25 mil cruzeiros. E isto de acordo com o atual decreto de atualização, porque as gratificações anteriores eram ainda mais ridículas.

Por isso, entendo que as gratificações aqui atualizadas não estão conforme às necessidades dos que servem à Justiça Eleitoral, opino favoravelmente ao projeto. Já constitui um pouco de justiça aqueles que têm dado ao Brasil excelente serviço na preparação e apuração dos pleitos eleitorais.

H. CASTELLO BRANCO

Por isso, deixo aqui os meus encômios ao Governo, por haver encaminhado a esta Casa a mensagem do Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, solicitando essas gratificações. Esse Governo, que, em geral, nega tudo a Juizes, inclusive vitaliciedade e garantias, que não melhora as condições de remuneração dos seus servidores e, ao revés, em cada ato complementar procura criar novas dificuldades, pelo menos aqui praticou ato de justiça, encaminhando à Câmara a mensagem apresentada pelo Superior Tribunal Eleitoral. (Muito bem.)

O SR. ARRUDA CÂMARA:

Sr. Presidente, a Justiça Eleitoral e o voto secreto foram dois postulados da Aliança Liberal, bem focalizados sobretudo pelo Sr. Assis Brasil, que foi, depois, Ministro durante o primeiro período do Governo ditatorial do Sr. Getúlio Vargas. São duas conquistas da Revolução de 1930. Tem razão o Sr. Deputado Getúlio Moura, quando diz que a lisura dos pleitos é uma decorrência do trabalho e da obra dedicada, persistente e paciente da Justiça Eleitoral, seja nas zonas eleitorais, seja nos Tribunais e, algumas vezes, até no Superior Tribunal Eleitoral. Foi o que ocorreu, no recente caso do Maranhão, que é do conhecimento de todos, onde realmente a Justiça Eleitoral fez um trabalho aclamado por todos como patriótico e democrático.

As gratificações atribuídas à Justiça Eleitoral e aos escrivães eram verdadeiramente ridículas, insignificantes, se considerarmos que o salário-mínimo maior atinge 84 mil cruzeiros, e já se fala em revê-lo no início do próximo ano. E de toda oportunidade, pois, a presente mensagem e o projeto do Governo, embora, data venha, ainda me pareçam pequenas as gratificações arbitradas, a esta altura, pelos serviços prestados pela Justiça e Tribunais Eleitorais.

Dou mesmo meu testemunho do trabalho hercúleo que dia e noite realizaram os Juizes e os membros do Tribunal Eleitoral do meu Estado, trabalho digno de todos os encômios e de todos os aplausos. Vi muitas vezes que, pela diferença de voto num mapa de uma zona, às vezes zona grande, quais as de Recife, levavam horas e horas de labor, até que encontrassem a origem daquela diferença e o mapa fosse apresentado inteiramente nos termos dos boletins. Por vezes os boletins encerravam algum erro e o Tribunal determinou até

a recontagem de cédulas para que um resultado limpo e escorreito fosse apresentado ao público. Não tem razão, porém, o nobre colega Getúlio Moura, quando incrimina o Governo de estar sempre contra a Justiça; principalmente o Presidente Castello Branco, porque a referência foi feita diretamente a S. Exa. Não sou líder nem vice-líder do Governo. Não tenho procuração para defendê-lo, nem mesmo me parece que devesse tomar esse encargo. Mas, no meu alto senso de justiça, costumei "da o seu a seu dono", mesmo nas horas em que não sou chamado a pronunciar-me sobre o assunto.

Agora mesmo, Sr. Presidente, estamos com o projeto de uma nova Constituição. E ali, estão consignadas as prerrogativas da Justiça Eleitoral, suspensas num período de transição, que não era período normal, de democracia plena — a vitaliciedade, a inamovibilidade, a irredutibilidade dos vencimentos, ressalvados os impostos gerais. E esse projeto foi enviado pelo Sr. Marechal Humberto Castello Branco, que o nobre colega diz estar sempre contra a Justiça e contra os Juizes.

Vemos, portanto, que o projeto de reforma constitucional diz inteiramente o contrário. A Justiça está ali bem prevista, tanto na escolha dos magistrados como da criação de mais dois Tribunais de Recursos, um no Estado que V. Exa., Sr. Presidente, com tanto brilho representa, e outro na Guanabara. Tudo isso tende, ao lado da Justiça federal, de 1ª Instância, criada também pelo atual Governo, a demonstrar que, realmente, o Presidente Castello Branco não está contra a Justiça nem contra os Juizes. Houve, sem dúvida, aquela suspensão da vitaliciedade em determinados casos, restritos, como houve para os funcionários efetivos e estáveis — uma medida de ordem geral. Não analisei os motivos que teve o Governo para, naqueles Ato Institucional e Complementares, ditar ou editar essas medidas. Mas, em verdade, tanto na criação da Justiça Federal de 1ª Instância quanto na criação dos novos Tribunais de Recursos, quanto ainda na situação da Justiça, no capítulo a ela relativo no atual projeto constitucional, o Sr. Castello Branco revela zelo pela organização de um bom funcionamento da Justiça.

Lamento apenas não fossem mais altas as gratificações aqui propostas. Se nos fosse dado aumentar despesas, eu apresentaria emenda, elevando-as. Mas já é alguma coisa. Por certo, em futuro próximo, as dotações da Justiça Eleitoral, no âmbito as gratificações, serão verdadeiramente, e com toda a justiça, atualizadas.

Eram estas, Sr. Presidente, as palavras que eu queria proferir na discussão do presente projeto. (Muito bem.)

O SR. JOÃO HERCULINO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, toda vez que devemos apreciar projetos que visem a melhorar as condições da Justiça em nosso País, tenho freqüentado a tribuna, numa homenagem aos que com tanto desprendimento e tanta dedicação prestam sua colaboração à nobre causa.

No caso presente, da Justiça Eleitoral, acompanhei aqui as palavras dos nobres Deputados Getúlio Moura e Monsenhor Arruda Câmara.

Acho, sinceramente, Sr. Presidente, que o Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral foi muito modesto ao encaminhar este anteprojeto visando a atualização do valor das

gratificações devidas aos membros dos Tribunais Eleitorais, ao Procurador-Geral e aos Procuradores Regionais da Justiça Eleitoral, bem como aos Juizes e Escrivas Eleitorais. Isso porque, Sr. Presidente, não podemos julgar de justiça que se dê ao Juiz Eleitoral apenas Cr\$ 60.000, por mês, de gratificação. Não tem mais sentido. E parece que o Sr. Ministro da Justiça quer chamar a atenção para este fato, quando, na sua exposição de motivos, ao encaminhar o anteprojeto mandado pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, faz referência à majoração duas vezes do salário-mínimo, uma vez para Cr\$ 42.000 e outra para Cr\$ 66.000, depois do último aumento das gratificações do pessoal da Justiça Eleitoral.

Realmente o que vemos é o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral propor como gratificação aos juizes eleitorais importância inferior ao próprio salário-mínimo. S. Ex.^a pede apenas 60 mil cruzeiros por mês de gratificação para os juizes eleitorais, e 25 mil cruzeiros por mês para os escrivães eleitorais. Sinceramente, seria melhor criar órgãos federais especializados da Justiça Eleitoral nos municípios do que submeter o juiz das zonas eleitorais dos municípios ao vexame de uma gratificação dessa. Acho simplesmente ridícula, sobretudo tomando em consideração a alta responsabilidade do trabalho prestado por esses servidores.

Ouvimos as palavras de elogio do nobre Deputado Getúlio Moura, dizendo inclusive que a lisura dos pleitos em todo o País é devida à ação dedicada, honesta, séria, responsável do pessoal da Justiça Eleitoral. Pois bem, esses que prestam tão bons serviços, tão inestimáveis serviços à democracia brasileira recebem de gratificação, um pouco menos do que o salário-mínimo e outros menos de 1/3 do salário-mínimo.

Quando vamos votar o projeto, queremos deixar aqui o nosso protesto, protesto de democracia, contra esta ridícula gratificação dada aos juizes e aos escrivães eleitorais.

Acho que o Presidente da República perdeu grande oportunidade para federalizar a Justiça, já tão entrosada na área federal que não mais se justifica fique ela pertencendo ao âmbito estadual. Sabemos que aos juizes nas comarcas do interior é atribuída a função de julgar casos eleitorais, casos trabalhistas, coisa nitidamente da esfera federal. Esses homens são submetidos a um processo de verdadeira espoliação, contra o qual sempre nos temos levantado aqui. É mais uma vez aqui nos manifestamos a respeito. Daremos nosso voto favorável a este projeto porque antes pouco do que nada. Mas consideramos uma descortesia, uma desconsideração, para com os juizes e escrivães eleitorais do interior, essa gratificação irrisória pedida pelo Tribunal Eleitoral. Lamentamos que o Senhor Presidente do Tribunal Eleitoral tenha tido essa visão da realidade da situação dos juizes eleitorais. Eles ganham muito pouco, no Estado, para administrar a Justiça, a mais alta de todas as responsabilidades que pode uma pessoa ter. E é em homenagem a esses homens, que prestam tão relevante serviço, repito, à democracia brasileira e à coisa pública, que digo neste instante estas palavras de protesto. (Muito bem; muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Batista Ramos) — Com a palavra o nobre Deputado Mário Maia.
(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho trazer minha palavra de comentário ao Projeto 3.961-66, para solidarizar-me com os pontos de vista dos companheiros que aqui se manifestaram no

sentido de que seja melhorada a gratificação devida aos membros da Justiça Eleitoral.

Não poderia deixar de dar meu testemunho sobre o que acaba de afirmar o companheiro João Herculino com respeito aos Juizes Eleitorais principalmente aqueles de comarcas do interior.

No meu Estado, nesse pleito próximo passado, fomos testemunhas do quanto os Juizes se esforçam para que tivessem o devido andamento os serviços eleitorais desde a formação do eleitoral, com dificuldades tremendas, começando pela falta de material elementar como papel, formulários adequados a requerimentos, material de confecção e expedição de títulos até os mais complicados como sejam a apreciação e interpretação das leis e códigos eleitorais, as instruções baixadas sucessivamente, que chegam muitas vezes às vésperas dos prazos limitados pela Lei.

Fomos testemunhas de como o Juiz de Rio Branco quase sozinho fazia, frequentemente, serviços até de sergente, carregando os processos de uma para outra seção de sua Comarca.

Assim, achamos também que essa gratificação de Cr\$ 60.000 por mês atribuída ao Juiz Eleitoral, é irrisória. Principalmente nas zonas do interior, onde a vida é muito cara, isso nada representa, não dá sequer para as despesas de transporte, no caso, por exemplo, de Juizes cujo jurisdição se estende a municípios próximos.

Desta forma, votaremos a favor do projeto, achando, entretanto, que a apreciação do valor devido a esses funcionários da Justiça Eleitoral não foi feita de maneira justa nem foram computadas as reais necessidades decorrentes da sua função. Somos, no entanto, solidários com o projeto e fazemos votos para que, em outra oportunidade, esses funcionários venham a ter um benefício compatível com a realidade, pois, por melhor que tenha sido a intenção do projeto — e nós elogiamos a iniciativa do Poder Executivo neste particular — achamos que o valor ora proposto fica aquém do merecimento e do trabalho valioso dos funcionários da Justiça Eleitoral. Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

— Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão vai-se passar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o seguinte:

PROJETO Nº 3.961, DE 1966

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Serão pagas aos membros dos órgãos do serviço eleitoral as seguintes gratificações:

a) aos membros do Tribunal Superior Eleitoral e ao Procurador-Geral da Justiça Eleitoral, Cr\$ 25.000 (vinte e cinco mil cruzeiros), por sessão até o máximo de 15 (quinze) por mês;

b) aos membros dos Tribunais Regionais Eleitorais e aos Procuradores Regionais da Justiça Eleitoral, Cr\$ 15.000 (quinze mil cruzeiros), por sessão até o máximo de 15 (quinze) por mês;

c) aos juizes eleitorais Cr\$ 60.000 (sessenta mil cruzeiros), por mês; e

d) aos escrivães eleitorais Cr\$ 25.000 (vinte e cinco mil cruzeiros) por mês.

Art. 2º. As despesas decorrentes deste lei correrão no corrente exercício por conta das dotações próprias de cada Tribunal Eleitoral.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. que aprovam queiram ficar como estão (Pausa).

Aprovado. Vai a redação final.

O SR. PRESIDENTE:

Esgotada a matéria constante da ordem do Dia vou levantar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER, OS SENHORES:

Tufi Nassif

Acre

Amazonas

Paulo Coelho — MDB

Pará

Epifânio de Campos — ARENA

Gilberto Campelo Azevedo — ARENA

Lopo Castro — ARENA

João Menezes — MDB

Maranhão

Alberto Aboud — ARENA

Cid Carvalho — MDB

Ivar Saldanha — ARENA

José Burnett — MDB

Luiz Fernando — ARENA

Renato Archer — MDB

Piauí

Dyrno Pires — ARENA

João Mendes Olímpio — MDB

Ceará

Armando Falcão — ARENA

Audílio Pinheiro — ARENA

Dias Macedo — ARENA

Flávio Marellio — ARENA

Oziris Pontes — MDB

Paes de Andrade — MDB

Rio Grande do Norte

Grimaldi Ribeiro — ARENA

Odilon Ribeiro Coutinho — MDB

Paraíba

Arnaldo Lafayette — MDB

Bivar Olíinho — MDB

Vital do Rêgo — ARENA

Pernambuco

Adelmar Carvalho — MDB

Andrade Lima Filho — MDB

Bezerra Leite — ARENA

João Cleofas — ARENA

José Meira — ARENA

Magalhães Melo ARENA

Ary Pitombo — MDB

Bahia:

João Mendes

Gastão Pedreira — MDB

Hermógenes Príncipe — MDB

Pedro Catalão — MDB

Espírito Santo

Dirceu Cardoso — MDB

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA

Bernardo Bello — MDB

Edilberto de Castro — ARENA

Emmanuel Waismann — MDB

Fontes Torres — MDB

Glenio Martins — MDB

Guanabara

Chagas Freitas — MDB

Noronha Filho — MDB

Rubens Berardo

Minas Gerais

Antônio Luciano — ARENA

Aquiles Diniz — MDB

Bento Gonçalves — ARENA

Carlos Murilo — MDB

Guilhermino de Oliveira — ARENA

Gustavo Capanema — ARENA

Maurício de Andrade — ARENA

Olavo Costa — ARENA

Pedro Vidigal — ARENA

São Paulo

Amaral Furlan — MDB

Antônio de Barros — ARENA

Francisco Scarpa — ARENA

Geraldo de Barros — ARENA

Herbert Levy — ARENA

Hugo Borghi — ARENA

José Resegue — ARENA

Levy Tavares — MDB

Lino Morganti — MDB

Ortiz Monteiro — ARENA

Ranieri Mazzilli — MDB

Ruy Amaral — MDB

Susumu Hirata — ARENA

Yukishigue Tamura — ARENA

Goiás

Ludovico de Almeida — ARENA

Mato Grosso

Ponce de Arruda — ARENA

Paraná

Hermes Macedo — ARENA

Ivan Luz — ARENA

Petrônio Fernal — MDB

Wilson Chedid — MDB

Santa Catarina

Laerte Vieira — MDB

Lenoir Vargas — ARENA

Rio Grande do Sul

Adílio Viana — MDB

Giordano Alves — MDB

Norberto Schmidt — ARENA

Perachi Barcelos — ARENA

Raul Pila —

Tarso Dutra — ARENA

Victor Issler — MDB

(71)

O SR. PRESIDENTE:

Levanto a sessão designando para a extraordinária matutina de amanhã, dia 15, às 9 horas, a seguinte:

V — ORDEM DO DIA**Sessão em 15 de Dezembro de 1966****(QUINTA-FEIRA)****(EXTRAORDINÁRIA MATUTINA)****EM URGÊNCIA****Discussão****1.****PROJETO Nº 3.859-B, DE 1966**

Discussão única das emendas do Senado ao Projeto nº 3.859-A, de 1966, na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre Política Econômica e Financeira da Borracha, regula a sua execução e dá outras providências. Tendo parecer do relator designado pela Mesa em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, favorável e pendente de parecer das Comissões de Agricultura e Política Rural e de Finanças. Relator: Sr. Osvaldo Zanello.

2**PROJETO Nº 3.957, DE 1966**

Discussão única do Projeto nº 3.957, de 1966, que revoga o § 3º do artigo 26 acrescentado pela Lei nº 4.686, de 21 de junho de 1965 ao Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriação por utilidade pública. (Do Poder Executivo) — Tendo parecer do relator designado pela Mesa, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, com substitutivo e pendente de parecer das Comissões de Economia e de Finanças. Relator: Sr. Dnair Mendes.

Em Prioridade**Discussão****3****PROJETO Nº 3.962, DE 1966**

Discussão única do Projeto nº 3.962, de 1966, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 172.369.000 (cento e setenta e dois milhões, trezentos e sessenta e nove mil cruzeiros), destinado a regularizar despesa com a subscrição de 172.369 ações da Companhia Vale do Rio Doce pelo Tesouro Nacional. Pendente de parecer das Comissões de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e de Finanças.

4**PROJETO Nº 3.964, DE 1966**

Discussão única do Projeto nº 3.964, de 1966, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.050.000 (oito milhões e cinquenta mil cruzeiros), destinado à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, no Estado da Bahia. Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, de Orçamento e de Finanças.

5**PROJETO Nº 3.965, DE 1966**

Discussão única do Projeto nº 3.965, de 1966, que autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 986.563.164 (novecentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e sessenta e três mil cento e sessenta e quatro cruzeiros), destinado à restituição, pela Caixa de Amortização, de indenização trabalhistas e de outras providências. Pendente de parecer das Comissões de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, de Orçamento e de Finanças.

6**PROJETO Nº 3.966, DE 1966**

Discussão única do Projeto nº 3.966, de 1966, que autoriza a Superintendência dos Serviços de Transportes da Baía de Guanabara a vender as embarcações que menciona. Pendente de parecer das Comissões de Cons.

titulação e Justiça, de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças.

7**PROJETO Nº 3.967, DE 1966**

Discussão única do Projeto nº 3.967, de 1966, que cria cargos de Professor Catedrático na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade Federal do Espírito Santo. Pendente de parecer das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, de Serviço Público e de Finanças.

8**PROJETO Nº 3.968, DE 1966**

Discussão única do Projeto nº 3.968, de 1966, que concede pensão especial a Fausta Gama Ribeiro e igual pensão a Lucy de Lima Campos e seus filhos menores. Pendente de parecer das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

COMISSÃO MISTA**Incumbida do Estudo e Parecer sobre o Projeto de Constituição****(MENSAGEM 25/66 DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA)****COMPOSIÇÃO**

Presidente — Deputado Pedro Aleixo

Vice-Presidente — Senador Eurico Rezende

Relator — Senador Antonio Carlos Konder Reis

SUB-RELATORES PARA APRECIACÃO DE EMENDAS

DEPUTADO OLIVEIRA BRITO — Título I — Da Organização Nacional Capítulo I ao V.

SENADOR VASCONCELOS TORRES — Título I — da Organização Nacional Capítulo VI — Do Poder Legislativo

DEPUTADO ACIOLY FILHO — Título I — Da Organização Nacional Capítulo VII. — Do Poder Executivo

DEPUTADO ADAUTO CARDOSO — Título I — Da Organização Nacional Capítulo VIII — Do Poder Judiciário

SENADOR WILSON GONÇALVES — Título II — Da Declaração de Direitos.

DEPUTADO DJALMA MARINHO — Título III — Da Ordem Econômica — Título IV — Da Família, da Educação e da Cultura — Título V — Das Disposições Gerais e Transitórias.

PROJETO DE CONSTITUIÇÃO**Calendário de Tramitação****DEZEMBRO**

Dia 16 — Apresentação do Parecer sobre o projeto.

Dia 17 — Publicação do Parecer sobre o projeto.

Dias 19 — 20 — 21 e 22 — Discussão e votação do projeto.

Dias 23 — 24 — 26 — 27 e 28 — Apresentação de emendas perante a Comissão.

JANEIRO

Dia 4 — Apresentação do parecer sobre as emendas.

Dia 5 — Publicação do parecer.

Dias 6 a 17 — Discussão das emendas.

Dias 18 e 19 — Votação das emendas.

Dia 20 — Apresentação da redação final.

Dia 21 — Publicação da redação final e sua votação.

Dia 24 — Promulgação da nova Constituição.

VI — Levanta-se a sessão às 12 horas e 35 minutos.

(Comparecimento do Sr. Ministro Paulo Egídio, da Indústria e Comércio, à Câmara dos Deputados, na sessão vespertina de 30 de novembro de 1966)

O SR. PRESIDENTE:

(Batista Ramos) — Está reaberta a sessão.

Encontrando-se presente no plenário, o nobre Ministro Paulo Egídio, que comparece a esta Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre matéria relacionada com a Festa que dirige, convidado S. Exa. a ocupar a tribuna. (Pausa.)

Sr. Ministro, nos termos do Regimento Interno, V. Exa. dispõe de 80 minutos para apresentar sua exposição. Esse tempo poderá ser prorrogado por mais 30 minutos, a critério do plenário. Os interpellantes disporão de 15 minutos para formular suas perguntas, sendo que o autor do requerimento disporá de 30 minutos. Igual tempo será assegurado a Vossa Excelência.

Sr. Ministro Paulo Egídio, a Mesa consulta V. Exa. sobre se permitirá apartes durante sua exposição.

O SR. MINISTRO PAULO EGÍDIO, DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Sr. Presidente, eu preferiria não conceder apartes durante minha exposição. No entanto, ao se iniciarem as interpellações, terei imenso prazer em recebê-las.

O SR. PRESIDENTE:

(Batista Ramos) — Tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Comércio para sua exposição.

O SR. PAULO EGÍDIO, MINISTRO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Srs. Deputados, é sumamente honrado que aqui compareço pela primeira vez, como Ministro de Estado, para, perante esta Casa, prestar esclarecimentos sobre a política açucareira do Brasil.

Procurarei, nesta exposição, examinar os problemas, de acordo com o requerimento de convocação do Excelentíssimo Sr. Deputado Abel Rafael, na sequência que hei enunciado: pequena introdução, análise da conjuntura açucareira brasileira e internacional, perspectivas às vésperas da safra de 1966-1967, execução da presente safra, problemas de preço, crise estrutural, e problema específico de Minas Gerais.

Compareço a esta Casa do Congresso Nacional, convocado que fui mediante requerimento de iniciativa do Sr. Deputado Abel Rafael, a fim de prestar informações sobre a crise açucareira, principalmente, no Estado de Minas Gerais, bem como sobre esclarecimentos capeados pelo meu ofício nº 100.117-66, de 4 de maio do ano em curso, em resposta ao Requerimento de Informações nº 4.867, da autoria daquele Ilustre Deputado.

E, pois, com satisfação que aproveito a oportunidade para proporcionar aos Srs. Deputados um panorama sucinto da conjuntura açucareira nacional.

O complexo agro-industrial da cana-de-açúcar, integrado por mais de 270 usinas de capacidade e condições as mais diversas, distribuídas por quase todas as Unidades da Federação — somente não são produtores de açúcar os Estados do Acre, Amazonas, Pará e Guanabara, além dos Territórios Federais — envolvendo interesses de aproximadamente 49 mil fundos agrícolas, é uma das mais importantes fontes de emprego da zona rural brasileira, ocupando, diretamente e em caráter estável, cerca de um milhão de pessoas. É compreensível e

justo que flutuações cíclicas ou dificuldades quase sempre decorrentes de deficiências de infra-estrutura, preocupem a opinião pública, ao passo que exigem do Governo atenção constante em face de suas conotações de natureza política e econômica.

1. A Conjuntura Açucareira

No entendimento da crise açucareira como um todo desenvolvem-se neste momento, no Brasil, dois movimentos distintos: um, de natureza puramente conjuntural, que se processa no Centro-Sul do País, e outro, de causas tipicamente estruturais, localizado sobretudo no Nordeste.

O primeiro está caracterizado no balanço da safra de 1965-66, que, se colocou o Brasil, transitoriamente, no segundo lugar entre os grandes produtores de açúcar do mundo, superado apenas pela União Soviética, com uma safra que se aproximou de 76 milhões de sacos, equivalentes a 4,6 milhões de toneladas métricas, em compensação gerou dificuldades, que se projetam num futuro a médio prazo, comprometendo não raro a estabilidade econômico-financeira de empresas industriais e fornecedores de cana.

Na safra de 1965-66 funcionaram no País 279 usinas, utilizando em torno de 48,0 milhões de toneladas de cana estimadas em Cr\$ 529,7 bilhões, colhidas de aproximadamente 900 mil hectares. Do volume total das canas moídas, 49% foram produzidas diretamente pelas usinas, em lavrações próprias, e 51% obtidos de mais de 35 mil fundos agrícolas.

No seu curso foram fabricados cerca de 76,0 milhões de sacos de 60 quilos brutos de açúcar, do quais 56,0 milhões em cristal "standard" de 99,3 de polarização, destinados ao abaste-

cimento do mercado interno e 20,0 milhões em açúcar cru, ou demerara, para exportação, representando um valor global de Cr\$ 765,5 bilhões na condição PVU, isto é, posto vagão/veículo na usina.

A base dos meios residuais foram produzidos ainda 600 milhões de litros de álcool, com o valor correspondente de Cr\$ 72,0 bilhões. Uma parte do bagaço residual serviu de matéria-prima à indústria de celulose e papel. Utilizando açúcar como matéria-prima funcionaram no País fábricas de ácidos cítrico, oxálico e láctico. Dos resíduos de produção de álcool obteve-se óleo fúsel, consumido pela indústria química e fórmulas para ração animal. Com mais foram ainda produzidos fermentos e outros produtos destinados à alimentação humana. Com o álcool, desenvolvem-se a produção de borracha sintética e, ainda, empregando álcool como matéria-prima, funcionaram importantes complexos da indústria química pesada e leve.

Valem, estas referências, para permitir aos Srs. Deputados uma avaliação mais ampla da importância econômica do complexo agroindustrial canavieiro. Está presente, hoje, no Brasil, a filosofia do aproveitamento integral da cana-de-açúcar, para o que são projetadas novas indústrias, num esforço de valorização de uma matéria-prima agrícola, pioneira na organização econômica ainda no século da descoberta.

Não obstante, a economia setorial da agroindústria canavieira atravessa, em termos brasileiros, delicada situação conjuntural. Em 1965/66 o Brasil produziu, efetivamente, muito mais açúcar do que o necessário. Em números absolutos, vejamos o comportamento:

Cristal Demerara Total
(Em sacos de 60 kg)

1) Disponibilidades:

Estoque existentes em 31 de maio de 1965	7.629.338	5.101.093	12.730.431
Produção realizada	55.912.527	20.034.984	75.947.511
Total das disponibilidades	63.541.865	25.136.077	88.677.942

2) Utilização:

Consumo doméstico	46.368.974		46.368.974
Saldo parcial	17.172.891		42.368.968
Exportação	259.149	15.059.844	15.318.993

3) Estoque final em 31-5-1966

	16.913.742	10.076.233	26.989.975
--	------------	------------	------------

Aqui é preciso enfatizar que o estoque de demerara não tem maior significação, porque já estava vendido para o mercado internacional. Mas o estoque de cristal, no início da presente safra, este sim, tem um aspecto econômico particular, que abordecemos no decorrer de nossa exposição.

Acima do que seria desejável em termos de segurança para o regular abastecimento do mercado interno e do atendimento dos compromissos de exportação, foram produzidos em torno de 15 milhões de sacos de açúcar. Este, evidentemente, é o volume que pesa hoje sobre a economia setorial. A crise, no entanto, manifestou-se por antecipação, sendo oportuno esclarecer que o órgão responsável, o Instituto do Açúcar e do Alcool, dela se apercebeu a tempo, embora não tivesse, então, condições bastantes para evitá-la. Falecia do debilitamento da sua autoridade.

Ao estabelecer o Plano de Defesa da Safra de 65-66, o I.A.A., frente às estimativas da produção agrícola levantadas pelos seus órgãos técnicos e às perspectivas do consumo interno e de colocação no mercado internacional, estimava necessária a produção de 65 milhões, 300 mil sacos de

açúcar, dos quais 51.225 mil em cristal "standard" para o mercado doméstico e 14.040 mil em demerara, para exportação. Da produção global, 19 milhões, 300 mil sacos deveriam ser realizados no Nordeste e 46 milhões no Centro-Sul.

O excesso realizado sobre a produção autorizada, em sua larga margem, correu por conta dos produtores agrícolas e industriais do Centro-Sul, notadamente do Estado de São Paulo, cuja capacidade de produção, tanto agrícola quanto industrial, fora grandemente ampliada, estimulada em parte pelo reajustamento das respectivas quotas de produção feito com base em estimativas de consumo e exportação de longo prazo — 1970-71 — realizando, com injustificada antecipação, os níveis de produção que praticamente deveriam ser atingidos dentro de mais cinco anos. Paralelamente, tendo em vista o declínio da produção observado nas safras de 1962-63 e 1963-64, quando o volume do açúcar disponível fora insuficiente ao regular abastecimento, o Banco do Brasil, em 1964-65, ampliou substancialmente os financiamentos agrícolas, o que coincidiu com as excepcionais condições climáticas que

influíram na formação das colheitas de 1965.

Ao começar a moagem das canas no Centro-Sul, em junho de 1965, a situação era marcada pela instabilidade do mercado interno face aos níveis de preço estabelecidos em 31 de março. A venda, a preços concessionais, de estoques remanescentes da safra de 1964-65, foi o sinal de partida para a competição desordenada que se processou e somente foi contida em dezembro. De junho a dezembro de 1965 o preço oficial de Cr\$ 12,180 por saco, não foi realizado e, numa linha descendente, o mercado conheceu negócios — inclusive a menos de Cr\$ 7,000. Enquanto assim acontecia, os produtores, não balante o comportamento do mercado, evidenciavam o propósito de utilizar toda a matéria-prima disponível, utilizando opções facultadas pela legislação então vigente.

O Instituto do Açúcar e do Alcool, com sua autoridade enfraquecida pela inadequação do instrumental jurídico original, não conseguia por termo à corrida que se operava, marcada de um lado pelo impacto da superprodução e, de outro, pela depressão dos preços. Açúcares do Sul, na luta pelos mercados, deslocavam-se para centros distribuidores do Norte e do Nordeste, a preços com os quais não podia competir a produção regional de custos sabidamente mais elevados, além da interferência do açúcar clandestino. Desorganizou-se o mercado.

O consumidor não se beneficiava do leilão. A economia das empresas industriais se diluiu na descapitalização, num momento em que a política econômico-financeira do Governo tornava-se mais impositiva na luta contra a inflação. A receita da venda do açúcar não bastava para que os usineiros cumprissem os compromissos assumidos com os fornecedores de cana. Repetia-se, no fundo, o mesmo quadro diante do qual o cronista dos tempos da Colônia exclamava: "De que vale fazer tanto açúcar, se no preço nem o custo se tira?" e que, repetido em 1931, levava à intervenção do Estado, nesse importante ramo da economia brasileira.

A situação criada fez, por onde o Governo acelerasse o encaminhamento ao Congresso do projeto de lei dispondo sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação, antecipando-se a uma reestruturação de caráter mais amplo, ainda objeto de estudo, além de outras providências. Depois da transição normal nas duas Casas do Congresso foi sancionada a Lei nº 4.870, de 1º de dezembro de 1965.

Com o instrumental de medidas contidas neste diploma legal, pôde o Instituto do Açúcar e do Alcool restabelecer certa disciplina no mercado. Mas, evidentemente, os males econômicos e financeiros causados pela competição desordenada e pela produção excessiva já estavam feitos e cumpria, então, enfrentar o problema do saneamento e da recuperação, programa este apenas iniciado. As medidas postas em prática, — adoção de taxas "ad valorem" em substituição às primitivas taxas de valor absoluto; a fixação de preços regionais; a definição de mercados regionais privativos e o estabelecimento de quotas mensais de comercialização — permitiram o melhor ordenamento da comercialização.

Restaram, porém, algumas dificuldades, implicando sobretudo na deterioração das relações entre usineiros e fornecedores, conseqüentes do atraso na liquidação das canas entregues às usinas. Os problemas mais agudos ocorreram nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, onde a regularização vem-se processando, embora com certa lentidão decorrente da escassez de recursos disponíveis

pelas empresas, não obstante a cooperação dispensada pelo Governo Federal.

Perspectivas às vésperas da Safra de 1966-67

Um dos aspectos peculiares à economia açucareira é o retardamento de seus reflexos. Justifica-se, isso, face à circunstância de que a produção canavieira se baseia em lavouras de colheitas residuais. Uma área cultivada proporciona, no Brasil, uma média de quatro colheitas econômicas. Assim sendo, era certo que a expansão da produção agrícola que proporcionou a grande safra de 1965-66, se refletiria na formação das safras subsequentes, acrescida pelo contingente normal de canas novas.

Após a estimativa da matéria-prima disponível para a safra de 1966-67, o Instituto do Açúcar e do Alcool, chegou à conclusão de que ela seria suficiente para uma produção de 81,0 milhões de sacos. Tendo em vista os estoques de açúcar cristal remanescentes da safra anterior, considerou necessário estabelecer o controle rígido da produção, consideradas as possibilidades de absorção do mercado interno e do mercado internacional.

As necessidades do mercado interno foram estimadas em 51,0 milhões de sacos. No tocante ao mercado internacional a situação não se mostrava muito favorável. Desde 1964 a produção mundial de açúcar vem se desenvolvendo em níveis muito superiores às possibilidades de absorção da demanda, registrando-se em 31 de dezembro do ano passado excedentes da ordem de 21,0 milhões de toneladas métricas. Por seu lado, o comércio internacional do açúcar vem sofrendo, também, os efeitos de uma crise difícil: desde 1º de janeiro de 1962 estão suspensas as cláusulas econômicas do Convênio Internacional do Açúcar, de 1958, e, não obstante todos os esforços até agora emvidados, não foi possível reunir condições capazes de levar a bom termo a negociação de um novo Convênio.

Com isso, o movimento de açúcar no mercado internacional se processa livre de qualquer restrição. É compreensível que a formação de grandes estoques e a tendência ainda considerável de expansão da produção atuem de maneira depressiva sobre a demanda e os preços declinem. Há seguramente 30 anos o mercado livre mundial de açúcar não registrava preços tão baixos como os de agora. Uma tonelada de açúcar está sendo negociada em torno de 33 dólares, o que corresponde a aproximadamente Cr\$ 4.452 por saco na condição FOB estivo.

É verdade que o Brasil é hoje um dos principais fornecedores de açúcar do mercado dos Estados Unidos, onde o produto é admitido em regime preferencial, com preços da ordem de US\$ 157,00 por tonelada (na condição CIF, direitos pagos no porto de Nova Iorque), o que representa Cr\$ 17.227 por saco na condição FOB estivo. Em 1966 estamos embarcando para os Estados Unidos aproximadamente 430 mil toneladas métricas.

Dentro do espírito que marca a política econômico-financeira do Governo, o ônus da exportação de açúcar (diferença entre os preços externos e internos), deve correr à conta dos recursos proporcionados pela própria economia setorial. A exportação representa, sem dúvida, importante válvula reguladora do equilíbrio do mercado interno, além de constituir reserva potencial de que se pode lançar mão, sempre que necessário, para atenuar eventuais crises de escassez no mercado interno. Mas ela não pode desenvolver na forma limitada.

Nem o mercado importador comportaria, nem a economia interna o suportaria. Por isso, era necessário, também ali, fazer prevalecer o princípio da limitação.

Com base nessas premissas o Plano de Defesa da Safra, invocando dispositivo legal, autorizou a realização da produção global de 85,0 milhões de sacos, ou seja, 11,0 milhões a menos que na safra anterior para a atual safra. O contingente de açúcar cristal, para o mercado interno, foi fixado em 49,0 milhões e o de açúcar demerara, destinado à exportação, em 16,0 milhões de sacos. São Paulo, que na safra anterior produziu 42,0 milhões de sacos, teve sua produção limitada para a atual safra, a 30,0 milhões de sacos.

Após a limitação rígida da produção, o Plano de Defesa da Safra adotou medidas visando a disciplina da circulação, de forma a ajustar a oferta ao comportamento da demanda. Severas providências foram adotadas, através da publicação dos Decretos-Leis nºs 16 e 58, de respectivamente 10 de agosto e 21 de setembro de 1966, no sentido de coibir a produção e a comercialização do açúcar clandestino, prática que se vinha manifestando nas últimas safras. Dentro das limitações naturais do orçamento monetário, o Governo Federal, através do Banco do Brasil S. A. vem assegurando a assistência financeira imprescindível à execução da safra, estocagem e comercialização do açúcar.

Execução da Safra Própriamente Dita

As medidas adotadas estão produzindo os resultados previstos. Nos primeiros quatro meses do ano açucareiro — junho-setembro — a produção atingiu a pouco mais de 33,1 milhões de sacos, com a redução de 3,8 milhões de sacos sobre igual período da safra anterior. Para os mercados externos foram embarcados 8,2 milhões de sacos, número que expressa um acréscimo de 2,5 milhões sobre o período junho-setembro do ano passado. E as saídas para o mercado interno, que nos quatro meses iniciais da safra passada haviam montado a 15,2 milhões, nos primeiros quatro meses de 1966-67 se elevaram a 16,4 milhões, com um avanço, portanto, de 1,2 milhões de sacos. Em compensação, no dia 30 de setembro, os estoques de açúcar no País subiam a 35,6 milhões, com o aumento de 6,9 milhões sobre igual data de 1965.

Neste momento, a produção de açúcar da safra de 1966-67, nos Estados do Sul, está em seus momentos finais, devendo ser totalmente encerrada até os primeiros dias de dezembro. Inteligentemente contida dentro dos níveis estabelecidos pelo Instituto do Açúcar e do Alcool. Salvo algumas resistências isoladas, os produtores, individualmente ou através de seus órgãos de classe, compreenderam os propósitos da política governamental adotada através do Instituto do Açúcar e do Alcool.

O mais importante, porém, é que os preços oficiais estão sendo defendidos: este é o resultado positivo do ajustamento da oferta às necessidades efetivas do consumo, único meio universalmente válido para a disciplina da produção e do comércio dos produtos primários. Em consequência, os preços oficiais estabelecidos para a cana estão em plena vigência, conquanto os respectivos pagamentos não estejam ainda de todo regularizados. Existem certas discrepâncias oriundas da penúria de capital circulante de um ponderável número de empresas. Mas o Instituto de Açúcar e do Alcool vem acompanhando de perto o desenvolvimento da safra, procurando, na medida do possível, remover os pontos de estrangulamento mediante o exame de cada caso.

No Nordeste, onde o período de moagem teve início em setembro, o Estado continua dispensando a atenção prioritária e especial. Enquanto no Centro-Sul o financiamento da produção dos açúcares destinados ao mercado interno é feito à razão de 60% do preço sobre uma determinada parcela dos estoques, no Nordeste ele foi mantido à razão de 80% do preço para a totalidade dos estoques. Justifica-se a discriminação tendo em vista a dominância setorial do açúcar na economia regional.

Nos Estados do Nordeste é mais pressionante a crise financeira das empresas, de um modo geral descapitalizadas, sofrendo quase sempre os reflexos de uma gerência ainda paternalista. As empresas daquela Região haviam deixado de receber, desde a safra de 1963-64, complementações de preço devidas pela instituição de taxas corretivas do Centro-Sul e parcelas de nivelamento salarial devidas pela União em decorrência da impossibilidade em que se haviam encontrado para atender ao pagamento de majorações salariais consequentes de acordos entre os respectivos sindicatos patronais e de trabalhadores, celebrados com a assistência do Ministério do Trabalho e do I.A.A. Tratava-se de cifra total superior a 22,0 bilhões de cruzeiros, que somente no respeitante a salários era de responsabilidade do Governo Federal.

Tendo o Congresso Nacional recusado o veto apelo pelo Poder Executivo a dispositivo da Lei nº 4.870 que ratifica as obrigações passivas da produção do Sul em relação à produção do Nordeste, cuidou o Governo Federal de regularizar a situação, reembolsando os produtores dessa Região daquilo a que tinham direito e, com isso, proporcionando a reposição de capital circulante de que careciam para dar curso aos trabalhos da safra. Mediante sobretaxa a ser cobrada sobre todos os açúcares dados a consumo no País e até que perca aquele montante, conforme disposto no Decreto-Lei nº 35, o Tesouro Nacional se ressarcirá dos recursos assim postos à disposição daqueles produtores.

O Preço

Nesse momento, o Instituto do Açúcar e do Alcool realiza os estudos finais sobre o comportamento dos custos de produção e cujas conclusões evidenciarão da necessidade ou não e, se for o caso, da natureza dos reajustamentos a serem efetuados nos preços internos do açúcar. Quando há excedentes de produção acumulados, esta é uma decisão difícil, que somente se justifica pela responsabilidade do Estado ao exercer a política de defesa.

O produtor, porém, não deve alimentar a ideia de que o reajustamento dos preços, pura e simplesmente, seja o grande remédio para o seu problema de custos. Segundo os dados disponíveis, a indústria açucareira nacional está longe de desfrutar de índices de produtividade compatíveis. Numa relação dos 24 países e territórios mais importantes produtores de açúcar de cana, o Brasil é o 22º colocado quanto ao rendimento agrícola. Deves, dois acusam rendimentos superiores a 150 toneladas por hectare, 8 produzem entre 70 e 100 toneladas e 8 obtêm entre 50 e 70 toneladas. Nesse mesmo grupo de países, o Brasil é o 23º em produção de açúcar por hectare de cana colhida e ocupa o 20º lugar em rendimento industrial (% de açúcar extraído por tonelada de cana-de-moída).

Sómente a elevação dos índices médios de produtividade poderá, efetivamente, contribuir para o fortalecimento econômico da indústria açucareira nacional, dando-lhe o imprescindível poder de competição ou, pe-

lo menos, reduzindo de forma apreciável a distância que hoje se mede entre os custos internos e os preços do mercado livre mundial.

Não poderá ser econômica uma exploração agrícola canavieira quando, no Estado maior produtor, São Paulo, contam-se 29,63 homens-dia-hectare e, no Estado segundo maior produtor, Pernambuco, esta relação sobe a ... 112,09 homens-dias-hectare (quase o triplo).

Na medida em que nos aproximamos outra vez da estabilidade econômica, da qual temos estado distanciados tantos anos, o aumento do benefício das empresas ou da agricultura torna-se, cada vez mais, consequência da maior produção de cana por hectare e do melhor índice de aproveitamento industrial da cana pela usina.

É imprescindível que, com o possível reajustamento dos preços do açúcar, sejam também corrigidas certas distorções, como é o caso da relação da participação da matéria-prima na formação do preço do açúcar, que de 57,5% em 1963-64, elevou-se em ... 1965-66 a 70,33% para a Região Nordeste (onde o rendimento industrial é menor) e a 65,41% no Centro-Sul (onde o rendimento industrial é maior).

V. Exs podem observar pela simples referência aos índices de que há necessidade de uma revisão completa nesse setor da agro-indústria canavieira.

Tendências

Levando em conta as estimativas básicas e o ritmo da produção, do consumo e da exportação, estima-se que, no final desta safra, contida a expansão da produção, os estoques de açúcar cristal, destinados ao mercado interno caso a comercialização continue se processando nos termos até agora observados, estarão reduzidos a cerca de 14,0 milhões de sacos, volume que excede ainda, bastante, o dos estoques normalmente reguladores da oferta.

Enquanto isso, se as condições do mercado internacional o permitirem, o Brasil, no período de 1º de junho de 1966 a 31 de maio de 1967, exportará de 15 a 18 milhões de sacos de açúcar demerara, com o que os estoques do tipo voltarão a níveis convenientes.

Embora limitados, os resultados dos esforços no sentido de controlar a crise e reduzir o seu impacto se evidenciam positivos. Não seria possível comprimir mais ainda a produção autorizada, pois se o fizéssemos esstaríamos exigindo um sacrifício acima das possibilidades de fornecedores de cana e usinários, comprometendo portanto a economia setorial. Ficaria no campo ao termo desta safra, sem possibilidade de industrialização, alguns milhões de toneladas de canas. O Governo negou, inclusive, autorização para a produção de um contingente suplementar fora de mercado: sua realização teria sido suficiente para anular os limitados benefícios conseguidos.

Começa-se, já agora, a considerar o problema da safra futura, de 1967-68: é bom que fique claro desde logo, que o esquema de contenção não poderá sofrer modificações substanciais. Este é o comportamento devido face à conjuntura.

Os estudos projetivos do consumo indicam que a demanda nacional, no próximo período, deverá evoluir para uma cifra em torno de 53,0 milhões de sacos. É óbvio, no entanto, que as condições que vêm prevalecendo na economia interna são daquelas que podem interferir no comportamento do mercado, reduzindo expectativas.

Note-se que depois de haver atingido a 36,9 quilos em 1961-62, o consumo "per capita" de açúcar tem-se reduzido com flutuações abaixo des-

no nível. A elevação dos preços em perspectiva, como a manutenção dos níveis de renda real, poderão influenciar o comportamento do mercado interno. Nessas condições, considerando a existência de disponibilidades superiores a 14 milhões de sacos de açúcar, cristal no próximo dia 31 de maio, a autorização de produção deste tipo na safra vindoura não deverá discrepar muito daquela que foi adotada para a safra em curso.

Quanto à produção de açúcar de merara, para exportação, trata-se de setor em que a decisão a tomar estará relacionada diretamente com a evolução dos embarques até os primeiros meses do ano vindouro. Em 1967, contamos colocar no mercado preferencial dos Estados Unidos cerca de ... 800.000 toneladas métricas, o que corresponderá a cerca de 8,5 milhões de sacos. Essa exportação será, em grande parte, coberta com açúcares fabricados ainda no curso da safra de 1966-67. Os embarques para o mercado livre mundial, dependendo da disponibilidade de recursos para equalização dos preços, não deverão exceder de 400.000 toneladas métricas, ou seja, aproximadamente 7,0 milhões de sacos. Se os fatos de um futuro a curto prazo confirmarem essas expectativas, a produção de açúcar de exportação poderá sofrer pequeno acréscimo sobre a autorizada na safra corrente. Se não, o mais indicado é que sejam mantidos os seus níveis atuais.

Não resta dúvida que a experiência colhida com a limitação rígida na safra de 1966-67 sugerirá uma melhor distribuição das autorizações estaduais e individuais, de produção para a próxima safra. Compreendemos que a limitação em vigor frustra interesses, mas ela é necessária como fator de correção, sob pena de mergulharmos no artificialismo, repetindo erros de que outros já se curaram. Vamos procurar encontrar os meios capazes de atenuar as dificuldades, sobretudo no melhor aproveitamento da matéria-prima na maior racionalização da produção agrícola.

E' cedo, ainda, para que se apele por uma participação mais destacada do Brasil no mercado internacional como válvula de escape para um maior volume de safra. Os elementos disponíveis infelizmente, indicam que dificilmente melhorarão os preços do mercado livre mundial, pelo menos nos próximos 18 meses. Em 1967, estima-se que haverá um excedente da oferta sobre a procura da ordem de 4 a 5 milhões de toneladas métricas, com o que os estoques mundiais, nos próximos 12 meses, deverão elevar-se a um número em torno de 26 a 27 milhões de toneladas métricas. Mas a política de exportação de açúcar do Brasil pode ser melhorada e, neste sentido estão sendo realizados os estudos necessários, considerando não apenas o aumento volumétrico das exportações, mas sobretudo a garantia de mercados estáveis para o açúcar nacional, de forma a reduzir os reflexos da conjuntura sobre a economia setorial e a evitar que o produto brasileiro continue a ser responsabilizado, como até aqui tem acontecido, por determinadas flutuações observadas no mercado livre mundial.

Devem os produtores ter em conta, inclusive, a necessidade do aperfeiçoamento dos tipos, a fim de que não venhamos a sofrer discriminações no mercado internacional pela baixa qualidade de certos dos nossos açúcares. É importante, sem dúvida, que o Brasil disponha de capacidade instalada, em sua indústria açucareira, em nível superior a 50 milhões de toneladas. Sem um país cuja população cresça a passos muito rápidos e dentro de poucos anos, estaremos nos abeirando dos 100 milhões de habitantes além do que deve ser considerado o incremento da renda. Muita mais importante que o uso dessa capacidade,

de, que não pode ser improvisada a curto espaço de tempo, é que ele se processe em termos regulares e progressivos, sem que se perca de vista a economia de mercado. O empresário não é o Estado. O Estado cumpre, apenas, o seu dever de disciplinar a oferta, ajustando-a aos termos da demanda. Os capitais investidos no setor, ponderáveis, são da iniciativa privada, como dela são os seus benefícios e os seus riscos. Não se pense em erigir o Estado no comprador compulsório de produção sobrando.

Ao final desta exposição, os Srs. Deputados poderão observar a existência de quadros onde estão relacionados os preços do açúcar e da cana no período de 1954 a 1965, estabelecendo-se o índice 100 para 1954. V. Exs. poderão, através dos valores correntes, oficiais, observar a sua evolução. Em seguida, aparecem os mesmos preços, deflacionados, subtraindo-se-lhes o efeito da inflação, mediante o índice dos preços por atacado e o índice dos preços dos produtos agrícolas, menos o café. Isto, para os dois Estados maiores produtores de cana e de açúcar, São Paulo e Pernambuco. Este confronto dá a idéia de como a cana e o açúcar andaram quase sempre à frente da inflação.

Tenho a impressão de que, no decorrer dos nossos próximos debates, a manipulação desses quadros será de bastante utilidade.

A Crise Estrutural

No começo desta Exposição caracterizamos a existência, no País, de dois movimentos distintos na crise açucareira: um, de natureza conjuntural, do qual nos ocupamos até aqui; outro, estrutural, do qual nos ocuparemos daqui por diante.

Embora oferecendo conotações que não se limitam a uma determinada área do Território Nacional, a crise estrutural é mais sensível no Nordeste e aí, particularmente no Estado de Pernambuco. Uma análise da infraestrutura da indústria, realizada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, identifica que:

"A indústria açucareira é representada, sobretudo, por um grande número de fábricas e usinas pequenas e antigas, trabalhando em condições de baixa produtividade. A par dessa situação figuram as fábricas reequipadas, não raro com desequilíbrio industrial, o que gera pontos de estrangulamento no processo produtivo.

"Esse complexo parque industrial constitui, pois, uma mistura de técnicas as mais variadas, onde se destaca, apenas, um reduzido número de fábricas novas, localizadas no Sul do País, particularmente no Estado de São Paulo.

"A pequena dimensão da maioria das fábricas de açúcar, aliada ao seu tipo de equipamento tornado antiquado e à inadequada utilização dos fatores da produção, tem sido a causa da baixa produtividade do parque açucareiro."

O ritmo da modernização é lento, vislumbrando-se alguma melhoria tecnológica apenas na Região Centro-Sul, notadamente no Estado de São Paulo. A falta de propagação de progresso técnico e de controle administrativo ocasiona, principalmente nas usinas de pequeno porte, perdas industriais avaliadas em bilhões de cruzeiros, gravando sensivelmente os custos finais.

Em termos monetários, vale destacar a rigidez com que se comporta o fator capital no Nordeste, em face da insuficiência de poupança para reinvestimento e da ausência, na Região, de empresas em capital.

Para que se tenha uma idéia de como a economia setorial reage às conjunturas, basta notar que na safra de 1953/54 funcionaram, no Nordeste, 148 usinas e que, em 1965/66, estiveram em funcionamento ape-

nas pouco mais de 100 usinas. Enquanto isso, na Região Centro-Sul, funcionaram em 1953/54 179 usinas e, em 1965/66, 168. Não obstante a produção nacional de açúcar, que na primeira dessas safras fora de 33,3 milhões de sacos, na última elevou-se a 76,0 milhões. Na primeira, o Nordeste respondeu por 42,4% do total contra 57,6% do Centro-Sul. Na segunda, os índices foram de 26,0% e 74%, respectivamente.

Em sua grande parte, o aumento observado foi devido à expansão da indústria açucareira de São Paulo. Os números revelam que algumas transformações se processam na infraestrutura, devidas mais ao processo de seleção natural ou exaustão econômica, do que mesmo em decorrência das deficiências apontadas.

Essas deficiências, no entanto, não se restringem ao setor industrial. Elas estão presentes, também, no setor agrícola e, muito especialmente, no processo de abastecimento das Usinas. Levantamentos feitos no Estado de Pernambuco indicam que mais de 50% das horas de moagem perdidas, numa safra, são consequência da deficiência do abastecimento de matéria-prima. Essa deficiência não resulta, porém, da falta de canas, mas de má aplicação dos meios de transporte e de insuficiente aparelhamento de recepção nas usinas.

Dentre os fatores que têm gerado a baixa produtividade aponta-se, também, o excessivo prolongamento dos períodos de moagem sem o adequado plantel de variedades de canas de ciclos vegetativos diversos. Em decorrência disso, muitas usinas devem moer canas ainda não suficientemente maduras ou então cujo ciclo de maturação e aproveitamento já foi ultrapassado, o que reduz sobremaneira o índice de aproveitamento em açúcar. Como resultado de fatores dessa natureza e de outros a eles vinculados a média do rendimento industrial de Pernambuco, que durante longo período situou-se acima de 9,5% e chegou inclusive, em algumas safras, a ultrapassar os 10,0%, desde a safra de 1958-59 vem-se comportando abaixo de 9,0%, com sensíveis prejuízos que se refletem na economia das empresas e respondem pela alegada descapitalização em que as mesmas se encontram.

A crise de estrutura, que remonta a bem dizer aos primeiros anos do pós-guerra, tem sido objeto de estudos desde 1948 quando, a convite do Instituto do Açúcar e do Alcool, veio ao Brasil o renomado técnico Ernst W. Kopke. Estudos posteriores não destoam quanto ao diagnóstico e nem quanto às recomendações. Mas, infelizmente, a execução de qualquer programa tem sido dificultada precisamente pela deficiência de capitalização e pela dificuldade de compreensão das medidas propostas.

No momento, outra tentativa está sendo implementada. Novos estudos foram realizados no segundo semestre do ano passado por uma equipe de 12 especialistas, cujo relatório final já se encontra no Brasil. Por outro lado, como resultante de um grupo de trabalho interministerial, foi constituído o GERAN, que será o organismo coordenador regional da ação das diversas entidades que devem interferir na execução do programa. Na próxima semana deverão ser dados os passos finais na estrutura do GERAN, a fim de que possa entrar imediatamente em funcionamento, cobrindo toda a Região Norte-Nordeste produtora de açúcar, desde a Bahia até o Maranhão.

De acordo com os estudos realizados, serão objeto de consideração projetos de reaparelhamento de fábricas, levando-se em conta inclusive fusões com vistas a permitir o melhor dimensionamento, realocação e racionalização.

Foi ainda durante a gestão do meu ilustre antecessor Deputado Daniel Faraço, que esta nova tentativa foi esboçada para realmente removermos este problema estrutural do Nordeste. Acreditamos que, sem esse esforço extremamente sério, não será possível darmos uma solução à crise da agro-indústria canavieira do Brasil. Mas, temos certeza, pelo espírito com que o GERAN foi criado, pelo caráter especial que o Deputado Daniel Faraço deu a este assunto, e, hoje, pela atuação de Ministro João Gonçalves, será possível, não a curto prazo, mas a prazo médio, a total reestruturação desta indústria nos Estados do Norte e Nordeste.

Com isso e mais a elevação dos rendimentos agrícolas e reestruturação dos meios de transporte, está prevista, a liberação de áreas hoje vinculadas à lavoura canavieira para a execução de planos de diversificação agrícola. Como o programa implicará em sensível redução do mercado de emprego no setor agro-industrial canavieiro, prevê-se também a implantação de outros tipos de exploração, de forma a absorver a mão de obra que venha a ser desmobilizada do complexo açucareiro.

Terminei aqui a primeira parte desta exposição, que é uma análise geral do panorama agro-açucareiro do País e, de acordo com os termos de minha convocação, início, agora a apreciação relativa especificamente ao Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais

Ao requerer a presença nesta Câmara do Ministro da Indústria e do Comércio, o Sr. Deputado Abel Rafael, aludindo à falta de cumprimento das usinas de açúcar de Minas Gerais no acordo para o pagamento de fornecimento aos plantadores de cana, faz menção específica de reclamações da Associação dos Plantadores de Cana de Minas Gerais, com sede em Ponte Nova.

Dessa mesma entidade a Inspeção Fiscal Regional do Instituto do Açúcar e do Alcool em Ponte Nova recebeu, em 19 de agosto, pedido de providências visando à regularização de falta de cumprimento, por parte das usinas da região, de disposições legais.

O Instituto não recebeu reclamação de qualquer fornecedor das zonas açucareiras do Estado, relativamente a divergências na liquidação de canas fornecidas, nem tampouco sobre outras reivindicações. Destarte, o Instituto limitou suas providências de apuração das acusações à região de Ponte Nova.

Segundo relatório apresentado pelo Inspetor Fiscal Regional do Instituto, datado de 29 de setembro de 1966, acompanhado dos respectivos termos de verificação, declarações e outros documentos, o que ocorria era exatamente o contrário do alegado na quase totalidade das usinas. Assim, por exemplo, a Usina Ana Florência, da qual o Presidente da Associação, Senhor José Ribeiro Martinique, é fornecedor, em 23 de setembro apresentava um saldo credor de Cr\$ 57.149.130 referentes a pagamentos efetuados a mais aos seus fornecedores, sobre canas recebidas até 31 de agosto. A Usina Pontal, da mesma forma, apresentava saldo credor de Cr\$ 66.980.285, feitos todos os descontos previstos na Lei nº 4.870, sem se levar em consideração seu estoque de açúcar em 31 de agosto.

A usina Santa Helena também desfrutava de situação satisfatória, naquela data, pois ainda era credora de um saldo de Cr\$ 8.825.140 de pagamentos efetuados a mais. Apenas a Usina Jatiboca apresentava saldo devedor de Cr\$ 14.837.327, isto sem levar em conta o seu estoque de açúcar em 31 de agosto, no total de 40.579 sacos. Essa Usina, cabe-nos salientar, segundo consta do relatório do Inspetor Fiscal, é pontual no recolhimento

de todos os descontos feitos sobre as canas recebidas dos fornecedores, bem como de quaisquer tributos.

Relativamente ao quadro geral de recebimentos diários de cana, todas as usinas o remeteram à Associação, algumas até dois, em virtude de alterações processadas nos contingentes agrícolas. Novo quadro seria enviado à Associação com base nos novos contingentes agrícolas em consequência das quotas autorizadas às usinas para a safra de 1966-67.

Quanto à reclamação relativa à redução de 34% no recebimento de canas de fornecedores, houve inicialmente, consulta das usinas sobre o modo de proceder em face da Resolução número 1970-66, de 7 de julho do corrente ano, que estabeleceu o recálculo nas quotas de produção autorizadas para a safra. Na verdade, o recálculo de 34% correspondia à quota oficial de 3,7 milhões de sacos, jamais realizada e que, levando em conta a estimativa de 2,9 milhões de sacos, correspondia a apenas 16%.

No caso específico do Sr. José Ribeiro Mairinque cujo limite oficial de entrega de canas era de 3.000 toneladas, o seu recálculo correspondia a 23,4% sobre esse limite, embora o seu maior fornecimento, no último triênio,

tenha sido de apenas 888 toneladas. É de notar que o próprio Sr. José Ribeiro Mairinque fez um acordo pessoal com a usina Ana Florência, mediante o qual lhe foi dada plena quitação de um débito de Cr\$ 2.148.701, relativo à safra de 1965-66, além do direito de entrega de 3 caminhões de cana diários, conforme certidão do Cartório do 3º Ofício de Ponte Nova, de 25 de setembro de 1966.

O Instituto do Açúcar e do Alcool, em ofício GPO-263-66, de 12 de setembro de 1966, teve oportunidade de responder a essa digna Câmara dos Deputados, em atendimento aos seus pedidos de informação 5.830, e 5.831, sobre os preços de açúcar e álcool, tonelagem de cada, atraso no pagamento aos fornecedores pelas usinas, montante de açúcar, álcool e melão produzidos em 1965-66 (Requerimento nº 5.830). Localização das usinas de Minas Gerais e respectivas quotas de produção, localização dos escritórios da Usina Ana Florência no Estado da Guanabara, localização da Delegacia do I.A.A. fora do centro de produção, número de inspetores e fiscais em Poços de Caldas e Juiz de Fora, obrigatoriedade de visitas periódicas dos inspetores e fiscais, bem como de apresentação de relatório (Requerimento nº 5.831).

Passo a ler os seguintes quadros:

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE AÇÚCAR (EM CRUZEIROS CORRENTES)

(Cr\$ por saco).

	Preço por saco	Índice 1954 — 100.0
1954	278.00	100.0
1955	330.30	118.6
1956	481.50	173.8
1957	481.50	173.8
1958	481.50	173.8
1959	637.00	225.1
1960	894.00	320.9
1961	1.282.00	460.2
1962	1.914.00	687.0
1963	4.400.00	1.579.3
1964	8.200.00	2.943.3
1965	12.180.00	4.371.9

PREÇOS DA CANA EM CRUZEIROS CORRENTES

(Cr\$/Tonelada — Índice: 1954 100.0)

	São Paulo Cr\$	Pernambuco Cr\$	Diferença São Paulo		Índices	
			Pernambuco		São Paulo	Pernambuco
1954	215.29	162.74	+	52.55	100.0	100.0
1955	251.10	252.86	—	0.96	116.6	155.4
1956	375.24	280.71	+	85.53	174.3	178.0
1957	375.22	354.31	+	26.91	174.3	217.7
1958	428.86	357.50	+	71.43	199.3	219.7
1959	482.75	447.64	+	35.11	224.2	275.1
1960	680.92	560.49	+	130.33	320.9	344.4
1961	841.08	1.178.70	—	337.62	390.7	724.3
1962	1.486.72	1.216.92	+	273.80	690.6	747.8
1963	4.316.83	3.546.90	+	769.93	2.005.1	2.179.5
1964	6.094.15	8.807.22	—	2.713.07	2.830.7	5.411.5
1965	10.949.90	11.625.00	—	776.10	5.639.2	7.143.3

FONTE DOS DADOS: IAA (Planos de Defesa da Safra) e Divisão de Assistência à Produção.

PREÇOS REAIS DE AÇÚCAR (DEFLACIONADOS)

(Cr\$ por saco)

	Base nos índices de	
	Preços por atacado	Preços de produtos agrícolas básicos
1954	278.60	278.60
1955	292.00	265.10
1956	357.30	316.20
1957	317.00	289.90
1958	282.80	260.70
1959	267.30	238.70
1960	291.10	240.60
1961	302.60	250.00
1962	294.00	237.70
1963	393.60	322.90
1964	378.90	335.70
1965	372.20	343.80

PREÇOS REAIS DE CANA (DEFLACIONADAS)

(Cr\$ por tonelada)

	São Paulo Com base nos índices:		Pernambuco Com base nos índices:	
	Preços por atacado	Preços de produtos agrícolas exclusive café	Preços por atacado	Preços de produtos agrícolas exclusive café
1954	215.30	215.30	162.70	162.70
1955	190.20	201.50	223.60	202.90
1956	278.40	251.70	214.90	194.30
1957	247.00	225.90	233.20	213.30
1958	252.00	232.20	210.00	192.60
1959	205.90	183.90	199.90	170.40
1960	225.20	186.10	182.70	151.10
1961	198.50	164.00	278.20	239.90
1962	229.00	184.70	187.40	151.10
1963	383.20	316.80	314.90	260.30
1964	281.60	249.50	407.00	360.70
1965	331.50	306.30	355.20	327.00

Com isto, Sr. Deputado, ilustres membros desta Casa, terminamos nossa exposição e nos colocamos inteiramente às suas ordens para tentar responder às suas indagações da melhor maneira possível.

Esta convocação foi realmente uma oportunidade para entendimento mais íntimo entre o Legislativo e o Executivo. Considero uma honra a convocação feita pelo Deputado Abel Rafael, que permitiu o meu comparecimento a esta Casa, e, sobretudo, repito, contribui para um entendimento cada vez maior entre esses dois Poderes, essencial para que a democracia em nossa Pátria possa consolidar-se cada vez mais. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Batista Ramos) — A Mesa consulta o Sr. Ministro sobre se deseja alguns instantes de descanso, antes de procedermos às interpeleções.

O SR. MINISTRO PAULO EGÍDIO:

Podemos iniciar as interpeleções imediatamente. Estamos às ordens.

O SR. ABEL RAFAEL:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, Exmo. Senhor Ministro de Indústria e Comércio, entendo — e, creio, todos que estudam Economia entendem — que, tendo passado o período do estado liberal, em que o Estado se alheava da Economia, e inaugurada esta época, do Estado como interventor na Economia, que entre nós criou vários institutos, entre os quais o do Açúcar e do Alcool, não se compreende que a economia de um produto como este — o açúcar — esteja desamparada, os seus produtores inteiramente desamparados e, quando pedem socorro ao Instituto, este os trata como se eles é que fossem os funcionários públicos.

Apreciei muito, Sr. Ministro, a exposição de V. Exa., principalmente a primeira parte. Temos a impressão de que tudo vai num nar de rosas.

Este é, indiscutivelmente, um belo relatório, e não tenho dados para retrucá-lo. Só posso apoiá-lo. Só encontro uma discrepância. É que, como aluno e professor da economia aprendi que a lei da oferta e da procura atua na razão direta da oferta e na razão inversa da procura. Se houve superprodução de açúcar, se não houve procura, é certo que o preço bai-

xou. E eu pergunto aos Srs. Deputados aqui, consumidores de açúcar, se algum em sua Casa comprou açúcar mais barato. O preço do açúcar continua a subir. De forma que a lei da oferta e da procura, nesse caso, não agiu a favor do abastecimento, e o Instituto do Açúcar e do Alcool continua com os mesmos preços em que vinha tabelando, não só a tonelada de cana ao fornecedor como a saca de açúcar ao produtor. De forma que, nesse particular, creio que merece um reparo a exposição do Sr. Ministro. E disso resulta toda a política do Instituto porque se falhou nesse particular, se sobra açúcar, se há estoque sobrando, como é que nem o mercado interno sofreu a influência desse acréscimo do produto? Mas eu não me quero deter nisso. Eu quero me deter é no aspecto humano do problema que me levou a convocar o Senhor Ministro porque, a despeito da cordialidade das relações entre o Executivo e o Legislativo, achei dificuldade em tratar deste assunto pessoalmente com S. Exa. e mais ainda com o Presidente do IAA. Parecia que ele era o Deputado, e eu o Presidente do IAA. Quando os institutos do Governo tomam determinadas posições, arrastam-se nas opiniões não aceitam a opinião de ninguém e querem fugir aos fatos; não há outro jeito senão trazê-los a esta Casa, para que eles falem.

Pedi ao Presidente do IAA que fosse a Ponte Nova, para ver a situação que eu lhe apontava. Ele não foi. Achou preferível ir à Inglaterra para provar o sabor do açúcar de haterabá. Talvez encontrasse motivos para alguma competição. Mas continuo indo a Ponte Nova. O Delegado de Minas Gerais passeava. E o inspetor, alguém fez este relatório, que engana o Sr. Ministro, porque o Sr. Ministro não conhece a situação. V. Exa. leu o relatório que lhe deram e é obrigado a defendê-lo. V. Exa. é um homem honesto. Conheço sua tradição. Mas V. Exa. deve conhecer também a minha. Não viria aqui dizer uma coisa que não fosse verdade. Este relatório é falso. É falso porque a situação em Minas Gerais, principalmente em Ponte Nova, é a seguinte: venceu a revolução; as autoridades da revolução foram a Ponte Nova. As autoridades do IAA e do Banco do Brasil reuniram a "fazendeirama", como dizem os fazendeiros. Abandonaram tudo o mais: mandioca, milho,

feijão, arroz, para plantar cana. O Brasil precisava de produzir açúcar.

O Banco do Brasil, em segunda dizia: com a quota que o Instituto lhe der, eu lhe concedo financiamento.

Srs. Deputados, tenho, aqui, o exemplo de um contrato do Banco do Brasil, uma conta vinculada com a quota. Então o pobre desgraçado deixou de plantar arroz, feijão, milho, com que sustentava sua família, e meteu o arado na fazenda, plantando em tudo cana. Isso aconteceu com mil e tantos associados da Cooperativa de Plantadores de Cana de Ponte Nova, que faz parte da Associação de Plantadores de Cana de Minas Gerais.

Ora, V. Exas. sabem que a cana de açúcar é uma lavoura quase permanente. O Sr. Ministro acaba de dizer que ela dá 4 colheitas. Muito bem. Plantaram em 64 para cooperar com a Revolução, com as autoridades que pediam colheita. Em 65, primeiro corte. Plantaram e não receberam. V. Exas. já viram o que é fornecer matéria-prima a uma indústria; o industrial produz, vender seu produto e não pagar a quem lhe forneceu? Então, começaram a dar vales. A cana está tabelada pelo IAA em Cr\$ 10.500 mais ou menos, com alguns quebradinhos. Davam 2, 3 mil cruzeiros por tonelada, e não faziam a contabilidade. Por isso, o relatório mentiroso que deram ao Sr. Ministro diz que a usina tal e a usina qual tinham um saldo favorável de R. Não têm, porque os fazendeiros lá, com poucas exceções, não receberam seu dinheiro. Continuam com o pagamento em atraso depois de terem fornecido cana um ano, dois anos, alguns quase três anos isso clama aos céus. Devo dizer, Srs. Deputados, que tal relatório com o Presidente do IAA, o qual se não o registrou; foi porque não quis. V. Exas. me conhecem, mas eles não.

Eu não possuía eleitorado naquela zona. Tinha apenas uns amigos. Tanto não tinha, que anteriormente lá obtive 119 votos; nesta eleição obtive 65. Não fui a casa de fazendeiro algum pedir votos. Mas, visitando amigos, fiquei espantado: os fazendeiros que haviam pedido emprestado ao Banco do Brasil para plantar, e depois não receberam da usina, tiveram de vender os bois as charretes, o jipe, as telhas do curral, enfim tudo. Houve apenas dois suicídios e um caso de loucura. Disse isto ao Presidente do IAA; que entre esses homens, que

produziram cana de açúcar a pedido do Governo, do IAA e do Banco do Brasil, houve um caso de loucura e dois suicídios. Motivo? Os homens estavam desesperados, pois o Banco do Brasil quis receber o dinheiro, quando venceu o prazo.

Isso é outra velhacaria. O Banco do Brasil é uma grande instituição, mas às vezes há desses casos. Essa é uma conta vinculada a uma quota de produção, mas o analfabeto, o desgraçado do interior, que planta, não sabe disso. Vai receber o vale da usina. Nem isso ele consegue. É outra velhacaria que o relatório do IAA não fala e o Sr. Ministro ignora. Nenhum fornecedor recebe o extrato da conta corrente das usinas. E nenhum sabe quanto tem a receber.

Estive, há dois meses, no IAA, tentando conversar com o seu Presidente. Nem ele sabia. Havia uma reclamação. Ele mandou uma comissão de contabilistas fazer um levantamento em Ponte Nova. Agora pode ser que haja algum levantamento. Mas recebemos, contra a Lei nº 4.071, a cana do fornecedor. É aquela fila enorme de caminhões. Recebem a cana, pesam, fazem os descontos da lei como querem, e o plantador, o fornecedor, não sabe como foi descontado; se em dez, vinte, trinta ou cinquenta por cento de sua entrega. Há umas deduções legais, mas ele nem sequer pode defender-se, porque não lhe dão o talão, não especificam a quebra, o valor; não lhe dão conta mensal, nem lhe pagam quinzenalmente, como manda a Lei nº 4.071 e o Plano de Safra de todos os anos, inclusive do atual.

Então, como pode o desgraçado protestar? Ele vai à usina, apressado. V. Exas. sabem o que é a miséria. Todos sabemos, porque lidamos com o eleitorado do interior. O desgraçado, quando se vê apertado, recebe de qualquer maneira, recebe qualquer coisa por conta. Se não fosse isso, não teria navido dois casos de suicídio e um de loucura. É isto o que sucede em Ponte Nova. Foi o que expus ao Presidente do IAA.

Pedi informações — foi assim que entrei no caso — e V. Exas. vão ler ou já leram no avulso essas informações. Vou comentá-las. O relatório do Sr. Ministro diz:

"O Instituto não recebeu reclamação de qualquer fornecedor das demais zonas açucareiras do

Estado, relativamente a divergências na liquidação de cana, fornecidas”.

Então, por que puseram fogo nos canaviais do Nordeste? Por que no Estado do Rio, puseram fogo nos canaviais e ameaçaram arrancar os trilhos, na zona de Campos? Por que puseram fogo nos canaviais de São Paulo? Por que em São Paulo se pagou tudo, os 10.570 por tonelada de cana, e até juros de mora da quinquena vencida? Por que se puseram no Nordeste, no Estado do Rio mas não em Minas Gerais?

Sr. Presidente, Srs. Deputados sou veemente, e V. Exas. me conhece. Mas estou apresentando fatos. Todo mundo sabe, pois seu jornal, que no Nordeste, como em São Paulo, atearam fogo aos canaviais. Os Deputados paulistas não ignoram isso. Porque em Minas não puseram fogo, os plantadores não receberam.

Existem reclamações de outros Estados, mas o reafirmo hábitualmente de vir a questão para a pessoa do Presidente da Associação José Ribeiro Mayrink, como se ele estivesse em jogo. Não, ele reclama como fornecedor, mas protesta e defende seus cooperados, seus associados. Não importa o fato de ele ter feito acção com a usina; ele o fez, como muitos outros. Ele estava errado. Mas sabem por quê? Porque tinha recebido vales referentes a seu crédito, o qual, porém, não estava contabilizado. Tanto não estava, que o IAA numa visita que fiz ao Instituto, não pôde dar o montante dos débitos das usinas em Ponte Nova.

Acontecem outras fraudes, porque os inspetores do IAA não fiscalizam. Não são contabilizadas as entregas de cana, mas são contabilizados os vales. Então, aparentemente, todo fornecedor deve; a usina está em ótima situação. Porventura — isto pergunto ao IAA — os seus inspetores, seus fiscais, aplicaram algumas daquelas sanções que o Plano de Safra e a Lei 4.071 permitem isto é, multas que vão até 20%? Nenhum foi aplicada.

Tive vontade de pedir uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas, em fim de legislatura, e com esta Gasa já tão cheia de órgãos de inquérito — cento e trinta em funcionamento — seria difícil. Era preferível trazer o Ministro aqui, porque no seu gabinete eu não poderia falar isto.

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool também não queria ouvir. Deixou-me falando sozinho, para conversar com dois ingleses que estavam lá.

O delegado em Minas é parcial. Por que se refere à pessoa do Senhor José Ribeiro Mayrink? Por que o Senhor José Ribeiro Mayrink vai processá-lo criminalmente? Quando requeri informações à Mesa da Câmara o delegado não sabia que isso, depois, se tornava público — para fugir à responsabilidade, disse o seguinte: tudo era um mar de rosas todo mundo recebeu; só havia alguns desconfortos.

“Todavia, alguns fornecedores da Usina Ana Florência, em pequeno número, liderados pelo atual Presidente da Cooperativa dos Plantadores, Sr. José Ribeiro Mayrink, conhecido agitador subversivo e demagogo da região, sem nenhuma idoneidade moral e comercial...”

Depois refere-se ao Sr. Ribeiro Mayrink, da seguinte forma:

“Aliás, sofre luta cerrada dos próprios companheiros dirigentes da Cooperativa, que o acusam de haver, em proveito próprio, malbaratado recursos do órgão”.

Vaem V. Exas. o que o delegado disse. Declara depois:

Houve novamente tumulto provocado pelo conhecido agitador Mayrink e dois de seus associados, que passaram a atacar o Governo, o Instituto e os Usineiros, o que provocou a nossa retirada do recinto”.

Esse homem que foi a Ponte Nova, contorne os jornais que tenho aqui e recebe banquetes contínuos dos usineiros, e não procura os plantadores de cana, logicamente estava impressionado com isso.

O Presidente do IAA disse que devia ter prova do que afirmou, mas não as deu a mim. Trago aqui as provas em contrário. Ele não é agitador, nem subversivo, porque meu correligionário há 30 anos e, se é integralista, não pode ser comunista. Todo o mundo sabe disso. Não é subversivo. Andou comigo, sim, na revolução contra a subversão. Tenho aqui atestados de que se trata de nome honesto, conceituado, de reputação ilibada, trabalhador e nada há que desabone a sua conduta. Foram dados pelo Padre Rafael Faraz, Vigário de Ponte Nova, pelo Dr. José de Barros, Juiz de Direito daquela cidade.

Diz o atestado do Juiz de Paz que ele é bom chefe de família etc., não é demagogo, mas um legítimo líder da classe. O da Associação Comercial de Ponte Nova, o Presidente da Associação, seu Diretor e um homem idôneo e digno, de moral ilibada, homem distinto. O da Associação Rural de Ponte Nova, o Presidente e o Secretário Geral assinam; e um atestado de que não é subversivo, nem agitador, mas gente honesta etc. Atestado do DOPS: não é agitador nem subversivo. E, aqui, assinaturas dos plantadores de cana, abonando o seu colega.

Assim, o Delegado do IAA, de Minas Gerais, evidentemente mentiu por este ou aquele motivo, não sei exatamente gratuitamente. Denunciei o fato ao Presidente do IAA. Tomou ele alguma providência? Não. Há quatro meses — aliás, esta informação é de março — que estou tentando, por via administrativa, conseguir uma solução para esses homens que ainda não receberam a safra do ano passado, e ninguém multa as usinas. Então, disse-me o Presidente do IAA — o Presidente é um grande economista — eles não poderão pedir empréstimo sem um atestado da Associação dos Plantadores. Então, eles estão como que freados.

Mas para que precisam de empréstimo, se é o próprio plantador de cana quem está financiando? V. Exas. perceberam? Eu tenho uma fábrica: o meu fornecedor, da matéria-prima não recebe. Eu faço o produto, vendo-o e ele continua me fornecendo, porque a cana, naturalmente em toda a safra, requer 4 anos para brotar. Ele não pode mudar de plantação, porque se trata de cultura permanente. Ele precisa despendar quase 200 mil cruzeiros por alqueire para destocar a cana, para plantar outra coisa. E, se já está desgastado, como vai fazer tal despesa? Então, a única coisa possível é por fogo no canavial e plantar milho nas terras. E o que está acontecendo.

Preto — e os Deputados de São Paulo e do Rio sabem disso — grande crise de açúcar no próximo ano, porque todos esses desgraçados que não recebem o que plantaram não vão plantar mais. Se o fizerem, serão mais bobos do que parecem.

Por isso, acho que deviam incentivar o plantio de cana, pagando a quem plantou. Agora, desafio a que se faça em Ponte Nova um levantamento honesto, por funcionários do Banco do Brasil, que é uma organi-

zação honesta, a fim de ver quem deve: se são os fornecedores de cana ou as usinas. Alegam estas que venderam abaixo do preço e não podem pagar. A cana foi tabelada a 10 mil e 500 cruzeiros. Fizaram uma acordo para pagá-la a 8 mil e 800 cruzeiros. Não pagaram, porém, um tostão. Acharam, depois, que o acordo não valia, estava apertado demais. Os desgraçados tinham o acordo com um vazezinho; ofereciam-lhes 8 mil e 800. Fizaram um acordo a 6 mil e 600. Depois, em cima deste, um outro de 5 mil e 500 e, logo após, um outro de 4 mil e 500. Não pagaram nenhum. Então, ameaçaram por fogo em suas casas. E, quando falei isso com o Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, ele respondeu: “O Senhor está querendo mandá-lo a fogueira?” “Calma! Não: não ponha palavras na minha boca.” Queria atribuir-me a intenção de fazer subversão em Minas, para tirar proveito, como o Delegado está tirando, disto aqui.

Meus caros amigos, é uma imoralidade que um produto controlado pelo Governo assim, asfixie o produtor, sem beneficiar o consumidor. Se o apúcar estivesse aí dando sópa, ah! então diríamos que há crise. Mas nós, homens do interior, criados com os quitutes caseiros; com as quitandas, sabemos que em nossas casas se faziam os mais diversos doces com frutas caseiras, porque havia açúcar em abundância. Hoje, filho nenhum nosso conhece os doces caseiros, porque não há mais açúcar em abundância. E na casa do pobre não há rapadura para roer, porque não existe o produto no mercado. Como é que há superprodução? V. Exas. que andam no interior já viram superprodução de açúcar? Já viram açúcar barato? Como diz o IAA que há açúcar barato, que há superprodução e que esta força a baixa do preço? Então não entendo mais nada de economia e ninguém entende mesmo, e eu desafio qualquer afirmação em contrário. Não adianta dourar as palavras, porque não há palavras para isso. O IAA nada fez, o IAA nada providenciou. O IAA continua no Rio de Janeiro, recebendo relatórios facciosos do Sr. Delegado em Minas Gerais. Os Srs. Deputados podem ler no avulso da convocação os termos da resposta do Delegado e verificarão se, como administradores, conservariam no lugar um homem tão faccioso. Não conheço o delegado nem pessoalmente nem por informações. Não procurei saber de quem era afilhado e de quem deixava de ser afilhado a mim interessa apenas o homem. Nada tenho pessoalmente contra ele, mas como funcionário está faltando aos seus deveres; mesmo porque está fazendo relatórios falsos e induziu o Ministro a mentir.

Srs. Deputados, os plantadores de cana apelaram para todos os amigos. Apelaram para o Deputado estadual Sebastião Navarro. Este fez um ofício ao Delegado de Minas pedindo-lhe que resolvesse a situação. Ele mandou um ofício que diz, no § 2º:

“Adianto a V. Exa. que esta Delegação, até a presente data, não recebeu, relativamente à safra em curso, qualquer reclamação individual formalizada de nenhum fornecedor de cana das Usinas referidas no seu radiograma, conforme determina o Decreto 3.855.”

Aqui está, Srs. Deputados, a relação de todas as reclamações da Associação dos Plantadores de Cana, dizendo isto, bem como a relação individual de várias datas, dos plantadores de cana. Não tomou conhecimento, porque não quis. São três

páginas datilografadas, em espaço um. Além disso, a Carta de 28 de novembro de 1966, carta-denúncia de toda a Diretoria da Associação ao Presidente do IAA, de autoria do Delegado do Instituto, em 3 de setembro de 1966.

Vou dar como lidas a fim de que a Taquigrafia não deixe de consignar nos Anais as reclamações aqui formuladas, para que fique consignada a parcialidade com que o IAA está tratando os fornecedores de cana de Minas Gerais.

Devo abrir um parêntese: não sou fornecedor de cana em Minas Gerais, não tenho um pedaço de terra, nem tenho dinheiro para receber de nenhum deles, nem tenho qualquer negócio com quem quer que seja, não comércio nem mesmo com eles.

Enquanto isso, Srs. Deputados, o IAA quer fazer negócios com o estrangeiro. Não organiza a economia nacional nem o mercado interno e já quer virar-se para o estrangeiro. Então começam as viagens para a Europa. Todo mundo arranja viagem para a Europa; pena que só eu não consigo isso.

Agora, venderam aqui 76 milhões de litros de álcool para a Texaco. O RS — Relatório Secreto — fala nessa transação. Venderam 70 milhões de litros de álcool, abaixo do custo. Há um prejuízo de 300 milhões de cruzeiros. Assim, não sei de que maneira se pode organizar a economia nacional. A economia nada tem de difícil. É uma coisa fácilíssima. Tem as suas regras, mas é preciso obedecer a essas regras. Quando há descalabro, quando pessoas incompetentes tomam conta do curso dos acontecimentos, então não há história que resista.

Srs. Deputados, quero agora passar aos quesitos ao Sr. Ministro, a fim de que S. Exa. os responda e possa eu voltar à tribuna para comentá-los.

Primeiro quesito: Por que o IAA não cumpre a Lei 4.017? Por que não aplicou às usinas faltosas as multas previstas no art. 5º da Lei nº 4.071 e no Plano de Safra?

Segundo quesito: Por que o IAA não tomou providências quanto à falta de retenção de estoques das usinas?

A produção de Minas Gerais, calculada pelo Plano de Safra, que recebi do Instituto em resposta à minha interpelação, diz que essa produção era de cerca de 3 milhões de sacos, e que foram produzidos 2 milhões, 522 mil sacos; desse volume, em 31 de maio de 1966, havia apenas 38 mil sacos. Então, não há retenção, porque 38 mil sacos não chegam a ser a produção de um mês. Ora, se se vende a produção toda, por que não se paga aqueles pobres desgraçados que fornecem a matéria-prima? A impressão que se tem, de que o fornecedor de cana é feito de ouro, é errada. Na zona de Ponte Nova não há grandes propriedades; elas são quase minifúndios.

O SR. PRESIDENTE (Batista Ramos) — Lembro ao nobre orador que dispõe apenas de 4 minutos para encerrar sua interpelação.

O SR. ABEL RAFAEL — Terminarei dentro dos 4 minutos, Sr. Presidente.

Na zona de Ponte Nova, as propriedades rurais são pequenas. Os produtores de cana, os fornecedores de cana são pequenos fazendeiros, são sítios, são até enxadros, são rendidos, pessoas que vivem do dia a dia e, portanto, não podem ser espoliadas pelo próprio Governo.

Terceiro quesito: Por que o IAA não providenciou os pedidos individuais ou as reclamações da entidade de classe dos fornecedores de usinas, conforme relação que dei aqui?

Quarto: Por que o IAA não tomou conhecimento do relatório da 4ª Região Militar sobre a situação dos fornecedores de cana de Ponte Nova?

Srs. Deputados, quando aqueles homens, em março do ano passado, se viram apertados, sem dinheiro, com as usinas não lhes pagando nada, logo depois da revolução, correram para Juiz de Fora, para a 4ª Região Militar, e pediram IPM, pediram providências. Neste País ninguém tem medo, a não ser de farda. Então o General Malan, Comandante da 4ª Região, enviou o Major Nilson a Ponte Nova. Ele esteve lá um mês, fez um relatório de vinte e seis páginas, mandou cópia para o Governo de Minas Gerais, mandou cópia para o IAA, mandou cópia para não sei quem mais, e tudo sumiu. A Revolução entrou para a gaveta. Os Usineiros dizem lá: "Vão atrás dos militares. Vão-se queixar a lá outra vez". Eu pedi cópia daquele relatório ao IAA, que tem uma cópia, e o IAA me mandou pedir-lá ao Ministro da Guerra, dizendo que já devolvera o documento àquela autoridade. Ninguém sabe dos termos desse relatório, que são candentes, muito mais do que estes que cito aqui.

Está tudo lá: cita os nomes, as testemunhas, as datas, cita tudo. E' o relatório da 4ª Região Militar, assinado pelo General Alfredo Soto Malan.

Ora, num período da revolução, em que um marechal governa a República, tem a faca e o queijo na mão — quer dizer, tem a espada — um relatório da 4ª Região Militar não vale nada?

1ª Por que o IAA mantém em Minas Gerais um Delegado incapaz, tendencioso e falso, eu por que o IAA não prava as acusações do seu Delegado contra o Presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Minas Gerais? — Ou prova, e diz que ele é culpado; ou não prova, e o IAA não pode manter como seu Delegado um elemento tendencioso.

2ª Em que consistiu a venda de 700 milhões de litros de álcool à Texaco, conforme denuncia o relatório reservado?

3ª Quando é que o IAA vai autorizar o pagamento aos fornecedores de cana da Cooperativa dos Plantadores de Cana de Ponte Nova?

4ª Sr. Presidente, o importante é isto: é pagar. O resto não importa. Se há crise, se não há crise, se há produção, se há superprodução, se o homem é tendencioso, se não é tendencioso, não importa. O que é preciso é pagar aqueles que forneceram a cana e que até hoje estão sem receber.

5ª O SR. PRESIDENTE (Batista Ramos) — Atenção!

6ª O SR. ABEL RAFAEL — Estou terminando, dentro do meu tempo.

7ª O SR. PRESIDENTE (Batista Ramos) — O tempo de V. Exª já terminou.

8ª O SR. ABEL RAFAEL — Sr. Presidente, meu relógio está um pouquinho atrasado. Já termino.

9ª O SR. PRESIDENTE (Batista Ramos) — O relógio de V. Exª, no momento, deve ser o do plenário.

10ª O SR. ABEL RAFAEL — Sr. Presidente, andei acertando o meu relógio pelo do Sr. Ministro. E' por isso.

11ª O SR. PRESIDENTE (Batista Ramos) — Então V. Exª tem um minuto.

12ª O SR. ABEL RAFAEL — Obrigado. Sr. Presidente, Srs. Deputados, isso tudo não importa, o que importa é pagar. Importa é que o IAA, tendo feito levantamentos em Ponte Nova, mande pagar, faça um empréstimo, como fez para São Paulo. Para São Paulo fez empréstimo aos usineiros, para que pagassem aos produtores; no Nordeste fez empréstimo para que os produtores fossem pagos; no Estado do Rio fez empréstimo para que os usineiros pagassem aos produtores. Em Minas Gerais não se fez isso. Por que? Porque ninguém grita. O mineiro, todo o

mundo sabe, é pacato, até certo ponto. Não gritou, não brigou ainda.

Srs. Deputados, volto daqui a 15 minutos. E' por que o Sr. Ministro responde aos meus quesitos. (Muito bem. Muito bem. Palmas.)

(Os documentos referidos pelo Deputado Abel Rafael serão considerados na forma regimental.)

O SR. MÁRIO TAMBORINDEGUY: Senhor Presidente, pego licença a V. Exª. Quero dar uma explicação à Casa. Sou lavrador e fornecedor de cana e preciso que V. Exª me dê um minuto. O Sr. Ministro não vai negar.

O SR. PRESIDENTE:

(Batista Ramos) — A Mesa não pode consentir na intervenção de Vossa Excelência. O Regimento é muito claro a esse respeito.

O SR. MÁRIO TAMBORINDEGUY: Com., pode V. Exª permitir que eu faça uma interferência?

O SR. PRESIDENTE:

(Batista Ramos) — A Mesa não se pode desviar das normas regimentais. A interpeção só poderá ser feita se houver inscrição.

O SR. MÁRIO TAMBORINDEGUY — Quis interver-me, mas não estava aqui ontem.

O SR. PRESIDENTE (Batista Ramos) — A interpeção só poderá ser feita pelos interpeantes que constam da pauta.

O SR. MÁRIO TAMBORINDEGUY — Mas eu não estava aqui, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Batista Ramos) — A Mesa lamenta não poder ouvir essa excessão e dar a palavra a V. Exª.

O SR. MÁRIO TAMBORINDEGUY — Não ha uma forma?

O SR. PRESIDENTE (Batista Ramos) — Inteligentemente não ha. Seria esse o desejo da Mesa, mas ela não pode conceder a palavra a V. Exª.

O SR. MÁRIO TAMBORINDEGUY — Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. MINISTRO PAULO EGÍDIO:

Sr. Presidente, desejava, se fosse possível, receber os quesitos formulados pelo ilustre Deputado Abel Rafael, para que possa, de maneira mais objetiva, respondê-los.

Terei o prazer, daqui por diante, de conceder apertes. E coloco à disposição do ilustre Deputado, que há pouco desejava dar uma explicação, a possibilidade de apartar-me, para que possamos esclarecer melhor esta Casa sobre o problema do açúcar e da cana, esse importante setor da nossa economia.

O SR. PRESIDENTE (Batista Ramos) — Sr. Ministro, ao acolher a concessão que V. Exª acaba de fazer aos Srs. Deputados, deve lembrar-lhe que os apertes serão descontados do seu tempo. A Mesa apenas poderá, colaborando com V. Exª e com o plenário, pedir aos Srs. Deputados, que porventura desejem dar apertes, que sejam breves e oportunos.

O SR. MINISTRO (Paulo Egídio) — Desejaria, inicialmente, dentro de uma forma geral e ampla, tentar de algum modo esclarecer certos pontos levantados pelo ilustre Deputado Abel Rafael.

Um dos pontos importantes repetidos durante a sua exposição foi o da dificuldade de entender como, com a oferta dos estoques existentes de açúcar e dentro de um funcionamento normal da lei da oferta e da procura, os preços do açúcar não se apresentavam aos consumidores de forma mais reduzida.

Quer-nos parecer — e a mim de forma especial, como tentei expor —

que, desde 1931, se deu a intervenção do Estado nesse setor importante da economia brasileira, exatamente pelo fato que hoje ainda está presente: a oferta desca mercadoria suplantava de muito a demanda, e existiam regiões especiais do nosso País onde, pela sua importância social, se tornava urgente a intervenção do Estado, para que não levássemos a essas regiões, pelo predomínio da cana e do açúcar, o total caos econômico e social.

Portanto, o sentido invocado, de humanização, foi justamente o que motivou a eliminação da lei da oferta e da procura pela intervenção do Estado e o estabelecimento de controles rígidos da produção, para que evitássemos exatamente aquilo que a lei da oferta e da procura, no caso, provocaria, isto é, uma redução tremenda do preço do açúcar, acarretando para essas regiões, especificamente o Nordeste, uma *débacle* não apenas econômica mas social, de consequências imprevisíveis, pela massa de população que lá se localiza.

Então, Srs. Deputados, a intervenção do Estado se deu não apenas por objetivos econômicos, mas por objetivos sociais.

E redistribuiu-se este ônus social por todos os consumidores do País. É o que observamos nos dias de hoje ainda. Se resolvéssemos eliminar os controles, que estamos tentando aperfeiçoar, e devolver este setor importante de nossa economia à liberdade, à lei do mercado, não temos dúvida de que certas regiões do Centro Sul seriam capazes, efetivamente, de manter o regime de sobrevivência. Mas não temos também dúvida alguma de que não haveria uma usina, um fornecedor de cana das regiões Norte e Nordeste, que pudesse sobreviver. Pergunto: que fariamos nós, hoje, quando esta economia representa 80% de toda a vitalidade econômica da região, para atender aos milhões de brasileiros totalmente dependentes, exclusivamente dependentes desse importante setor da economia nordestina?

O que cabe fazer é procurar, ainda pela intervenção do Estado — e fala aqui um homem de livre empresa — tentar manter preços estáveis. A boa-fé que reconheço no ilustre interpeante me permite afirmar que grande parte das danosas consequências apontadas pelo Deputado se deveu ao fato de que o Estado, antes da Lei nº 4.870 e antes dos decretos-leis aprovados recentemente não possuía elementos para implementar a política de disciplina. Portanto, conforme fiz questão de frisar em minha exposição, o açúcar tabelado, da cifra dos 12 mil cruzeiros, chegou a ser vendido abaixo de 7 mil cruzeiros. A cana chegou a ser vendida, em várias regiões, na base de 2 a 3 mil cruzeiros por tonelada. O que tivemos, com a incapacidade do Governo de realmente exercer esse controle, foi a ameaça dessa *débacle*, que se daria inevitavelmente se impedíssemos a intervenção do Estado e deixássemos a lei da oferta e da procura funcionar. Realmente, o preço do açúcar não baixou, para o consumidor. Realmente, os estoques se mantêm elevados: mas esta é a conjuntura, situação que exige a presença do Estado. E, se o Estado hoje está presente — e deverá continuar presente nesse setor — é principalmente pela incapacidade estrutural. Fiz questão, na minha exposição, de estabelecer nitidamente a distinção entre o problema conjuntural e o problema estrutural. Incapacidade estrutural, a da Região Norte-Nordeste, de sofrer a livre concorrência, a livre competição dos produtores da região Centro-Sul. Há pouco, estive no Nordeste e visitei alguns Estados,

percorrendo o interior. Não é possível, sem uma reformulação por parte do Governo, que poderá efetivamente ser implementada pelo GERAN, por esse instrumento que, sem ser milagroso, e a coordenação dos vários órgãos do Governo racionalizar a política açucareira do Norte e Nordeste. E somente em prazo médio ou longo poderemos reformular essas condições. Não gostaria de entrar em detalhes, mas, para citar meramente um único exemplo — desde o tempo do domínio holandês se estabeleceu o hábito do plantio da cana nas encostas, deixando-se a mata na parte do topo, porque era mais fácil o transporte pelo vale. E o transporte animal servia para a colheita dentro daquela região extremamente íngreme. Hoje, onde a mecanização se torna imperiosa e imperativa, as condições existentes do plantio da cana são as mais diversas, cabendo, agora, transportar o sistema, levar a cana para cima e deixar as matas nas encostas.

Mes a demanda de investimento para essas transformações é substancial e, com a descapitalização dos fornecedores e usineiros, não poderão ser realizadas a curto tempo.

Portanto, se em minha exposição, em qualquer instante, tentei mostrar otimismo excessivo errei. Não procuro fugir a abordar este assunto com a seriedade, a tremenda seriedade que ele requer. O problema é delicado, vem-se arrastando há algumas dezenas de anos. E quer-me parecer que hoje, com o instrumental obtido ainda em dezembro de 1965, com os decretos-leis sobre, especificamente, a comercialização do açúcar clandestino, marchamos para uma tentativa de solução.

Quanto ao problema dos fornecedores, de forma específica, gostaria de dizer que em várias regiões do País a situação se apresenta extremamente grave. Uma conhecida pessoalmente: Ponte Nova. Infelizmente a área que sou obrigado a cobrir e a que devo dedicar minha atenção no Ministério ainda não permitiu que a Ponte Nova eu fosse, mas me dirigi a outras regiões do Nordeste e do Sul. E, inclusive, no meu Estado, regidos como a de Juá, onde o problema do plantio de cana é completa e totalmente insolúvel, pelo volume e excesso com que a cana foi plantada. Isto, historicamente, por um erro de coordenação de política, que se deu nas idas de 1961 quando o IBC tentou iniciar um plano de diversificação do café e incentivou, de maneira exagerada, o plantio da cana, não resolvendo de todo o problema da erradicação cafeeira e gerando para a economia substitutiva um problema extremamente sério no setor da agroindústria canavieira.

Há que distinguir no campo de fornecedores, pelo menos três espécies: primeiro, o que possui uma quota oficial, homologada pelo Instituto deste a usina é obrigada a receber por lei, efetivamente, o contingente estabelecido nessa quota; segundo, aquele que tem uma carta de promessa de recebimento de um fundo de cana — deste, por lei, a usina não é obrigada a receber; e, terceiro, aquele que, participando de um entusiasmo geral, principalmente, como explicou em minha exposição, olhando as cifras notadas para os anos de 1970 e 1971, resolveu, por conta e risco próprios, sair e plantar quantidades enormes de cana-de-açúcar, como muito bem frisou o Deputado, eliminando outras lavouras.

Este o fez, como afirmei, por sua conta e risco. Não era possível, porém, ao Governo, autorizar a moagem de toda a cana plantada, porque, ainda no meu relatório, citei, se

não me falha a memória, a cifra de 81 milhões de sacas, o que representaria a moagem geral dessa cana. Isso indiscutivelmente provocaria a total queda de preços, levando, então, à insolvência financeira usinas e fornecedores e a *débacle* total à economia desse importante setor. Neste caso, não me refiro especificamente à região Norte-Nordeste, com uma produção de 81 milhões de sacas, nem à região Centro-Sul, que, pela sua maior produção, pela existência de maior infra-estrutura, seria capaz de resistir à pressão desses estoques. Mas para abordar o problema dos recursos financeiros que seria necessário deslocar, aí no caso, exclusivamente em emissão, para que o Brasil pudesse moer o volume de cana em pé. Então, é-me difícil avaliar, quando se fala em falta de recebimento de canas pelas usinas e fornecedores, em qual das três categorias tais fornecedores estão situados. Parece-me quase impossível dar destino a esse excesso de cana em pé, plantada, repito, por conta e risco, porque a Lei previa especificamente a quota de fornecedor. Conheço vários casos onde a quota aparece com o índice dez e o fornecedor, por conta e risco, produziu o que seria enriquecimento ao índice mil. E, hoje, se apresenta ao Governo e espera que este dê solução ao excesso de cana plantada. É impossível atender ao fornecedor dentro das condições do mercado interno. Onde, repito, já trabalhamos com excesso de açúcar cristal, o suficiente para atender o mercado — a onde as condições do mercado internacional se apresentam as piores dos últimos 30 anos. Julho — e o julgamento, no caso, é pessoal — baseado na viagem realizada pelo Presidente do IAA, com a delegação brasileira à Conferência de Londres, onde todos os esforços foram feitos na defesa dos interesses brasileiros e, principalmente, na tentativa de encontrar uma fórmula de controle de preços no mercado internacional, para proporcionar maior capacidade de moagem e maior atendimento a esse excesso de cana em pé, que o problema internacional está extremamente interligado com o problema interno do mercado brasileiro. Não poderíamos analisar nossa conjuntura, sem examinar o problema nacional-internacional. E para citar, exclusivamente, um fato, Pernambuco, hoje, depende, para a colocação de seu açúcar em mais de 50% do mercado internacional. Se suspendêssemos a capacidade de Pernambuco exportar, Pernambuco e o Nordeste não teriam saído para o problema da sua produção, dentro das áreas de mercado restritas e privatizadas que o Instituto do Açúcar e do Alcool locou àquele Estado. Portanto, a exportação é elemento indispensável, diretamente vinculado ao problema da produção da nossa agro-indústria açucareira. A delegação brasileira, chefiada pelo Sr. Presidente do IAA, esteve em Londres, tentando verificar a possibilidade de obter o Brasil uma estabilização de preços, para poder colocar seus excedentes e aliviar os ombros dos nossos usineiros e fornecedores desse excesso, que, por, representado pelo estoque de açúcar.

Gostaria também de abordar a situação específica de Ponte Nova e, sem querer tomar-me aqui juiz, com toda sinceridade, quero dizer ao Ilustre Deputado que, pelos elementos de que o IAA dispõe, pelos elementos de que S. Ex.^a dispõe, me parece extremamente difícil chegar a um julgamento sobre a procedência, ou não, das acusações mútuas e recíprocas. Tenho a impressão de que isso caberia a um Tribunal.

Não desejaria, Ilustre Deputado em face da gravidade do problema da agro-indústria canavieira do Brasil, localizar-me exclusivamente num problema que sei de importância, mas específico de Minas, de Ponte Nova; muito menos, desejaria arvorar-me aqui a julgar, que não sou. Meu in-

tuíto é, com franqueza e honestidade, tentar conhecer as razões que levaram o Delegado Regional do IAA, em Minas Gerais, ao responder requerimento da Ilustre autoria de V. Ex.^a a fazer referências talvez um pouco emocionais — e eu sou contrário, na análise dos fatos substantivos, no uso da emoção. A controvérsia é grande e seria extremamente difícil quer-me parecer, pelo menos a mim, um julgamento definitivo e cabal sobre a quem cabe a culpa, ou quem está com a razão.

Em contrapartida aos documentos que V. Ex.^a possui, tenho em mãos vários, que vêm atestar em favor do Delegado, a começar por este do Senhor Interventor Federal no Município de Ponte Nova, Interventor indicado pelo Governo Federal, onde Sua Senhoria, num tópico de sua carta de 4 de outubro, último, esclarece:

"Pessoalmente, Sr. Delegado, sou contrário à seus métodos de liderança" — refere-se ao Senhor Presidente da Associação dos Fornecedores — "pois as pregações de S. S.^{as} aos respectivos liderados perturbam as relações normais que deveriam existir entre produtores e usineiros, criando conflitos nem sempre fundados, supponho, eis que, na qualidade de fornecedor de cana, que sou, nada tenho a reclamar da usina onde disponho de cota".

Este documento, de uma autoridade federal, e vários outros, Ilustre Deputado, aqui estão, a seu dispor. Terrei o prazer de transmiti-los a V. Ex.^a. Entre eles, o ofício de 28 de novembro, pelo qual o Procurador-Geral do Instituto do Açúcar e do Alcool, encaminhava os levantamentos completos, na parte contábil, de todas as usinas em Ponte Nova, relacionando situação por situação, fornecedor por fornecedor, usina por usina, e onde todos os estoques estão computados. Encaminha também depoimentos de vários fornecedores, sempre apresentando testemunhas, onde tenta demonstrar que a controvérsia a respeito desse Ilustre Presidente dessa Associação de Fornecedores permite, pelo menos, que se mantenha dividida sobre a procedência ou não de acusações recíprocas.

Tomaria o tempo precioso dos Ilustres Srs. Deputados, se fosse proceder à leitura de documento por documento, mas terrei o prazer de passar às mãos do Ilustre Deputado Abel Rafael, para exame, estes documentos e outros que estão aqui, em poder de minha assessoria. Aceito igualmente a sugestão do nobre Deputado para que, juntos, procuremos o Banco do Brasil e lhe peçamos atente ou não da procedência desses números.

Desejo consertar o que está errado. Infelizmente a área é ampla demais e nem sempre, reconheço, se pode acertar em tudo.

Estou longe deste ponto. Estou longe de pretender este acerto, porém não desejaria levar para o campo emocional este problema, porque, inclusive, com experiência no trato desse assunto em outros locais do território nacional, reconheço que, muitas vezes, o presidente de uma associação de fornecedores, no intuito de defender o interesse de seus associados, usa de métodos e linguagem que nem sempre são os melhores. O mesmo se dá com as associações de usineiros. Na das tentativas que tenho feito — e sei que alguns Ilustres membros desta Casa foram testemunhas disso — é evitar a luta de classes, é colocar as duas classes juntas e procurar o entendimento entre elas, porque uma depende intrinsecamente da outra e a defesa do interesse nacional depende mais ainda desse bom entendimento. Em todos os casos, em todos os Estados, onde pessoalmente sou obrigado a intervir, não discuto os problemas sem a presença do representante da associação dos usinei-

ros e da associação dos fornecedores. Exijo, todas as vezes que surge uma divergência, a presença dos representantes das duas classes; como aqueles que irão sobretudo defender o interesse nacional.

Portanto, Ilustre Deputado, coloque à disposição pessoal de V. Ex.^a, para o esclarecimento específico da situação de Ponte Nova. Posso afirmar aos Ilustres membros desta Casa que nenhuma das acusações feitas pelo Ilustre Deputado pode, no momento, merecer de mim acatamento, porque os elementos de que disponho são bastante contraditórios nos aspectos apresentados por S. Ex.^a. E julgo que seria impossível, pelo volume de documentos e de depoimentos, chegarmos, hoje, como juízes, nesta Casa, a uma conclusão definitiva.

Desejo ainda, Sr. Deputado, declarar a V. Ex.^a minha total disposição de, dentro dos limites de ação do Executivo, apurar e dirimir dúvidas e, se dúvidas ainda persistirem, sugerir que o assunto deva ser tratado dentro do âmbito do Judiciário, porque a mim não compete efetivamente o papel final do juiz, nessa contenda.

Para terminar estas observações, passarei agora ao exame específico dos quesitos apresentados pelo Ilustre Deputado:

Primeiro quesito — "Por que o I. A. A. não cumpre a Lei nº 4.071? Por que não aplica às usinas as penas previstas no art. 5º da Lei nº 4.071 e nos planos de safra?"

Ilustre Deputado, sempre que é possível ao I. A. A. apurar estas faltas, é-lhe tem efetivamente aplicado as penalidades previstas. Poderei citar a V. Ex.^a não um, mas milhares de casos. Ainda há pouco o Sr. Procurador do Instituto informava-me existirem em pendência 6 mil processos; para entrarem efetivamente no regime de cobrança. O que muitas vezes torna difícil avaliar a demanda, ou o problema do fornecedor, é reconhecer se efetivamente este tinha uma quota oficial homologada, ou se, por sua livre e espontânea vontade ou baseado numa carta de intenção da usina, tornou-se fornecedor oficial em potencial, e se, ao sentir a impossibilidade na entrega da cana, julga que a lei deve aplicar-se ao seu caso. Não, Sr. Deputado. A lei só poderia ser aplicada ao caso específico do fornecedor que viesse a ter sua quota homologada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

Penso ter respondido a esse primeiro quesito.

2º quesito — "Por que o Instituto do Açúcar e do Alcool não tomou providências contra a falta de retenção de estoques nas usinas?"

Sr. Deputado, com exceção geral, durante o período de fim de safra — 31 de maio — quando os estoques normalmente se apresentam em posição mais baixa, temos de uma forma geral, infelizmente, apresentado estoques de retenção muito superiores àqueles que seriam razoáveis.

Muitas vezes o que se passa é que esses estoques encareados como tal pelo IAA — do Nordeste ou da região Centro-Sul — se apresentam deficientes num Estado mas em excesso no outro. Os estoques, principalmente pela própria concepção do plano de safra, são encareados não em compartimentos estaduais, mas dentro de compartimentos regionais, e, principalmente no último e neste ano-safra, repito, infelizmente para a economia desse setor, os estoques têm sido como afirmei, excessivos. No ano passado foram 16 milhões de sacas e neste ano, mesmo com o esforço grande que estamos fazendo, não conseguiremos reduzir para menos de 14 milhões de sacas, o que é lamentável.

Item 3º "Por que o I. A. A. não providenciou os pedidos individuais ou

as reclamações de entidades de classe dos fornecedores das usinas?"

Ilustre Deputado, pelas informações de que disponho, fornecidas pelo Delegado Regional, recentemente apuradas pelo Procurador-Geral do Instituto, quando da ausência, por viagem a Londres, do Presidente do I. A. A., na qualidade de Chefe da Delegação Brasileira ao Conselho Internacional do Açúcar, é, pessoalmente, se dirigiu a Ponte Nova, única região de Minas que realmente apresenta uma controvérsia, e verificou que não existiam, a não ser em dois casos — e é ele os tem relacionados — qualquer reclamação, de qualquer fornecedor.

Fica extremamente difícil para um órgão do Governo Federal que não possui, através das formas processuais normais e estatuídas em lei, uma reclamação por escrito assinada, agir. Ademais, dentro de um contexto complexo, é difícil, ao se olhar um canavieiro em fogo, saber se ele era de um fornecedor com quota, de um fornecedor com carta de promessa da usina, ou de um fornecedor que por sua livre e espontânea vontade resolveu plantar e verificou que, pelo menos desta vez, houve por parte do Governo discernimento, desejo de tentar disciplinar essa economia para evitar o caos social num setor que ocupa, no Brasil, um milhão de empregados.

Não poderíamos, de forma alguma, encerrar esse problema de maneira romântica. Se estamos imprimindo uma disciplina que se rigida, que tem criado atritos, que tem criado realmente, em muitos casos, uma indisposição para o Governo, é porque nós, como Ministro de Estado e por uma formação pessoal dentro da doutrina social da Igreja, preferimos olhar, em primeiro lugar, o bem comum, o conjunto da coletividade e tentar, sempre que possível, sabendo da nossa incapacidade humana e da incapacidade da própria máquina administrativa do Estado de, dentro do complexo da realidade brasileira, muitas vezes, poder, efetivamente, executar essa parte, resolver cada problema individualmente, atender a cada caso de per si. Mas o esforço, Ilustre Deputado, posso garantir que fazemos.

Quarto item: "Por que o IAA não tomou conhecimento do relatório da 4ª Região Militar sobre a situação dos fornecedores de cana em Ponte Nova?"

Em primeiro lugar, porque esse relatório não foi ao IAA. Chegou-me às mãos e eu não o encaminhei ao IAA. Foi discutido com membros do Conselho de Segurança Nacional e do Serviço Nacional de Informações dentro da sigla de *secreto*, com impedimento por parte do Ministro de discutir-lo com quem quer que fosse. Esse relatório, depois de examinado com membros do Conselho de Segurança e do SN, foi encaminhado aos órgãos competentes e ao pedido de informação de V. Ex.^a, a única resposta que poderia dar era exatamente a fornecida, porque não tinha, como não tenho, autoridade para discutir ou abordar os temas desse relatório, pois me foi encaminhado diretamente por esse Serviço.

Item 5º "Por que o IAA mantém em Minas Gerais um delegado incapaz, tendencioso e falso, e por que o IAA não prova a acusação?"

O SR. PRESIDENTE (Belisário Ramos) — O tempo de V. Ex.^a terminou. A Mesa concede-lhe mais um ou dois minutos para encerrar a sua explicação.

O SR. MINISTRO PAULO ECHIDIO — Vou tentar ser extremamente sintético.

Sr. Deputado, Ilustres membros desta Casa, o IAA não está convencido da procedência dessas acusações. Por

Isso o IAA não agiu, nem tomará qualquer atitude, enquanto esses fatos não ficarem mais claros. Estou à disposição de V. Exa. para, juntos — homens públicos que somos — tentarmos esclarecê-los.

Item 6º "Em que consiste a venda de sete milhões de litros de álcool a Texaco?"

Essa venda foi realmente executada. Realizou-se a concorrência, e quem estiveram presentes 17 firmas, e 17 propostas foram apresentadas. O preço maior foi o da Texaco. Ela ofereceu o preço de 140 cruzeiros por litro, quando o interno previsto no plano de safra era de 120 cruzeiros por litro. Portanto, não houve prejuízo, mas, ao contrário, um lucro, com o que estamos ajudando o Governo a arcar com a gravidade do mercado internacional do açúcar. Posso, inclusive, informar que o julgamento foi feito pelo IAA e pelo Banco do Brasil através de sua Carteira de Comércio Exterior — ... CACEX.

Outro quesito: quando o IAA vai ordenar o pagamento aos plantadores de cana em Ponte Nova?

Assim que tivermos, pelo levantamento feito, a indicação dos débitos. No momento, a indicação que temos não são estas. Onde existe esse levantamento, como no caso de Campos, de São Paulo e do Nordeste, temos agido e temos compelido os usineiros efetivamente a saldarem seus débitos para com os fornecedores, porque reconhecemos nos fornecedores membros da nossa sociedade com menor resistência econômica do que os usineiros.

Sr. Deputado, lamento muito se não pude, de maneira satisfatória, responder aos quesitos de Vossa Excelência. (Muito bem.)

O SR. ABEL RAFAEL:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, o ilustre colega José Humberto, de Uberaba, aproveitando a oportunidade, pediu-me que fizesse uma pergunta ao Sr. Ministro.

Assim, Sr. Ministro, peço a Vossa Excelência que, no início da minha réplica, atenda gentilmente à consulta do nosso nobre colega. É a seguinte:

"A Cooperativa Açucareira de Uberaba pleiteia, há quatro meses, a autorização para moer cana, uma vez que tem direito a sua quota, adquirida no próprio Estado de Minas Gerais com transferência de usina para as margens do Rio Grande, naquele Município. Ali foi instalada a usina com inversão de mais de 500 milhões de cruzeiros dos cooperados. O IAA já autorizou o início da produção? Quando?"

Esta é a pergunta do Deputado José Humberto.

O SR. MINISTRO PAULO EGÍDIO — Sr. Deputado, acabo de receber informação do Presidente do IAA de que isso já foi deferido numa sessão recente da Comissão Executiva.

Permita-me V. Exa. neste ensejo, retificar equívoco que cometi em informação anterior.

O SR. ABEL RAFAEL — Pois não, O SR. MINISTRO PAULO EGÍDIO — Na realidade, a concorrência para venda de 70 milhões de litros de álcool compareceram 17 firmas perante a Comissão de Vendas, mas reteram suas propostas não as tendo apresentado. Apenas houve apresentação de uma proposta. Verificamos, depois, que a intenção dessas firmas era, através do sistema de cartel, obrigarem o Governo a vender o álcool por preço inferior. Não foram, portanto, 17 concorrentes. Eram 17 firmas presentes na sala, mas a única proposta aberta,

porque apresentada, foi a da firma Texaco.

Era este o reparo que queria fazer à minha declaração anterior.

O SR. ABEL RAFAEL — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Senhores Deputados, Sr. Ministro, podemos reportar-nos a dois mil anos, numa cidade da Judéia, no pátio de um palácio de governador: um homem togado, lavando as mãos numa bacia.

Senhor Ministro, permita-me, Vossa Excelência lavou as mãos na bacia de Pilatos. Porque a controvérsia que há, entre o delegado de Minas e o Presidente da Associação não é pessoal. O Presidente da Associação não fez acusação alguma ao delegado. Quem a fez fui eu. O delegado, em documento escrito enviado a esta Casa, foi que o chamou de coisas que nós dois depois vamos conferir. O Presidente da Associação vai processar, com base nesse documento que vou fornecer à Casa, o delegado do IAA por crime de calúnia e difamação. Esse, então, é um problema pessoal que está à parte. No entanto, V. Exa. e o IAA não podem prender-se a um caso pessoal que surgiu em decorrência de uma reclamação, uma vez que o Presidente da Associação só agiu reclamando os direitos dos seus cooperados. Então, deixaram de atender, porque surgiu uma questão: esse é idôneo, aquele não. Francamente, o critério administrativo é esquisito. O relatório da IV Região Militar é de "careza meridiana". V. Exa. se o leu, sabe. Ele dá nomes aos bois, ele cita. Mas esse inquerito sumo foi assinado pelo Major Nilson Sabino; o mando do General Alfredo Souto Melan, Comandante da IV Região Militar. Tenho o ofício dele — posso mostrá-lo a V. Exa. — comunicando ao Presidente da Associação que mandou uma cópia para V. Exa. outra para o Governo de Minas e outra para o IAA. Mas ninguém acha mais as cópias. O problema não é do delegado, o problema não é do Presidente da Associação dos Plantadores de Cana. O problema é de não cumprimento do compromisso de pagar os fornecedores de cana. Vossa Excelência incorreu num erro. Eu não estava falando em corte de cana, que as usinas estão deixando de atender aos fornecedores, cortando as suas quotas. Estou falando em falta de pagamento aos fornecedores, isto é, daqueles que já entregaram a cana à usina e não receberam dinheiro. É muito diferente. Não me refiro, sequer, aqueles que tiveram suas quotas cortadas porque foram lá reclamar. Mas creia V. Exa. que todos os fatos que referi foram de plantadores quotistas. Iguais à esse que exibi eu poderia trazer aqui centenas de contratos, com a garantia da usina que deu uma quota, e do Instituto do Açúcar e do Alcool, que atrelou, com o que se obtinha empréstimo no Banco do Brasil vinculado ao fornecimento de tantas mil toneladas de cana.

O problema, é, portanto, muito diferente do que V. Exa. está dizendo. Não sei onde o IAA tem a cabeça, ao informar V. Exa. desse jeito. Numa indústria alguém fornece matéria-prima e deve ser indenizado. Numa indústria particular são 30 60 ou 90 dias, no máximo. A Lei nº 4.870 manda que em cada quinquena a usina pague ao fornecedor e, mensalmente, lhe dê um extrato da sua conta-corrente. Nenhum fornecedor, quotista ou não quotista, inimigo ou amigo, tem um extrato de conta-corrente da usina. Não tem. Ela não dá nem sequer a cópia de documento de entrega do caminhão de cana na usina. Como é que o pobre do desolado que na maior parte das vezes é analfabeto, pode reclamar na Justiça? E diz V. Exa. que é caso de Judiciário. Há 3 meses fui ao IAA e reclamei isso. O IAA também não sabia. Mandou dois funcionários que há 3 meses estão fazendo um levanta-

mento. No entanto, o Ministro diz: "sabemos." Sabemos, agora, porque fui lá reclamar. Se não fosse reclamar, não saberíamos nada. O Procurador-Geral diz agora: "tem." Tem, mas não tinham. Não tinham e não pagam. Se se levantaram, então paga. Por que não paga?

Senhor Ministro, há uma injustiça flagrante nisto. Fala-se em justiça social, fala-se em proteger o pobre, mas o desgraçado que não consegue tirar seu sustento daquilo acaba vendendo. Eu queria que V. Exa. fosse a Ponte Nova. Convido V. Exa. a ir a Ponte Nova. Dou um banquete dos plantadores de cana, porque ainda há uma meia dúzia que são fazendeiros. V. Exa. vai ouvir um por um. Vamos visitar a zona rural. V. Exa. vai ver a situação do desgraçado que perdeu o filho num hospital porque não tinha dinheiro para fazer a operação, da viúva do infeliz que se suicidou desesperado. Sr. Ministro, creio que um Delegado do Instituto não deve preocupar-se com esses estados emocionais. Isso faz mal... Por isso nós, Deputados, morremos de enfiar, cedo. Esse negócio de estado emocional, Excelência é um caso sério. Como viver com o povo e não termos números temos que nos emocionar. Estamos em contato com a miséria. Com a desgraça, com a mentira oficial, que manda plantar cana e depois recusa o pagamento. V. Exa. não pode deixar de comover-se diante de um drama humano.

Enão o Delegado diz: Não há reclamações. Ora, está ali nas galerias o Sr. Teodoro. O Sr. Teodoro é plantador de cana. Há dois anos fez uma recenseio. Na semana que vem vai ser ouvido na Junta do IAA em Belo Horizonte, na Delegacia, sobre uma reclamação que fez há dois anos contra a falta de pagamento.

Senhor Ministro, esse prazo de dois anos não há quem agüente. No fim, um indivíduo arranja um acordo com a usina, e a usina diz: Não devo a mais ninguém. V. Exa. não sabe o processo comercial? Vejo que se fala em crise de superprodução. Mas o IAA acaba de informar — V. Exa. me informou — que a usina de Uberaba vai começar a produzir em breve. Faltam que são 200 mil sacas. Ora, então a superprodução não é tanta assim. O IAA manda cortar a quota de produção em crise de superprodução. Mas o cana brota em toda a safra. Ninguém pode impedir o crescimento da cana. E faz um investimento para reaver em 4 anos, porque este é um investimento honesto, que não se pode reaver em um ano. No fim do primeiro ano, o IAA diz: Não vai fornecer cana. Mas manda plantar cana em Uberaba. Onde está a Justiça disto, Sr. Ministro? Estamos tratando de economia para quem — para bárbaros? Ou será possível que seremos todos analfabetos em economia? Está certo que se faça usina em Uberaba. Não condeno. Mas por que se tira a produção de uma zona, com sacrifício do produtor? Se o produtor da cana estivesse entregando a sua cana, não tivesse prejuízo, então poderia haver uma outra zona de produção. Mas, enquanto uma zona define, cria-se outra zona lugar onde a ecologia aconselha outros tipos de produção mais apropriados.

Enquanto isso, não se paga porque não tem dinheiro. Mas se as usinas estão crescendo... Tenho uma porção de fotografias, dá trabalho mas posso mostrar aos Deputados depois, pois em 15 minutos não dá tempo. As usinas estão montando extensões, estão comprando fazendas, instalando carpintarias, elevando prédios na cidade. O usineiro vai à Europa, o usineiro faz palacete de milhões e milhões de cruzeiros na cidade e o plantador de cana passa na porta, de pés descalços, estarrapado, barriga funda, espia para o palácio e diz: "Ah! o meu di-

nhêiro; o IAA vai-me proteger." Se há miséria, o usineiro não cresce, mas se ele cresce, como cresce e não pode pagar? Então a sua escrita não está fiscalizada.

Sabe V. Exa. que a fiscalização em Minas está deficiente. Há pouco tempo montaram em cima de um usineiro; a produção triplicou, quintuplicou. Não vou citar o caso, porque para nós é um tanto vexatório, mas não havia fiscalização. Como não havia lá a fiscalização fazendária e fiscalizaram, a fiscalização pegou. A denúncia, no caso, foi por picardia política, mas não fazem fiscalização em Ponte Nova. Perguntai: Onde estão sediados os fiscais do IAA? Sabe V. Exa. são seis ou oito. Um está em Poços de Caldas, que não tem usinas, não tem açúcar; outro está em Juiz de Fora, onde também não há usina, mas há consumo. Por que não põem um fiscal em Brasília, em tudo quanto é cidade de Minas? São 722 cidades em Minas. Então, põem meia dúzia, mas os fiscais não aparecem nas usinas. Se aparecessem veriam que as próprias notas que extraiam na vista do fornecedor não correspondem ao modelo oficial da Lei nº 4.071. Cana a dois mil cruzeiros, disse V. Exa. foi vendida até agora; a dois mil cruzeiros porque a crise está forte. Quem pagou o pato? Foi só o pobre do fornecedor que pagou o pato. A economia controlada não deixou o preço da cana subir demasiadamente para garantir o mercado, para não sacrificar o consumidor. Mas sacrificar o pobre do plantador de cana, que pode esperar dois ou três anos para receber seu dinheiro? Essa política é interessantíssima. Nunca vi coisa semelhante.

Srs. Deputados, não admito controvérsia sobre honra. O homem e o não é. Se fosse comigo já teria resolvido o caso de outra maneira. Mas o documento está aqui. Isso vai para a Justiça. O Delegado vai ter que provar, porque, quando se tem a proteção do usineiro que tem dinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Baltasar Ramos) — Lembro ao nobre orador que dispõe apenas de três minutos para encerrar sua exposição, a sua resposta.

O SR. ABEL RAFAEL — ...quando se tem a proteção do usineiro que tem dinheiro para fazer ou acontecer — ah! — é muito fácil. O pobre nem levanta a cabeça. Estamos acostumados a ver isso. Se é só ele que está gritando é porque é ele que está sendo explorado, porque o dinheiro dele, sem render juros, continua no bolso do usineiro, por que está vendendo ao usineiro, e o usineiro não precisa pedir empréstimo ao IAA, nem ao Banco do Brasil, nem a ninguém. Pois ele está com mais de setecentos milhões de cruzeiros do pobre do plantador de cana, do roçeiro. Ele que reclama dele para receber. Com a convivência do IAA não se paga. V. Exa. me permita a palavra, sem ofensa: pode haver convivência criminosa e convivência por omissão. Eu não desejo fazer acusações sobre a honra de ninguém que eu não conheça, e muito menos sobre a honra de funcionários do IAA. Mas há uma convivência por omissão. Porque esses casos já deveriam ter sido resolvidos. Já deveriam ter mandado uma comissão de autoridades a Ponte Nova para ver quem tem razão. Se os plantadores de cana não têm razão, ponham-nos na cadeia, acabem com eles de uma vez.

E depois o Sr. Ministro vem dizer: Não devemos nos emocionar. É muito perigoso por emoção nessas coisas. Eu só sei falar com a alma. Eu só trato de assunto que me emociona. Assunto frio, eu deixo para os outros. Porque quando eu entro numa batalha é para levá-la até o fim. Porque eu me emociono; é por isso que eu

tenho alma, e porque eu tenho alma eu não sou frio.

O problema é o seguinte: não há IAA em Ponte Nova. A fiscalização não existe em Ponte Nova. Eu peço ao Ministro que mande pagar a esses homens. As ofensas reciprocas, deste ou daquele, não importam. Se há mais fiscalização ou menos fiscalização, não importa. O que importa é que se pague a esses homens que estão sem receber há mais de dois anos. Mande-se fazer um levantamento, se já não foi feito, mas que se pague. Isto é o que peço a V. Ex*.

Senhor Ministro, promovi sua vinda à Câmara para fazer-lhe principalmente este pedido. Tudo mais foi enxerto, tudo mais não tem importância. Mas o que é essencial, o que é preciso é que V. Ex*, neste fim de governo, antes de deixar de ser Ministro, marque sua passagem com uma medida corajosa, quebrando essa inatividade do IAA e mandando pagar a esses homens que há dois ou três anos esperam que lhes pague o devido.

Não falo na cana que não foi cortada, não falo na cana que foi queimada. Não estou falando no que eles pensam que têm. Não. Estou pedindo que se pague a eles, como se pagou aos homens de São Paulo, — até com juros de mora! — como se pagou aos homens do Estado do Rio, como se pagou aos homens do Nordeste. Peço isto apenas: justiça. Será que isto é pedir muito, Sr. Ministro? Será que os plantadores de cana não merecem tanto quanto os operários citadinos que vão à Justiça do Trabalho e recebem seus vencimentos? Então o enxadaeiro não tem direito de receber o que é dele?

Senhor Ministro, fui veemente, mas sou veemente sempre no que defendo, porque não sei defender as causas frias. E tremo dizendo a Vossa Excelência: modifique esse IAA, senão vamos ter apenas café amargo, não vamos ter mais doce. O açúcar está acabando, vai acabar. No ano que vem não vai haver produção de açúcar, porque não é só o que não tem quota que está queimando canaviais. Todo o mundo está queimando os canaviais. Sei que estão queimando e fazendo outras lavouras, isto no Rio, no Nordeste, em São Paulo em Minas Gerais de forma que vai haver um baque muito grande. Depois teremos uma renovação. Muda o governo. Vem o ínclito Marechal Costa e Silva. Muda o Presidente do IAA, muda o Ministro, muda o Inspetor do Banco do Brasil na região. Então, todos eles vão lá, reúnem a fazendeirama de novo e dizem: nós prometemos que se vocês plantarem agora, vão receber. Os fazendeiros vão acreditar e, outra vez, vão acatocar a mesma coisa. E caminharão, assim, nesse círculo vicioso.

Não permita Sr. Ministro, que homens bem intencionados sejam manchados por esta falta tão grave até de justiça comutativa em relação àquilo que lhes é devido. (Muito bem.)

O SR. AFONSO CELSO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Sr. Ministro, desejo de início congratular-me com o Instituto do Açúcar e do Alcool por retomar a política de contingenciamento, a única, no meu modo de ver, que poderá restabelecer o equilíbrio no setor da agro-indústria canavieira. Implantada essa política com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, na grande crise de 1931, foi abandonada, não por falta dos elementos adequados legais, como diz V. Exa., mas certamente por desgaste de autoridades das administrações que passaram pelo Instituto, ou mesmo, como confessa V. Exa., por erro de perspectiva de uma dessas administrações, que houve por bem incentivar sem li-

mites a produção, o que, afinal, veio redundar na crise de superprodução que estamos enfrentando.

Mas, Sr. Ministro, se, por um lado, me congratulo com o Instituto pela retomada dessa política, por outro lado, preocupo-me sobremaneira, como V. Exa. também, com a situação desse setor econômico, que acho dos mais sérios, e me satisfaz verificar que V. Exa. assim também considera.

Além disso, preocupo-me profundamente quando V. Exa., em largas pinceladas, no seu relatório, fere o problema de preço de maneira que se me afigura não adequada para ajudar a solução do problema. Dai por que me permiti, Sr. Ministro; algumas considerações a respeito do problema do preço.

Há de permitir-me V. Exa., Senhor Ministro da Indústria e Comércio, que, em face da crise que se instalou na agro-indústria açucareira nacional, venha fazer ao Governo, prevalecendo-me da oportunidade de sua presença nesta Casa, uma indagação que contém em si mesma o próprio fundamento com que o Estado, tendo em vista preceito constitucional, praticou e implantou a política de intervenção econômica nesse setor.

Sabe V. Exa. que este fundamento, que é do equilíbrio dos preços aferidos através da pesquisa dos respectivos custos de produção agro-industrial, se constitui na causa e origem das divergências entre as classes que compõem o setor econômico, ou seja os usineiros, os fornecedores de cana e os trabalhadores da agro-indústria. Isto porque, de acordo com a própria definição legal, os preços do açúcar devem-se situar em níveis compatíveis com a liquidez das obrigações que lhes estão vinculadas, todas elas oriundas de leis específicas e regulamentos normativos, sem o que haverá, fatalmente, o desequilíbrio econômico-financeiro das empresas com as repercussões de ordem político-social da mais alta viciência.

Em matéria de preço, o açúcar tem por consequente um tratamento "suavizante" dentro do quadro de comportamento dos preços de mercado de todos os produtos primários, sobretudo, aqueles que se incorporam às necessidades alimentares indispensáveis. Os preços do açúcar são fixados para vigor à distância. Os atuais preços oficiais, por exemplo, foram fixados em março de 1965, quando do lançamento da política de estabilização dos preços pelo governo atual, havendo sido reajustado de Cr\$ 8.200 para Cr\$ 12.180 o do saco de 60 quilos brutos de açúcar cristal do tipo Standard, reajustamento este destinado a absorção de déficits anteriores de custeio, projetados os custos globais até 31 de dezembro daquele ano, quando seriam revisados, se necessário, tendo em vista o comportamento dos fatores incidentes. Entendia-se que aquele preço, calculado em estudos e projeções de boa origem, seria econômico, isto é, suficiente para dar cobertura aos custos, remunerar o capital e permitir a manutenção e a expansão da indústria.

Ocorre, no entanto, Sr. Ministro, que entre Março de 1965 e Maio de 1966, a taxa de incremento do custo de vida se situou em torno de 55%, e o índice de preços por atacado, preferido para definir o grau de inflação, aumentou de 51%? ... Mas, paradoxalmente, o preço do açúcar foi revisado para baixo e reduzido para Cr\$ 11.696 inclusive taxas da Lei número 4.870-65! ... Os encargos, entretanto, continuaram crescendo: impostos, taxas, combustíveis, que ainda há pouco foram majorados novamente, produtos químicos, sacaria, força e luz, tiveram aumentos ponderáveis, não compensados pela revisão de preços.

Doutro lado, a modificação na conjuntura dos mercados recomendou a imposição legal da redução da safra 1966-67 na região centro-sul para níveis compatíveis com a capacidade da demanda interna e externa, — sem qualquer preocupação com a redução da receita adequada a compensação da despesa consequente dos investimentos praticados na fundação da safra e no custeio da indústria.

Nessa ordem de considerações é que me permito fazer ao Governo, que se digna comparecer a esta Casa na pessoa ilustre do seu digno e competente Ministro da Indústria e Comércio, ponto alto, sem dúvida, do seu Ministério, a indagação a que aludi ao início:

A meta perseguida pelo Governo, ou seja, a contenção do custo de vida através da estabilização dos preços, constitui uma aspiração da própria Nação. A contenção do custo de vida, entretanto, depende diretamente do bloqueio de uma série de fatores interferentes, inclusive e sobretudo, — a debelação da taxa de incremento da inflação.

Ora, se o Governo não pode conter o surto inflacionário, como estabilizar os preços do açúcar, justamente um tipo de produção em cuja formação de custos interfere a mais larga soma de fatores resultantes dos preços de mercado de materiais, utilidades, tarifas de serviços, impostos e taxas, salários e repercussões salariais e custo do dinheiro?

Acreditar que os incentivos declarados e deferidos pelo Governo possam absorver impactos nos custos de produção, sobretudo, em termos de melhoria de fatores da produtividade, seria um tanto aleatório e fora da realidade, uma vez que o comportamento dos custos que influenciam os preços tem demonstrado a continuidade do desequilíbrio das empresas produtoras, pondo em risco o próprio equilíbrio social.

O próprio Governo tem reajustado e permitido reajustar preços de produção nas empresas estatais e mistas, como da gasolina, e bem assim de serviço público, obviamente, por força do agravamento dos respectivos custos de produção e de serviços.

Não poderia, pois, dar outro tratamento a economia setorial do açúcar sem que justificasse a desnecessidade do reajustamento dos preços. Para esse efeito a própria Lei 4.870-65, art. 9º, fixou a obrigação do IAA de aferir continuamente os custos da produção agro-industrial através da pesquisa dos respectivos fatores. Ao fazê-lo, a Lei pretendeu manter condições econômicas no setor no qual o Governo praticou a intervenção para o fim de disciplinar todas as relações, mas assumiu também a obrigação de preservar o equilíbrio daquela economia.

Dai a interpelação que ora fazemos ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio para que defina a tendência do Governo em relação às reivindicações das classes produtoras que compõem o complexo agro-industrial açucareiro, no sentido de lhes devolver, através do preço, as condições mínimas necessárias ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro das empresas. — sem o que as usinas não evitarão as falências, como já e verificou com uma das maiores de São Paulo e em vias de acontecer está no Estado do Rio de Janeiro com perto de oito delas, o que poderá redundar no colapso completo da nossa agro-indústria açucareira com todas as suas desastrosas consequências de ordem econômica e social para o País.

Estaria, se fosse possível e a Presidência o permitisse, que o Sr. Ministro respondesse a esta primeira interpelação, a fim de que eu pudesse

fazer as duas outras, muito menos complexas.

O SR. PRESIDENTE — (Batista Ramos). — Estaria o Sr. Ministro disposto a atender à solicitação do nobre Deputado?

O SR. MINISTRO PAULO EGÍDIO — Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Batista Ramos). — Então, o nobre Deputado será atendido, mas o tempo terá de ser contado conjuntamente.

O SR. MINISTRO PAULO EGÍDIO — Pois não, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Afonso Celso, ainda há pouco me referi a certos assuntos, que, pela sua essência e substância, são complexos e que a mim, pessoalmente, me agrada tratar sem emoção, cabeça fria. Vejo, agora, nessa interpelação que V. Exa. me faz, exatamente à expressão concreta desse meu desejo.

V. Exa. interpela sobre assunto extremamente sério, grave, de maneira precisa, sem emoção, e quero ver que ambos, V. Exa., como eu, procurando manter a cabeça fria, jamais iremos permitir que nossos corações se tornem insensíveis. Se mantivermos a cabeça fria, poderemos, na realidade, exercer aquele direito de atender aos mais necessários. Indo diretamente à interpelação de V. Exa., reconheço que um dos programas que agora, nesta fase, se impõem é o da revisão da estrutura de custos para a produção do açúcar. Por isso, determinei ao IAA, há quarenta e cinco dias atrás, que, procedesse à verificação completa dessa estrutura de custos. O trabalho da região Centro-Sul está terminado, e estamos em vias de terminar, agora, o da região Norte-Nordeste. Não pudemos, na realidade, tomar providências nesse sentido anteriormente, porque os elementos de mercado que eram necessários para serem implementados, tem estado funcionando, anulariam qualquer aumento de preço que o Governo, porventura, resolvesse dar a esse setor da nossa economia como sãis, ocorreu na safra de 1965-1966. Como V. Exa. faz referência, esta safra teve início com determinado preço para o açúcar e a cana e o Governo foi obrigado a rever esse preço para, menos, porque as condições de mercado eram de tal ordem que, como afirmo anteriormente, toda estrutura de suporte de preço, de contingenciamento, estava sendo desvirtuada. E o fator que teve ponderação razoável neste desvirtuamento foi a existência do clandestino, e, na prática, a incapacidade de colir o clandestino, pela maneira como era fabricado, pela maneira como operavam as usinas. Só através de decreto-lei recente criando pena de prisão para diretores, usineiros, fiscais do IAA, comerciantes, transportadores clandestinos é que sentimos que essa atividade está sendo colida.

Estou, na maior parte de sua exposição, inteiramente de acordo com V. Exa. Sei, como empresário que sou, que não seria possível debelar essa crise sem reforçar o próprio lucro das usinas e dos fornecedores. Sinto que isso deveria ser feito. Mas, o momento oportuno quer-me parecer ainda não seria agora. Urge terminar esses estudos e entrar a implementação de forma mais positiva das medidas por nós já postas em prática. E para combater o que afirma Vossa Exa., mesmo com o preço atual, dado esse excesso de produção, quer de cana, quer de açúcar, ainda há usinas que estão vendendo açúcar abaixo da tabela oficial. Tenho aqui uma nota apreendida pela direção do IAA com data de 12 de outubro último, em que determinada usina vendeu açúcar praticamente a 9 mil cruzeiros.

Isso em completo desacordo com as tabelas oficiais do Instituto. Essa pressão que o excesso de estoque que o excesso de cana em pé provoca, é que a muitos é difícil de entender.

Mas, respondendo finalmente à sua interpelação declaro a V. Exa. que em muito breve espaço de tempo — questão de duas semanas — estaremos com os estudos concluídos e V. Exa. terá medidas no sentido da sua interpelação, eis que seu pensamento coincide inteiramente com o nosso, no que tange à estrutura de preços.

O SR. AFONSO CELSO — Louvo a preocupação do Instituto e do Ministério de V. Exa. em só concluir por um preço novo depois de devidamente aferidos os custos de produção que, sem dúvida alguma, vão forçar um novo preço em condições melhores para os produtores.

Mas, Sr. Ministro, V. Exa. acaba de citar um fato que é uma prova cabal da situação precária dos empresários, no que tange ao capital de giro. Estou certo de que o produtor só é levado a vender abaixo do preço oficial quando não tem mais a quem recorrer para obter o capital necessário para os pagamentos imediatos. Ora se V. Exa. e o Governo reconhecem essa situação precária dos empresários e se reconhecem também que o regime atual das empresas de açúcar é antieconômico, por que então, o Governo não suaviza aqueles compromissos que dependem dele e que são devidas pelas empresas? Por que então, Sr. Ministro — e aqui está consubstanciada a indagação que o eminente colega, Deputado Mário Tamborindeguy, queria fazer a Vossa Exa. — o Governo não busca uma modalidade mais suave para os resgates daqueles financiamentos que fez às empresas, principalmente do Estado do Rio de Janeiro, para que os industriais usineiros possam pagar os restos das canas de 1965? Sabemos que esses financiamentos foram feitos através de contratos que poderiam até chamar de leoninos, eis que vão a um juro, se não me engano, de 28% ao ano e exigem o pagamento da primeira parcela a partir desta safra, colocando, assim, as empresas numa situação difícil de não pagar ao Governo, ou continuar a não pagar ao lavrador. Por que, então — e neste sentido está o meu apelo a V. Exa. — o Governo não escalona de maneira mais suave os pagamentos até que possa o próprio Governo estabelecer um preço oficial mais justo, até equânime, para então, através de lucros compensatórios, possam as empresas restabelecer seu equilíbrio de pagamentos?

O SR. MINISTRO PAULO EGÍDIO — Realmente, o Governo veio, através do Banco do Brasil, acudir, no caso de Campos, Estado do Rio, praticamente à totalidade dos usineiros para a liquidação de seus débitos com fornecedores da safra 65-66; e agora este ano, volta a acudir-lhes também no pagamento dos seus débitos com o fornecimento da safra 66-67. A obtenção desses recursos extras para o Banco do Brasil só poderá ser feita com a aprovação do Conselho Monetário Nacional, que estabeleceu limites e custos deste dinheiro para que o Banco do Brasil pudesse operar com a garantia específica dos fundos do Instituto do Açúcar e do Alcool para garantir a dívida em empréstimos, feitos dentro dos critérios e da norma operacional do Banco do Brasil.

Tenho a informar a Vossa Exa. que mantenho contato estreito com o problema de Campos. Há pouco mais de 30 dias, e durante quase 5 meses os contatos eram semanais, e muitas vezes diários com fornecedores e usineiros. Preocupo-me especialmente com esta situação. Quer-me parecer que a conheço, mas até agora não recebi nenhuma parte dos usineiros nenhum pleito para que sejam abastecidos com açúcar escalonado no Banco do Brasil a prazos maiores.

Posso afirmar a V. Exa. que, recebendo da associação dos usineiros esse pleito, irei, através dos pareceres

do próprio Instituto do Açúcar e do Alcool e de meu gabinete, encaminhá-lo ao Conselho Monetário, porque reconheço que o acúmulo, especialmente na área de Campos, do financiamento de fornecedores em duas safras está dando aquelas usinas uma situação particularmente difícil. Quando o São Paulo, que não tinha sido socorrido com financiamento quase nenhum na safra 65-66, este ano fomos obrigados a dar um socorro substancial. Entretanto, sentimos que a capacidade de pagamento é de um índice, ainda que difícil, superior àquele apresentado pelo Estado do Rio.

O problema específico do Nordeste só pode ser resolvido, porque, através de providências nossas, conseguiremos liberar mais de 22 bilhões de cruzeiros para o acerto da taxa corrativa devida originariamente pela área centro-sul àquela região, e mais diferenças salariais, como há pouco expus. E so por causa dessa liberação foi possível às usinas do Nordeste continuarem a operar normalmente as suas safras este ano. Portanto, a minha preocupação é bastante grande. Mas ousaria afirmar a V. Exa. e aos Ilustres Deputados que, infelizmente não existe um único programa que solucione a questão.

Se, aumentando o preço do açúcar, com isso capitalizasse as empresas, já teria aumentado. Mas, pela experiência do passado, e pela experiência atual, a reação do mercado se impõe. Os preços tendem a aviltar-se mais ainda, e a manutenção da atual estrutura sofre perigo, como sotrer a safra 65-66. Estamos tentando um complexo de medidas para resolver essa situação difícil e, procurando, dentro de um preço médio, realmente aliviá-la.

Tenho certeza de que, dada a taxa de crescimento populacional brasileira e a taxa de aumento per capita se mantivermos essa política de contenção, a sim, iremos proporcionando essa canalização a essas empresas, e num período de três ou quatro anos teremos eliminado todos os problemas da agro-indústria açucareira no Brasil. Não poderemos, de forma alguma, é transigir na aplicação de uma disciplina rígida, porque se o fizermos iremos — ousar afirmar perante esta Casa — por em perigo o complexo da agro-indústria açucareira no Brasil. Muito obrigado.

O SR. AFONSO CELSO — Eu que agradeço a V. Exa. e me regozijo ao constatar o interesse que V. Exa. tem realmente pelo sério problema. E verifico que V. Exa. coloca em primeiro plano justamente aquelas medidas exigidas pela conjuntura, deixando evidentemente para uma situação a prazo mais longo aquelas outras medidas que virão resolver, sem dúvida, a crise de estrutura a que V. Exa. se referiu.

Mas, Sr. Ministro, queira V. Exa. me perdoar a insistência na defesa dos empresários e da agro-indústria em geral, de vez que tudo isso é um complexo. As classes interessadas no açúcar são todas interdependentes e tanto faz o industrial, como o fornecedor de cana ou como o trabalhador, estão todos dentro de uma mesma canoa, como poderíamos dizer. Há de permitir V. Exa. que eu continue a pleitear, não vantagens, mas tratamentos equânimes de parte do Governo para com a região Centro-Sul.

V. Exa. se referiu há pouco — como sempre todos o fazem — à situação da agro-indústria no Nordeste. E de tanto se pleitear e falar em situação difícil — a qual, nessa região, me parece bem diferente da nossa do Centro-Sul, no momento ao que se me afigura, o Nordeste goza de certos privilégios, que o colocam em posição muito menos arriscada que o Centro-Sul.

Sabe V. Exa. que o mercado preferencial norte-americano, hoje, é abri-

buido do Nordeste. As usinas do Nordeste têm preferência de mercado e para lá fornecem, escoando quase toda a produção e recebendo, em dólar, preço compensador pelo seu açúcar.

Por outro lado, sabe V. Exa. que se o custo da produção no Nordeste é realmente mais oneroso em consequência de certos fatores, em razão de outros deixa de o ser, em relação ao Centro-Sul, pois sabemos que lá o problema é, principalmente, de crise social. No Centro-Sul a nossa mão-de-obra é bem mais cara, como sabe V. Exa., porque os salários são bem maiores e o pagamento observado rigorosamente — por exemplo, no que tange ao salário-mínimo — quando no Nordeste, ninguém ignora, são burrados, de modo geral, pelos industriais e pelos grandes fazendeiros.

Sr. Ministro, não posso compreender, por isso, que o Instituto do Açúcar e do Alcool faça a *warrantagem* do açúcar do Nordeste na base de 80%, e não a faça na mesma base para os empresários do Centro-Sul, ou seja, do Estado do Rio e do Estado de São Paulo. Parece-me que pelo menos enquanto se busca uma solução através de um preço justo, esse financiamento poderia ser feito na mesma proporção. Esteja certo V. Exa. de que se equilibraria bem a situação dos nossos usineiros, dos empresários no Estado do Rio, se ali também fosse atribuído, ao invés de 60, 80% do financiamento sobre a colocação do produto. Consulte, por isso Sr. Ministro, se esse pleito poderia encontrar acolhida simpática de V. Exa.

O SR. MINISTRO PAULO EGÍDIO — Ilustre Deputado, inicialmente um esclarecimento. O mercado preferencial norte-americano é atribuído ao Nordeste somente no que tange ao contingente físico de produção, porque, em relação a preço este é uniforme na Região e o sobre-preço em cruzeiros gerado pelas exportações para os Estados Unidos, integra-se no fundo específico, criado por Lei.

O SR. AFONSO CELSO — Embora o Nordeste tivesse pleiteado ficar com essa diferença...

O SR. MINISTRO PAULO EGÍDIO — O que seria absurdo.

Quanto ao problema das taxas de *warrantagem*, já havia o Instituto do Açúcar e do Alcool proposto aos órgãos financeiros do Governo a sua modificação. Entretanto, não é o IAA que aprova o esquema financeiro; ele aprova o esquema da safra; o esquema financeiro é aprovado pelo Conselho Monetário Nacional. Já havia o Instituto discutido e proposto uma revisão dessas taxas, o que não pôde ser feito neste ano-safra.

Todavia, embora mantendo essa diferença para a área do Nordeste, temos procurado, o quanto possível, corrigir as distorções financeiras na região Centro-Sul. Tanto assim que, no caso de uma grave crise em São Paulo, que levou à falência uma usina local, e sentindo que a crise era de sérias proporções, atribuímos um financiamento não de 60%, mas de 80%. Isso no que respeita ao açúcar produzido, e não dentro do escalonamento mensal, como esquema financeiro da safra própria.

Quanto ao Estado do Rio, temos, dentro do possível, — V. Exa. que conhece a situação, poderá verificar — e até dentro do impossível, obtido financiamentos extra. O que nos assusta é que a capacidade de recebimento e de absorção desses financiamentos só apresenta uma esgotada.

Procurei através da explicação dada aos Ilustres membros desta Casa, demonstrar nossa preocupação em criar um instrumental que, através de uma disciplina do mercado e estabelecimento de um contingenciamento adequado dos volumes dos estoques paulatinamente, sem afetar as usinas e fornecedores, evitando o desemprego. Queremos,

sobretudo, manter a estrutura de preços, propiciando, inclusive, o reajustamento que a análise de custos provavelmente irá indicar.

Não consigo, apesar do tempo que tenho dedicado ao assunto, vislumbrar uma única medida salvadora, nem encontrar um botão para apertá-lo e resolver esse problema, que não é típico da economia brasileira, e sim da economia mundial. Temos exemplos de vários outros países, nestas e em outras épocas. É um problema que remonta ao tempo do Brasil-Colônia, aos primórdios da civilização neocapitalista. Infelizmente, os homens que durante séculos abordavam essa questão, em vários países, não descobriam solução alguma. Mas acreditamos, graças à realidade brasileira e à capacidade de reação do nosso mercado, que se mantivermos essa política de contingenciamento e injeções uma estrutura adequada de preços, no prazo de dois, três, cinco anos, que na vida econômica de uma nação não é nada, teremos esse problema definitivamente resolvido.

O SR. AFONSO CELSO — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — (Batista Ramos) — Pediria ao nobre Deputado que encerrasse sua intervenção, porque seu tempo está ultrapassado, e inclusive o do Sr. Ministro.

O SR. AFONSO CELSO — Estou encerrando, Sr. Presidente. Agradeço ao Sr. Ministro a atenção que dá, penso as minhas indagações, e reconheço, com satisfação, seu oferecimento de acolher com simpatia e advogar a pretensão dos empresários fluminenses no escalonamento dos seus compromissos, com relação aos financiamentos recebidos do Governo. (Muito bem)

O SR. GERALDO FREIRE:

(Sem revisão do orador). — Senhor Presidente, Sr. Ministro, não tenho, propriamente, interpelação a fazer.

O Delegado Regional do Instituto do Açúcar e do Alcool em Minas Gerais é filho de um grande amigo e eminente colega meu. O pai dele pediu-me que, caso seu filho fosse aqui atacado, prestasse um testemunho a respeito de S. Exa.

V. Exa., Sr. Ministro, com sua elegância, com seu senso de justiça e equilíbrio, já se referiu ao caso, baseado em documentos. Eu, Sr. Ministro, passo a dar testemunho pessoal. Não quero, absolutamente, entrar na contenda que aqui se armou entre o Delegado, de um lado, e o Presidente da Cooperativa dos Plantadores de Cana, de outro. Ouvimos a veemência oratória do nobre Deputado Abel Rafael que, no fundo, tem bom coração. Não quero repriminá-lo. S. Exa. pode ter-se equivocado. Ele é sempre sincero e, se às vezes nos parece um pouco fogoso, isto é resultado de seu temperamento, e não resultado de deliberação espontânea do seu coração, da sua inteligência. O que S. Exa. quer, no fundo, é justiça, e nisso estará de acordo com V. Exa. e comigo. Concordo em que os fatos possam ser apurados. Este o estilo do Governo atual, o estilo do eminente Ministro da Indústria e Comércio e o nosso estilo também. Não vamos, por conseguinte, agravar essa ferida.

Estão em meu poder, Sr. Ministro, alguns documentos que me foram remetidos pelo pai do Delegado do Instituto do Açúcar e do Alcool, em Minas Gerais. V. Exa. talvez os tenha também. Mas, como V. Exa. ainda não os leu, eu me proponho a divulgá-los, para que constem dos Anais da Casa. Assim, quem vier a folhear esses Anais, fará o seu julgamento, e lerá não o meu ponto de vista, o de Vossa Excelência ou o do Deputado Abel Rafael, mas alguma coisa que será o produto do seu próprio raciocínio, do seu próprio juízo.

O primeiro deles é o seguinte:

"A propósito das especulações que ora se fazem em torno da atuação do IAA em Ponte Nova, cumpre-me informar a Vossa Excelência que como ex-Presidente da Cooperativa dos Plantadores de Cana de Minas Gerais, sempre mantivemos as melhores e mais estreitas relações com os órgãos do Instituto neste Estado, especialmente com a Delegacia Regional, dirigida pelo Dr. Maurício Mourão Machado, órgão que sempre esteve presente na solução e no debate de todos os problemas afetos a nossa classe.

Somos testemunhas de que por ocasião da grave crise por que passou a agroindústria no ano passado, tudo fizemos os funcionários do Instituto em Minas, especialmente o Delegado Regional e o Procurador Dr. João Antônio de Avelar Assereto, para minorar as suas consequências, procurando, com imparcialidade e elevado espírito público, harmonizar as duas classes interessadas, conjugando os seus esforços com os da Cooperativa e os da Associação, que também lutavam naquela época para uma composição com as Usinas, reconhecendo que fora um ano de extremas dificuldades para todos, exigindo de cada um o mínimo de sacrifício tendo em vista o bem comum.

Cabe-nos ainda salientar que essa Cooperativa, sob a minha Presidência, jamais colaborou com certos elementos radicais, chefiados pelo fornecedor José Ribeiro Mayrink, que sempre se destacaram por fomentar a luta entre as classes interessadas.

Com elevada estima e consideração, subscrevo-se, atentamente, José Nicolato".

A firma está reconhecida pelo Tabelião Amora, de Ponte Nova.

Vem, em seguida, em termos diferentes porém no mesmo sentido, outra declaração de um ex-Presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Minas Gerais, no período de 1963 a 1965. A assinatura é do Sr. Ernesto Triveitao e está também devidamente reconhecida.

Logo após vem esta declaração:

"Nós, abaixo-assinados, fornecedores de cana no município de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais, filiados à Associação dos Plantadores de Cana de Minas Gerais, com sede nesta cidade, declaramos a V. Ex.^a que a Delegacia Regional do IAA em Minas Gerais, dirigida pelo Dr. Maurício Mourão Machado, sempre manteve com os fornecedores desta região as melhores e as mais estreitas relações, estando-se o seu titular, com espírito público e inegável imparcialidade, para resolver todos os problemas decorrentes da crise nacional por que passou a agroindústria canavieira de 1965, tendo sempre tratado, com fidelidade e firmeza de conceitos, a situação remanescente em Ponte Nova e Estado de Minas, sendo verdadeiras todas as suas afirmações constantes do relatório dirigido a essa Presidência, datado de 10 de março de 1966 e encaminhado pelo Ofício nº 150".

Está assinado por 150 plantadores de cana, com as firmas devidamente reconhecidas pelo mesmo tabelião. Finalmente, vem este documento:

"Temos a satisfação de informar a Vossa Excelência que todos

os problemas atinentes a pagamento de cana relativamente à safra passada (65-66), na área desta Associação, foram resolvidos satisfatoriamente, com base na média ponderada de vendas de açúcar, calculada pelas Usinas, com a nossa assistência.

Cabe-nos salientar a Vossa Excelência que o IAA, através da Delegacia Regional de Minas Gerais, dirigida pelo Dr. Maurício Mourão Machado, sempre cumpriu, em relação aos fornecedores de cana, os altos desígnios dessa Autarquia, lutando denodadamente, com patriotismo e indiscutível espírito de isenção, para solucionar as diversas questões surgidas durante a difícil safra do ano passado, que atingiu todo o território nacional, nunca tendo demonstrado preferência por Usineiros ou Fornecedores.

Aproveitamos o ensejo para dizer a Vossa Excelência que os fornecedores dessa região confiam no Instituto do Açúcar e do Alcool, tendo em vista a solução do problema surgido agora em Rio Branco e já do conhecimento de Vossa Excelência, decorrente do rescaldo nas quotas industriais das Usinas, fato que está trazendo apreensão aos plantadores de cana deste município, especialmente aos mais modestos.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da nossa mais elevada estima e consideração — José Maximino de Abacida, Presidente. — Diogo Braga Filho, Vice-Presidente. — Samuel Pinto de Queiroz, Secretário. — Sérgio Azeiteira Braga, Tesoureiro.

São estes os documentos que deixei ao exame de todos os que folhearem algum dia, os Anais desta Casa.

Estou cumprindo um pedido de velho amigo, que tem 10 filhos e os educa no caminho da honra e do dever. Cumpro também meu dever de chefe de família, trazendo aqui a palavra de um pai que procura fazer com que seus filhos sejam julgados com isenção.

Rendo minha homenagem ao colega Abel Rafael, cujas qualidades nunca enalteceria em demasia, e, Sr. Ministro, felicito-o pelo seu tom sereno, por aquilo que o Deputado Raimundo Padilha disse: pelo seu pronunciamento não apenas sereno, mas britânico na elegância da forma, na precisão do estilo, na isenção de ânimo e no interesse pela coisa pública.

Finalmente, congratulo-me com toda a Casa porque tivemos, nesta tarde, a grande oportunidade de ouvi-lo e de admirá-lo, Sr. Ministro. Certo esteja V. Ex.^a de que as suas lições permanecerão, porque nos vieram ensinar muita coisa a respeito do IAA, da agro-indústria canavieira, das necessidades do Brasil e, sobretudo, vieram demonstrar a seriedade do Governo que ora preside a esta Nação. (Muito bem. Palmas.)

O SR. MINISTRO PAULO EGÍDIO:

Eminentíssimo Presidente, Ilustre Vice-Líder do Governo Deputado Geraldo Freire, é com humildade que recebo suas palavras. O que procuramos é meramente servir ao nosso país, resolver os problemas dentro da realidade brasileira, tentar equacioná-los, dedicando-lhes o máximo de nossa capacidade física e intelectual, que, embora não grande, está sempre colocada a serviço da Nação. Repetimos agora que, se às vezes podemos parecer frios em nossas reações,

por dentro queimamos de amor por este País. Alegrou-me sobremaneira a apresentação dos documentos lidos pelo nobre Deputado Geraldo Freire, que vêm, juntamente com outros que possuímos no IAA, comprovar afirmativa que fizemos no sentido de que, sem querer ser Platão, não temos meios de julgar o comportamento de Delegado que tem feito tudo por mostrar-se extremamente eficiente e capaz, e de um Presidente de Associação de fornecedores que, talvez por excesso de zelo, pode parecer que comete desmando. Não temos, realmente, capacidade de julgar até onde seu procedimento seria desmando ou excessiva vontade de acertar. Dai termos pessoalmente, dada a controvérsia fugida ao julgamento. O que precisamos — esse o apelo que fizemos ao Deputado Abel Rafael — é acabar com as controvérsias e promover o entendimento entre dois importantes homens da agro-economia açucareira de Ponte Nova.

O nosso interesse é dirimir as dúvidas e fazer com que as classes desse importante setor da economia brasileira — os usineiros, fornecedores e trabalhadores agrícolas e industriais — venham a ter tranquilidade e segurança no seu trabalho.

V. Ex.^a, Deputado Geraldo Freire, veio dar ao nosso depoimento aquele toque final que julgávamos estar faltando. Com a interpeleção de V. Ex.^a, sentimos que nossa missão perante esta Casa está terminada.

Agradeço a paciência dos Ilustres membros desta Câmara e a atenção especial do Exmo. Sr. Presidente e estarei sempre à disposição de Vossas Excelências todas as vezes em que, para isso, vier a ser convocado. (Muito bem; muito bem. Palmas.)

O SR. DIRCEU CARDOSO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Ministro, com as minhas desculpas por dirigir a palavra a Vossa Excelência no término do tempo de sua interpeleção nesta Casa; Desejo ter de V. Ex.^a a quiescência para remeter amanhã, via Presidência da Casa, os quesitos que submeto à sua consideração, solicitando, de permelo com os agradecimentos pelas suas respostas, que além do problema açucareiro do meu Estado, o Espírito Santo, me permita também, como um ligeiro contrabando, afluor o problema do café, cuja situação em meu Estado é desesperadora e angustiante, em face da política adotada, a da erradicação dos cafeeiros antieconômicos. (Muito bem; muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Batista Ramos) — A Mesa agradece ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, Dr. Paulo Egydio o atendimento à solicitação que lhe foi dirigida por esta Casa, por iniciativa do nobre Deputado Abel Rafael. Conquanto tenha S. Ex.^a atendido a uma determinação constitucional, com satisfação registramos a atenção e os esclarecimentos dispensados e trazidos a esta Casa, em assunto de tamanha relevância para a Nação. Muito obrigado a Vossa Excelência. Está encerrada a sessão.

(Discurso do Deputado Antunes de Oliveira, na sessão vespertina de 24-11-66)

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, nobres Deputados, a Amazônia tem como um

dos seus sustentáculos econômico-financeiros a juta — o seu plantio, portanto, a sua colheita e a sua venda. Gostaria de chamar a atenção desta Casa e do Governo a fim de que protegessem a juta amazônica, a juta amazônica.

Por circunstâncias alheias à vontade do produtor e do plantador do Amazonas, a juta está com preço que não compensa, com preço vil, já porque, na ilha, é vendida por preço menor, pois ali a mão-de-obra é vilipendiada, a preço abaixo de salário da fome, já porque estamos enfrentando o aparecimento de similares e mesmo de produtos sintéticos da juta.

Espera-se, portanto, no Amazonas, que o Governo possa agir de tal modo de que a juta seja amparada; vale dizer, que a região seja assistida e centenas e milhares de homens que trabalham nesse setor sejam protegidos em seu labor honesto, doloroso, penoso.

Sr. Presidente, desejo ainda referir-me a outros produtos da Amazônia. A borracha está, em certo sentido, também desamparada. Importa-se borracha no Brasil. Há certos furtos na nossa Pátria que, por mais que os expliquemos, não os entendemos. Não compreendemos como se possa importar sal, carne, feijão ou banha. Finalmente está faltando apenas importar café. Hoje, no Hotel Nacional, quando estávamos assistindo ao Congresso dos Municípios, atualmente ali realizado, ao ser servido o café, alguém disse que estava tão gostoso que devia ser da Colômbia. Estou até com receio de que se esteja importando café agora. Importamos borracha, quando constituímos o maior celeiro do produto nativo do mundo. Além disso, há a concorrência da borracha sintética.

Neste caso, um segundo apelo ao Governo Federal, para que se estude meios de proteção à borracha nacional, a borracha amazônica.

Sr. Presidente, em terceiro lugar, quero declarar que as eleições se processaram naturalmente no Estado do Amazonas. Uma equipe do Movimento Democrático Brasileiro, num esforço titânico, resolveu doutrinar em todos os recantos e conseguiu, a duras penas e com mil e um óbices, trazer à Câmara dos Deputados e ao Senado, bem como à Assembleia Legislativa, homens que possam servir a esta Nação.

Devemos registrar aqui, porém, que o poder econômico domina o interior do Estado do Amazonas, jugula toda a expressão democrática. Fala-se tanto, escreve-se tanto contra isso, fazem-se dispositivos de lei, a voto e a direito, mas o poder econômico é real. Dai por que procuramos para este País, não uma socialização totalitária, portanto comunista, que isso não resolve em mais algum; pleiteamos, isto sim, uma socialização inspirada no cristianismo, uma implicação da doutrina cristã na vida prática, com a qual o homem passa a ver em seu companheiro, em vez de um escravo, um irmão, econômica e financeiramente falando.

Assim, Sr. Presidente, o poder econômico se exerceu no Amazonas, e temos o desprazer de afirmar que chegarão ao Parlamento Nacional homens eleitos através dele. Deixamos aqui nossa palavra de protesto.

Fra o que linhamos a dizer. (Muito bem).

MESA

Presidente — Aduatto Cardoso.
 1º Vice-Presidente — Batista Ramos.
 2º Vice-Presidente José Bonifácio.
 1º Secretário — Nilo Coelho.
 2º Secretário — Henrique La Rocque.
 3º Secretário — Aniz Sadra.
 4º Secretário — Ary Alcântara.

1º Suplente — Tufy Nassif
 2º Suplente — Adrião Bernardes
 3º Suplente — Dasso Coimbra.
 4º Suplente — Minoru Miyamoto.
LÍDER DA MAIORIA
 Raymundo Padilha
LÍDER DA MINORIA
 Vieira de Melo

ALIANÇA RENOVADORA
NACIONAL

Líder
 Raymundo Padilha
Vice-Líderes
 Geraldo Freire
 Ruy Santos
 Ulisses de Carvalho
 Ernani Satrio
 Oswaldo Zanedo
 Fabosa de Almeida
 Carlos Werneck
 Nogueira de Mesende
 Geraldo Guedes

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO
BRASILEIRO

Líder
 Vieira de Melo

Vice-Líderes
 Hamilton Nogueira
 João Hercúlio
 Getúlio Moura
 Mario Covas
 Chagas Rodrigues
 Mario Piva
 Teófilo de Andrade
 Paulo Macarini
 Nelson Carneiro
 Alceu de Carvalho
 João Menezes
 Dias Menezes
 Afonso Celso
 Levy Lavares
 Mario Maia
 Cid Carvalho
 José Carlos Teixeira
 Milton Reis
 Amaral Neto
 Argilano Dario
 Breno da Silveira
 Antonio Annibelli

COMISSÕES PERMANENTES, DE INQUÉRITO
ESPECIAIS, MISTAS E EXTERNAS

DIRETOR JOSÉ DE CARVALHO FRANÇA

Local: 13º andar do Anexo — Telefones 2-5851 e 5-8233 — Ramal 275

Comissões Permanentes

CHEFE: GENY XAVIER MARQUES

Local: 12º andar do Anexo — Ramal 184

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E POLÍTICA RURAL

Presidente: Pacheco Chaves — MDB
 Vice-Presidente: Augusto Novaes — ARENA

Vice-Presidente: Renato Celidonio — MDB

Alexandre Costa — ARENA
 Arnaldo Garcez — ARENA
 Cândido Sampaio — ARENA
 Heráclito Rego — ARENA
 Herner Levy — ARENA
 Jales Machado — ARENA
 Luciano Machado — ARENA
 Marcílio do Lago — ARENA
 Ney Maranhão — ARENA
 Nonato Marques — ARENA
 Paulo Montano — ARENA
 Paulo Permann — ARENA
 Pereira Lucio — ARENA
 Arnaldo Lafayette — MDB
 João Mendes Olympio — MDB
 José Manden — MDB
 Lino Muganti — MDB
 Moura Santos — MDB
 Rui Lino — MDB

SUPLENTE

Alair Ferreira — ARENA
 Amintas de Barros — ARENA
 Flávio Marinho — ARENA
 Broca Filho — ARENA
 Carvalho Sobrinho — ARENA
 Arnaldo Cerdeira — ARENA
 Bezerra Leite — ARENA

Hugo Borch — ARENA
 Manoel Laveira — ARENA
 Marcela Terra — ARENA
 Newton Carneiro — ARENA
 Osmani Cooze — ARENA
 Philadelpho Garcia — ARENA
 Ponce de Arruda — ARENA
 Souza Santos — ARENA
 Celestino Filho — MDB
 Chagas Rodrigues — MDB
 Edilson Garcia — MDB
 Heício Marchezan — MDB
 Paulo Macarini — MDB
 Roberto Saturnino — MDB
 Vieira de Melo — MDB
 Wilson Chedid — MDB

REUNIOES

Terças-feiras, às 15 horas e 30 minutos.

Local: Anexo I, 25º andar.
 Secretária: Maria José Leobons.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

Presidente: Farsó Dutra — ARENA

TURMA "A"

Vice-Presidente: Djalma Marinho — ARENA
 Acioly Filho — ARENA
 Agnaldo Costa — ARENA
 Armando Faicão — ARENA
 Geraldo Freire — ARENA
 Eurico Ribeiro — ARENA

Guilherme Machado — ARENA
 José Meira — ARENA
 Pedro Aleixo — ARENA
 Raymundo de Brito — ARENA
 Afonso Celso — MDB
 Celestino Filho — MDB
 Mathews Schmidt — MDB
 Teófilo Andrade — MDB
 Wilson Martins — MDB

TURMA "B"

Vice-Presidente: José Barbosa — MDB
 Arruda Câmara — ARENA
 Aurino Vaino — ARENA
 Geraldo Guedes — ARENA
 Ivan Luz — ARENA
 Ovidio de Abreu — ARENA
 Rondon Pacheco — ARENA
 Tabosa de Almeida — ARENA
 Yukishigue Yamura — ARENA
 Vago — ARENA
 Chagas Rodrigues — MDB
 Jorge Sald-Curi — MDB
 Laerte Vieira — MDB
 Noronha-Filho — MDB
 Ulysses Guimarães — MDB

SUPLENTE

Antônio Almeida — ARENA
 Antonio Fenciano — ARENA
 Ernane Salyro — ARENA
 Onai Mendes — ARENA
 Flaviano Ribeiro — ARENA
 Flávio Marcino — ARENA
 Grimaldi Ribeiro — ARENA
 João Cletas — ARENA
 José Carlos Guerra — ARENA
 Lacôrte Vitale — ARENA
 Lauro Leitão — ARENA
 Lenoir Vargas — ARENA
 Magalhães Melo — ARENA
 Manoel Laveira — ARENA
 Nicolau Puma — ARENA
 Nogueira de Mesende — ARENA
 Norberto Schmidt — ARENA
 Osni Régis — ARENA
 Pedro Vidigal — ARENA
 Walter Passos — ARENA
 Alceu de Carvalho — MDB
 Altino Machado — MDB
 Andrade Lima Filho — MDB
 Chagas Freitas — MDB
 Floriceno Paixão — MDB
 Franco Montor — MDB
 Getúlio Moura — MDB
 José Burnett — MDB
 José Maria Ribeiro — MDB
 Pedro Marac — MDB
 Renato Azeredo — MDB

REUNIOES

Turma A: Terças-feiras, às 15 horas e 30 minutos.

Turma B: Quintas-feiras, às 15 horas e 30 minutos.

Plenárias: Quartas-feiras, às 15 horas e 30 minutos.

Local: Sala 202 do Edifício Principal.

Secretário: Paulo Rocha.

COMISSÃO DO DISTRITO
FEDERAL

Presidente: Arnaldo Nogueira — ARENA

TURMA "A"

Vice-Presidente: Breno da Silveira — MDB
 Abrahão Sabbá — ARENA
 Bezerra Leite — ARENA
 Emival Calado — ARENA
 Esmerino Arruda — ARENA
 Heitor Cavalcanti — ARENA
 José Menck — ARENA
 Vago — ARENA
 Antônio Bregolin — MDB
 Castro Costa — MDB
 Giordano Alves — MDB
 Haroldo Duarte — MDB

TURMA "B"

Vice-Presidente: Magalhães Melo — ARENA
 Lenoir Vargas — ARENA
 Luiz Bronzendo — ARENA
 Resende Monteiro — ARENA

Necy Novais — ARENA
 Marcelo Sanford — ARENA
 Paulo Freire — ARENA
 Philadelpho Garcia — ARENA
 João Hercúlio — MDB
 José Maria Ribeiro — MDB
 Pedros Junior — MDB
 Peixoto da Silveira — MDB

SUPLENTE

Abel Rafael — ARENA
 Adrião Bernardes — ARENA
 Armando Leite — ARENA
 Carvalho Sobrinho — ARENA
 Corrêa da Costa — ARENA
 Dasso Coimbra — ARENA
 Geremias Fontes — ARENA
 Lauro Leitão — ARENA
 Lisboa Machado — ARENA
 Lourival Batista — ARENA
 Ludovico de Almeida — ARENA
 Milton Cabral — ARENA
 Nicolau Puma — ARENA
 Ozanam Coelho — ARENA
 Passos Porto — ARENA
 Rachid Mamed — ARENA
 Benedito Vaz — MDB
 Celestino Filho — MDB
 Dirceu Cardoso — MDB
 Djalma Passos — MDB
 Edson Garcia — MDB
 Ivete Vargas — MDB
 Milton Reis — MDB
 Moura Santos — MDB
 Wilson Martins — MDB

REUNIOES

Turma "A": Quartas-feiras, às 15 horas e 30 minutos.

Turma "B": Quintas-feiras, às 15 horas e 30 minutos.

Local: Anexo II.
Secretário: Roberto Torres de Holanda.

COMISSÃO DE ECONOMIA

Presidente: Unirio Machado — ..
MDB

TURMA "A"

Vice-Presidente: Simão da Cunha — MDB

Abel Rafael — ARENA
 Audisio Pinheiro — ARENA
 Cunha Bueno — ARENA
 Italo Flitipaldi — ARENA
 Jorge Kalume — ARENA
 José Carlos Guerra — ARENA
 Milton Cassei — ARENA
 Segismundo Andrade — ARENA
 Sussumu Hirata — ARENA
 Vago — ARENA
 Augusto de Gregório — MDB
 Mário Piva — MDB
 Ramieri Mazzilli — MDB
 Roberto Saturnino — MDB

TURMA "B"

Vice-Presidente: Alvaro Catão — ARENA

Alberto Aboud — ARENA
 Baguelra Leal — ARENA
 Dias Macedo — ARENA
 Lyrry Bertoni — ARENA
 Marcela Terra — ARENA
 Osni Régis — ARENA
 Paulo Lauro — ARENA
 Teotônio Neto — ARENA
 Zacarias Seleme — ARENA
 Bernardi Bello — MDB
 Emanuel Walsmann — MDB
 Expedito Rodrigues — MDB
 José Richa — MDB
 Tancredo Neves — MDB

SUPLENTE

Alair Ferreira — ARENA
 Aides Sampaio — ARENA
 Américo de Souza (Art. 66 — R.I.) — ARENA
 Bento Gonçalves — ARENA
 Carlos Werneck — ARENA
 Carvalho Sobrinho — ARENA
 Clodomir Millet — ARENA
 Elias Carmo — ARENA
 Henrique Turner — ARENA
 Herbert Levy — ARENA
 Hermes Macedo — ARENA
 Luna Freire — ARENA
 Mendes de Moraes — ARENA
 Ormeo Botelho — ARENA
 Paulo Montano — ARENA

Pinheiro Brizzola - ARENA
 Pedro Zimmermann - ARENA
 Raimundo Padilha - ARENA
 Raul Carneiro - ARENA
 Raul de Goes - ARENA
 Amaral Netto - MDB
 Antônio Bresolin - MDB
 Ario Theodoro - MDB
 Ariosto Amado - MDB
 José Barbosa - MDB
 João Hercúlio - MDB
 Pacheco Chaves - MDB
 Peixoto da Silveira - MDB
 Renato Celidônio - MDB
 Theophilus de Andrade - MDB
 Vieira de Mello - MDB

REUNIOES

Turma "A": Quartas-feiras, às 15 horas e 30 minutos.

Turma "B": Quartas-feiras, às 15 horas e 30 minutos.

Local: Edifício principal.

Secretário: Olmerino Ruy Caporal.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Lauro Cruz - ARENA
 Vice-Presidente: Braga Ramos - ARENA
 Vice-Presidente: Derville Alegretti - MDB

Antonio Almeida - ARENA
 Brito Velho - ARENA
 Campos Veiga - ARENA
 Cardoso de Menezes - ARENA
 Carlos Werneck - ARENA
 Dado Coimbra - ARENA
 Guimarães Ribeiro - ARENA
 Oceano Carneiro - ARENA
 Pinheiro Chagas - ARENA
 Plínio Salgado - ARENA
 Wanderley Dantas - ARENA

Amaral Peixoto - MDB
 Andrade Lima Filho - MDB
 Clodomir Leite - MDB
 Dirceu Cardoso - MDB
 Djalma Passos - MDB
 Henrique Lima - MDB
 Padre Nobre - MDB

SUPLENTE

Aderbal Jurema - ARENA
 Albino Zeni - ARENA
 Francisco Pereira - ARENA
 Geraldo Mesquita - ARENA
 Lacorte Vitale - ARENA
 Manoel de Almeida - ARENA
 Medeiros Neto - ARENA
 Millo Cammarosano - ARENA
 Neco Novaes - ARENA
 Ossian Araripe - ARENA
 Paulo Freire - ARENA
 Paulo Sarasate - ARENA
 Wilson Roriz - ARENA

Antônio Ambelli - MDB
 Ewald Pinto - MDB
 José Barbosa - MDB
 José Richa - MDB
 Maurício Goulart - MDB
 Odilon Ribeiro Coutinho - MDB
 Peixoto da Silveira - MDB
 Vieira de Mello - MDB

REUNIOES

Terças e quintas-feiras às 15 horas e 30 minutos.

Local: Edifício principal sala 212.

Secretária: Maria Clélia Orrico.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente: Pereira Lopes - ARENA

TURMA "A"

Vice-Presidente: Carvalho Sobrinho - ARENA
 Costa Lima - ARENA
 Flaviano Ribeiro - ARENA
 Flores Soares - ARENA
 Hegel Morby - ARENA
 João Ribeiro - ARENA
 José Resegue - ARENA
 Mário Tamborindéguy - ARENA
 Oscar Cardoso - ARENA
 Souza Santos - ARENA
 Amaral Furlan - MDB
 Ario Theodoro - MDB

Jose Freire - MDB
 Mário Covas - MDB

TURMA "B"

Vice-Presidente: Wilson Chedid - MDB

Afonso Anschau - ARENA
 Geraldo Mesquita - ARENA
 Hamilton Prado - ARENA
 Lauro Leitão - ARENA
 Leopoldo Feres - ARENA
 Manso Cabral - ARENA
 Milton Cassel (Art. 66 - R.I.) - ARENA

Tufy Nassif - ARENA
 Waldemar Guimarães - ARENA
 Agilano Dario - MDB
 Athé Coury - MDB
 Edison Garcia - MDB
 Jairo Brum - MDB
 Rubem Alves - MDB

SUPLENTE

Armando Carneiro - ARENA
 Aroldo Carvalho - ARENA
 Ezequias Costa - ARENA
 Furtado Leite - ARENA
 Gayoso e Almeida - ARENA
 Henrique Furner - ARENA
 Italo Cipaldi - ARENA
 Joaquim Ramos - ARENA
 José Esteves - ARENA
 Marcelo Santoro - ARENA
 Orlando Bertoli - ARENA
 Plínio Lemos - ARENA
 Plínio Salgado - ARENA
 Raul de Joes - ARENA
 Ruy Santos - ARENA
 Souto Maior - ARENA
 Último de Carvalho - ARENA
 Vasco Filho - ARENA

Wilson Camm - ARENA
 Vago - ARENA
 Breno da Silveira - MDB
 Clemens Sampaio - MDB
 Fernando Gama - MDB
 Franco Montoro - MDB

Heicio Magnenzani - MDB
 Levv Favares - MDB
 Moura Santos - MDB
 Paulo Macarini - MDB
 Renato Azeredo - MDB
 Roberto Saturnino - MDB
 Vieira de Mello - MDB

REUNIOES

Quartas e quintas-feiras, às 15 horas e 30 minutos.

Local: Edifício principal.

Secretário: Wanderley Gregoriano de Castro.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE CONTAS

Presidente: Plínio Lemos - ARENA

TURMA "A"

Vice-Presidente: Adrião Bernardes - ARENA
 Gabriel Heróides - ARENA
 Ludovico Almeida - ARENA
 Luna Freire - ARENA
 Norberto Schmidt - ARENA
 Theódulo de Albuquerque - ARENA
 Vago - ARENA

José Burnett - MDB
 Maurício Goulart - MDB
 Pedro Marão - MDB

TURMA "B"

Vice-Presidente: João Menezes - MDB

Antônio Carlos Magalhães - ARENA
 José Esteves - ARENA
 Minoru Miyamoto - ARENA
 Ossian Araripe - ARENA
 Passos Porto - ARENA
 Raul Carneiro - ARENA
 Teófilo Pires - ARENA
 Fernando Gama - MDB
 Humberto Lucena - MDB
 Vago - MDB

Americo de Souza (Art. 66 - R.I.) - ARENA

Arruda Camara - ARENA
 Bagueira Leal - ARENA
 Bento Gonçalves - ARENA
 Esmerino Arruda - ARENA
 Ezequias Costa - ARENA
 Geraldo Freire - ARENA
 Hamilton Prado - ARENA
 Janary Nunes - ARENA
 Milton Cabral - ARENA
 Ovidio de Azeite - ARENA
 Philadelpho Garcia - ARENA
 Souto Maior - ARENA
 Waldemar Guimarães - ARENA
 Yukishigue Tamura - ARENA
 Ario Theodoro - MDB
 Carlos Murilo - MDB
 Clemens Sampaio - MDB
 Janduby Carneiro - MDB
 João Hercúlio - MDB
 Laerte Vieira - MDB
 Wilson Chedid - MDB

REUNIOES

Quintas-feiras às 15 horas.

Local: Anexo 1 21º andar.

Secretária: Stela Prata da Silva Lopes.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Adnyto Viana - MDB

Vice-Presidente: Hermes Macedo - ARENA

Vice-Presidente: Lacorte Vitale - ARENA

Francelino Pereira - ARENA
 Geremias Fontes - ARENA
 Gilberto Faria - ARENA
 Harry Normanston - ARENA
 Heitor Dias - ARENA
 Jesse Freire - ARENA
 João Alves - ARENA

Luiz Pereira - ARENA
 Millo Cammarosano - ARENA
 Pedro Vidigal - ARENA
 Vago - ARENA
 Anisio Rocha - MDB
 Fontes Lortez - MDB
 Genio Martins - MDB
 Heicio Magnenzani - MDB
 João Fernandes - MDB
 Muniz Faicao - MDB

SUPLENTE

Agnaido Costa - ARENA
 Braga Ramos - ARENA
 Cardoso de Menezes - ARENA
 Elias Carmo - ARENA
 Epitacio de Campos - ARENA
 Geraldo Mesquita - ARENA
 Luiz Bronzeado - ARENA

Luna Freire - ARENA
 Nev Marañón - ARENA
 Susumo Hirata - ARENA
 Tourinho Dantas - ARENA
 Wanderley Dantas - ARENA

Wilson Roriz - ARENA
 Djalma Passos - MDB
 Floricento Paixão - MDB
 Mario Maia - MDB
 Moura Santos - MDB
 Noronha Filho - MDB
 Odilon Ribeiro Coutinho - MDB
 Simão da Cunha - MDB
 Vieira de Mello - MDB

REUNIOES

Quartas-feiras, às 15 horas e 30 minutos.

Local: Edifício principal sala 216.

Secretário: Joselito Edua. de Sampaio.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

TURMA "A"

Presidente: Edison Melo Fávora - ARENA
 Vice-Presidente: Orlando Bertoli - ARENA
 Emilio Gomes - ARENA
 Ivar Saldanha - ARENA
 Oliveira Brito - ARENA

SUPLENTE

Ormeo Botelho - ARENA
 Ortiz Monteiro - ARENA
 Rachid Mamed - ARENA
 Emanuel Waismann - MDB
 Haroldo Duarte - MDB
 Walter Batista - MDB
 Vago - MDB

TURMA "B"

Vice-Presidente: Ceiso Passos - MDB

Cicero Dantas - ARENA
 Lister Caldas - ARENA
 Nogueira de Resende - ARENA
 Raymundo de Andrade - ARENA
 Último de Carvalho - ARENA
 Walter Passos - ARENA
 Vago - ARENA
 Bivar Olyntho - MDB
 Cid Carvalho - MDB
 Germinal Feijó - MDB

SUPLENTE

Acclioy Filho - ARENA
 Alexandre Costa - ARENA
 Alvaro Catao - ARENA
 Ceiso Murta - ARENA
 Correia da Costa - ARENA
 Floriano Ruom - ARENA
 Horacio Bethonico - ARENA
 James Machado - ARENA
 João Camm - ARENA
 Josaphat Azevedo - ARENA
 Machado Rosenberg - ARENA
 Marcelo Santoro - ARENA
 Monteiro de Castro - ARENA
 Osmar Dutra - ARENA
 Oswaldo Zanelli - ARENA
 Andrade Lima Filho - MDB
 Celestino Filho - MDB
 Gastão Pedreira - MDB
 Glênio Martins - MDB
 Henrique Lima - MDB
 Mario Maia - MDB
 Maurício Goulart - MDB
 Vieira de Mello - MDB

REUNIOES

Turma "A": Quartas-feiras às 15 horas.

Turma "B": Quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Anexo 1 20º andar.

Secretária: Zilda Neves de Carvalho.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Presidente: Guilhermino de Oliveira - ARENA

TURMA "A"

Vice-Presidente: Paulo Sarasate - ARENA

Aderbal Jurema - ARENA
 Armando Carneiro - ARENA
 Clóvis Pestana - ARENA
 Francisco Adeodato - ARENA
 Furtado Leite - ARENA
 Lourival Batista - ARENA

Manoel de Almeida (Art. 66 R. I.) - ARENA

Manoel Novais - ARENA
 Ponce de Arruda - ARENA
 Wilson Faical - ARENA
 Aloysio de Castro - MDB
 Carlos Murilo - MDB
 Gastão Pedreira - MDB
 José Carlos Teixeira - MDB
 Oziris Pontes - MDB
 Paulo Macarini - MDB

TURMA "B"

Vice-Presidente: Souto Maior - ARENA

Armando Correa - ARENA
 Bento Gonçalves - ARENA
 Clodomir Milet - ARENA
 Onar Mendes - ARENA
 Elias Curra - ARENA
 Eudides Tricães - ARENA
 Joaquim Ramos - ARENA
 Oswaldo Zanelli - ARENA
 Saldanha Perzi - ARENA
 Antonio Baby - MDB
 Benedito Vaz - MDB
 Clemens Sampaio - MDB
 Floricento Paixão - MDB
 Odilon Ribeiro Coutinho - MDB
 Pires de Andrade - MDB

TURMA "C"

Vice-Presidente: Janary Nunes — ARENA
 Aécio Cunha — ARENA
 Alde Sampaio — ARENA
 Antônio Feuciano — ARENA
 Carneiro de Loyola — ARENA
 Dino Pires — ARENA
 João Cleofas — ARENA
 Mala Neto — ARENA
 Milvernes Lima — ARENA
 Rafael Rezende — ARENA
 Ruy Santos — ARENA
 Wilson Roriz — ARENA
 Aécio de Carvalho — MDB
 Getúlio Moura — MDB
 Jandunhy Carneiro — MDB
 Lino Braun — MDB
 Milton Reis — MDB
 Oswaldo Lima Filho — MDB

SUPLENTE

Abraão Sabba — ARENA
 Albino Zeni — ARENA
 Antônio Carlos Massaricas — ARENA
 Augusto Novaes — ARENA
 Aurino Valois — ARENA
 Corrêa da Costa — ARENA
 Elias Nacle — ARENA
 Emílio Gomes — ARENA
 Emival Casado — ARENA
 Euclides Wical — ARENA
 Floriano Rubim — ARENA
 Gabriel Hermes — ARENA
 Gayoso e Almendra — ARENA
 Heitor Cavalcante — ARENA
 Herbert Levy — ARENA
 José Freire — ARENA
 Jorge Kalume — ARENA
 José Menck — ARENA
 José Resegue — ARENA
 Lauro Leitão — ARENA
 Luciano Machado — ARENA
 Ludovico de Almeida — ARENA
 Luiz Coelho — ARENA
 Lyric Bertoli — ARENA
 Manso Cabral — ARENA
 Mário Tamborindéguy — ARENA
 Mendes de Moraes — ARENA
 Minoru Miyamoto — ARENA
 Osmi Regis — ARENA
 Plínio Costa — ARENA
 Plínio Lemos — ARENA
 Tabosa de Almeida — ARENA
 Tuí Nassif — ARENA
 Yukishigue Pamura — ARENA
 Aloysio Nono — MDB
 Argilano Dami — MDB
 Bivar Olyntho — MDB
 Chagas Freitas — MDB
 Chagas Rodrigues — MDB
 Dirceu Cardoso — MDB
 Edison Garcia — MDB
 Edgardo Pereira — MDB
 Fernando Gama — MDB
 Jairo Brum — MDB
 José Maria Ribeiro — MDB
 Mário Covas — MDB
 Martins Rodrigues — MDB
 Osmar Grafulha — MDB
 Pedross Junior — MDB
 Rui Lino — MDB
 Unirto Machado — MDB
 Vieira de Mello — MDB
 Walter Baptista — MDB

REUNIOES

Plena: Quartas-feiras às 10 horas.
 Turma "A": Terças-feiras, às 15 horas.

Turma "B": Quartas-feiras às 15 horas.

Turma "C": Quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Anexo II.

Secretário: Samuel Maheiros.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Medeiros Neto — ARENA.
 Vice-Presidente: Martins Rodrigues — MDB.
 Vago — ARENA.
 Vago — ARENA.
 Nelson Carneiro — MDB.

SUPLENTE

Brito Velho — ARENA.
 Dinar Mendes — ARENA.
 Elias Carmo — ARENA.
 Vieira de Mello — MDB.
 Walter Baptista — MDB.

REUNIOES

Quintas-feiras às 16 horas.
 Local: Edifício principal sala 105.
 Secretário: Antônio de Paiva Ribeiro.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Henrique Turner — ARENA

TURMA "A"

Vice-Presidente: Gilberto Campello Azevedo — ARENA
 Aroldo Carvalho — ARENA
 Flávio Marinho — ARENA
 Francisco Scarpa — ARENA
 Hugo Borghi — ARENA
 João Camões — ARENA
 Newton Carneiro — ARENA
 Otávio Costa — ARENA
 Raul de Góes — ARENA
 Raymond Padilha — ARENA
 Otacy de Oliveira — MDB
 Hermogenes Príncipe — MDB
 Levy Tavares — MDB
 Luiz Francisco — MDB
 Renato Archer — MDB

TURMA "B"

Vice-Presidente: Alino Machado — MDB
 Corrêa da Costa — ARENA
 Daniel Paraco — ARENA.
 Dias Lins — ARENA
 Joel Barbosa — ARENA.
 Jorge Curi — ARENA
 Josaphat Azevedo — ARENA.
 Lisboa Machado — ARENA.
 Milton Cabral — ARENA.
 Monteiro de Castro — ARENA.
 Afonso Arinos Filho — MDB.
 Ewaldo Pinto — MDB.
 Ivete Vargas — MDB.
 Waldyr Simões — MDB.
 Zaire Nunes — MDB.)

SUPLENTE

Adrião Bernardes — ARENA.
 Armando Leite — ARENA.
 Brito Velho — ARENA.
 Costa Cavalcante — ARENA.
 Cunha Bueno — ARENA.
 Geraldo Guedes — ARENA.
 Jesse Freire — ARENA.
 Lauro Cruz — ARENA.
 Leão Sampaio — ARENA.
 Leopoldo Peres — ARENA.
 Lopo de Castro — ARENA.
 Lourival Baptista — ARENA.
 Mário Tamborindéguy — ARENA.
 Maurício de Andrade — ARENA.
 Paulo Lauro — ARENA.
 Pinheiro Chagas — ARENA.
 Rafael Resende — ARENA.
 Saldanha Derzi — ARENA.
 Tuí Nassif — ARENA.
 Waldemar Guimarães — ARENA.
 Wilson Calmon — ARENA.
 Aloysio de Castro — MDB.
 Benjamin Farah — MDB.
 Breno da Silveira — MDB.
 Dias Menezes — MDB.
 Manoel Barbuda — MDB.
 Milton Reis — MDB.
 Oziris Pontes — MDB.
 Paes de Andrade — MDB.
 Pedro Catalão — MDB.
 Rui Lino — MDB.
 Vieira de Mello — MDB.

REUNIOES

Turma "A": Quartas-feiras, às 15 horas e 30 minutos.

Turma "B": Quintas-feiras, às 15 horas e 30 minutos.

Local: Anexo II.

Secretário: José Mário Bimbato.

COMISSÃO DE SAÚDE

Presidente: Hamilton Nogueira — MDB.
 Vice-Presidente: Jaeder Albergaria — ARENA.
 Vice-Presidente: Mário Maia — MDB.
 Albino Zeni — ARENA.

Austreségilo de Mendonça — ARENA.

Epilôgo de Campos — ARENA.
 Floriano Rubim — ARENA.
 Francisco Elesbão — ARENA.
 José Humberto — ARENA.
 Leão Sampaio — ARENA.
 Lopo de Castro — ARENA.
 Vingt Rosado — ARENA
 Wilson Calmon — ARENA.
 Xavier Fernandes — ARENA.
 Vago — ARENA.
 Mattos Carvalho — MDB.
 Miguel Buffara — MDB.
 Miguel Marcondes — MDB.
 Moreira da Rocha — MDB
 Pedro Braga — MDB
 Régis Pacheco — MDB.

SUPLENTE

Adriano Gonçalves — ARENA.
 Armando Corrêa — ARENA.
 Brito Velho — ARENA
 Dasso Coimbra — ARENA.
 Dulcino Monteiro — ARENA
 Francisco Adeodato — ARENA.
 João Alves — ARENA.
 João Ribeiro — ARENA.
 Lauro Cruz — ARENA.
 Luis Coelho — ARENA.
 Minoru Miyamoto — ARENA.
 Oceano Carletti — ARENA.
 Teófilo Pires — ARENA.
 Aloysio de Castro — MDB
 Breno da Silveira — MDB
 Jandunhy Carneiro — MDB
 João Menezes — MDB
 João Velga — MDB
 Pedro Catalão — MDB
 Renato Celidônio — MDB
 Vieira de Mello — MDB

REUNIOES

Quartas-feiras, às 15 horas e 30 minutos.

Local: Anexo I — 16º andar.

Secretária: Neuza Machado Ray mundo.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Broca Filho — ARENA
 Vice-Presidente: Costa Cavalcanti — ARENA.
 Vice-Presidente: Benjamin Farah — MDB.
 Antônio Luciano — ARENA.
 Ferraz Egreja — ARENA.
 Gustavo Capanema — ARENA.
 Heil Ribeiro — ARENA
 Luiz Fernando — ARENA.
 Mário Gomes — ARENA.
 Pinheiro Brisolla — ARENA.
 Tourinho Dantas — ARENA.
 Vago — ARENA.
 Vago — ARENA
 Vago — ARENA
 Antônio Anibelli — MDB.
 Aureo Mello — MDB
 Edgard Pereira — MDB
 Eurico de Oliveira — MDB
 Osmar Grafulha — MDB
 Petrólio Fernal — MDB
 Ruy Amaral — MDB

SUPLENTE

Afonso Anschau — ARENA.
 Antônio Almeida — ARENA.
 Euclides Triches — ARENA.
 Flaviano Ribeiro — ARENA.
 Floriano Rubim — ARENA
 Gayoso e Almendra — ARENA.
 Gilberto Azevedo — ARENA.
 Jaeder Albergaria — ARENA.
 Lyric Bertoli — ARENA.
 Rezende Monteiro — ARENA.
 Vingt Rosado — ARENA.
 Zacarias Selem — ARENA.
 Vago — ARENA
 Chagas Freitas — MDB
 Dirceu Cardoso — MDB
 Jairo Brum — MDB
 João Mendes Olympio — MDB.
 José Burnett — MDB.
 Lino Morganti — MDB.
 Pedro Braga — MDB.
 Vieira de Mello — MDB.

REUNIOES

Quartas-feiras às 15 horas.

Local: Anexo I — 22º andar.

Secretário: Georges do Rego Calvacanti Silva.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÓ

Presidente: Gayoso e Almendra — ARENA.
 Vice-Presidente: Ezequias Costa — ARENA.
 Vice-Presidente: Jamil Amiden — MDB.

Adriano Gonçalves — ARENA.
 Atila Ferreira — ARENA.
 Americo de Souza (Art. 66 R. I.) — ARENA.
 Dulcino Monteiro — ARENA.
 Edilberto de Castro — ARENA.
 Euclides Wical — ARENA.
 Luiz Coelho — ARENA.
 Manoel Iaverra — ARENA.
 Mendes de Moraes — ARENA.
 Oséas Cardoso — ARENA.
 Vital do Rêgo — ARENA.
 Alvaro Lins — MDB.
 Buramaquê de Miranda — MDB.
 Chagas Freitas — MDB.
 Edesio Nunes — MDB.
 Franco Montoro — MDB
 João Veiga — MDB.
 Pedro Catalão — MDB.

SUPLENTE

Armando Correa — ARENA.
 Arnaldo Garcez — ARENA.
 Braga Ramos — ARENA.
 Costa Lima — ARENA.
 Djalma Marinho — ARENA.
 Dyrno Pires — ARENA.
 Eurico Ribeiro — ARENA.
 Ferraz Egreja — ARENA.
 Flores Soares — ARENA.
 Lister Caldas — ARENA.
 Neco Novaes — ARENA.
 Oscar Cardoso — ARENA.
 Tourinho Dantas — ARENA.
 Anísio Rocha — MDB
 Benjamin Farah — MDB.
 Henrique Lima — MDB
 Moura Santos — MDB
 Noronha Filho — MDB
 Paulo Coelho — MDB
 Vieira de Mello — MDB
 Vago — MDB

REUNIOES

Quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Anexo II sala 2.

Secretário: Maria da Glória Peres Torelly.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Presidente: Celso Amaral — ARENA.
 Vice-Presidente: Vasco Filho — ARENA.
 Vice-Presidente: Amintas de Barros — ARENA.

Armando Leite — ARENA.
 Celso Murta — ARENA.
 Cid Furtado — ARENA.
 Geraldo de Pina — ARENA.
 Horácio Bethônico — ARENA.
 Machado Rollemberg — ARENA.
 Nicolau Lima — ARENA
 Osmar Dutra — ARENA
 Plínio Costa — ARENA.
 Antunes de Oliveira — MDB.
 Ariosto Amado — MDB.
 Ary Pitombo — MDB
 Maurício de Andrade — ARENA.

Aquiles Diniz — MDB.
Dias Menezes — MDB.
Josaphat Borges — MDB.
Paulo Coelho — MDB.
Victor Issler — MDB

SUPLENTE

Alde Sampaio — ARENA.
Cícero Dantas — ARENA.
Clóvis Pestana — ARENA.
Emílio Gomes — ARENA.
Héitor Dias — ARENA.
Jaies Machado — ARENA.
Maia Neto — ARENA.
Nonato Marques — ARENA.
Orlando Bertoli — ARENA.
Ormeo Botelho — ARENA.

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 19, de 1961, que "Dá nova redação ao § 16 do art. 141 da Constituição Federal", de autoria do Sr. Sérgio — ~~valhães~~.

1. Ulysses Guimarães — Presidente
2. Plínio Lemos — Relator
3. Benedito Vaz
4. Baeta Neves
5. Mário Maia

SUPLENTE

Tarso Dutra
Geraldo Freire

Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 5, de 1963, que "Acrésceta inciso ao art. 15, altera a redação do § 5º do referido art. e do inciso I do art. 29 da Constituição Federal", de autoria do Sr. Armando Rollemberg

1. Guilhermino de Oliveira — Vice-Presidente
2. Geraldo Freire — Relator
3. Pacheco Chaves
4. Fernando Gama
5. Aurino Valois

SUPLENTE

Aderbal Jurema
João Olímpio

SUPLENTE

Aderbal Jurema
Ari Pitombo
Wilson Martins

Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 12, de 1963, que "Acrésceta ao título IX da Constituição Federal, disposições visando organização e execução de um plano de aproveitamento do Rio Paraíba e seus afluentes", de autoria do Sr. Getúlio Moura.

1. Antônio Feliciano — Presidente
2. Raimundo Padilha — Vice-Presidente
3. José Barbosa — Relator
4. Getúlio Moura
5. Arnaldo Lafayette

SUPLENTE

Adolfo de Oliveira
Mário Tamborindeguy
Chagas Rodrigues

Rachid Mamed — ARENA.
Raimundo de Andrade — ARENA.
Waldemar Guimarães — ARENA.
Antônio Baby — MDB.
Dirceu Cardoso — MDB.
Gastão Pedreira — MDB.
Gélcio Maghenzani — MDB.
José Burnett — MDB.
Moura Santos — MDB.
Vieira de Mello — MDB.
Waldir Simões — MDB.

REUNIÕES

Quartas-feiras, às 15 horas.
Local: Edifício principal, sala 107.
Secretaria: Annita Cruz Lopes de Siqueira.

5) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 12, de 1961, que "Dispõe sobre a criação do Tribunal Federal de Menores e determina outras medidas complementares", de autoria do Sr. Vasconcelos Tôrres

1. Arnaldo Garcez — Presidente
2. Nery Novais — Vice-Presidente
3. Medeiros Netto
4. José Barbosa
5. vago

SUPLENTE

Chagas Freitas
José Resegue
Plínio Lemos

6) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 17, de 1961, que "Altera o § 3º do Art. 70 da Constituição Federal", de autoria do Sr. Sérgio Magalhães

1. Chagas Freitas — Presidente
2. Edilson Fávora — Relator
3. Antônio Almeida
4. Pedro Braga
5. Wilson Chedid

SUPLENTE

José Burnett
Rubens Alves
Correia da Costa

7) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 18, de 1961, que "Estabelece o mesmo critério de classificação de cargos para os servidores das câmaras e o civil do Poder Executivo", de autoria do Sr. Menezes Côrtes

1. Paulo Sarasate — Presidente
2. Giordano Alves — Vice-Presidente
3. Dirceu Cardoso — Relator
4. Celestino Filho
5. Miguel Bufara

SUPLENTE

João Fernandes
João Hercúlio
Flaviano Ribeiro

8) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 20, de 1961, que "Altera o Art. 193 da Constituição proibindo sejam os proventos da inatividade do servidor público superiores aos vencimentos da atividade", de autoria do Sr. Luiz Francisco

1. Guilhermino de Oliveira — Presidente
2. Jamil Amiden — Vice-Presidente
3. Djalma Marinho — Relator
4. Getúlio Moura
5. Hélio Maghenzani

SUPLENTE

Henrique Lima
Waldir Simões
Oscar Corrêa

9) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 21, de 1961, que "Proíbe a acumulação de proventos de inatividade, aposentadoria ou reforma com estímulos, vencimentos, salários, subsídios e vantagens da atividade", de autoria do Sr. Adauto Cardoso

1. Nelson Carneiro — Presidente
2. Adylio Vianna — Vice-Presidente
3. Oscar Corrêa — Relator
4. Breno da Silveira
5. vago

SUPLENTE

José Carlos Teixeira
Raimundo Brito
Aroldo Carvalho

10) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 22, de 1961, que "Dá nova redação ao § 16 do Art. 141, dispendo sobre o Direito de Propriedade", de autoria do Sr. Aurélio Viana

2. Gustavo Capanema
3. Ulysses Guimarães
4. João Hercúlio
5. vago

SUPLENTE

Nelson Carneiro
Clóvis Motta
Vago

11) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 26, de 1961, que "Reestrutura o Poder Judiciário", de autoria do Sr. Hélio Ramos

1. Tarso Dutra — Presidente
2. Elias Carmo — Vice-Presidente
3. Chagas Rodrigues — Relator
4. Manoel Barbuda
5. Aderbal Jurema

SUPLENTE

Antônio Feliciano
Paulo Macarini
Geraldo Freire

12) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 27, de 1961, que "Revoga o item I e o Parágrafo Único do Art. 132, que dispõem sobre alistamento eleitoral dos analfabetos e das praças de pré", de autoria do Sr. Fernando Ferrari

1. Antônio Feliciano — Presidente
2. Burlamaqui de Miranda — Vice-Presidente
3. Flores Soares — Relator
4. José Maria
5. Chagas Rodrigues

SUPLENTE

Pedro Vidigal
Aureo Melo
Adolfo de Oliveira

13) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 33, de 1962, que "Dá nova redação ao § 16 do Art. 141 da Constituição Federal, que dispõe sobre o Direito de Propriedade", de autoria do Sr. Maia Neto

1. Chagas Rodrigues — Presidente
2. Ulysses Guimarães — Vice-Presidente
3. Gustavo Capanema — Relator
4. Cid Carvalho
5. Oscar Corrêa

SUPLENTE

Benedito Vaz
Ernani Sátrio

14) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 34, de 1962, que "Dá nova redação ao Art. 6º da Constituição Federal, que dispõe sobre a competência Legislativa Estadual", de autoria do Sr. Maia Neto

1. Matos Carvalho — Presidente
2. Paulo Freire — Vice-Presidente
3. Armando Carneiro
4. Paes de Andrade
5. José Carlos Guerra

SUPLENTE

Geraldo Mesquita
Ruy Lino
Manoel Faviera

15) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 37, de 1962, que "Revoga dispositivos da Emenda Constitucional nº 4, dispõe sobre o exercício do cargo de Presidente da República até 1966 e estabelece a vigência do Sistema Parlamentar de Governo", de autoria do Sr. Croacy de Oliveira

1. Gustavo Capanema — Presidente
2. Rondon Pacheco — Vice-Presidente e Relator
3. Lino Braun
4. Antônio Bresolin
5. Nelson Carneiro

SUPLENTE

Geraldo Freire
Benedito Vaz

16) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 3, de 1963, que "Dá nova redação aos Arts. 141, § 16 e 147 da Constituição Federal", de autoria do Sr. Ferro Costa

1. Ulysses Guimarães — Presidente
2. Gustavo Capanema
3. Cid Carvalho
4. Chagas Rodrigues
5. Vago

SUPLENTE

Martins Rodrigues
Oswaldo Lima Filho
Oscar Corrêa

17) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 4, de 1963, que "Acrescenta inciso ao Art. 15, altera a redação do § 5º do referido Art. e do inciso I do Art. 29 da Constituição Federal", de autoria do Sr. Armando Rollemberg

1. Guilhermino de Oliveira — Vice-Presidente
2. Geraldo Freire — Relator
3. Pacheco Chaves
4. Fernando Gama
5. Aurino Valois

SUPLENTE

Aderbal Jurema
João Olimpio
Afrânio de Oliveira

18) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 5, de 1963, que "Altera a redação dos Arts. 141, § 16 e 147 da Constituição Federal", de autoria do Sr. Plínio Sampaio

1. Chagas Rodrigues — Presidente
2. Ulysses Guimarães — Vice-Presidente e Relator
3. Martins Rodrigues
4. Cid Carvalho
5. Ernani Sátiro

SUPLENTE

Benedito Vaz
Rubens Alves
Vago

19) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 7, de 1963, que "Dá nova redação ao § 4º do Art. 182 da Constituição Federal, dispondo sobre a transferência para a reserva o militar da ativa que aceitar cargo eletivo", de autoria do Sr. Magalhães Mello

1. Manoel Taveira — Vice-Presidente
2. Chagas Rodrigues — Relator
3. Manso Cabral
4. José Burnett
5. Vago

SUPLENTE

Celestino Filho
Aurino Valois
Laerte Vieira

20) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 9, de 1963, que "Altera o inciso IV do Art. 19 da Constituição Federal", de autoria do Sr. Norberto Schmidt

1. Raimundo Padilha — Presidente
2. Arlo Theodoro — Vice-Presidente
3. João Menezes — Relator
4. Andrade Lima Filho
5. Vago

SUPLENTE

Lenoir Vargas
Fernando Gama
Nicolau Tuma

21) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 10, de 1963, que "Modifica os Arts. 182 e 132, Parágrafo Único, da Constituição Federal; dá nova redação ao § 4º do Art. 182 e acrescenta um parágrafo ao mesmo artigo", de autoria do Sr. Magalhães Mello

1. Manoel Taveira — Vice-Presidente
2. Chagas Rodrigues — Relator
3. José Burnett
4. Manso Cabral
5. Vago

SUPLENTE

Celestino Filho
Aurino Valois
Laerte Vieira

22) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 11, de 1963, que "Dispõe sobre o reajustamento dos subsídios e ajudas de custo dos membros do Congresso Nacional, do Presidente e do Vice-Presidente da República, para correção do poder aquisitivo da moeda, segundo coeficientes que o Conselho Nacional de Economia fixar, e dá nova redação ao Art. 47 da Constituição Federal", de autoria do Sr. Paulo Freire

1. Raimundo Brito — Presidente
2. Laerte Vieira — Relator
3. Renato Azeredo
4. Guilhermino de Oliveira
5. Paulo Freire

SUPLENTE

Aderbal Jurema
Ar. Pitombo
Wilson Martins

23) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 12, de 1963, que "Acrescenta ao título IX da Constituição Federal, disposições visando a organização e execução de um plano de aproveitamento do rio Paraíba e seus afluentes", de autoria do Sr. Getúlio Moura

1. Antônio Feliciano — Presidente
2. Raimundo Padilha — Vice-Presidente
3. José Barbosa — Relator
4. Getúlio Moura
5. Arnaldo Lafayette

SUPLENTE

Mário Tamborindeguy
Chagas Rodrigues
Adolfo de Oliveira

24) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 14, de 1964, que "Acrescenta ao Art. 87 um inciso, dispondo sobre a remessa pelo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional, dentro de 180 dias após a posse, do plano de desenvolvimento econômico e social, correspondente ao seu período de governo", de autoria do Sr. Guerreiro Ramos

1. Antônio Anbelli — Vice-Presidente
2. Alvaro Catão — Relator
3. Humberto Lucena
4. Alceu de Carvalho
5. Vago

SUPLENTE

Aderbal Jurema
Paulo Macarini
Laerte Vieira

25) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 16, de 1964, que "Altera a data de eleição do Presidente e Vice-Presidente da República e dá outras providências", de autoria do Sr. Edison Távora

1. Baeta Neves — Presidente
2. José Carlos Guerra — Vice-Presidente
3. Antônio Feliciano — Relator
4. Luciano Machado
5. Gerônimo Feijó

SUPLENTE

Leopoldo Peres
Hélio Magalhães
José Meira

26) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 17, de 1964, que "Dá nova redação ao Art. 163, da Constituição Federal, que disciplina o casamento", de autoria do Sr. Nelson Carneiro

1. Geraldo Freire — Presidente
2. Antônio Almeida — Vice-Presidente
3. Flávio Marçallo — Relator
4. Dircceu Cardoso
5. Lacôrte Vitale

SUPLENTE

Oswaldo de Abreu
Argilano Dario
Flaviano Ribeiro

27) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 18, de 1964, que "Modifica a redação do § 1º do Art. 58 da Constituição Federal e dá outras providências", de autoria do Sr. Carvalho Netto

1. Raimundo Brito — Presidente
2. Benedito Vaz — Vice-Presidente
3. Pinheiro Chagas
4. Matheus Schmidt
5. Vago

SUPLENTE

Argilano Dario
Flaviano Ribeiro
Vago

28) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 23, de 1964, que "Institui o Sistema Parlamentar de Governo", de autoria do Sr. Raul Pilla

1. Chagas Rodrigues — Presidente
2. Nelson Carneiro — Vice-Presidente
3. Oliveira Brito — Relator
4. Lacôrte Vitale
5. Vago

SUPLENTE

Humberto Lucena
José Maria Ribeiro
Vago

29) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 26, de 1964, que "Modifica o Artigo 185 da Constituição Federal, disciplina a acumulação de cargos", de autoria do Sr. Magalhães Mello

1. Wilson Roriz — Relator
2. Anísio Rocha — Vice-Presidente
3. Benjamin Parah — Presidente
4. Floriano Paixão
5. Magalhães Mello

SUPLENTE

Carlos Murilo
Ar. Pitombo
Simão da Cunha

30) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 27, de 1964, que "Inclui na constituição Federal dispositivo que disciplina transitóriamente a renovação de mandatos eletivos estaduais", de autoria do Sr. Newton Carneiro

1. Renato Azeredo — Presidente
2. Flores Soares — Vice-Presidente
3. Clemens Sampaio — Relator
4. Benedito Vaz
5. Alceu de Carvalho

SUPLENTE

José Burnett
Pedronio Fernal
Ezequias Costa

31) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 28, de 1964, que "Acrescenta inciso ao Art. 63 da Constituição Federal, atribuindo ao Senado Federal competência para autorizar o processo de governador por crime de qualquer natureza", de autoria do Sr. Maurício Goulart

1. Nicolau Tuma — Presidente
2. Vieira de Mello — Vice-Presidente
3. José Barbosa — Relator
4. Celestino Filho
5. Flávio Marçallo

SUPLENTE

Clodomir Millet
Ezequias Costa
Vago

32) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 29, de 1965, que "Altera composição do Supremo Tribunal Federal," de autoria do Sr. Edilson Távora

1. Alceu de Carvalho — Presidente
2. Djalma Marinho — Vice-Presidente
3. Ulysses Guimarães — Relator
4. Oliveira Britto
5. Milton Reis

SUPLENTE

Benedito Vaz
Clodomir Leite
Geraldo Freire

33) Para dar parecer à Emenda Constitucional nº 30, de 1965, que "Disciplina a acumulação de cargos de médico no serviço público," de autoria do Sr. João Alves

ARENA

1. João Alves
2. Guilherme Machado
3. Djalma Marinho
4. Arruda Câmara
5. Nicolau Tuma
6. Aderbal Jurema
7. Tabosa de Almeida
8. Ponce de Arruda
9. Pinheiro Chagas
10. Emílio Gomes

MDB

11. José Maria Ribeiro
12. Janduby Carneiro
13. Waldir Simões
14. Regis Pacheco
15. Hamilton Nogueira

SUPLENTE

ARENA

Raul de Góts

34) Para dar parecer ao Projeto nº 1.405, de 1963, que "Dispõe sobre o Código de Contabilidade da União," do Poder Executivo

1. Carneiro de Loyola — Presidente
2. Raimundo Brito — Vice-Presidente
3. Guilhermino de Oliveira — Relator
4. João Ponce de Arruda
5. Waldemar Guimarães
6. Lenoir Vargas
7. Arnaldo Garcez
8. Ario Theodoro
9. Fernando Gama
10. Flores Soares
11. Laerte Vieira
12. Bento Gonçalves
13. Geremias Fontes
14. Vago.

SUPLENTE

Osmi Régis
Oswaldo Lima Filho
Oscar Corrêa
Muniz Falcão
José Richa.

35) Para estudar a Legislação Cafeteira de autoria do Sr. Fernando Gama

1. Pacheco Chaves — Presidente
2. Herbert Levy — Vice-Presidente
3. Renato Celidônio — Relator
4. Plínio Costa
5. Tancredo Neves
6. Fernando Gama
7. Raimundo Padilha

MDB

8. Geraldo de Barros
9. João Herculino
10. Minoru Miyamoto.

SUPLENTE

Dirceu Cardoso
João de Carvalho
Dnar Mendes
Pinheiro Brizola
Athé Coury.

36) Para organizar projeto de lei referente ao problema de habitação e reforma urbana (Arts. 147, 148, 163 e 164 da Constituição Federal)

1. Franco Montoro — Presidente
2. Carlos Murilo — Vice-Presidente
3. Aderbal Jurema
4. Lyrio Bertolli
5. Mário Maia
6. Floriceno Paixão
7. Padre Godinho
8. Costa Lima
9. Magalhães Melo
10. Carvalho Sobrinho
11. Vago.

SUPLENTE

José Freire
Hélcio Maghenzani
José Carlos Guerra
Stélio Maroja
Euclides Triches.

37) Comissão Especial designada para apreciar o Projeto de Lei nº 1.634/64 que "Aprova o novo Código Judiciário do Trabalho," de autoria do Poder Executivo

1. Geraldo Freire — Presidente
2. Floriceno Paixão — Vice-Presidente
3. Ulysses Guimarães — Relator
4. José Burnett
5. Wilson Roriz
6. Nelson Carneiro
7. Henrique Lima
8. Último de Carvalho
9. Anísio Rocha
10. Antônio Almeida
11. Adílio Viana
12. Noronha Filho
13. Chagas Rodrigues
14. Lacôrte Vitale
15. Flávio Marcello
16. Tabosa de Almeida
17. Elias Carmo
18. Francélini Pereira
19. Luiz Bronzeado
20. Wilson Martins
21. João Mendes
22. Carvalho Sobrinho
23. Odilon Coutinho
24. Hamilton Prado
25. Adrião Bernardes.

SUPLENTE

Padre Nobre
Sussumu Hirata
Clodomir Miller
Pedro Marão
Mário Covas
Vago.

38) Designada para as providências contidas no Artigo 2º da Resolução nº 56, de 1964

1. Levy Tavares — Presidente
2. Cardoso de Menezes — Vice-Presidente
3. Glênio Martins — Relator
4. Henrique Lima
5. Matheus Schmidt.

SUPLENTE

Geraldo Mesquita
João Herculino
Zaga Ramos.

39) Designada para as providências contidas no Artigo 2º da Resolução nº 58, de 1964

1. Plínio Lemos — Presidente
2. Ponce de Arruda — Relator
3. Guilhermino de Oliveira
4. Wilson Chedid.

SUPLENTE

João Menezes
Augusto de Gregório
Newton Carneiro.

40) Para elaborar projeto de lei alterando a Legislação Portuária (Resolução número 178/66)

ARENA

1. Clóvis Pestana
2. Antônio Feliciano
3. Aurino Valois

MDB

4. Mário Covas
5. Arioste Amado.

SUPLENTE

ARENA
Lourival Baptista

MDB

Burlamaqui de Miranda.

41) Para dar parecer ao Projeto nº 3.230/65, que "Institui o Código Eleitoral para regularizar a organização e o exercício de direitos políticos, precipuamente os de votar e ser votado," de autoria do Sr. José Maria Ribeiro

1. Tarso Dutra — Presidente
2. Noronha Filho — Vice-Presidente
3. Ulysses Guimarães — Relator
4. Celestino Filho
5. Antônio Almeida
6. Renato Azeredo
7. José Maria Ribeiro
8. Petronio Fernal
9. Bezerra Leite
10. Oscar Corrêa
11. Laerte Vieira
12. Newton Carneiro
13. Italo Fitipaldi
14. José Richa
15. Vago.

SUPLENTE

Wilson Roriz
Lino Braun
Tourinho Dantas
Condeixa Filho
Teófilo Andrade.

42) Para dar parecer ao Projeto nº 3.263/65, que "Institui o Código Civil do Poder Executivo

1. Nelson Carneiro — Presidente
2. Manuel Barbuda — Vice-Presidente
3. Ulysses Guimarães
4. Vieira de Mello
5. Osmi Régis
6. Gustavo Capanema
7. Oswaldo Lima Filho
8. Padre Nobre
9. Tabosa de Almeida
10. Ivan Luz
11. Ernani Sátiro
12. Djalma Marinho
13. José Meira — Relator
14. Pinheiro Brizola
15. Arruda Câmara.

SUPLENTE

Antônio Almeida
Clodomir Leite
Magalhães Mello
Regel Morhy
Accioly Filho.

43) Para dar parecer ao Projeto nº 3.264/65, que "Estabelece o Código de Obrigações," do Poder Executivo

1. Oliveira Britto — Presidente
2. Chagas Rodrigues — Vice-Presidente
3. Laerte Vieira — Relator
4. José Burnett
5. Antônio Feliciano
6. Celestino Filho
7. Tancredo Neves
8. Matheus Schmidt
9. Aurino Valois
10. Tabosa de Almeida
11. Wilson Martins
12. Flávio Marcello
13. Magalhães Mello
14. Bento Gonçalves
15. Teófilo Andrade.

SUPLENTE

Humberto Lucena
Alceu de Carvalho
Dnar Mendes
Cícero Dantas
Franco Montoro.

44) Comissão Especial para dar parecer à representação do Almirante Pena Botto, contra o Senhor Presidente da República

ARENA

1. Último de Carvalho — Presidente
2. Carlos Werneck — Relator
3. Paulo Sarate
4. Rondon Pacheco
5. Geraldo Guedes
6. Antônio Carlos Magalhães.

MDB

7. Hamilton Nogueira
8. Cid Carvalho
9. Edgard Pereira.

45) Comissão Mista designada para apreciar os projetos referentes à Reforma Administrativa

Projetos

Nº 1.482-63 — "Que dispõe sobre a lei orgânica do sistema administrativo federal".

Nº 1.485-63 — "Que altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas número 830 de 23 de setembro de 1963".

1. Deputado Gustavo Capanema — Presidente e Relator do Projeto nº 1.482-63
2. Senador Josaphat Marinho — Vice-Presidente
3. Senador Ruy Palmeira — Relator do Projeto nº 1.485-63
4. Senador Eugênio de Barros
5. Senador José Guimard
6. Deputado Aderbal Jurema
7. Senador Edmundo Levy
8. Senador Arthur Virgílio
9. Deputado Cid Carvalho
10. Senador Adolfo Franco
11. Deputado Arnaldo Nogueira
12. Deputado Heitor Dias
13. Senador Aurélio Viana
14. Deputado Cícero Dantas
15. Deputado Ewaldo Pinto
16. Deputado Geremias Fontes
17. Vago.

SUPLENTE

Floriceno Paixão
Laerte Vieira
Muniz Falcão
Derville Allegretti
Cid Furtado.

COMISSÕES ESPECIAIS, MISTAS E EXTERNAS

CHEFE: JOSE MARIA VALDETARO VIANNA

Local: 16º andar do Anexo
Ramais: 152 e 260**1) COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA**

ARENA

1. José Esteves — Presidente
2. Abraão Sabbá — Vice-Presidente
3. Adriano Gonçalves
4. Geraldo Mesquita
5. Rachid Mamed
6. Janary Nunes
7. Joel Barbosa
8. Jales Machado

M.D.B.

9. Djalma Passos
10. Mário Maia
11. Burlamaqui de Miranda
12. Mattos Carvalho
13. Paulo Coelho

SUPLENTE

ARENA

Hegel Morhy
Jorge Kalume
Lopo de Castro
Correia da Costa
Leopoldo Peres
Epilogo de Campos
Francisco Elesbão
Ludovico de Almeida

M.D.B.

Celestino Filho
Rui Lino
João Menezes
Edson Garcia
José Freire

2) COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS

ARENA

1. Francelino Pereira — Presidente

M.D.B.

2. Walter Batista — Vice-Presidente

ARENA

3. Arnaldo Garcez
4. Aurino Valois
5. Ney Maranhão
6. Costa Lima
7. Walter Passos
8. Celso Murta
9. Bezerra Leite

M.D.B.

10. Carlos Murilo
11. Moura Santos
12. João Mendes Olympia
13. Muniz Falcão

SUPLENTE

ARENA

José Men.
Dias Lins
Xavier Fernandes
Raimundo Brito
Nonato Marques
Vingt Rosado
Luiz Pereira
Milvernes Lima

M.D.B.

Faes de Andrade
Renato Azeredo
Oliveira Brito
Bivar Olyntho
Laerte Vieira
Arnaldo Lafayette

3) COMISSÃO DA BACIA DO SÃO FRANCISCO

Presidente: Milvernes Lima — ARENA.

Vice-Presidente: Edgard Pereira — MDB.

Antônio Carlos Magalhães — ARENA.

Arruda Câmara — ARENA.

Bento Gonçalves — ARENA.

Manoel de Almeida — ARENA.

Medeiros Neto — ARENA.

Oscar Cardoso — ARENA.

Paulo Freire — ARENA.

Aloysio Nonô — MDB.

Clemens Sampaio — MDB.

José Carlos Teixeira — MDB.

Renato Azeredo — MDB.

SUPLENTE

Francelino Pereira — ARENA.

Heracito Rego — ARENA.

José Carlos Guerra — ARENA.

Mauro de Andrade — ARENA.

Oseas Cardoso — ARENA.

Passos Porto — ARENA.

Segismundo Andrade — ARENA.

Teófilo Pires — ARENA.

João Hercúlio — MDB.

Josaphat Borges — MDB.

Muniz Falcão — MDB.

Simão da Cunha — MDB.

4) COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA FRONTEIRA SUDOESTE

1. Presidente: Flores Soares — ARENA

2. Vice-Presidente: Paulo Macarini — MDB

3. Antônio Almeida — ARENA

4. Aroldo Carvalho — ARENA

5. Emílio Gomes — ARENA

6. Ludovico Almeida — ARENA

7. Lyrio Bertoli — ARENA

8. Pedro Zimmermann — ARENA

9. Philadelpho Garcia — ARENA

10. Antônio Bresolin — MDB

11. Edison Garcia — MDB

12. Vago — MDB

13. Vago — MDB

SUPLENTE

1. Carneiro de Loyola — ARENA

2. Cid Furtado — ARENA

3. Ivan Luz — ARENA

4. Jorge Cury — ARENA

5. Mário Gomes — ARENA

6. Norberto Schmidt — ARENA

7. Omar Dutra — ARENA

8. Ponce de Arruda — ARENA

9. José Mandelli — MDB

10. Miguel Marcondes — MDB

11. Petrólio Fernal — MDB

12. Vago — MDB

13. Vago — MDB

COMISSÕES DE INQUÉRITO

CHEFE: YOLANDA MENDES

Secretaria: Anexo II — Ramais: 189 e 327

Comissão Parlamentar de Inquérito incumbida de verificar a situação em que se encontram as populações atingidas pelo represamento de Furnas, Minas Gerais.

RESOLUÇÃO Nº 38/63

Prazo: Até 32 de dezembro de 1966

Manoel de Almeida — Presidente

João Alves — Vice-Presidente

Bento Gonçalves — Relator

Dirceu Cardoso

Renato Azeredo

Milton Reis

Geraido Freire

José Humberto

Cid Furtado

SUPLENTE

Ozanam Coelho

Jacob Frantz

Oscar Corrêa

Sylvio Braga

Manoel Faveira

Alexandre Costa

Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de estudar o problema da indústria do sal para fins alimentares e industriais: sua fabricação, transporte, venda e importação

RESOLUÇÃO Nº 155/63

Prazo: 17.8.66

Improrrogável

Raul de Goes — Presidente

Walter Baptista — Vice-Presidente

José Maria Ribeiro — Relator

Ozires Pontes — Relator Substituto

Aluizio Bezerra

Dado Coimbra

Antônio Bresolin

Alde Sampaio

Xavier Fernandes

Odilon Ribeiro Coutinho

SUPLENTE

Marcial Terra

Ariosto Amado

Machado Rollemberg

Geremias Fontes

Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de investigar as causas das deficiências dos sistemas telefônicos em uso e concluir pelas soluções compatíveis com a realidade nacional

RESOLUÇÃO Nº 157/63

Prazo: Até 24 de julho de 1966

Improrrogável

Edilson Távora — Presidente

José Maria Ribeiro — Vice-Presidente

Dado Coimbra — Relator

Magalhães Mello — Relator Substituto

Nicolau Fuma

Manoel de Almeida

Hélio Magalhães

Aureo de Melo

Padre Godinho

Italo Filippaldi

Afonso Arinos Filho

SUPLENTE

Mattos Carvalho

Adylio Viana

Arnaldo Nogueira

Antônio Mendes de Barros

Henrique Turner

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar o problema do trigo no Brasil

RESOLUÇÃO Nº 182/66

Prazo: Até 23 de julho de 1966

(Prorrogável por 60 dias)

ARENA

Luciano Machado

Aroldo Carvalho

Correia da Costa

Milton Cassel

Bezerra Leite

Acetoly Filho

Braga Ramos

Afrânio de Oliveira

Daniel Faraco

Lyrio Bertoli

Suplente: Yukishigue Tamura

MDB

Amara Furlan

Croacy de Oliveira

Giordano Alves

Bernardo Bello

Milton Reis

Suplente: Aloisio de Castro

Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o volume e o valor das vendas efetuadas pela Standard Oil do Brasil, Atlantic Refining e Shell e suas filiadas

RESOLUÇÃO Nº 183/66

Prazo: 16.8.66

(Prorrogável por 60 dias)

ARENA

Tourinho Dantas

Euclides Triches

Herbert Levy

Ovidio de Abreu

Aroldo de Carvalho

Hamilton Prado

Floriano Rubim

Gabriel Hermes

Abraão Sabbá

Arnaldo Nogueira

Suplente: Minoru Mylamoto

MDB

Mário Fiva

João Menezes

Antônio Baby

Argilano Dario

Aureo Melo

Suplente: Dirceu Cardoso

Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a Responsabilidade do Banco do Brasil S/A no processo de aniquilamento da firma J. R. Azeredo

RESOLUÇÃO Nº 184/66

Prazo: Até 26 de julho de 1966

(Prorrogável por 60 dias)

ARENA

Mário Tamborindeguy

Brito Velho

Gabriel Hermes

Ovidio de Abreu

MESA

ATA DA 37ª REUNIÃO DA MESA REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 1966

4ª Sessão Legislativa da 5ª Legislatura

Ao 1º dia do mês de dezembro de 1966, às 16 horas, reúne-se no Gabinete do Senhor Presidente, a Mesa da Câmara, sob a Presidência do Deputado Baptista Ramos, presentes os Senhores José Bonifácio — Nilo Coelho — Henrique de La Rocque — Anilz Badra e Ary Alcântara, respectivamente, 1º Vice-Presidente, 1º 2º, 3º e 4º Secretários. Havendo número legal o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. É aprovada a ata da reunião anterior. I — Pauta do Senhor Presidente. A Mesa resolve: a) Exonerar, a pedido, de acordo com o § 1º, item I do art. 137, da Resolução nº 67, de 1962, Edmilson Simões Lopes Conceição, do cargo de Auxiliar de Limpeza, símbolo PL-18, do Quadro Temporário da Secretaria da Câmara, a partir de 22 de julho de 1966, tornando extinto o respectivo cargo; b) Renovar o prazo de permanência do funcionário requisitado José Dias de Freitas, solicitada pelo Senhor 2º Secretário; c) Aprovar a requisição do funcionário do IAPI Maurício Brasileiro Leite, solicitada pelo então 1º Vice-Presidente, Deputado Baptista Ramos; d) Aprovar, pelo prazo de seis (6) meses, com todos os direitos e vantagens, exceto as diárias de Brasília, a requisição da funcionária Esther de Moraes Cordeiro, solicitada pelo Governo do Estado de Minas Gerais; e) Considerar como serviço externo a ausência do funcionário Kleber Bonates, pelo prazo de 98 dias, em prorrogação, por se encontrar a serviço da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas; f) Prorrogar, por mais seis (6) meses, o prazo de permanência da funcionária Maria Luiza Passos Cardoso no Ministério das Relações Exteriores; g) Indeferir a requisição feita pelo Presidente do Egrégio Tribunal Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro do servidor Ramoeth Cordeiro da Silva; h) Não acolher o requerimento do Taquígrafo de Debates, Cícero Francisco de Oliveira, referente a alteração nos termos do Edital de Abertura do Concurso de 2ª Entrância para Taquígrafo-Revisor; i) Deferir o pedido de licença para tratar de interesse particular, por 2 anos, solicitada pelo funcionário Leon Kuro; j) Deferir o requerimento do Deputado Expedido Rodrigues, autorizando o Senhor Diretor-Geral a ceder uma camioneta para transporte ao Rio de Janeiro; l) Aprovar a consignação do elogio feito ao Oficial Legislativo Heloisa de Souza Dantas, pelo Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar. II — Pauta do Senhor 2º Secretário. Sua Excelência relata os seguintes processos: a) Prorrogação de prazo de validade de concurso de Auxiliar Legislativo — Alta de Freitas Coutinho e outros. Neste processo, a requerente, candidata habilitada no último concurso público para Auxiliar Legislativo pede seja prorrogada, por mais 60 dias, a validade do referido concurso, que, do contrário, expirará neste mês de dezembro. A Secretaria

ATAS DAS COMISSÕES

informa que o pedido tem amparo legal no § 4º Artigo 110 da Resolução 67-62, podendo ser deferido; é como opinamos, no interesse inclusivo da Administração da Casa. A Mesa aprova o parecer; b) Licença para tratamento de saúde — Thaies Pinto da Rocha. Pelo deferimento, o que é aprovado; c) Licença-prêmio — Henriqueta Paura e Maria Carmem Henrique Ribeiro de Oliveira. Pelo deferimento, o que é aprovado; d) Averbação de tempo de serviço — Antônio Neuber Ribas e Luciano Brandão Alves de Souza. Pelo deferimento, o que é aprovado; e) Gratificação adicional — Alfeu Ozoim, Antônio de Almeida Santos, Elde dos Santos Ferreira, Damião da Costa Oliveira e Fernando Ribeiro Leite. Pelo deferimento, nos termos da Instrução, o que é aprovado; f) Averbação de tempo de serviço e concessão de gratificação adicional — Gumerclindo Valentim, Jacy Manhães, José Augusto Nascimento Guerra e Maria Carmem Henrique Ribeiro de Oliveira. Pelo deferimento, o que é aprovado; g) Aposentadorias: a) Joaquim Mário Ribeiro de Albuquerque Lima, Diretor PL-1. Trata o processo de aposentadoria do funcionário que prestou serviço militar durante a Segunda Grande Guerra, incorporado na Polícia Militar do Distrito Federal (atual Estado da Guanabara), em zona de guerra definida e delimitada pelo Decreto número 10.490-A-42. O pedido se enquadra no entendimento aprovado pela Mesa, no processo de aposentadoria de Jorge de Souza, cujo parecer deverá ser anexado pela Secretaria, por cópia, ao presente processo. Pelo deferimento, assim, nos termos da Resolução número 76, de 1964. A Mesa aprova o parecer e consigna elogio ao servidor, ora aposentado, tendo em vista que nos diversos postos que exerceu na Secretaria da Câmara, inclusive como Diretor do Orçamento, sempre se conduziu com a maior dignidade, grande oporocidade e dedicação à instituição; b) Darcy Irineu Cunha da Silveira, Auxiliar Limpeza, PL-10. Pelo deferimento da aposentadoria por invalidez, nos termos da Instrução, o que é aprovado; c) Ezequias Ferreira de Almeida, Guarda de Segurança PL-9. Trata o processo de aposentadoria do funcionário que prestou serviço militar durante a 2ª Grande Guerra, incorporado na Polícia Militar do Distrito Federal (atual Estado da Guanabara), em zona de Guerra definida e delimitada pelo Decreto número 10.490-A-42. O pedido se enquadra no entendimento aprovado pela Mesa, no processo de aposentadoria de Jorge de Souza, cujo parecer deverá ser anexado pela Secretaria, por cópia, ao presente processo. Pelo deferimento, assim, nos termos da Res. 76-64. A Mesa acolhe o parecer; d) Iryen de Araújo Costa — Trata o processo da aposentadoria de funcionária da Casa que conta 15 anos de serviços taquígrafos na Câmara e mais de 25 anos de serviço público, caso que, segundo afirma a Secretaria (fls. 5 e 6), tem precedentes idênticos nos processos de aposentadoria de Hélio Martins de Souza e Paulo Alberto Portinho da Silva, enquadrando-se o pedido, desta forma, nos termos do artigo 1º da Resolução número 134-58, combinado

com o artigo 184, item II, da Lei número 1.711, de 1952. Pelo deferimento, como consta da instrução, devendo a Secretaria juntar cópia dos pareceres aprovados pela Mesa nos casos precedentes. O parecer é aprovado; e) Jaime José Moreira da Rocha, Taquígrafo-Revisor PL-2. Trata o processo da aposentadoria de funcionária da Casa que conta 15 anos de serviço taquígrafo na Câmara e mais de 25 anos de serviço público, caso que, segundo afirma a Secretaria (fls. 7 e 8), tem precedentes idênticos nos processos de aposentadoria de Hélio Martins de Souza e Paulo Alberto Portinho da Silva, enquadrando-se o pedido, desta forma, nos termos do artigo 1º da Resolução número 134-58, combinado com o artigo 184, item II, da Lei número 1.711, de 1952. Pelo deferimento, portanto, como consta da instrução, devendo a Secretaria juntar cópia dos pareceres aprovados pela Mesa nos casos precedentes. A Mesa acolhe o parecer; f) Moacyr Mattos, Eletricista PL-7. Trata o processo da aposentadoria, nos termos do art. 1º da Resolução número 76-64, de funcionário que prestou serviço, como servidor civil, durante a última conflagração mundial, em estabelecimento industrial do Exército (Fábrica do Andaraí), unidade militar situada em zona de guerra definida e delimitada pelo Decreto número 10.490-A, de 1942, cujos servidores foram considerados assemelhados aos militares, conforme indica a Secretaria às fls. 29, já tendo o Egrégio Tribunal de Contas da União, inclusive, ordenado o registro das aposentadorias de vários funcionários nessa condição (mesmas folhas). Pelo deferimento, nos termos e com os fundamentos expendidos na instrução, o que é aprovado; g) Marfano Januário, Ajudante de Porteiro, PL-7. Trata o processo da aposentadoria de funcionário que prestou serviço como militar da ativa durante a última conflagração mundial, mas quando o Brasil ainda não estava em guerra declarada, tendo o serviço sido prestado em zona de guerra definida e delimitada pelo Decreto número 10.490-A-42. A Secretaria da Casa afirma que se trata de caso idêntico ao de Mozart Medeiros do Carmo, já deferido pela Mesa em reunião de 30 de novembro último. Nestas condições, opinamos pelo deferimento, nos termos da instrução, devendo a Secretaria juntar ao presente processo cópia do parecer aprovado pela Mesa naquele processo. O parecer é aprovado. III — Pauta do Senhor 3º Secretário. Sua Excelência refere e a Mesa aprova, os seguintes requerimentos de Deputados: a) Justificação de faltas, nos termos do Decreto Legislativo número 73-65: 1) Abrahão Moura (dias de maio a setembro); Accioly Filho, Adylio Vianna e Aloysio Nonô (dias de outubro); 3) Amínthas de Barros (dias de junho a outubro); 4) Andrade Lima Filho (dias de outubro); 5) Arlo Teodoro (dias de junho a outubro); Burlamaqui de Miranda (dias de fevereiro, abril, maio, junho, setembro e outubro); 7) Celso Murta e Cesário Coimbra (dias de outubro); 8º) Clodomir Leite (dias de agosto e setembro); 9) Corrêa da Costa (dias de maio, junho, agosto a outubro); 10) Dias Menezes (dias de agosto e setembro);

11) Dyne Pires (dias de julho a outubro); 12) Emmanuel Waismann (dias de junho a outubro); 13) Flaviano Ribeiro (dias de junho, agosto a outubro); 14) Fontes Torres (dias de março a junho, agosto a outubro); 15) Francelino Pereira (dias de junho a outubro); 16) Francisco Adeodato (dias de outubro); 17) Furtado Leite (dias de agosto e setembro); 18) Glênio Marins (dias de agosto a outubro); 19) Humberto El-Jaick (dias de agosto e setembro); 20) Ivete Vargas (dias de outubro); 21) Jessé Freire (dias de setembro a outubro); 22) João Cleofas (dias de julho a outubro); 23) Jorge Saíd Curry e José Carlos Guerra (dias de outubro); 24) José Maria Ribeiro (dias de fevereiro a julho); 25) José Meira (dias de fevereiro a maio e outubro); 26) José Richa (dias de outubro); 27) Marcelo Sanford (dias de fevereiro a abril, agosto a outubro); 28) Miguel Marcondes (dias de fevereiro a outubro); 29) Mello Cammarosano (dias de setembro e outubro); 30) Oliveira Brito (dias de fevereiro, maio, junho, agosto e setembro); 31) Ozires Pontes (dias de agosto a outubro); 32) Padre Nobre (dias de fevereiro a junho e setembro); 33) Pedro Braga (dias de fevereiro a abril e setembro); 34) Pedross Júnior (dias de maio, junho e outubro); 35) Peixoto da Silveira (dias de fevereiro, março e abril); 36) Ranieri Mazzilli (dias de fevereiro a agosto); 37) Roberto Saturnino e Teófilo de Andrade (dias de outubro); b) Licença para tratamento de saúde: a) (Artigo 208 do Regimento Interno) Eurico de Oliveira (dias 12 de setembro a 19 de outubro) e Manoel Taveira (60 dias). Dado o adiamento da hora, às 18 horas, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, marcando para o dia 13 do corrente, nova reunião da Mesa. Em, Paulo Afonso Martins de Oliveira, Secretário-Geral da Presidência lavrei a presente ata que aprovada vai à publicação. — Baptista Ramos

COMISSÃO DE ECONOMIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

Reuniões Ordinárias	12
Reuniões Extraordinárias	1
Termos de reunião	25
Atas elaboradas	18
Proposições recebidas	71
Proposições distribuídas	84
Proposições redistribuídas	5
Proposições relatadas	65
Proposições aprovadas	33
Proposições aprovadas c/ emendas	10
Proposições aprovadas c/ substitutivo	5
Proposições rejeitadas	17
Proposições em pauta	6
Proposições em diligência	21
Proposições pendentes de parecer	22
Proposições pendentes de distribuição	1
Proposições c/ adiamento de votação	1
Proposições c/ pedido de vista	1
Proposições c/ reft. de audiências	1
Ofícios expedidos	
P/Presidência	40
P/Secretaria	174
Ofícios recebidos	29

Membros Efetivos	Presença	Distribuídos	Relatados	Pauta	Pendente Informação	Pendente Parecer
Unirio Machado — Presidente	25	5	5	—	—	—

TURMA "A"

Membros Efetivos	Presença	Distribuídos	Relatados	Pauta	Pendente Informação	Pendente Parecer
Simão da Cunha — Vice	5	—	—	—	—	—
Abel Rafael	6	2	—	—	—	2
Audizio Pinheiro	3	—	—	—	—	—
Augusto de Gregório	2	—	—	—	—	—
Cunha Bueno	3	7	2	1	2	2
Italo Filippini	—	—	—	—	—	—
Jorge Kalume	16	3	6	2	—	—
José Carlos Guerra	4	2	—	—	1	1
Mário Piva	6	3	2	—	—	1
Ranieri Mazzilli	3	—	—	—	—	—
Roberto Saturnino	13	6	2	—	1	3
Segismundo Andrade	—	2	1	—	—	1
Sussumu Hirata	18	6	5	—	—	1
Vago	—	—	—	—	—	—

TURMA "B"

Membros Efetivos	Presença	Distribuídos	Relatados	Pauta	Pendente Informação	Pendente Parecer
Alvaro Catão — Vice	26	6	4	1	—	1
Alberto Aboud	—	—	—	—	—	—
Bagueira Leal	11	2	2	—	—	—
Bernardo Bello	9	2	1	—	—	1
Dias Macedo	—	1	—	—	—	1
Emmanuel Waismann	1	1	—	—	—	1
Espedito Rodrigues	25	2	—	—	—	2
José Richa	4	2	—	—	—	2
Lyrio Bertoli	6	3	2	—	—	1
Marcial Terra	10	5	4	1	—	—
Osny Régis	1	—	—	—	—	—
Paulo Lauro	—	—	—	—	—	—
Teotônio Neto	1	1	1	—	—	—
Zacharias Selenre	4	3	2	—	—	1
Vago	—	—	—	—	—	—

MEMBROS

Suplentes	Presença	Distribuídos	Relatados	Pauta	Pendente Informação	Pendente Parecer
Alair Ferreira	3	—	—	—	—	—
Alde Sampaio	9	1	—	—	—	1
Aluizio Bezerra	—	—	—	—	—	—
Amaral Netto	1	—	—	—	—	—
Antônio Bressolin	1	—	—	—	—	—
Ario Theodoro	—	—	—	—	—	—
Ariosto Amado	1	—	—	—	—	—
Bento Gonçalves	1	—	—	—	—	—
Carlos Werneck	5	2	2	—	—	—
Carvalho Sobrinho	—	—	—	—	—	—
Clodomir Millet	—	—	—	—	—	—
Henrique Turner	2	—	—	—	—	—
Herbert Levy	—	—	—	—	—	—
Hermes Macedo	—	—	—	—	—	—
João Viçentim	2	—	—	—	—	—
José Barbosa	—	—	—	—	—	—
Luna Freire	1	—	—	—	—	—
Marcos A. Moraes	10	7	7	—	—	—
Ormeo Botelho	2	—	—	—	—	—
Padre Chave	—	—	—	—	—	—
Paulo Monteiro	—	—	—	—	—	—
Peixoto de Alencar	1	—	—	—	—	—
Pedro Zimmermann	3	—	—	—	—	—
Pinheiro Brito	—	—	—	—	—	—
Reimoldo P. Silva	—	—	—	—	—	—
Raul Corrêa	—	—	—	—	—	—
Raul de Sá	—	—	—	—	—	—
Raposo Celidônio	1	—	—	—	—	—
Raposo de Andrade	—	—	—	—	—	—
Raposo de Sá	1	—	—	—	—	—

EX-MEMBROS

Nome	Presença	Distribuídos	Relatados	Pauta	Pendente Informação	Pendente Parecer
José Resegue	—	—	—	—	—	—
Milton Cassel	14	12	12	—	—	—
Paulo Magarini	—	—	—	—	—	—
Tancredo Neves	—	—	—	—	—	—

PROPOSIÇÕES APROVADAS

Projeto — Ementa — Relator

Nº 3.450-66 — Dispõe sobre operações de crédito entre a Fábrica Nacional de Motores S. A. e o Banco do Brasil S. A. (Do Poder Executivo). — Alvaro Catão.

Nº 4.013-64 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério do Trabalho, o crédito especial de Cr\$ 600.000, para atender às despesas relacionadas com o comparecimento do Brasil à XXXII Feira Internacional de Milão. (Do Poder Executivo). — Gil Vellozo.

Nº 1.918-64 — Emendas do Senado ao Projeto nº 1.918-64 — que "Dispõe sobre a entrega das cotas dos impostos de renda e de consumo aos municípios nos termos da Emenda Constitucional nº 4, outras providências". (Do Poder Executivo). — Jorge Kalume.

Nº 489-49 — Emenda do Senado — que "Dispõe sobre medição e demarcação e registro de propriedade das terras ocupadas pelos silvicultores". (Do Sr. Erasto Gaesiner). — Jorge Kalume.

Nº 128-63 — Dispõe sobre a importação de livros técnicos, científicos e de arte (Do Senhor Cunha Bueno). — Lyrio Bértoli.

Nº 3.587-66 — Modifica os artigos 1º e 3º da Lei nº 4.874, de 2 de dezembro de 1965, que autoriza a doação, ao Hospital Mário Piva Evangélico da Bahia, de um lote de terreno. (Do Poder Executivo). — Mário Piva.

Nº 2.664-65 — Autoriza o Poder Executivo a doar, à Prefeitura Municipal, de Itajaí, Estado de Santa Catarina, a área de terras 1.249,68m², situada naquela cidade, junto ao prédio dos Correios e Telégrafos. (Do Senado Federal). — Mário Piva.

Nº 3.513-66 — Dá nova redação ao item 79-01, alíneas 001 e 002, da Seção XV, da Tarifa que acompanha a Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957 (Do Senhor Guilhermino de Oliveira). — Lyrio Bértoli.

Nº 4.498-62 — Altera dispositivos da Lei nº 154, de 25 de novembro de 1947, e do Decreto nº 40.702, de 31 de dezembro de 1956 (Dispõe sobre isenção de imposto de renda nas vendas de imóveis rurais). — Marcial Terra.

Nº 3.433-66 — Isenta a Fundação Cidade do Rio Grande do pagamento do imposto de consumo e da taxa de despacho aduaneiro para os materiais destinados à Faculdade de Medicina de Rio Grande — RGS. (Do Senhor Clovis Pestana). — Marcial Terra.

Nº 3.601-66 — Isenta do imposto de importação equipamento destinado a uma indústria de chapas de madeira aglomerada. (Do Poder Executivo). — Unirio Machado.

Nº 3.606-66 — Regula o inciso II e parágrafos 1º e 2º do artigo 7º da Emenda Constitucional, nº 18, relativos à cobrança do imposto de Exportação e sua aplicação (Do Poder Executivo). — Roberto Saturnino.

Nº 1.990-64 — Isenta do imposto de consumo, de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, a maquinaria e o material técnico importados pela VASP — Aerofotogrametria (Do Senhor Henrique Turner). — Bernardo Bello.

Nº 3.664-66 — Isenta do imposto de importação um conjunto industrial de secagem para o beneficiamento de folhas verdes de chá, destinado à Cooperativa Agrícola de Cotia (Do Poder Executivo). — Sussumu Hirata.

Nº 2.815-65 — Do Senhor José Barbosa — que "Altera o art. 30 da Lei nº 4.494, de 1964, excluindo as despesas de condomínio nas lotações novas, dos encargos e tributos que podem ser livremente convencionados". — Milton Cassel.

Nº 2.082-64 — Declara isenta de impostos, taxas e emolumentos consulares a importação de materiais destinados ao Instituto Adolfo Lutz da Secretaria de Saúde Pública e Assistência Social do Governo do Estado de São Paulo (Do Sr. Henrique Turner). — Carlos Werneck.

Nº 3.878-66 — Isenta dos impostos de importação e consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, material importado pela VASP — Aerofotogrametria S. A. (Do Poder Executivo). — Bernardo Bello.

Nº 3.513-66 — Emendas de Plenário ao Projeto nº 3.513 de 1966, que dá nova redação ao item 79-01, alíneas 001 e 002, da seção XV, da Tarifa que acompanha a Lei número 3.244 de 14 de agosto de 1957 (Do Senhor Guilhermino de Oliveira). — Projeto que dispõe sobre a produção e importação de fertilizantes (Do Poder Executivo). — Sussumu Hirata.

Nº 3.874-66 — Isenta do imposto de consumo, de direito de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, equipamentos de raios X, destinados à Sociedade Beneficente de Senhoras, do Hospital Sirio-Libanês (Do Sr. Aniz Badra). — Jorge Kalume.

Nº 3.467-66 — Modifica o prazo de vigência da Lei nº 4.426, de 8 de outubro de 1964, que dispõe sobre a venda de vinho em recipientes de volume superior ao estabelecido pela legislação em vigor e dá outras providências (Do Senhor Euclides Triches). — Unirio Machado.

Nº 3.586-66 — Prorroga o prazo de vigência e dá nova redação aos artigos 5º e 6º da Lei nº 3.972, de 13 de outubro de 1961 e prorroga o prazo de vigência da Lei nº 4.696, de 22 de junho de 1965, que concede favores fiscais a "Aços Finos Piratini S. A." (Do Sr. Luciano Machado). — Unirio Machado.

Nº 3.601-66 — Emendas do Senado ao Projeto que isenta do imposto de importação equipamento importado pela Madequímica S. A. (Do Poder Executivo). — Unirio Machado.

Nº 3.634-66 — Isenção de tributos para aparelhos e equipamentos médico-hospitalares (Do Poder Executivo). — Bagueira Leal.

Nº 254-66 — Aprova o Acordo Comercial assinado em Jaundé, a 5 de junho de 1965, entre os Estados Unidos do Brasil e da República Federal dos Camarões (Da Comissão de Relações Exteriores). — Bagueira Leal.

Nº 3.386-65 — Isenta dos impostos de importação e do consumo material, destinados à fabricação de café Firma Café Solível Vigor Limitada. (Do Senhor Dias Menezes). — Sussumu Hirata.

Nº 3.228-65 — Dispõe sobre a garantia recíproca entre proprietário e arrendatário de seringueira, na Amazônia, visando a intensificação, em grande escala, da cultura da seringueira (Do Senhor Jorge Kalume). — Milton Cassel.

Nº 3.578-66 — Estabelece isenção do imposto do selo para os atos em que forem partes os órgãos definidos no item IV, Art. 2º da Lei número 4.389, de 21 de agosto de 1964 (Do Poder Executivo). — Cunha Bueno.

Nº 3.748-66 — Altera o parágrafo 2º do artigo 4º da Lei nº 4.096, de 18 de julho de 1962, que dispõe sobre a importação de animais de puro sangue, de carreira (Do Poder Executivo). — Marcial Terra.

Nº 196-63 — Concede isenções tributárias à Metais de Goiás S. A., e dá outras providências (Do Senhor Celestino Filho). — Mendes de Moraes.

Nº 1.253-59 — Emenda de Plenário ao Projeto nº 1.253 de 1959, que isenta de impostos e taxas federais ao Museu de Arte Moderna de São Paulo e dá outras providências (Do Senhor Cunha Bueno). — Alvaro Catão.

Nº 3.828-66 — Isenta do imposto de importação equipamento destinados à instalação de uma fábrica de bulbos de vidro para cineoscópios de televisores (Do Poder Executivo). — Mendes de Moraes.

Nº 3.634-66 — Isenta de tributos aparelhos e equipamentos médico-hospitalares (Do Poder Executivo). — Unirio Machado.

PROPOSIÇÕES APROVADAS COM EMENDAS

Nº 3.500-66 — Introduz modificações na legislação pertinente ao Plano Nacional de Habitação (Do Poder Executivo). — Jorge Kalume.

Nº 3.324-65 — Dispõe sobre a vigência da Lei nº 4.663, de 3 de junho de 1965, quanto a empresas localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Do Senhor Norberto Schmidt). — Alvaro Catão.

Nº 27-59 — Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro de 5%, remessas postais universais (Do Poder Executivo). — Mendes de Moraes.

Nº 2.960-65 — Autoriza a Caixa Econômica Federal a aplicar um terço das verbas destinadas ao finan-

ciamento de veículos, digo carros de passeio no financiamento de tratores e implementos agrícolas (Do Senhor Baeta Neves). — Sussumu Hirata.

Nº 3.159-65 — Acrescenta parágrafo ao art. 33 da Lei nº 4.494, que regula a locação de prédios urbanos (Do Sr. Último de Carvalho). — Milton Cassel.

Nº 4.007-62 — Faculta a arrecadação de tributos federais por intermédio de estabelecimentos bancários e dá outras providências (Do Conselho de Ministros). — Alde Sampaio.

Nº 3.585-66 — Concede isenção de impostos, taxas e emolumentos para a entrada no Território Nacional de um automóvel doado ao Padre Carlos Rodrigues. (Do Sr. Gabriel Hermes). — Bagueira Leal.

Nº 3.441-66 — Retifica a Lei número 4.622, de 3 de maio de 1965, que concede isenção de tributos para importação de bens e dá outras providências. (Do Sr. Cunha Bueno). — Espedito Rodrigues.

Nº 2.188-64 — Isenta do pagamento do imposto de consumo em todo o território nacional, as vendas feitas em moedas fortes. (Do Sr. Tufy Nassif). — Mendes de Moraes.

Nº 212-63 — Concede isenção dos impostos de importação, de consumo e outros tributos à Companhia Estadual de Telefones (CETEL) (Do Senhor Adalberto Cardoso). — Alvaro Catão.

PROPOSIÇÕES APROVADAS COM SUBSTITUTIVO

Nº 1.202-63 — Concede, pelo prazo de dois anos, isenção de impostos de importação e consumo, para importação de material destinado à fabricação de cultivadores motorizados de acordo com os planos de nacionalização previstos nos projetos aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Aceleradas e Rodoviárias (Do Poder Executivo). — Milton Cassel.

Nº 2.332-A/57 — Dispõe sobre a organização e competência das juntas comerciais e dá outras providências (Do Sr. Gneivoz Filho). — Marcial Terra.

Nº 3.599-66 — Isenta das taxas de despacho aduaneiro, melhoramento dos portos, armazenagem e de vendação da marinha mercante, equipamentos hospitalares, cirúrgicos, odontológicos e farmacêuticos (Do Poder Executivo). — Zacharias Seleme.

Nº 3.613-66 — Dispõe sobre a produção e importação de fertilizantes. (Do Poder Executivo). — Sussumu Hirata.

Nº 3.823-66 — Estende a material destinado a uma fábrica de leite em pó a isenção prevista na Lei número 4.268, de 3 de outubro de 1963 (Do Poder Executivo). — Sussumu Hirata.

PROPOSIÇÕES REJEITADAS

Nº 45-59 — Recula atividades das sociedades de financiamento e investimento, e dá outras providências (Do Sr. Sérgio Magalhães). — Milton Cassel.

Nº 2.471-64 — Autoriza a tributação de renda presumida. (Do Senhor Roberto Saturnino). — Milton Cassel.

Nº 4.553-62 — Dispõe sobre a abertura de agências bancárias e dá outras providências (Do Sr. Paulo Macarini) — Milton Cassel.

Nº 2.535-65 — Altera a letra "b" do § 1º do art. 18 da Lei nº 4.154, de 28 de novembro de 1962, que dispõe sobre a legislação de rendas e proventos de qualquer natureza (Do Sr. Jairo Brum) — Milton Cassel.

Nº 3.431-66 — Dispõe sobre concessão de licença de importação de veículo destinado a uso exclusivo de paraplegico (Do Sr. Seneido Vaz) — Milton Cassel.

Nº 1.995-52 — Institui a cobrança do pedágio na Rodovia Presidente Dutra (Do Sr. Clóvis Pestana) — Roberto Saturnino.

Nº 3.226-61 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 14.500.000, para atender às despesas do Congresso Interamericano de Turismo (Do Poder Executivo) — Serisimundo Andrade.

Nº 8.855-65 — Isenta de impostos e taxas as canoas de pesca de casco de madeira, com menos de 5 toneladas de registro (Do Sr. Newton Carneiro) — Mendes de Moraes.

Nº 2.074-64 — Dispõe sobre a escrita comercial padronizada e dá outras providências (Do Sr. Espedito Rodrigues) — Milton Cassel.

Nº 2.141-64 — Emenda de Plenário do Sr. Mendes de Moraes ao Projeto que regula e disciplina o comércio de vendas a prazo (Do Sr. Mendes de Moraes) — Milton Cassel.

Nº 2.913-65 — Estabelece o congelamento dos aluguéis de imóveis residenciais (Do Sr. Agilano Dario) — Milton Cassel.

Nº 4.716-58 — Autoriza o Poder Executivo a constituir uma sociedade por ações, que terá por objeto a execução de serviços de dragagem e correlatos, e dá outras providências — Ailde Sampaio.

Nº 2.855-65 — Isenta de impostos e taxas as canoas de pesca de casco de madeira, com menos de 5 toneladas de registro (Do Sr. Newton Carneiro) — Mendes de Moraes.

Nº 1.877-64 — Dá nova redação à tabela constante do Anexo III, do § 3º do art. 72 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963 (Do Sr. Antônio Bresolin).

Nº 2.317-64 — Institui o Brasão como unidade monetária brasileira, e dá outras providências (Do Senhor Laerte Vieira) — Milton Cassel.

Nº 388-63 — Regulamenta o pagamento referente à taxa de que trata o art. 20 da Constituição Federal, e dá outras providências (Do Senhor Renato Celidônio) — Cunha Bueno.

Nº 2.611-65 — Autoriza as Prefeituras Municipais a promover Loterias Municipais, visando à assistência social e à realização de obras reprodutivas e dá outras providências (Do Sr. Adolfo Vianna) — Mendes de Moraes.

PROPOSIÇÕES EM PAUTA

Projetos:

Números 410-59 — 1.438-60 — ...
3.217-61 — 238-63 — 3.584-66 e 3.959, de 1966.

PROPOSIÇÕES EM DILIGÊNCIA

Projetos:

Números 850-55 — 4.207-58 — ...
4.667-58 — 388-59 — 1.445-A-60 —
2.522-60 — 2.556-60 — 2.746-61 —
8.249-61 — 3.252-61 — 3.396-61 —
3.424-61 — 3.528-61 — 4.001-62 —
4.071-62 — 4.902-62 — 481-63 — ...
1.133-63 — 1.202-63 — 2.802-64 —
2.610-65.

PROPOSIÇÕES EM DILIGÊNCIA PARECER

Projetos:

Números 389-59 — 2.540-60 — ...
8.121-61 — 155-63 — 475-63 — 1.400.

de 1963 — 2.235-64 — 2.246-64 — ...
2.500-65 — 2.527-65 — 2.557-65 —
2.599-65 — 2.985-65 — 3.062-65 —
3.103-65 — 3.131-65 — 3.168-65 —
3.179-65 — 3.223-65 — 3.300-65 —
263-66 (Decr. Leg.) — 3.592-66.

PROPOSIÇÕES PENDENTES DE DISTRIBUIÇÃO

Projeto nº 2.567-65.

PROPOSIÇÕES COM ADIAMENTO DE VOTAÇÃO

Projeto nº 3.586-66.

PROPOSIÇÕES COM PEDIDO DE VISTA

Projeto nº 3.592-66.

PROPOSIÇÕES COM PEDIDO DE AUDIÊNCIA

Projeto nº 2.610-65.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

RELATORIO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO, REALIZADO DURANTE O ANO DE 1966

(4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA)

Reuniões realizadas:

De instalação 1
Ordinárias 12
Extraordinárias 9
Total 22

Proposições recebidas:

Do Poder Legislativo 31
Do Poder Executivo 15

Proposições distribuídas 46
Proposições redistribuídas 52
Proposições com a votação adiada 4
Proposições em diligência 4
Proposições apreciadas pela Comissão 53
Proposições relatadas em Plenário 2
Pedidos de audiência 7
Pedidos de reconstituição 1
Pedidos de vista 2

PROPOSIÇÕES APRECIADAS PELA COMISSÃO

Aprovadas sem Alteração:

Do Poder Legislativo 15
Do Poder Executivo 8

Total 23

Aprovadas Com Substitutivo:

Do Poder Legislativo 2
Do Poder Executivo 2

Total 4

Aprovadas Com Emenda:

Do Poder Legislativo 1
Do Poder Executivo 2

Total 3

Total das Proposições Aprovadas 30

Rejeitadas:

Do Poder Legislativo 20

Com parecer pelo Arquivamento:

Do Poder Legislativo 1
Do Poder Executivo 1

Total 2

Com Parecer pela Incompetência:
Do Poder Legislativo 1

Total das Proposições Apreciadas 53

Proposições Relatadas em Plenário 2
Ofícios recebidos 10
Ofícios expedidos 34

NUMERO DE PROPOSIÇÕES RELATADAS PELOS SRS. DEPUTADOS.

Membros Efetivos ..

Britto Velho (ARENA-RS) 9
Braga Ramos (ARENA-PR) 8
Cardoso de Menezes (ARENA-GB) 6
Carlos Werneck (ARENA-RJ) 4
Djalma Passos (ARENA-AM) 4
Grimaldi Ribeiro (ARENA-RN) 4
Henrique Lima (MDB-PE) 4
Padre Nobre (MDB-MG) 2
Derville Allegretti (MDB-SP) 2
Oceano Carleial (ARENA-AL) 2
Plínio Salgado (ARENA-SP) 2
Wanderley Dantas (ARENA-AC) 2
Lauro Cruz-Presidente (ARENA-NA-SP) 1
Amaral Peixoto (MDB-RJ) 0
Antônio Almeida (ARENA-SC) 0
Andrade Lima Filho (MDB-PE) 0
Campos Vergal (ARENA-SP) 0
Clodomir Leite (MDB-PE) 0
Daso Coimbra (ARENA-RJ) 0
Dirceu Cardoso (MDB-ES) 0
Pinheiro Chagas (ARENA-MG) 0

Membros Suplentes

Peixoto da Silveira (MDB-GO) 1
Total das Proposições Relatadas 55

FREQUÊNCIAS DOS SENHORES MEMBROS EFETIVOS

Lauro Cruz (ARENA-SP) 22
Britto Velho (ARENA-RS) 20
Campos Vergal (ARENA-SP) 19
Carlos Werneck (ARENA-RJ) 19
Padre Nobre (MDB-MG) 16
Cardoso de Menezes (ARENA-GB) 14
Derville Allegretti (MDB-SP) 14
Oceano Carleial (ARENA-AL) 14
Braga Ramos (ARENA-PR) 12
Antônio Almeida (ARENA-SC) 11
Djalma Passos (MDB-AM) 11
Dirceu Cardoso (MDB-ES) 10
Henrique Lima (MDB-PE) 9
Wanderley Dantas (ARENA-AC) 9
Daso Coimbra (ARENA-RJ) 8
Grimaldi Ribeiro (ARENA-RN) 7
Andrade Lima Filho (MDB-PE) 3
Plínio Salgado (ARENA-SP) 3
Clodomir Leite (MDB-PE) 2
Pinheiro Chagas (ARENA-MG) 1
Amaral Peixoto (MDB-RJ) 0

Total de reuniões realizadas pela Comissão 22

FREQUÊNCIA DOS SENHORES MEMBROS SUPLENTES

Medeiros Netto (ARENA-AL) 14
Lacôrte Vitale (ARENA-SP) 12
Ewaldo Pinto (MDB-SP) 10
Albino Zeni (ARENA-SC) 9
Millo Cammarosano (ARENA-SP) 8
Paulo Freire (ARENA-MG) 8
Adriano Jurema (ARENA-PE) 6
Peixoto da Silveira (MDB-GO) 6
José Barbosa (MDB-SP) 5
Mancel Almeida (ARENA-MG) 5
José Richa (MDB-PR) 4
Antônio Anibelli (MDB-PR) 2
Vieira de Melo (MDB-BA) 1
Francelino Pereira (ARENA-MG) 1
Geraldo Mesquita (ARENA-AC) 1
Maurício Goulart (MDB-SP) 1
Ney Novaes (ARENA-BA) 1
Ossian Arraipa (ARENA-CE) 1
Odilon Ribeiro Coutinho (MDB-RN) 1
Wilson Roriz (ARENA-PE) 1

PROPOSIÇÕES APROVADAS

Do Poder Executivo:

Proj. 1.878-64 (Mensagem 48-64) — Modifica o Art. 12 da Lei nº 1.512, de 19 de dezembro de 1951, que cria a Comissão Nacional de Belas Artes, o Salão Nacional de Arte Moderna, e dá outras providências.

Relator: Deputado Carlos Werneck.

Proj. 3.455-66 (Mensagem 14-66) — Autoriza o Poder Executivo a instituir a fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, e dá outras providências.

Relator: Deputado Lauro Cruz.
Proj. 3.504-66 (Mensagem 44-66) — Cria, na Universidade Federal de Minas Gerais, a Escola de Biblioteconomia e dá outras providências.

Relator: Deputado Padre Nobre.

Proj. 3.588-66 (Mensagem 144-66) — Altera o Quadro de Pessoal — Permanente — da Universidade do Paraná e dá outras providências.

Relator: Deputado Braga Ramos.

Proj. 3.660-66 (Mensagem 253-66) — Incorpora a Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora à Universidade Federal de Juiz de Fora.

Relator: Deputado Padre Nobre.

Proj. 3.678-66 (Mensagem 255-66) — Cria a Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade do Rio Grande do Sul.

Relator: Deputado Britto Velho.

Proj. 3.839-66 (Mensagem 99-66) — Concede subvenção à Faculdade de Economia São Luís, na cidade de São Paulo.

Relator: Deputado Plínio Salgado.

Projeto 3.923-66 (Mensagem 593-66) — Desdobra em duas unidades universitárias distintas a atual Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de Goiás.

Relator: Dep. Peixoto da Silveira.

Do Poder Legislativo:

Proj. 2.340-64 — Do Sr. Antônio de Oliveira — Institui a Medalha "Plácido de Castro", conferida pelo Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Relator: Deputado Henrique Lima.

Proj. 3.111-65 — Do Senado Federal — Autoriza o Poder, Executivo a desapropriar a casa onde residia o pintor Cândido Portinari, localizada em Brodowski, no Estado de São Paulo.

Relator: Deputado Derville Allegretti.

Proj. 3.231-65 — Do Sr. Nelson Carneiro — Altera a denominação do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, para Escola Nacional de Museologia Gustavo Barroso.

Relator: Deputado Carlos Werneck.

Proj. 3.380-65 — Do Sr. Jorge Kalline — Institui o "Dia Nacional da Cultura", a ser comemorado no dia 5 do mês de novembro, como homenagem à data natalícia de Ruy Barbosa.

Relator: Dep. Wanderley Dantas.

Proj. Dec. Legislativo 255-66 — Aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre os Estados Unidos do Brasil e a República Socialista da Tchecoslováquia, assinado em Praga, a 27 de fevereiro de 1964.

Relator: Deputado Grimaldi Ribeiro.

Proj. Dec. Legislativo 256-66 — Aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a República Socialista Sérvica da Iugoslávia, assinado no

Rio de Janeiro, a 11 de maio de 1972. (Da Comissão de Relações Exteriores).

Relator: Deputado Grimaldi Ribeiro.

Proj. Decreto Legislativo 267-66 — Aprova o Acordo Cultural assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República de El-Salvador, no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965. (Da Comissão de Relações Exteriores).

Relator: Deputado Oceano Carleial.

Proj. Decreto Legislativo 273-66 — Aprova o Acordo Cultural assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Coreia, na cidade do Rio de Janeiro, a 7 de fevereiro de 1966. (Da Comissão de Relações Exteriores).

Relator: Dep. Carlos Werneck.

Proj. Decreto Legislativo 284-66 — Aprova o Convênio Internacional para a constituição do Instituto Italo-Latino-Americano, assinado em Roma, a 19 de junho de 1966. (Da Comissão de Relações Exteriores).

Relator: Dep. Padre Nobre.

Proj. 3.640-66 — Do Senado Federal — Denomina "Dia da Independência" a data de sete de setembro e traça normas para a sua comemoração.

Relator: Dep. Plínio Salgado.

Emendas do Senado Federal:

Substitutivo do Senado ao Projeto nº 3.714-B-53 — Cria o Departamento Nacional de Turismo e dá outras providências.

Relator: Dep. Britto Velho.

Substitutivo do Senado ao Projeto nº 3.171-B-57 — Regula o exercício da profissão de Engenheiro Agrônomo.

Nota: aprovado o Substitutivo, com exceção dos artigos 3º, 12, e do Parágrafo único do art. 14.

Relator: Dep. Carlos Werneck.

Emendas do Senado ao Projeto nº 3.000-B-61 — Reconhece a profissão de Sociólogo e dá outras providências.

Nota: aprovadas as seguintes: item II, letra "b", da Emenda nº 1, item II, letra "c", também da Emenda nº 1; Emenda nº 2; o § 1º da Emenda nº 4; e Emenda nº 5. Rejeitadas: item I, letra "a" da Emenda nº 1; Emenda nº 3; e § 2º da Emenda nº 4.

Relator: Deputado Britto Velho.

Emendas do Senado ao Projeto número 50-B-63 — Dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício e dá outras providências. Nota: Aprovadas as de nºs 1, 3, 5, 6 e 7. Rejeitadas as de nºs 2, 4 e 8.

Relator: Dep. Britto Velho.

Substitutivo do Senado ao Projeto nº 2.165-B-65 — Proíbe a impressão de revistas destinadas à infância e à juventude que explorem temas baseados na violência, no crime ou no terror.

Relator: Dep. Padre Nobre.

PROPOSIÇÕES APROVADAS COM SUBSTITUTIVO

Do Poder Legislativo:

Proj. 3.252-65 — Do Sr. Athié Coury sobre a transladação das cinzas do Padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão, da cidade de Toledo, na Espanha, para o monumento a ser erigido em praça pública na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Relator: Deputado Henrique Lima.

Proj. 3.414-66 — Do Sr. Padre Nobre — Estabelece prioridade para a matrícula nos estabelecimentos de ensino público de curso médio e dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo para os filhos de ex-pracinhas

e órfãos menores carentes de recursos.

Relator: Dep. Braga Ramos.

Do Poder Executivo:

Proj. 3.663-66 — (Mensagem 279, de 1966) — Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências.

Relator: Dep. Braga Ramos.

PROPOSIÇÕES APROVADAS COM EMENDA

Do Poder Executivo:

Projeto 3.947-66 (Mensagem 626-66) — Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências.

Relator: Deputado Britto Velho.

Proj. 3.944-66 — (Mensagem 619, de 1966) — Cria o Instituto Nacional do Cinema e dá outras providências.

Relator: Dep. Carlos Werneck.

Do Poder Legislativo:

Proj. 3.568-66 — Do Senado Federal — Institui o "Dia da Comunidade Luso-Brasileira", e dá outras providências.

Relator: Dep. Cardoso de Menezes.

Total-geral das Proposições aprovadas:

Do Poder Executivo	12
Do Poder Legislativo	18
	30

PROPOSIÇÕES REJEITADAS

Do Poder Legislativo:

Proj. 4.575-54 — Do Sr. Napoleão Fontenelle — Define como cargo de magistrado, o de Inspetor de Ensino.

Relator: Deputado Britto Velho.

Projeto 1.188-56 — Do Sr. Fernando Ferrari — Dispõe sobre os concursos de habilitação para ingresso nos diversos cursos de nível universitário.

Relator: Deputado Wanderley Dantas.

Proj. 2.852-61 — Do Sr. Raymundo Chaves — Equipara os agrimensores diplomados pelos colégios militares, cujos diplomas estejam registrados na Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, aos que se diplomarem no regime da Lei nº 3.144, de 20 de maio de 1957.

Relator: Deputado Braga Ramos.

Proj. 2.872-61 — Do Sr. Herbert Levy — Estende direitos aos agrimensores diplomados depois de 1956.

Relator: Deputado Britto Velho.

Proj. 4.113-62 — Sr. Waldemar Pessoa — Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Laboratório, e dá outras providências.

Relator: Dep. Britto Velho.

Proj. 981-63 — Do Sr. Osmar Dutra — Fixa o exercício da profissão de técnicos de grau médio e de especializados de grau superior, e dá outras providências.

Relator: Dep. Braga Ramos.

Proj. 2.115-64 — Do Sr. Eurico de Oliveira — Institui multas para reprimir o noticiário sensacionalista publicado na imprensa, rádio e televisão, bem como em outros meios de divulgação, que possa causar prejuízo à formação moral da juventude brasileira.

Relator: Dep. Cardoso de Menezes.

Proj. 2.515-65 — Do Sr. Eurico de Oliveira — Proíbe o emprego de expressões desairosas ao homem de

côr, pela imprensa, pelo rádio, pela televisão e nos espetáculos teatrais.

Relator: Dep. Grimaldi Ribeiro.

Projeto 2.910-63 — Do Senhor Eurico de Oliveira — Torna obrigatória a colocação da Bandeira Nacional nas salas de aula dos estabelecimentos de ensino.

Relator: Deputado Cardoso de Menezes.

Projeto 2.558-65 — Do Senhor Márcio Tambornareguy — Proíbe a realização de aulas aos sábados nos estabelecimentos de ensino oficiais e particulares.

Relator: Deputado Cardoso de Menezes.

Projeto 2.686-65 — Do Senhor Eurico de Oliveira — Proíbe a apresentação de criminosos nas estações de rádio e de televisão, para narrativas, confissões ou manifestações de qualquer natureza.

Relator: Deputado Oceano Carleial.

Projeto 2.830-65 — Do Senhor Eurico de Oliveira — Proíbe a exportação de filmes que explorem temas baseados em aspectos negativos do País, e dá outras providências.

Relator: Deputado Djalmir Passos.

Projeto 2.933-65 — Do Senhor Eurico de Oliveira — Institui nos cursos ginasial e colegial a cadeira de "Noções Elementares do Código Penal Brasileiro".

Relator: Deputado Djalmir Passos.

Emendas do Senado (Substitutivo) ao Projeto número 3.088-B-65 — Do Senhor Italo Filizaldi — Institui o "Dia Nacional do Livro".

Relator: Deputado Derville Allegretti.

Projeto 3.326-65 — Do Senhor Noronha Filho — Atribui ao Conselho Federal e aos Conselhos Estaduais de Educação a iniciativa de instituir o ensino do Esperanto nas escolas públicas.

Relator: Deputado Braga Ramos.

Emenda do Senado ao Projeto número 3.969-B-65 (Do Poder Executivo) — Efetiva a incorporação da Escola Nacional de Florestas à Universidade do Paraná, e dá outras providências.

Relator: Deputado Braga Ramos.

Projeto 3.475-66 — Do Senhor Eurico de Oliveira — Determina o ensino da puericultura nas escolas femininas.

Relator: Deputado Henrique Lima.

Projeto 3.480-66 — Do Senhor Eurico de Oliveira — Torna obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas, bem como o hasteamento diário da bandeira nacional, acompanhado do entoamento do Hino Nacional.

Designado Relator: Deputado Cardoso de Menezes.

Projeto 3.534-66 — Do Senhor Eurico de Oliveira — Acrescenta parágrafo ao art. 14 do Decreto-lei 4.545, de 31 de julho de 1942, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais.

Relator: Deputado Cardoso de Menezes.

Projeto 3.762-66 — Do Senhor Campos Vergal — Considera de utilidade pública as instituições filantrópicas gratuitas e as culturais também gratuitas que, portadores do título de pessoa jurídica, venham funcionando há mais de 5 anos.

Relator: Deputado Henrique Lima.

PROPOSIÇÕES COM PARECER PELO ARQUIVAMENTO

Mensagem 334-55 (Do Poder Executivo) — Projeto do "Convênio" a celebrar-se entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

Relator: Deputado Britto Velho.

Projeto 3.343-65 — Do Senhor Nogueira de Rezende — Dispõe sobre a promoção escolar na Universidade de Brasília.

Relator: Deputado Carlos Werneck.

PROPOSIÇÃO COM PARECER PELA INCOMPETÊNCIA DA COMISSÃO

Projeto número 3.518-66 — Do Senado Federal — Dá nova redação ao art. 35 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União).

Relator: Deputado Djalmir Passos.

PROPOSIÇÕES RELATADAS ORALMENTE EM PLENÁRIO

Emendas do Senado ao Projeto 3.663-B-66 — Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências (Mensagem 279-66, do P.E.)

Relator: Deputado Braga Ramos (parecer pela aprovação das emendas de números 2 e 3, e pela rejeição das de números 1, 4, 5, 6 e 8).

Projeto número 3.735-66 (Mensagem 369-66) — Prorroga os prazos previstos na Lei número 4.641, de 27 de maio de 1966.

Relator: Deputado Oceano Carleial (parecer favorável).

PROPOSIÇÕES COM A VOTAÇÃO ADIADA

Projeto 1.867-60 — Do Senhor Aníz Badra — Restringe a alunos carentes de recursos o acesso aos estabelecimentos oficiais de ensino.

Projeto 3.080-61 — Do Senhor Anísio Rocha — Dispõe sobre a censura de filmes, e dá outras providências.

Projeto 1.342-63 — Do Senhor Aurino Valois — Designa o "Dia da Bíblia" o segundo domingo de dezembro de todos os anos.

Projeto 2.493-65 — Do Senhor Cid Furtado — Consolida a legislação pertinente à importação de livros.

PEDIDO DE VISTA

Projeto 2.928-65 — Do Senhor Eurico de Oliveira — Proíbe o financiamento oficial de filmes sobre assuntos sexuais escabrosos, crimes, terror, roubo e alcoolismo.

Relator: Deputado Levy Tavares.

Vista: Deputado Djalmir Passos.

PROPOSIÇÕES EM DILIGENCIA

Projeto 2.708-A-61 — Do Poder Executivo — Transfere para a Rede Federal do ensino agrícola a Escola de Iniciação Agrícola São João Evangelista, no Estado de Minas Gerais.

Relator: Deputado Braga Ramos.

Projeto 309-63 Do Senado Federal — Altera a Lei número 3.857, de 22 de dezembro de 1960, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil, dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico, e dá outras providências.

Projeto 1.674-64 — Do Senhor Oswaldo Zanello — Estende as disposições do Decreto-lei número 8.181, de 20 de novembro de 1945, aos Técnicos de Contabilidade procedentes do ensino secundário, do ensino normal ou dos antigos cursos ginasiais.

Relator: Deputado Braga Ramos.

Projeto 2.757-65 — Do Senhor Adauto Cardoso — Regulamenta o exercício da profissão de Educação Familiar e o Ensino da Educação Familiar e dá outras providências.

Relator: Deputado Carlos Werneck.

Projeto 3.327-65 — Do Senhor Pedro Junior — Acrescenta alínea ao artigo 1º da Lei número 4.076, de 23 de junho de 1962, considerando "célogos os engenheiros de minas, diplomados pelas escolas de engenharia

Relator: Deputado Britto Velho.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE CONTAS

RELACÃO DAS ENTIDADES REGISTRADAS NO CNSS ATÉ 5 DE MARÇO DE 1963

NOME DA ENTIDADE — CIDADE

ALAGOAS

Maceió

(Ponta Grossa)

Centro Espírita São Sebastião.

Maceió
Cidade de Menores Humberto Mendos
Penedo

Ação social Diocesana de Penedo, mantenedora do Colégio Diocesano de Penedo, Dispensário São Francisco de Assis, Seminário Diocesano N. S. de Fátima e do Jornal "O Apóstolo".

AMAZONAS

Fonte Boa.
Sociedade de Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe.

Manaus
Liga Amazonense Contra o Câncer.

BAHIA

Barra
Colégio Santa Eufrásia.

Coaraci
Sociedade Cultural dos Artistas e Trabalhadores Rurais de Coaraci.

Curaça
Círculo Operário de Curaça.

Feira de Santana
Centro de Assistência Social Santo Antônio.

Centro Espírita Jesus de Nazaré.
Sociedade Beneficente Presidente Getúlio Vargas.

Salvador
Ação Mariana Magalhães.
Centro de Assistência Social da Ordem dos Capuchinhos.

Vitória da Conquista
Diretório Evangélico da Bahia.
Clube da Amizade

Traripe
Associação Beneficente da Proteção à Juventude.

CEARÁ

Acopiara
Maternidade Júlia Barreto.

Barro
Paróquia Santo Antônio do Barro.

Fortaleza
Aero Clube do Ceará.
Associação Beneficente dos Motoristas do Ceará.

Associação Educacional de Assistência aos Estudantes Pobres de Fortaleza.

Associação dos Ex-Combatentes do Brasil — Seção do Ceará.
Centro Espírita União e Caridade Francisco de Assis.

Educandário Stella Maris.
Escola de Arte "Osório Sales Coelho".
Instituto Padre Venâncio.
Paróquia de Nossa Senhora Aparecida.

Iguatu
Diocese de Iguatu.
União dos Sanitaristas do Ceará.

Fortaleza
Iguatu

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Alencar.

Itaigaba
Sociedade dos Amigos da Paróquia de Itaigaba.

Limoeiro do Norte
Círculo Operário de Limoeiro.
Mineirolândia (Pedra Branca).
Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Mineirolândia.

Morada Nova
Sociedade dos Amigos da Paróquia de Morada Nova.

Quixeramobim

Patronato Santa Terezinha de Madalena.

Sobral
União Operária Beneficente de Amparo à Pobreza de Sobral.
Vila de Maracanã (Maranguape).
Instituto São José de Maracanã.

DISTRITO FEDERAL

Brasília
Associação dos Servidores da Novacap.
Fundação Educacional Fernando Ferrari.

Instituto Brasileiro de Educação Social.

Instituto Vicente Maria para o Ensino Profissional de Artes Domésticas.
Instituto Social de Educação e Assistência de Brasília.

Taguatinga (Brasília)
Associação Luiza de Marillac.

RELAÇÃO DAS ENTIDADES REGISTRADAS NO C.N.S.S. ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 1964
ALAGOAS

Arapiraca:
Censo Doméstico Alonso Abreu — Sociedade Educacional Madre Clara do Menino Jesus.
Delmiro Gouveia:
Movimento Estudantil Delmirense.

Maceió:
Associação do Movimento de Amparo à Infância.
Casa do Padre Cicero Romão Batista.

Centro Espírita São Sebastião.
Palmeira dos Índios:

Centro Social Diocesano de Palmeira dos Índios.
Centro Social Humberto Mendes.

São Miguel dos Campos:
Centro Espírita Amor e Caridade.

Utinga Rio Largo:
Associação Luiza de Marillac.

Maceió:
Instituto de Assistência e Proteção à Infância de Alagoas.

Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepre.

SERGIPE

Simão Dias:
Ação Social da Paróquia de Simão Dias.

Aracaju:
Centro Social "Mater et Magistra" da Paróquia de N. S. Auxiliadora.

Educandário José Aristides Bispo.
Educandário N. S. de Lourdes.
Instituto Carvalho Neto.

Lar Infantil N. S. Santana.
Paróquia N. S. Auxiliadora.
Sociedade Médica de Sergipe.
Tatiana A. O. Rodrigues.

Itabaiana:
Federação Itabaiense de Futebol.
Grêmio Cultural Cantagalo.

Japaratuba:
Serviço de Assistência Social da Paróquia de Nossa Senhora da Saúde de Japaratuba.

N. S. da Glória:
Educandário São Francisco de Assis.

Rosário de Catete:
Serviço Social Nossa Senhora do Rosário.

Paróquia de N. S. do Rosário.

São Cristóvão:

Centro Social Santa Clara.
Paróquia de Nossa Senhora da Vitória.

Simão Dias:
Centro Educacional de Simão Dias.

ESTADO DO AMZONAS

Manaus:
Inspeção Missionária Laura Viçosa — Irmãs Salesianas.

Inspeção Salesiana Missionária de Amazônia.

Instituto de Obras Educacionais e Sociais do Amazonas (I.O.E.S.A.).

Serviço de Evangelização da Amazônia.

Sociedade Cultural e Beneficente do Povo.

União Beneficente Juticultores e Agricultores do Amazonas.

Telef:
Conferência de Santa Tereza de Teff da Sociedade de São Vicente de Paulo.

ESTADO DA BAHIA

Belmonte:
Associação Beneficente "Amiga Secreta".

Caculé:
Congregação Mariana Nossa Senhora Aparecida da Paróquia de Caculé.

Castro Alves:
Sociedade de São Vicente de Paulo.

Coaraci:
Fundação Educadora Coaraciense, mantenedora do Educandário Pestalozzi e Grupo Escolar de Rosinha.

Legião de Combate à Tuberculose.

Sociedade Beneficente, mantenedora do Lar Fraternal e Casa de Saúde e Maternidade do Lar Fraternal.

Feira de Santana:
Associação Educacional Desembargador Filinto Bastos.

Centro de Assistência Social Santo Antônio.

Centro Espírita Jesus de Nazaré.

Itabuna:
Associação de Beneficência e Cultura Tesópolis.

Itambé:
Educandário Cristo Rei.

Escola Profissional Padre Justino M. Russolillo.

Sociedade Cristo Rei.

Jaguaguara:
Escola e Artesanato Pio XII.

Jazeiro:
Diocese de Juazeiro.

Sociedade de Obras Sociais e Educativas.

Rio Real.
Rosário da Caridade.

Paramirim:
Fundação "16 de Setembro".

Salvador:
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Bairro de Santa Rita.

Associação Educativa Santa Pílomena.

Colégio Nossa Senhora Auxiliadora ou Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora.

Federação Metropolitana das Sociedades de Bairros.

Grêmio São Joaquim.

Hospital Evangélico da Bahia.
Instituto Brasileiro de Medicina Preventiva.

Instituto de Formação Cultural.
Obras de Assistência Social Sacramentinas "OASS".
Obras Sociais Nossa Senhora de Fátima.

Organização de Auxílio Fraternal.

Santa Bárbara:
Centro Social Santa Luiza de Marillac.

Santana:
Instituto Jesus Cristo.

Senhor do Bonfim.
Escolas Profissionais Frederico Marinho e Amélia Rodrigues.

Fundação Bonfinsense de Beneficência e Educação Rural.

Vitória da Conquista:
Casa da Amizade Senhoras Rotarianas.

Clube da Amizade.
Instituto Cristão Alfredo Soares da Cunha.

ESTADO DO CEARA

Acarau:
Associação dos Pescadores de Acarau.

Aracati:
Sociedade Pró-Melhoramento de Aracati.

Barro:
Paróquia Santo Antônio do Barro.

Bela Cruz:
Instituto Imaculada Conceição de Bela Cruz.

Brejo Salto:
Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima.

Instituto Sagrado Coração de Jesus.

Cariré:
Liga de Proteção à Maternidade e à Infância.

Orato.
Congregação das Filhas de Santa Tereza de Jesus.

Escola Normal Rural Madre Ana Couto.

Ginásio Madre Ana Couto.

Fortaleza:
Ação Social da Paróquia da Piedade.

Aero Clube de Teará.

Associação das Irmãs Missionárias Capuchinhas.

Associação de Amparo à Criança Cearense.

Associação de Assistência e Educação Popular.

Centro Espírita União e Caridade Francisco de Assis.

Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Ceará.

Escola de Arte "Osório Sales Coelho".

Escola Fraternal D'Auria.

Fundação São Sebastião.

Instituto Waldemar Falcão.

Lar Antônio de Pádua.

Paróquia de Nossa Senhora Aparecida.

Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Mondubim.

Região Imaculada Conceição.

Sociedade Beneficente dos Moradores do Bairro de Aerolândia.

Sociedade de Proteção à Adolescência, à Infância e à Maternidade de Montese.

Jardim:
Centro Social Santo Antônio.

Juazeiro do Norte:
Centro Social N. S. de Lourdes.
Colônia Agrícola José Xavier.

Marco:
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância.

Messejana:
Instituto "Frei João Pedro de Sexto".

Nova Olinda:
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Nova Olinda.

Piquete Carneiro:
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Piquete Carneiro.

Quixeramobim:
Paróquia de Santo Antônio.
Paróquia de Todos os Santos.

Russas:
Obra do Pão de Santo Antônio.

Santa Quitéria:
Sociedade de Assistência aos Trabalhadores Rurais de Santa Quitéria.

São Luiz do Curu:
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Luiz do Curu.

Senador Pompeu:
Associação Mantenedora da Maternidade e Casa de Saúde Miguel Couto.

Sobral:
Fundação Dom José Tupinambá.
Instituto Beneficente Santa Tereza.

União Operária Beneficente de Amparo à Pobreza de Sobral.

DISTRITO FEDERAL

Brasília:
Associação das Oficinas de Caridade de Santa Rita de Cássia.
Associação de Pais e Mestres do Colégio Marista de Brasília.
Centro de Assistência Educacional e Social de Brasília.
Creche Medalha Milagrosa.
Escola Paroquial N. S. de Fátima.
Escola Profissional Doméstica de Taguatinga.

Grêmio Espírita Ataulpa Barbosa Lima.
Instituto Brasileiro de Educação Social.
Instituto de Educação e Assistência Social São Vicente de Paulo de Brasília.

Instituto de Serviço Social Pax.
Lar das Meninas São Judas Tadeu.
Obras Sociais Santa Isabel.
Paróquia de São José.

ESTADO DE ESPÍRITO SANTO

Afonso Cláudio:
Conferência de São Vicente de Paulo de São Sebastião do Alto Guandu.
Cachoeiro do Itapemirim:
Aprendizado Agro-Industrial de Prosperidade.
Escola Industrial Mário Resende.

Castelo:
Congregação Mariana N. S. da Penha.

Colatina:
Instituto de Ensino Secundário de Pancas.

Sociedade Beneficente de Educação e Ensino de São Gabriel da Palha.
Laginha — Município de Pancas.

Associação Beneficente de Laginha.

Marapé:
Colégio São Felipe

Santa Tereza:
Educandário Seráfico São Francisco de Assis.

São Mateus:
Comitê Pró-Melhoramentos Jaguare.

Venda Nova:
Hospital Padre Máximo.
Vitória:

Cidade do Garoto Dom João Batista.
Escola de Baile de Vitória.
Instituto Educacional do Espírito Santo (INEDES).

Instituto Sagrada Família.

ESTADO DE GOIÁS

Anápolis:
Centro de Assistência Social de Anápolis (C.A.S.A.).
Maternidade Dr. Adalberto Pereira da Silva.

Campo Alegre:
Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Campo Alegre.

Goiânia:
Casa do Estudante do Norte (C.E.N.G.).
Centro de Assistência Social de Campinas.
Centro Espírita Amor e Caridade.
Grupo de Fraternidade Irmão Aniceto.

Jataí:
Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem.

Miracema do Norte:
União Artística Miracemense.

Morrinhos:
Lar Dona Francisca Nazareth de Moraes.

Natividade:
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Natividade.

Vianópolis:
Associação Hospitalar Dr. Mário Pinotti.

ESTADO DA GUANABARA

Rio de Janeiro:
Abrigo dos Socorridos da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida.
Ação Social de Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento de Brisa Mar.
Ação Social São Vicente de Paulo.
Associação Brasileira de Cegos.

Associação Brasileira de Imprensa Médica.
Associação Brasileira de Obstetrias.
Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes.
Associação de Nossa Senhora Menina.

Associação dos Dispensaristas do Estado da Guanabara.
Associação dos Ex-Alunos do Colégio Militar.

Associação dos Servidores do Hospital dos Servidores do Estado (HSE).
Associação Evangélica de Proteção aos Menores.

Cabana da Vovó Engrácia.
Campanha Iboeana Contra a Tuberculose.
Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Casa das Palmeiras.
Centro de Audiovisualismo Pedagógico.

Centro dos Estudantes Maranhenses.

Centro Educacional de Vaz Lóbo.

Centro Espírita Cristófilos.
Centro Espírita Vovó Maria Redonda.

Clube Otimismo.
Colégio Batista Shepard.
Confederação Evangélica do Brasil.

Conservatório Musical Copacabana.
Escola de Pós-Graduação Médica Carlos Chagas.

Federação Brasileira de Associação de Engenheiros.
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
Grupo Espírita Agostinho e Tereza de Jesus.

Hospital Estadual Miguel Couto.
Instituto Jesus Eucarístico.
Obra Auxiliadora de Lucas.

Obras de Assistência Social da Paróquia de Bom Jesus da Penha.
Obras Sociais Ajuda Teu Irmão.
Serviço Social do Comércio (SESC).

Sociedade Beneficente Santo Agostinho.
Sociedade Beneficente São Carlos Borromeu.

Sociedade Brasileira de Cancerologia.

Sociedade Brasileira de Cardiologia.

Sociedade Brasileira de Radiologia.
Sociedade Congregação Missionária.

Sociedade de Beneficência e Amparo ao Lázaro Pobre.

Sociedade Educadora Imaculado Coração de Maria.

Sociedade Educadora Nossa Senhora da Piedade.

Sociedade Espanhola de Beneficência.

Sociedade São Sebastião Contra o Câncer.

Sociedade União Comercial dos Varejistas de Secos e Molhados.

Tenda Espírita de Caridade.

Tenda Espírita Tupinambá.

União dos Cantadores e Polcristas do Brasil.

União dos Escoteiros do Brasil — Região do Estado da Guanabara.

União Nacional dos Auxiliares de Enfermagem.

ESTADO DO MARANHÃO

Bacabal:
Sociedade Humanitária e Beneficente de Bacabal.

Bacuri:
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância.

Codó:
Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo.

Colinas:
Fundação Educacional Governador Newton Bello.

Governador Archer:
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância.

Imperatriz:
Sociedade Beneficente Hospital-Maternidade Ebenezzer.

Morros:
Associação de Assistência Social Nossa Senhora de Nazaré de Morros.

Pirapemas:
Paróquia de Pirapemas.

Porto Franco:
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância.

Riachão:
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Riachão.

Ribamar:
Fundação Maranhense Educacional Agropecuária.

Santo Antônio dos Lopes:
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância.

Timbiras:
União Artística Operária Timbirense.

ESTADO DE MATO GROSSO

Aparecida do Taboado:
Instituto Cônico Maria Fusco.

Barra do Garças:
Instituto Santa Maria.

Campo Grande:
Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora.

Instituto Missionário São José.

Corumbá:
Seleção Sociedade Caritativa e Humanitária.

Diamantina:
Associação Diamantinense de Proteção à Maternidade e à Infância.

Educandário Santa Teresinha.

Vila Glória — Dourados:
Instituto Educacional Sete de Setembro.

Sociedade Amigos de Vila Glória.

Guiratinga:
Sociedade Beneficente e de Assistência "Getúlio Vargas".

Nova Andradina:
Serviço de Assistência Social.

Rio Verde:
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância.

Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância.

Três Lagoas:
Centro Social de Assistência e Caridade.

Vila Brasil — Município de Dourado:
Movimento Social Palotino.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Acaia:
Conselho Particular das Conferências de São Vicente de Paulo.

Aimorós:
Fundação Educacional São José.

Alagoa — Município Ilamonte:
Conferência Vicentina de Nossa Senhora do Rosário.

Almas:
Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo.

S.A.R.A.I. Serviço de Assistência e Recuperação de Adulto e da Infância.

Areão:
Obras Sociais da Paróquia de Areão.

Argirita:
Sociedade de Assistência Médico-Social de Argirita.

Barra Longa:
União Musical São José.

Belo Horizonte:
Academia Mineira de Letras.

Associação Educativa e Assistencial Regina Pacis.

Beneficência Franciscana.
Centro Cultural Hispano Brasileiro.

Colégio Coeur de Jesus.
Congregação das Irmãs Clarissas Franciscanas.

Congregação Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria.

Editora São Vicente.
Educandário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Colégio Comercial Professor Humberto Rosas.

Fundação Arapira.
Fundação Universidade Mineira de Arte.

Instituto Padre Machado.
Missão Ramacrisma.

Mosteiro Nossa Senhora das Graças.
Sanatório Eugénia Vargas.

Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa de Belo Horizonte.

Sociedade Civil das Irmãs Missionárias Capuchinhas da Região Sagrada Coração de Jesus.
Ação Social Padre Eustáquio, ex-Únion Operário Padre Eustáquio.

Distrito de Bicuiba:

Assistência Social Padre Fialho.

Brasília de Minas:

Sociedade Euterpe Fraternidade.

Campo Belo:

Associação de Amparo ao Trabalhador de Campo Belo.

Caratinga:

Ação Social Diocesana.

Carmo da Mata:

Santa Casa de Misericórdia de Carmo da Mata.

Carmo de Paranaíba:

Ginásio Alto Paranaíba do Instituto Alto Paranaíba.

Carneirinho:

Sociedade São Cristóvão Pró-Melhoramentos de Carneirinhos.

Divinópolis:

Fundação Geraldo Correia.

Esmeraldas:

Cruzada Feminina de Assistência.

Florestal:

Confraria de São Sebastião.

Formiga:

Associação de Amparo ao Trabalhador de Formiga.

Frutal:

Obras Sociais da Igreja Matriz de Frutal.

Guia Lopes:

Conferência de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro da Sociedade de São Vicente de Paulo de Guia Lopes.

Itajubá:

Assistência Social São José.
Fundação Teodomiro Santiago.
Sociedade Religiosa Moral e Científica.

Itamarandiba:

Associação de Proteção e Assistência à Infância (APAI).

Itamonte:

Obras Sociais da Paróquia de Itamonte.

Juiz de Fora:

Centro de Assistência Social Nossa Senhora Aparecida.

Federação das Congregações Marianas da Arquidiocese de Juiz de Fora.

Fundação Educacional Machado Sobrinho.

Mosteiro de Santa Cruz.

Obras Sociais de Santa Luzia.

Sociedade Difusora de Cultura "Sociedade".

Mariana:

Congregação das Irmãs Carmelitas da Divina Providência.

Mateus Leme:

Hospital Santa Terezinha.

Monte Carmelo:

Santa Casa da Sociedade de São Vicente de Paulo.

Monte Santo:

Organização Educacional das Irmãs Sacramentinas.

Paracatu:

Sociedade de Educação Paracatuense.

Paraguaçu:

Hospital e Maternidade São Francisco de Assis.

Patrocínio do Muriaé:

Caixa Escolar do Grupo Escolar José Bonifácio.
Fundação Educacional Juscelino Kubitschek.

Patronato Dona Geni Daher.

Poços de Caldas:

Hospital Cosme e Damião para Doenças Nervosas.

Ponte Nova:

Centro dos Chauffeurs de Ponte Nova.

Raul Soares:

Congregação Mariana N. Senhora Aparecida e São Luiz Gonzaga.

Corporação Musical Raulsoarense.

Fundação Educacional Juarez de Souza "Carmo".

Sabará:

Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo.

Santo Antônio de Leverger:

Educandário Imaculada Conceição.

São João Del Rei:

Fundação Sanjoanense de Ensino e Cultura.

Tapira:

Ação Social dos Salesianos.

Teixeiras:

Associação Recreativa Teixeiraense.

Corporação Musical Dezesete de Dezembro.

Sociedade São Vicente de Paulo de Teixeira.

Uberaba:

Sociedade Conservatória Musical de Uberaba.

Teixeiras:

Sociedade São Vicente de Paulo de Teixeira.

Varginha:

Associação Recreativa Beneficente Operária "ARBO".

Vicosa:

Centro de Assistência ao Escolar Pobre.

Clube do Nativos.

União dos Estudantes Secundários de Vicosa.

Vila de Viadinho.

Conferência Nossa Senhora da Conceição.

Virginópolis:

Casa de Caridade Santo Antônio.

Visconde de Rio Branco:

Lactário Nossa Senhora Aparecida.

PARA

Abate de Tocantins:

Escola Paroquial N. S. da Conceição de Abate de Tocantins.

Alenquer:

Plá União de Santo Antônio.

Belém:

Associação Beneficente dos Aposentados e Pensionistas do Instituto e Caixas de Previdência Social.

Associação das Obras Sociais e Educacionais da Paróquia de Santa Terezinha.

Associação dos Amigos do Bairro do Marco.

Associação dos Antigos Alunos Marianistas.

Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará.

Caixa Beneficente dos Internados da Colônia do Prata.

Congregação das Religiosas Angélicas de São Paulo (mant. do Instituto Pio XII).

Fundação Pestalozzi do Pará.

Sociedade Beneficente Adventista.

Paróquia de Juruti.

Clube de Mães de Marabá.

Escola de Artes Domésticas da Paróquia de Sant'Ana.

Sociedade das Obras Sociais da Paróquia de Sant'Ana de Óbidos.

Sociedade Artística Beneficente Rodrigues dos Santos.

Sociedade Beneficente Ordem Progresso.

Sociedade Civil Pátria e Cultura.

Sociedade dos Agrônomos e Veterinários do Pará.

União Norte Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Cametá:

Instituto Nossa Senhora Auxiliadora.

Igarapé-Açu:

Associação Rural de Igarapé-Açu.

PARAIBA

Areia:

Sociedade Beneficente N. S. de Fátima às Mães Pobres.

Bayeux:

Esporte Clube São Paulo.

Boqueirão dos Cochos:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Boqueirão dos Cochos.

Campina Grande:

Instituto São Vicente de Paulo.

Sociedade Mantenedora Faculdade de Odontologia.

João Pessoa:

Ginásio Comercial Afonso Pereira.

Instituto de Cultura Brasileira.

Instituto dos Cegos da Paraíba.

Adalgiza Cunha.

Juventude Teatral de Cruz das Armas (Juiteca).

Lar da Criança.

Sociedade Paraibana de Combate ao Câncer.

Sociedade Paraibana de Higiene Mental.

Sociedade de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância.

Lagoa:

Mãe D'Água:

Sociedade São Vicente de Paulo.

Sociedade São Vicente de Paulo.

Pocinhos:

Casa de Caridade Padre Ibiapina de Poucos.

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância.

Riacho dos Cavalos:

Associação Rural de Riacho dos Cavalos.

São José de Piranhas:

Assistência Médica Dentária de São José de Piranhas.

Associação de Proteção e Assistência à Assistência à Infância.

Sociedade Mantenedora do Hospital Regional de Souza.

Souza:

Agular:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Agular.

Antônio Olinto:

Imandade do Hospital N. S. Milagrosa.

Cambé:

Instituto N. S. Auxiliadora.

Cianorte:

Instituto Social e Rural de Cianorte.

Curitiba:

Ação Social Amor Divino.

Associação dos Servidores do DNE-Rural.

Associação Mariana das Benhoras da Paróquia dos Padres Brasileiros.

Centro de Pesquisas e Ensino de Pedagogia.

Serviço de Hidratação "José Rubens Lima".

Centro Paranaense de Pesquisas Médicas.

Congregação da Missão.

Fundação "A Voz do Povo" ou Associação "A Voz do Povo".

Instituto Beatíssima Virgem Maria.

Instituto de Reabilitação do Paraná.

Ginásio "São José".

Londrina:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Londrina.

Instituto Familiar Londrina.

Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais.

Educandário São José.

Paranáguá:

Asilo de Velhos Lins de Vasconcelos.

Hospital São João Batista.

Paulo Frontin:

Hospital São João Batista.

Ponta Grossa:
Instituto Popular de Assistência Social.

Quatro Pontes:

Sociedade de Ensino de Beneficência.

PERNAMBUCO

Alagoinha

Centro Cultural e Beneficente de Alagoinha.

Arcoverde

Associação Santa Luiza de Marillac Obras Sociais da Paróquia de Arcoverde.

Sociedade Evangélica de Assistência Social.

Caruaru

Associação Educacional Hildebrando Rodrigues.

Associação Profissional do Comércio de Vendedores Ambulantes e de Caruaru.

Centro de Assistência Social de Caruaru.

Externato Castro Alves.

Externato Dona Amélia Pontes.

Externato Misto Nossa Senhora da Saúde.

Externato Padre José da Nóbrega.

Externato Santa Margarida.

Externato Santa Verônica.

Externato São Judas Tadeu.

Externato Stela Matutina de Caruaru.

Externato 25 de Dezembro.

Instituto de Aprendizagem Doméstica e Ensino Primário de Caruaru.

Gamelaire

Ação Paroquial de Assistência.

Garanhuns

Serviço Diocesano de Assistência Rural.

Jaboatão

Escola Primária Assembléia de Deus.

Limoeiro

Cruzada de Assistência Social de Limoeiro.

Nazaré da Mata

Aéreo Clube de Nazaré da Mata.

Olinda

Centro Social Sarah Kubitschek.

Ouricuri

Círculo Operário de Ouricuri Palmares.

Palmeiras

Diocese de Palmeiras.

Recife

Associação Mantenedora do Externato e Internato Tiradentes.

Centro dos Estudantes Secundários de Pernambuco.

Clube Sargen Wolff

Escola Dagoberto Pires.

Escola de Alfabetização São José.

Escola Doméstica Dona Maria Botelho.

Escola Espírita Francisco de Assis.

Escola Padre Manoel Machado.

Escolas Primárias da Assembléia de Deus.

Externato Ebenezzer do Recife.

Fundação Frei Caneca de Assistência Social.

Fundação Social Maria do Carmo Maranhão.

Instituto Roberto Falley.

Instituto Santa Maria Mazzarello.

Sociedade Educacional e Esportiva da Iputinga.

Sanharó

Escola de Dattlografia N. S. do Carmo.

Santo Antônio

Centro Social de Vitória de Santa Antão.

Sertania

Casa do Menor de Sertania.

Conferência São Vicente de Paulo.

Timbaúba

Conferência São Vicente de Paulo.

Vicência
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Vicência.

Vitória de Santo Antão
Escolas Paroquiais da Paróquia de Santo Antão da Vitória.
Instituto Carlos Kingston.

RIO DE JANEIRO

Araucária

Associação Católica Empreendimentos de São Vicente de Paulo.

Barra do Pirai
Centro Espirita Pai José Cambinda.
Escola Rural Bom Jesus da Boa Vista.

Barra Mansa
Centro do Provenção ao Câncer do Vale do Paraíba.

Campos
Caixa Escolar do Município de Campos.

Lions Clube de Campos.
Sociedade Musical Operários Campestres.
Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos.

Correias
Associação Sanatório Nossa Senhora das Graças.

Duque de Caxias
Associação Espirita Cairbar Schmitel.
Centro Espirita Bezerra de Menezes.

Centro Espirita Caminhos de Jesus.
Centro Espirita Mansão do Divino Pastor.

Gravata Espirita Discípulos Allan Kardec.
Grupo da Fraternidade Ana Prado.
Grupo Espirita Consolador Promotido.

Magé
Casa da Criança Pobre.

Mangaratiba
Caixa Escolar de Itacuruçá.

Maricá
Associação de Auxílio aos Necessitados.

Obras de Assistência Social de Nossa Senhora do Amparo.

Mendes
Sociedade Amigos de Mendes.

Nilópolis
Instituto Psico-Social Brasileiro — (IPSB).

Niterói
Associação Fluminense de Municípios.

Centro Espirita Irmã Pepa
Centro Espiritualista Jesus Nazareno.

Centro Pró-Melhoramentos de Tenente Jardim e Adjacências.
Sindicato dos Professores do Ensino de Arte, do Ensino Primário e Secundário, de Ensino Comercial e de Ensino Orfeônico de Niterói e São Gonçalo.

Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói.

Nova Friburgo:
Missão Ramatis da Fraternidade Cristã de Nova Friburgo.
Obras Sociais Francisco Oliveira — Nova Iguaçu.

Petropolis:
Associação das Damas Hospitalares.
Centro Social Dominus Dei.
Clube Musical Euterpe.
Congregação de São Carlos.
Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo.
Ginásio São Vicente de Paulo.
Orquestra Filarmônica de Petrópolis.

Teatro Experimental Petropolitano.
Casa de Caridade de Pirai — Pirai.
Campanha dos Voluntários de Bem — Porciúncula.

São Gonçalo:
Casa do Pequeno Evangelista.

Casa São Geraldo e Dispensário Catharina Labouré.
Centro Espirita Santa Bárbara.
Associação Filantrópica Ruy Barbosa — São João da Barra.
Centro Infantil Católico São José — São José do Rio Preto.

Teresópolis:
Lar Isabel a Redentora.

RIO GRANDE DO NORTE

Caicó:
Internato Presbiteriano de Caicó.
Centro Estudantil Jardimense — Jardim do Seridó.

Natal:
Abrigo Jesus Maria José.
Centro Social N. S. de Fátima.
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Trairi — São José Campestre.

RIO GRANDE DO SUL

Alegrete:
Instituto Rural Metodista de Alegrete.

Arvorezinha:
Sociedade Beneficente Santo Antônio.

Fundação Orfanato Bidart, modificou o nome para Fundação Bidart — Educação e Assistência — Bagé.
Sociedade Educacional Nossa Senhora da Piedade — Barra do Ouro.
Ação Social da Paróquia de Nossa Senhora de Belém — Belém Novo.
Sociedade Cultural de Cacequi — Cacequi.

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância "Sagrada Família" — Cachoeira do Sul.

Coral Cachoeirense.
Escola Major José Carlos Barbosa ou Escola José Bonifácio.
Hospital Paraíso.
Sociedade Beneficente Dr. Sílvio Scopel.

Sociedade Escolar Apostólica Mãe Admirável — Campo Novo.

Sociedade Canelense de Amparo à Infância e Indigentes — Canela.

Ação Social Santa Isabel — Canoas.
Sociedade Cultural e Beneficente Castro Alves.

Sociedade Metodista de Amparo à Infância Carazinhense (SOMATO) — Carazinho.

Ação de Recuperação Social (A. R. S.) — Caxias do Sul.

Associação Infância-Juvenil Esperança.
Ginásio Santa Ursula.

Sociedade Auxiliadora do Tuberculoso Pobre.
Sociedade Educadora em Beneficência do Sul.

Hospital São Camilo de Leão — Cérrito Laço.

Movimento de Recuperação Social e Econômico (M.R.S.E.) — Colônia São Pedro Torres.

Sociedade Beneficente Hospital São Roque de Constantino — Constantino.

Sociedade Escolar José Bonifácio — Conventos-Lajeado.

Círculo de Pais e Mestres da Escola Rural Reunida de Coqueiro Baixo — Coqueiro Baixo — Distrito de Nova Grécia.

Hospital N. S. de Fátima — Cruz Alta.

Pôrto Alegre:
Associação para Manutenção do Hospital Moínhos de Vento.

Associação São Batista La Salle.
Centro Acadêmico Agostinho Gemelli.

Centro de Professores do Ensino Rural do Rio Grande do Sul.
Cineclubes Pró-Dro.

Clube da Alegria.
Clube Nordestino.
Escola de Radiotelegrafia Imperial.
Federação Brasileira de Ex-Alunos Lassalistas.

Federação das Associações Gaúchas de Antigos Alunos Maristas.
Federação dos Centros Culturais de Juiz de Fora.

Federação dos Estudantes Universitários Particulares do Rio Grande do Sul.

Fundação João Wallig.
Grupo Espirita Ubaíslia N. Senhor do Bonfim.

Hospital de Pronto Socorro de Pôrto Alegre.

Instituto Santa Luzia — Ginásio e Escola Profissional para Cegos.

Instituto Social Cristão de Reforma de Estruturas.
Obras Assistenciais Franciscanas.

Sociedade Beneficente Professora Vânia Medeiros Mincarone.
Sociedade Civil "Servos da Caridade".

Sociedade Espirita Feminina Maria de Nazaré.
Sociedade Espirita Luz e Fraternidade.

Sociedade Praterno Auxílio.
Sociedade de Educação Santa Rosa de Lima.

União de Umbanda do Estado do Rio Grande do Sul.

Restinga Seca:
Hospital de Caridade São Francisco.

Rincão da Porta:
Sociedade Hospitalar Rincão da Porta.

Rosário do Sul:
Centro Educacional da Igreja Metodista do Rosário do Sul.

Salvador do Sul:
Associação Rural de Pequenos Agricultores.

Santa Cruz do Sul:
Instituto (das Filhas) de N. S. do Perpétuo Socorro.

Sociedade Cinástica.

Santa Maria:
Escola Normal Regional Medianeira.
Instituto Cultural Beneficente "Mediatrias".

Associação do Ginásio Concórdia.

Santo Angelo:
Casa dos Subtenentes e Sargentos.
Escola Apostólica da Sagrada Família.

São Borja:
Centro Espirita de Umbanda São Jorge.

São Francisco de Paulo:
Sociedade Beneficente Hospital São José de Cambara.

São Jerônimo:
Sociedade de Educação Santo Alberto Magno.

São Leopoldo:
Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

São Sebastião do Cai (Feliz):
Sociedade Santa Catarina.

São Sebastião do Cai:
Sociedade Cultural São Vendelino.

Taquari (Tabaí):
Hospital de Caridade São Antônio.

Torre:
Hospital Nossa Senhora dos Navegantes.

Venâncio Aires:
Paróquia de Santa Inês do Mato Leitão.

Lajeado (Veranópolis):
Clube da Mocidade Mansueto Bernardi.

Lagoa Vermelha (Vila Barracão):
Hospital São Valentim.

Vila São Pedro:
Associação Beneficente Social e Cultural.

Vila Vicente Duarte (Mun. Frederico Westphalen):
Sociedade Hospitalar Águas do Prado.

Encruzilhada do Sul:
Sociedade São José — Dom Feliciano 3º Distrito.

Estrela:
Sociedade Escolar D. Pedro I, mantida pela Escola D. Pedro I.

Faxinal Soturno:

Sociedade Franciscana de Educação e Cultura.

Canguçu:
Serviço de Assistência Social — Paróquia N. S. da Conceição.

Jaquirana — Francisco de Paula:
Hospital de N. S. da Caravaggio.

Júlio de Castilho:
Sociedade Beneficente Santo Antônio.

Lajeado:
Sociedade de Assistência à Infância Desamparada e de Auxílio aos Necessitados (SAIDAN).

Linha Andreas — Município de Vera Cruz:
Comunidade Evangélica Luterana do Redentor.

Linha Santo Antônio 4º Distrito de Estrela:
Comunidade Escolar Católica de Beija-Flor.

Marau:
Associação Beneficente S. Francisco de Assis.

Clube de Formação Cívica de Marau.

Monte Belo:
Sociedade Educacional e Cultural 24 de Maio.

Montenegro:
Sociedade Beneficente Espiritualista.

União Montenegrina de Estudantes Secundários.

Nova Prata — Parai:
Paróquia de São Braz.

Osório:
Hospital Beneficente Santa Luzia.

Passo Fundo:
Sociedade Hospitalar Beneficente São Vicente de Paulo.

Palmeiras das Missões:
Escola Santa Maria Goretti.

Pelotas:
Centro Acadêmico D. Helder Câmara.

Escola Professor Alfredo Dub.
Hospital Doutor Ernesto Maurício Arndt.

Instituto Pró-Ensino Superior no Sul do Estado.
Sociedade Beneficente São José.

Pinhal Alto:
Comunidade Escolar São José.

Pôrto Alegre:
Ação Social da Paróquia Auxiliadora (ASPA).

Ação Social Pio II da Paróquia de Santo Antônio de Partenon.
Associação dos Engenheiros de 1965 — Escola Engenharia.

S. PAULO
Santo André

Sociedade Missionária dos Franciscanos Menores Convencionais.

Santos
Cruz Vermelha Brasileira — Filial de Santos.

São João da Boa Vista
Associação dos Servidores Municipais de São João da Boa Vista.

Centro Espirita Monte Tabor.
São José dos Campos

Instituto Auxiliadora.
Instituto Salesiano Padre Rodolfo.

São José do Rio Claro
Instituto Comboniano de São Judas Tadeu.

São Paulo
Associação Beneficente Bonfiglioli.

Associação Cruz Verde Pró-Sanatório Infantil de Paralisia Cerebral Irrecuperável.

Associação das Irmãs Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus.
Associação dos Empregados no Comércio de São Paulo.

Associação dos Ex-Alunos da Faculdade de Economia, Finanças e Administração de São Paulo.
Associação Educativa e Assistencial Maria Imaculada.
Associação Instrutora da Juventude Feminina.
Associação Museu de Artes.
Associação Santo Agostinho — ASA.
Centro de Reabilitação "São Paulo".
Centro Espírita Nosso Lar — Casas André Luis.
Colégio Santa Inês.
Congregação Mekor Haim.
Educandário Nossa Senhora das Graças e Escola Industrial Nossa Senhora da Salette.
Educandário Régia Luz.
Fundação Nilo Carvalho.
Fundo de Ação Social.
Ginásio Rainha dos Apóstolos.
Grêmio Recreativo Olímpicus de Vila Marieta.
Instituto Joaquim Nabuco.
Instituto Mater Dei.
Instituto Santa Terezinha.
Osvaldo Cruz.
Santa Casa de Misericórdia de Osvaldo Cruz.
Penápolis
Centro Espírita "Discípulos de Jesus".
Pindamonhangaba
Lar da Criança irmã Júlia.
Legionários na Defesa do Menor.
Pinhal
Serviço de Obras Sociais.
Piracicaba
Assistência Social da Paróquia de Bom Jesus.
Pia União de Santo Antônio.
Pitangueiras
Associação Atlética de Pitangueiras.
Pontal.
Centro Espírita Pequenininho Euripedes de Balsaneto.
Conferência de São Lourenço da Sociedade de São Vicente de Paulo de Pontal.
Lar dos Velhinhos Padre Afonso.
Pôrto Feliz
Paróquia N. S. Mãe dos Homens.
Presidente Altino
Casa de Santa Gema para o Operário Pobre.
Presidente Prudente
Asilo Vicentino São Rafael.
Associação Regional Espírita de Assistência da 25ª Região.
Ribeirão Bonito
Hospital Bom Jesus — Sociedade Beneficente.
Ribeirão Preto
Associação das Voluntárias de Santa Rita de Cássia.
Associação de Assistência Social dos Tuberculosos.
Associação dos Cronistas e Locutores Esportivos.
Conselho Central de Ribeirão Preto da Sociedade de São Vicente de Paulo.
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.
Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário.
Patronato Madre Mazzarello.
Sanatório Espírita Vicente de Paulo.
Sociedade Agostiniana de Beneficência e Educação.
Rio Claro
Associação das Senhoras dos Rotarianos de Rio Claro.
São Anastácio
Sociedade das Damas de Caridade da Vila Vicentina.
Águas de Lindóia
Clube de Turismo "Umuarama" de Águas de Lindóia.
Aparecida
Sociedade Santuário Nacional de N. S. Aparecida.
Araçatuba
Fundação Mirim de Araçatuba.
Instituto Educacional de Polícia Mirim.
Araçatuba
Colégio Duque de Caxias.

Paróquia de São Geraldo de Araçatuba.
Assis
Associação Luiza de Marillac.
Sociedade de Obras Beneficentes de São José Operário.
Bebedouro
Conferência de São Luiz Gonzaga da Sociedade de São Vicente de Paulo de Bebedouro.
Sociedade de Socorro e Assistência às Famílias Indigentes.
Bragança Paulista
Casa São Luiz das Irmãzinhas Imaculada Conceição.
Brotas
Casa da Criança de Brotas.
Centro Cultural de Brotas.
Buritama
Santa Casa de Misericórdia São Francisco de Buritama.
Cafelândia
Fundação de Proteção Criança Desamparada "Lar Rosália".
Campinas
Aero-Clube de Campinas.
Paróquia do Senhor do Bonfim.
Sociedade de Educação e Beneficência São Domingos.
Teatro do Estudante de Campinas.
União Social de Cultura e Esportes.
Capão Bonito
Legionários em Defesa do Menor.
Cajanduba
Lar Ortega Josué.
Ferraz de Vasconcelos
Associação Católica de Serviços Sociais de Ferraz de Vasconcelos.
Franca
Fundação Espírita Judas Escariotes.
Gália
Creche Dona Miquelina Scarpelli Benfatti.
Garça
Associação Beneficente Espírita de Garça.
Guaira
Sociedade da Santa Casa de Misericórdia de Guaira.
Guaraci
Assistência Vicentina de Guaraci.
Guaratinguetá
Casa do Puríssimo Coração de Maria.
Sociedade Frei Galvão de Guaratinguetá.
Guarulhos
Sociedade dos Padres Teatinos.
Ibaté
Paróquia São João Evangelista Ibaté.
Ibiuna
Corporação Musical Lira Unense.
Indaiatuba
Centro Espírita Apóstolos do Bem.
Ipuã
Centro Espírita Allan Kardec.
Itaberaba
Associação das Senhoras Evangélicas Amália C. Capellari.
Itapetininga
Fundação "Assistência, Lar e Educandário Achilles Bochiari".
Itaquera
Cidade dos Velhinhos Santa Luiza de Marillac.
Jaboticabal
Associação Beneficente Fraterno Auxílio Cristão N. S. do Carmo.
Despensa Vicentina da Aparecida.
Paróquia de N. S. da Aparecida.
Jaraçatã — Município de Miracatu.
Obras Sociais da Igreja Paroquial de Jaraçatã (Assistência à Criança).

Jundiaí
Associação Protetora de Menores — (A.P.M.).
Sociedade Civil "Miriam".
União Espírita Jundiaense.
Leme
Associação das Damas de Caridade de Leme.
Lençóis Paulista
Associação de Proteção à Infância e Amparo à Velhice.
Lins
Serviço Social Rural de Lins.
Lorena
Ginásio São Joaquim.
Marília
Ação Social Franciscana de Marília.
Associação de Assistência Social aos Tuberculosos do Dispensário de Marília.
Grupo Estudantil de Teatro Amador de Marília (G.E.T.A.M.).
Mairiporã
Sociedade Beneficente N. S. do Desterro.
Matão
Centro Espírita Amantes da Pobreza.
Mirassol
Fundação Cândido do Brasil Estrela.
Murutinga do Sul
Círculo Operário Rural de Murutinga do Sul.
Paróquia São José de Murutinga do Sul.
Olimpia
Cruzada Assistencial Espírita Cristã.
Oswaldo Cruz
Casa da Criança.
São Paulo
Lar da Criança Feliz.
Lar Escola Bela Vista Ex-Educandário Régia Luz.
Obras Sociais Santo Hilário.
Seminário Preparatório.
Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.
Sociedade Amigos das Vilas Unidas.
Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sirio Libanês.
Sociedade Cedro do Líbano de Proteção à Infância.
Sociedade Civil Irmãs da Santa Cruz.
Sociedade Concepcionista do Ensino.
Sociedade Cultural Sino-Brasileira.
Sociedade Educadora da Infância e Juventude.
Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina.
Sorocaba
Aero-Clube de Sorocaba.
Centro Espírita Fé em Deus.
Paróquia N. S. da Ponte.
Sociedade Beneficente e Protetora dos Chapelheiros de Sorocaba.
Sociedade Cultural Espírita Irmãos de Caridade.
Taquarituba
Associação Atlética Taquarituba.
Tietê
Associação das Damas de Caridade de Tietê, mantenedora do "Lar São Vicente de Paulo".
Tupã
Centro Social de Santa Catarina de Sena.
Vila Aricanduva
Círculo Operário de Gualauna.
Vinhedo
Irmãndade da Santa Casa de Vinhedo.
Votuporanga
Associação Beneficente Evangélica.
Igreja Evangélica Assembléia de Deus.
SANTA CATARINA
Pôrto União
Sociedade Educadora Santos Anjos.

São Carlos
Sociedade Aliança Católica de São Carlos.
Sociedade Hospitalar Padre João Berthier.
São Joaquim
Paróquia de São Joaquim.
Tangará
Sociedade de Amparo à Maternidade e à Infância.
Trombudo Central
Hospital Trombudo Central.
Urussanga
Ginásio Municipal de Urussanga.
Videira
Hospital Salto Veloso.
Alfredo Wagner
Hospital Nossa Senhora do Perpetuo Socorro e Maternidade Nossa Senhora do Parto.
Barreiros
Ação Social de Barreiros.
Blumenau
Ação Social da Paróquia de São Paulo Apóstolo.
Campo Alegre
Sociedade Hospitalar Beneficente Santíssima Trindade.
Capinzal
Paróquia de São Paulo Apóstolo.
Chapadão
Ação Social Diocesana "Diocese Chapadão" (ASDI).
Dionísio Cerqueira
Instituto Santa Maria Goretti.
Florianópolis
Academia de Comércio de Santa Catarina.
Associação Catarinense de Medicina.
Pia União de Santo Antônio.
Sociedade Cultural e Beneficente Nova Lourdes.
Grã Pará
Sociedade de Assistência aos Necessitados de Ajuda.
Guaraciaba
Sociedade Beneficente Hospital São Lucas.
Imbituba
Hospital de Caridade e Maternidade de S. Camilo.
Itajaí
Sociedade Cultural e Beneficente Sebastião Lucas.
Joacaba
Sociedade Espírita "Lar de Jesus".
Joinville
Escola de Enfermagem São José.
Sociedade Educacional Tupi.
Sociedade Joinvilense de Amparo à Criança.
Lajes
Ação Social Beneficente da Diocese de Lajes.
Assistência da Ordem Terceira à Infância "Adotai".
Lavras
Associação Beneficente das Senhoras Evangélicas de Lavras.
Major Vieira
Associação Hospitalar Beneficente Santo Estanislau.
Modêlo
Sociedade Hospitalar Beneficente de Modêlo.
Navegantes
Obras Sociais Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes (Os PNSN).
Nova Trento
Escola Artesanal Madre Luiza Botamedil.
Palmitos
Sociedade Hospitalar Divina Providência.
Passo das Antas
Sociedade Hospitalar Beneficente São Roque.
Pinheiro Preto
Colégio Dom Bosco.

RELAÇÃO DAS ENTIDADES REGISTRADAS NO CNSS ATE 31 DE MAIO DE 1965
BAHIA (1964)

Campo Formoso:
União Hospitalar São Francisco.
Cacós:
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância.
Mundo Novo:
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia.
Paulo Afonso:
Hospital Nair Alves de Souza.
Santa Bárbara:
Sociedade Filarmônica 25 de Dezembro.

(1965)

Alagoinhas:
Hospital Regional Dantas Balao.
Gov. Mangabeira:
Associação de Assistência à Maternidade, à Velhice Desamparada.

Ibicara:
Fundação Social e Educacional Presidente Dutra.

Miguel Calmon:
Sociedade Vicentina Nossa Senhora da Conceição.
Sociedade Beneficente S. Domingos de Parejeri.

Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena — Província.

Salvador:
Clas de N. S. da Divina Providência.
Vitória da Conquista:
Centro de Assistência Social de Vitória da Conquista.

CEARA (1964)

Caucaia:
Fundação Educacional Luzardo Viana.

Crato:
Centro Social Nossa Senhora da Penha.

Fortaleza:
Fundação Audílio Pinheiro.
Núcleo de Santa Bárbara.
Hospital Pronto Socorro.
Sociedade dos Amigos do Hospital Psiquiátrico de São Vicente de Paulo Iguatu.

Liga Iguatuense de Proteção aos Inválidos "LIFI".

Itapagé:
Círculo Operário Rural de Itapagé.
Senador Pompeu:
Associação de Educação Profissional de Senador Pompeu.

(1965)

Conselho Regional das Associações "Lutza de Marillac".

Fortaleza:
Associação de Assistência e Educação Popular.

Sociedade Beneficente Médico-Cirurgião — Santo Antônio.

ESTADO DE ALAGOAS (1964)

Maceio:
Fundação Santo Antônio de Educação e Assistência.
Associação Beneficente dos Motoristas.

Grupo União Espirita, mantenedora da Escola Maria de Nazareth.

(1965)

"Maceio:
Associação das Senhoras de Caridade da "Próquia de Jaraguá.
Educandário Coração de Jesus.

DISTRITO FEDERAL (1964)

Brasília:
Instituto Nossa Senhora do Carmo.
Paróquia Nossa Senhora de Fátima.
Obra de Assistência Social Santa Filomena.
Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

(1965)

Casa da Criança — Pao de Santo Antônio.

Casa do Candango.
Ação Social do Planalto.
Sociedade Evangelica Beneficente.

ESPIRITO SANTO (1964)

Celso:
Obras Sociais Atacio de Oliveira Leal.

Vitória:
Associação Médica do Espírito Santo (AMES).

São Torquato:
Associação Beneficente Maternidade Santa Maria de São Torquato — Vila Velha.

Cacoeira:
Caixa ou Escola Beneficente Eliza Fontes.

Atílio Vivacqua:
Sociedade Amigos de Atílio Vivacqua.

Nova Venécia:
Associação Beneficente Igreja Luterana de Córrego Grande — Nova Venécia.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO (1965)

Cariacica:
Centro Cultural e de Assistência Social.

Ibiraçu:
Associação das Irmãs Missionárias Camboianas do Brasil.

Bom Jesus do Norte:
Grupo Espirita Ismael.

Stª Leopoldina:
Obras Sociais da Paróquia de Santa Leopoldina.

São Mateus:
Diocese de São Mateus.

GOIAS (1964)

Luziânia:
Lar das Crianças André Luis.

Paraná:
Associação Beneficente Nossa Senhora de Fátima.

(1965)

Goiânia:
Organização de Saúde do Estado de Goiás.

GUANABARA (1964)

Rio de Janeiro:
Clube Militar.
Fundação Servidores Especial de Saúde Pública.

Instituto Isabel (ex-Asilo Isabel).
Instituto de Estudos e Pesquisas Técnicas.

Escola Rural São José.
Instituto de Educação Pedagógica e Profissional (IOPP).

Fundação Raimundo Ottoni de Castro Maya.

Grêmio Esportivo dos Servidores Públicos.

Serviço Social Champagnat.
Ação Social da Família do Pediatra.

Sociedade Brasileira de Ramonistas.

Maternidade Escola.

(1965)

Colégio Pedro II (interno).
Colégio Pedro II (externato).

MARANHÃO (1964)

Códó:
Associação de Assistência Popular de D. Pedro.

Gov. Eugênio Barros:
União Operária e Agrícola do Governador Eugênio Barros.

Rosário:
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rosário.

São Luis:
Tenda de Umbanda Divina Graça.
MATO GROSSO (1964)

Cassilândia:
Hospital de Cassilândia.

Cuiabá:
Fundação de Saúde Pública de Mato Grosso.

MINAS GERAIS (1964)

Belo Horizonte:
Cultura Artística de Minas Gerais.
Associação Mineira de Combate ao Câncer.

Araguari:
Centro Espirita Caminho da Luz de Pouso Alegre.

Colégio São José de.

Pará de Minas:
Fraternidade de N. S. da Piedade de Pará de Minas, mantenedora da Sopa Santa Isabel de.

Salvinópolis:
Ginásio Municipal Magalhães Carneiro.

Divinópolis:
Obras Sociais da Diocese de Divinópolis.

Belo Horizonte:
Instituto Dom Bosco de.

Guaxupé:
Escola Profissional N. S. Aparecida.

Cássia:
Sociedade de São Vicente de Paulo de.

Leopoldina:
Movimento de Assistência Social (MAS).

Tuatama:
Paróquia N. S. da Abadia.

São João del Rei:
Obras Sociais da Paróquia N. S. do Pilar.

Cristina:
Pósto de Saúde de Cristina.

Juiz de Fora:
Ação Social Arquidiocesana de Juiz de Fora.

Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais.

Belo Horizonte:
Sociedade Mineira do Ensino Médico.

MINAS GERAIS (1965)

Araguari:
Sociedade de Assistência aos Lazos e Desajustados contra Lepra de Araguaçu.

Araçá:
Associação Anti-Alcoólica Araçá.

Belo Horizonte:
Sindicato dos Jornalistas Profissionais.

Divinópolis:
Instituto N. S. do Sagrado Coração.

Esmeraldas:
Paróquia de Santa Quitéria, mantenedora das Obras Sociais da Igreja Matriz e das Obras Sociais da Paróquia de Esmeraldas.

Guaraciaba:
Obras Sociais da Paróquia de Santana de Guaraciaba.

Guaxupé:
Pequena Casa da Divina Providência Dr. José Costa Montelero.

Juruaia:
Assistência Social da Paróquia de Juruaia.

Conferência de São Vicente de Paulo.

Lagoa Formosa:
Fundação Educacional Oswaldo Tolentino.

Manhuaçu:
Lar Armá Sheila.

Ouro Fino:
Instituto de Cultura Santo Antônio.

Passa Quatro:
Instituto Nossa Senhora Aparecida.

Passos:
Associação Educativa e Assistencial Inaculada Conceição.

Piumhi:
Obras Sociais da Paróquia de Piumhi.

Rio Espera:
Centro Educacional de Rio Espera.

Rio Verde:
Escola Domestica Profissional Lar de Maria.

Santa Bárbara:
Ginásio Nossa Senhora do Sagrado Coração.

Stª Rita do Sapucaí:
Casa de Caridade N. S. do Carmo.

São João del Rei:
Colégio N. S. das Dores.

Uberaba:
Beneficência Evangélica Uberabense.

PARA (1965)

Belém:
Instituto São Pedro e São Paulo.

Obidos:
Sociedade dos Padres Missionários de Brelazia de Obidos.

Stª Isabel do Pará:
Instituto Antônio Lemos.

Belém:
Educandário São José de Belém.

Santarém:
Associação dos Estudantes Secundaristas de Santarém.

PARAIBA (1964)

Bananeiras:
Associação do Posto de Puericultura Dr. Júlio Cavalcante Lopes.

Clube de Mães Vidal de Negreiros.

Campina Grande:
Assistência Social Rev. Eduardo Carlos Pereira.

João Pessoa:
Banco de Sangue para Indigentes.

Mamanguape:
Banco de Sangue da Sociedade.

Mamanguape:
Maternidade Municipal N. S. de Rosário.

Olho d'Água:
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Olho d'Água.

Solânea:
Sociedade Civil do Hospital Regional de Solânea.

(1965)

Cabaceira:
Casa de Saúde e Maternidade Maria Otília de Araújo.

Santa Terezinha:
Sociedade de Proteção e Assistência à Infância e à Maternidade Doris Rufino de Lucena.

PARANÁ

(1964)

Curitiba:

Fundação Casa do Trabalhador.
Sociedade Maria Cristina.
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Maringá:
Sociedade de Assistência Social e Educativa de Maringá.

Sertãozinho:
Sociedade de São Vicente de Paulo de Sertãozinho.
Tomazina:

Associação Educacional N. S. das Dores.

(1965)

Curitiba:

Asilo São Luís.
Associação Protetora da Infância Província do Paraná.
Hospital de Clínicas da Universidade do Paraná.

Mandaguari:
União Espírita Allan Kardeck.

Maringá:
Albergue Santa Luiza de Marilac.
Maringá:
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância.

FERNAMBUCO

(1964)

Belém de São Francisco:

Obras Sociais da Paróquia de Belém de São Francisco.

Bezerros:
Paróquia de São Miguel.
Cachoeirinha.
Paróquia de Cachoeirinha.

Camocim de São Félix:
Paróquia de Camocim de São Félix.

Caruaru:
Conselho Particular Vicentino de Caruaru.

Externato N. S. do Monte Carmelo de Caruaru.

Externato Pinto Júnior de Caruaru.

Garanhuns:
Casa do Estudante Pobre de Garanhuns.

Gravatá:
Casa Beneficente Vicente Soares da Silve e Maria Alice — Casa dos Velhinhos.

Recife:
Centro Social Santo Antônio de Recife.

Clube de Engenharia de Pernambuco.
Maternidade e Hospital Infantil da Polícia Militar.

Sociedade Beneficente e Hospital das Usinas de Açúcar de Pernambuco.

São Cruz do Capibaribe:
Paróquia Santa Cruz do Capibaribe.

Pedra:
Sociedade Educativa e Instrutiva do Poço das Ovelhas.

(1965)

Belém de S. Francisco.
Clube Democrático Cultural.

Garanhuns.
Aprendizado Agrícola Santa Rosa de Garanhuns.

Poção:
Abrigo Santo Antônio de Poção.

Recife:
Paróquia do Engenho do Meio.
Preventório Bruno Veloso.

São Vicente Ferrer:
Escola Padre Geminiano.

PIAUI

(1964)

Elesbão Veloso:

Centro Artístico Operário Elesborense.

(1965)

São Raimundo Nonato:
Prelazia de São Raimundo Nonato.

RELAÇÃO DAS ENTIDADES REGISTRADAS NO CNSS ATÉ 30-5-65

RIO GRANDE DO NORTE (1964)

Jardim do Seridó:

Serviço Municipal de Saúde.

Mossoró:

Conselho Executivo do Plano de Valorização do Água e Apoi.

Taipu:

Associação da Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Taipu.

RIO GRANDE DO SUL (1964)

Casca:

Hospital Beneficente Santa Lúcia.

Pelotas:

Sociedade Assistencial N. S. do Carmo.

Porto Alegre:

Casa do Estudante Universitário do Rio Grande do Sul.
Sociedade dos Surdos-Mudos do Rio Grande do Sul

Santa Cruz do Sul:
Instituto de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Tupanciretã:
Loja Maçônica Acácia de Tupan

Viamão:
Centro Acadêmico Teixeira Penido

RIO GRANDE DO SUL (1965)

Porto Alegre:
Fundação Leopoldo Geyer
Sociedade Civil Filhas de Santa Maria da Providência.

Uruguaiana:
Instituto Laura.

Viamão:
Clube Cultural

Westphalen:
Mitra Diocesana de Frederico Westphalen

SANTA CATARINA (1964)

Blumenau:
Associação Beneficente e Filantrópica Dois de Setembro.

Brusque:
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Brusque.

Chapacó:
Escola Normal Regional Bom Pastor.

Corupá:
Congregação das Senhoras Evangélicas de Corupá.

Florianópolis:
Associação Coral de Florianópolis
Congregação das Irmãs da Divina Providência.

RIO DE JANEIRO (1964)

Duque de Caxias:
Associação das Companheiras da Criança.

Mendes:
Pósto de Assistência Social de Cuiçabá Lagos.

União Brasileira de Educação e Ensino.

Nilópolis:
Pronto Socorro de Nilópolis
Casa de Misericórdia de Nova Friburgo

Nova Friburgo:
Benemérita Irmandade de Santa Casa da Jacira.

Teresópolis:

Prefeitura Municipal de Teresópolis (Hospital Municipal de Teresópolis)

(1965)

Petrópolis:

Escola Santa Maria Goretti.

SÃO PAULO (1964)

Mogi das Cruzes:

Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes.

Pereiras:

Paróquia de Nossa Senhora da Conceição.

Ribeirão Preto:

Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

Rinópolis:

Sociedade de Misericórdia de Rinópolis.

Santos:

Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio
Banda Musical Carlos Gomes

São Carlos:

Roupeiro São José

São Domingos:

Retiro Evangélico Beneiah
São João da Boa Vista:
Clube da Amizade

São José do Rio Pardo:

Associação Rio Pardense de Assistência ao Menor

São Paulo:

Associação dos Empregados de Modas — A. Exposição Clima S. A.

Centro Acadêmico João Mendes Júnior da Faculdade de Direito da Universidade de Mackenzie

Centro de Medicina Nuclear anexo à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Centro Regional de Pesquisas — Educacionais Professor Queiroz Filho

Círculo Operário de Santo Amaro

Instituto Adolfo Lutz

Instituto Paulista Médico-Social

Igreja Evangélica Pentecostal

Juventude Operária Católica (JOC)

Mutirão dos Pobres.

Obras Sociais, Universitárias e Culturais.

Serviço de Orientação da Família.

Paróquia de N. S. das Graças do Alto Jabaquara

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Elétrica.

Sociedade Beneficente Antônio

Sociedade de Ensino e Beneficência

União Beneficente Amigos de Santa Terezinha.

Sorocaba:

Fundação Sorocaba.

Urupês

Associação Hebezezes Beneficente de Urupês.

SÃO PAULO (1965)

Araras:

Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo

Campinas:

Centro Audiovisual Evangélico

Sociedade de Socorros.

Garça:

Igreja Presbiteriana Independente da Garça.

Jandira:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância.

Marília:

Restaurante Infantil de Marília

Nuporanga:

Hospital São Geraldo.

Pôrto Ferreira:

Centro Municipal de Assistência.

Educandário Feminino Dona Joaquina Secupa.

Rio Claro:

Guarda Mirim de Rio Claro.

São José dos Campos:

Hospital Bom Jesus, mantido pelo Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada

São José do Rio Preto:

Sociedade Portuguesa de Beneficência.

São Paulo:

Associação das Irmãs Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus.

Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo

Instituto Maria de Tecnologia.

Sociedade Pestalozzi de São Paulo

Viterbo:

Associação de Proteção à Infância de São Rosa de Viterbo.

SANTA CATARINA (1964)

Imbituba:

Sociedade Musical Gualberto Pereira

Lajes:

Associação Social Beneficente da Diocese de Lajes.

Palma Sola:

Sociedade Hospitalar Beneficente de Palma Sola.

Sociedade Beneficente — Hospital Maravilhas

Petrópolis:

Hospital Santa Catarina.

Palmira:

Fundação Educacional Barão do Rio Branco.

(1965)

Herval Velho:

Paróquia de São Sebastião

Florianópolis:

Serviço Particular de Beneficência de Pôrto de São João.

Joaquim:

Biblioteca Infantil Catarinense.

SERRA (1964)

Aracaju:

Colégio Tiradentes.

Instituto Proteção Profissional

Densedit Pontes.

N. S. da Glória:

Sociedade de Assistência à Maternidade, à Infância e à Adolescência.

Propriedade:

Educandário N. S. do Sagrado Coração.

(1965)

Aracaju:

Fundação do Ensino Médico de Sergipe.

Sociedade Protetora da Casa Maternal Arnélio Leite.

Frei Paulo:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Frei Paulo.

SÃO PAULO (1964)

Araras:

Instituto de Educação Dr. Cesário Coimbra

Bauru:

Fundação Beneficente N. S. das Dores.

Campos do Jordão:

Obra Social São José

Guaratinguetá:

Colégio N. S. do Carmo, atual Instituto N. S. do Carmo

Irmandade Santa Isabel e Asilo e Casa de Repouso Santa Isabel.

Marília:

Casa de Misericórdia.

RELAÇÃO DAS ENTIDADES REGISTRADAS NO CNSS ATÉ 30-11-65

ALAGOAS

Agua Branca

Sociedade São Vicente de Paula

Maceió:

Associação das Senhoras de Caridade da Paróquia de Jaraguá.

Fundação Alagoana de Serviços Assistenciais

Fundação Santo Antônio de Educação e Assistência.

Pão de Açúcar:
Associação Rural de Pão de Açúcar
Penédo:
Diocese de Penédo.

Viçosa:
Educandário Coração de Jesus.

AMAZONAS

Manaus:
Patronato Santa Terezinha (Ex.:
Patronato Instituto Profissional Fe-
minino de Cachoeirinha)

Bahia:
Alagoinhas:

Educandário São José.
Hospital Regional Dantas Bão.

Cócos:
Associação de Proteção à Materni-
dade e à Infância.

Feira de Santana:
Núcleo de Assistência Social Dio-
cesano.

Governador Mangabeira:
Associação de Assistência à Mater-
nidade, à Infância e à Velhice De-
samparada.

Ibiá:
Fundação Social e Educacional Pre-
sidente Dutra.

Itaju do Colônia:
Pósto de Saúde de Itaju do Colônia.

Miguel Calmon:
Sociedade Vicentina Nossa Senhora
da Conceição.

Paulo Afonso:
Hospital Nair Alves de Souza.

Periperi:
Sociedade Beneficente São Domín-
gos de Periperi.

Pósto Seguro:
Obra Assistencial Nossa Senhora do
Brasil.
Associação dos Aposentados e Pen-
sionistas dos Institutos e Caixas de
Previdência da Bahia.

Salvador:
Associação Nacional de Professores
de Administração Escolar.
Centro de Assistência Social Pio XII
Congregação das Irmãs dos Pobres
de Santa Catarina de Sena — Provín-
cia de Nossa Senhora da Divina Pro-
vidência.
Fundação Hospitalar do Estado da
Bahia.
Fundação Instituto São Geraldo.
Serviço Estadual do Câncer.

Santa Bárbara:
Sociedade Filarmônica 75 de segun-
do.

Santa Cruz da Vitória:
Pósto Médico Municipal de Santa
Cruz da Vitória.
Pósto Médico Municipal.

Ubatã:
Associação Rural de Ubatã.

Vitória da Conquista:
Centro de Assistência Social de Vi-
tória da Conquista.

CEARA

Acopiara:
Associação de Educação Profissional
de Acopiara.

Crato:
Centro Social Nossa Senhora da
Penha.

Fortaleza:
Conselho Regional das Associações
"Luiza de Marillac"
Creche São José.
Fundação Audilio Pinheiro.
Hospital de Pronto Socorro.
Sindicato dos Arrumadores de For-
taleza.

Sociedade Beneficente Médico-Ci-
rúrgico Santo Antônio.
Sociedade dos Amigos do Hospital
Psiquiátrico de São Vicente de Paulo
Igatu.

Liga Uguatense de Proteção aos
Invalídios (Lipi)
Liga de Proteção à Maternidade e
à Infância.

Reritiba:
Uruburetama:
Serviço Municipal de Assistência à
Maternidade e à Infância.

DISTRITO FEDERAL

Brasília:

Ação Social do Planalto.
Casa da Criança Pão de Santo An-
tônio.
Casa da Mãe Preta do Brasil.
Casa do Candango.
Casa do Ceará em Brasília.
Conjunto Falclórico "Tropelões do
Sul"

Instituto Educacional e Social Evan-
gélco.
Instituto Nossa Senhora do Carmo.
Paróquia de Nossa Senhora do Per-
pétuo Socorro.
Sindicato dos Jornalistas Profissio-
nais.

Sociedade de Assistência e Educação
dos Padres do Espírito Santo (SAE-
PES).
Sociedade Evangélica Beneficente.

ESPÍRITO SANTO

Araguaia:

Sociedade Pró-Melhoramentos de
Araguaia.

Atilio Vivacqua:
Sociedade Amigos de Atilio Vivac-
qua.

Cariacica:
Caixa ou Escola Beneficente Eliza
Fontes.
Centro Cultural e de Assistência
Social.

Colatina:
Sociedade de São Vicente de Paulo
Córrego do Ouro — Colatina:
Lar Irmã Schella.

Muqui:
Grupo Espirita de Muqui — Man-
tenedor do Hospital Infantil de Mu-
qui.
Obras Sociais da Paróquia de San-
ta Leopoldina.

Santa Leopoldina:
Sociedade Musical de Santa Leo-
poldina.

São Mateus:
Diocese de São Mateus

Vitória:
Comissão de Amparo à Criança.

GOIÁS

Goiânia:
Lar São Francisco de Assis.
Organização de Saúde do Estado de
Goiás (OSEGO).

Itapaci:
Associação Hospitalar de Assistên-
cia à Maternidade e à Infância.

GUANABARA

Rio de Janeiro:

Ambulatório da Matriz de Sant'Ana
Associação Brasileira de Enferma-
gem.
Centro de Reabilitação do Rio de
Janeiro.

Colégio Pedro II (Externato)
Colégio Pedro II (Internato)
Cruzada de Educação Social.
Federação Carioca de Surdos e Mu-
dos.

Federação das Sociedades de De-
fesa contra a Lepra (Ex.: Federação
das Sociedades de Assistência aos Lá-
zaros e Defesa contra a Lepra)

Fundação Américo de Viveiros.
Fundação Missionária de Frontei-
ras do Brasil.
Fundação Otávio Mangabeira.
Hospital Estadual Souza Aguiar
Instituto da Sagrada Família.
Instituto Educacional Barão de Ma-
cabras.

Obras de Assistência Social "Gas-
par da Silva Araújo"
Obras Sociais Santa Margarida Ma-
ria.

Pia Associação de Brisa Mar das
Senhoras de Santana.

Serviço de Assistência Social de
Cristófilos.
Sociedade Brasileira de Urologia
Sociedade Cultural e Artística Ura-
puru.
Sociedade do Quarteto.

MARANHÃO

Anajatuba:

Paróquia de Anajatuba.

Balsas:
Prelazia de Balsas
Barra da Corda:
Associação de Assistência Popular
de Barra da Corda.

Timbrás:
Organização Social Timbrás.
Viana:
Diocese de Viana.

MATO GROSSO

Cutaba:
Fundação de Saúde Pública de Ma-
to Grosso (FUSMAT).
Obra Social do Alto Paranatinga.
Guiratinga:
Mitra da Prelazia de Registro do
Araguaia.

MINAS GERAIS

Abadia Dourada:
Fundação Educacional Américo Es-
teves Borges.

Abre Campo:
Centro Social da Medalha Mila-
grossa.
Obras Sociais da Paróquia de Abre
Campo.

Alfenas:
Paróquia de Nossa Senhora Apare-
cida.
Paróquia São José e Dolores.

Araguari:
Sociedade de Assistência aos Láza-
ros e Defesa Contra a Lepra de Ara-
guari.

Araxá:
Associação Antialcoólica Araxá.
Casa de Nazaré (Creche).

Azurita:
Obras Sociais de Azurita

Belo Horizonte:
Asilo Paulo de Tarso.
Educandário Coração Eucarístico.
Organização São Pedro.
União Espirita Mineira.

Bom Esperança:
Associação de Proteção e Assistên-
cia à Maternidade e à Infância.

Campo Belo:
Santa Casa de Misericórdia São Vi-
cente de Paulo.

Caratinga:
Casa do Estudante de Caratinga.
Mitra Diocesana de Caratinga.

Cláudio:
Casa de Menores São Tarcísio.

Conceição de Rio Verde:
Escola Doméstica Profissional Lar
de Maria.

Divinópolis:
Instituto Nossa Senhora do Sagrado
Coração.

Esmeraldas:
Paróquia de Santa Quitéria —
mantenedora das Obras Sociais da
Igreja Matriz e das Obras Sociais da
Paróquia de Esmeraldas.

Guaraciaba:
Obras Sociais da Paróquia de Sant'
Ana de Guaraciaba.

Guaxupé:
Pequena Casa da Divina Providên-
cia Dr. José Costa Monteiro.

Inhapim:
Caixa Escolar Pe. Vigilato do Gru-
po Escolar Antônio Carlos.

Inhapim:
Obras Sociais da Paróquia de Inha-
pim.

Patronato de Inhapim.

Itamonte:
Casa de Caridade de Itamonte.

Itaúna:
Caixa Escolar João Dornas Filho.

Juiz de Fora:
Associação Feminina de Prevenção
e Combate ao Câncer de Juiz de Fora
(ASCOMBER).

Juruaia:
Assistência Social da Paróquia de
Juruaia.

Juiz de Fora:
Centro de Ação Social da Catedral.

Juiz de Fora:
Conferência de São Vicente de
Paulo.

Lagoa Formosa:
Fundação Educacional Oswaldo To-
lentino.

Lavras:
Orfanato Augusto Silva

Manhuaçu:
Lar Irmã Schella

Minas Novas:
Sociedade de Assistência aos Pobres
Desamparados de Minas Novas.

Nova Era:
Obras Sociais da Paróquia de Nova
Era.

Oliveira:
Asilo de Velhos Santo Antônio.

Nova Ponte:
Obras Sociais da Paróquia de Nova
Ponte — Ouro Fino.

Instituto de Cultura Santo Antônio.
Passa Quatro:
Instituto Nossa Senhora Aparecida.

Passos:
Associação Educativa e Assistencial
Imaculada Conceição.

Plumhy:
Obras Sociais da Paróquia de
Plumhy — Plumhy.

Ponte Nova:
Obras Sociais da Paróquia de
Ponte Nova.

Pouso Alegre:
Associação de Proteção à Infância
Abandonada.

Obra dos Tabernáculos.

Rio Espera:
Centro Educacional de Rio Espera.

Santa Bárbara:
Ginásio Nossa Senhora do Sagrado
Coração.

Santa Rita:
Casa de Caridade Nossa Senhora do
Carmo.

Santos Dumont:
Escola Rotary Pedro Boeke.

São João Del Rei:
Colégio Nossa Senhora das Dolores.
Colégio Santo Antônio.
Obras Sociais da Paróquia Nossa Se-
nhora do Pilar (OSP).

Teófilo Otoni:
Grupo da Fraternidade Joseph Gie-
ber.

Uberaba:
Sociedade Educacional Uberabense
— Mantenedora do Ginásio Ricardo
Misson.

PARÁ

Ananindeua:
Instituto Bom Pastor.

Belém:
Instituto São Pedro e São Paulo.

Óbidos:
Sociedade dos Padres Missionários
da Prelazia de Óbidos.

Primavera:
Escola Paroquial São João Batista
de Primavera.

Santa Izabel do Pará:
Instituto Antônio Lemos.

Santarém:
Associação dos Estudantes Secunda-
ristas de Santarém.

PARAIBA**Cabaceiras:**

Casa de Saúde e Maternidade Maria Gacilla de Araújo.
Campina Grande:

PARANA**Campos do Tenente:**

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Campos do Tenente.

Colombo:

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora do Rosário.

Cornélio Procopio:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cornélio Procopio.

Curitiba:

Ação Social Nossa Senhora da Luz.
Asilo de São Luiz.
Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paulo do Dispensário Santa Luiza.

Associação Nossa Senhora de Fátima de Assistência à Criança e Velhos.
Associação Promotora da Infância Provincial do Paraná.
Hospital de Clínicas da Universidade do Paraná.

Colônia Abranches:
Instituto São José.

PARANA**Curitiba:**

Provincia Brasileira da Congregação das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo mantenedora das entidades: Hospital e Maternidade D. Bosco (Rio dos Cedros — Santa Catarina) — Educandário Santa Maria Goretti (São Lourenço d'Oeste — Santa Catarina) — Ginásio Cristo Rei (Barão de Cotegipe — Rio Grande do Sul) — Associação Santa Lúzia de Marilac, do Colégio Imaculada Conceição (Jacareizinho, Paraná) — Associação Beneficente das Filhas de Maria Imaculada (Curitiba, Paraná).
Sociedade Beneficente da Paróquia de Nossa Senhora das Dores.

Iratí:

Associação das Damas de Caridade de Iratí.

Mandaguari:

União Espirita Allan Kardec.

Maringá:

Albergue Santa Luiza de Marillac.
Morretes:
União Espirita Beneficente Jesus, Maria e José (mantenedora do Asilo à Velhice Desamparada de Morretes).

Ponta Grossa:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ponta Grossa.

Rolândia:

Sociedade Civil e Beneficente Fundação Arthur Thomaz.

PERNAMBUCO**Aliança:**

Hospital de Aliança.
Boas Novas:
Sociedade Beneficente de Boas Novas.

Carpina:

Patronato Santa Inês.
Unidade Mista de Carpiná.

Caruaru:

Abrigo de Menores Dom Bosco.
Sociedade de Proteção e Assistência Social.

Floresta:

Escola Remington Rand de Floresta.

Garanhuns:

Aprendizado Agrícola Santa Rosa.
Mandê — Município de Paulista.
Manicóelino Judiciário de Pernambuco.

Palmares:

Hospital Regional de Palmares.

Poção:

Abrigo Santo Antônio.

Recife:

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Recife.
Associação dos Pintores de Pernambuco.

Hospital Pedro II:

Paróquia de Beberibe.
Paróquia do Engenho do Meio.
Paróquia Nossa Senhora dos Remédios.

Preventório Bruno Veloso:

São Bento do Una.
Unidade Mista de São Bento do Una.

São Vicente de Ferrer:

Escola Padre Geminiano.

PIAUÍ**São Raimundo Nonato:**

Prelazia de São Raimundo Nonato.

RIO DE JANEIRO**Barra Mansa:**

Sociedade de Obras Sociais de Barra Mansa.

Córreias:

Escola Maternal Princesa Paula Mariana.

Niterói:

Mitra Diocesana de Niterói.

Valença:

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valença.

RIO GRANDE DO NORTE**Carauabas:**

Posto de Saúde de Carauabas (Prefeitura Municipal).

RIO GRANDE DO SUL**Arroio do Meio:**

Associação de Pais e Mestres da Escola São Miguel.

Caxias do Sul:

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — Clube de Saúde Dr. Mário Trotta.

Fundação Assistencial "Travi":

União Brasileira de Educação e Assistência.

Estrela:

Associação Brasileira de Criadores de Suínos.

Frederico Westphalen:**Ijuí:**

União Operária Beneficente e Recreativa.

Ilópolis São Pedro (Salvador do Sul):

Obra Social Paroquial São Pedro.

Novo Hamburgo:

Sociedade Beneficente Paulo de Tarso.

Pelotas:

Sociedade de Educação e Amparo Santa Terezinha.

Porto Alegre:

Associação Paroquial de Mont'Serrat.

Casa da Estudante Universitária do Rio Grande do Sul.

Escola Nossa Senhora do Brasil.
Fundação Leopoldo Geyer.
Lar do Bebê (Pupileira).

Sociedade Civil Filhas de Santa Maria da Providência.

Sociedade dos Surdos Mudos do Rio Grande do Sul.

União Sul Brasileira de Educação e Ensino.

Santo Angelo:

Sociedade Musical Estrela D'Alva.

São Leopoldo:

Hospital Centenário.

Uruguaiana:

Instituto Laita de Viçosa.
Sociedade de Amparo aos Menores de Uruguaiana.

Veranópolis:

Ginásio Municipal de Veranópolis.

Viamão:

Clube Cultural de Cinema.
Vila Otávio da Rocha — 3º Distrito de Flores da Cunha.
Sociedade Beneficente São José Operário.

SANTA CATARINA**Angelina:**

Sociedade de Nossa Senhora de Angelina.

Arrozeira Mun. Timbó:

Instituto Padre Pastorino.

Canoinhas:

Casa do Trabalhador de Canoinhas.

Erval Velho:

Paróquia de São Sebastião.

Florianópolis:

Associação Santa Catarina de Reabilitação.
Hospital Infantil "Edith Gama Ramos".

Itapiranga:

Paróquia São Pedro Canisio.
Ribeirão da Iha — Florianópolis.
Serviço Particular de Beneficência de Tapera.

Guabiruba:

Serviço de Assistência Social Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Joaçaba:

Biblioteca Infantil Catarinense.

Joinville:

Associação Beneficente dos Trabalhadores nas Indústrias de Joinville.
Associação Beneficente Evangélica de Joinville.

Lacerdópolis:

Paróquia de São Francisco das Chagas.

Lajes:

Maternidade Teresa Ramos de Lajes.

Lontras:

Ação Social de Assistência aos Trabalhadores e Necessitados da Paróquia de Santa Luzia de Lontras.
Morro do Bomfim — Município

São José:

Sociedade Civil "Colégio São José".

Vila Guarani Mirim — Mun. Massaranduba:**SÃO PAULO****Araraquara:**

Sociedade Beneficente Carol Peixoto Ribeiro.

Araras:

Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo.

Araçatuba:

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Araçatuba.

Aribau:

Irmandade de Misericórdia de Aribau.

Barão:

Sociedade Amigos de Barão.

Bréas:

Caixa Escolar do Grupo Escolar "D. Francisca Ribeiro dos Reis".

Campinas:

Centro Audio Visual Evangélico.
Paróquia da Imaculada.
Sociedade de Socorros Mútuos.

Conchal:

Sociedade Beneficente de Conchal.

Gargá:

Centro Espirita "Camélio de Damasco".

Igreja Presbiteriana Independente de Garça.

Igarapava:
Dispensário de Assistência aos Pobres e Abrigo dos Velhos Desamparados de Igarapava.

Igarapava:

Jales:
Santa Casa de Misericórdia de Jales.

Jandira:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Jandira.

Lorena:

Restaurante Infantil de Marília.

Mauá:

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mauá.

Mirassol:

Seminário Seráfico Nossa Senhora de Fátima.

Mooca:

Instituto de Educação Oscar Vilares.

Mogi das Cruzes:

Diocese de Mogi das Cruzes (Mitra Diocesana de Mogi das Cruzes).

Nova Granada:

Obras de Assistência Social "Lar de Nazareth" da Paróquia de São Benedito de Nova Granada.

Oswaldo Cruz:

Casa da Criança.

Ourinhos:

Congregação das Irmãs das Anceias Desamparados.

Nuporanga:

Hospital São Geraldo de Nuporanga.

Piracicaba:

Lar Francisco de Menores.

Pirassubunga:

Círculo Operário de Pirassubunguense.

Pompéia:

Lar da Criança Alice Araújo.

Porto Ferreira:

Centro Municipal de Assistência.

Presidente Wenceslau:

Departamento de Assistência Social ao Município de Presidente Wenceslau.

Rancharia:

Paróquia de Santo Antônio.

Rio Claro:

Educandário Feminino Dona Joaquina Scarpa.

Guarda Mirim de Rio Claro:

Sant. Rosa de Viterbo.
Associação de Proteção à Infância de Santa Rosa de Viterbo.

Rio das Pedras:

Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo.

Santa Cruz das Palmeiras:

Associação de Proteção e Assistência à Infância de Santa Cruz das Palmeiras.

São José do Rio Preto:

Casa Euclidianha ou Casa de Euclides da Cunha.

São José do Rio Preto:

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São José do Rio Preto.

Grupo da Fraternidade "Dias da Cruz":

Hospital Regional da Criança Pobre de São José do Rio Preto.

Sociedade Portuguesa de Beneficência:

São Manuel:
Centro Espirita Fé e Caridade.

São Paulo:

Centro Social Paroquial de São Maria.

São Paulo:

Associação Cultural e Beneficente "Servir".

Sociedade Portuguesa de Beneficência:

Associação Paulista de Amparo à Mulher.

Associação Paulistana de Ajuda e Beneficência.
Associação Paulista para Correção dos Defeitos da Face.
Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo Gyze-gem.
Centro Espírita Evangélico "André Luiz".
Educandário São José de Belém.
Fundação Sanatório São Paulo.
Ginásio e Escola Normal Particular "Princesa Isabel".
Instituição Beneficente "Pavão Guimarães Azevedo".

São José dos Campos:
Instituto São José.
São Paulo:
Movimento Universitário de Desfa-velamento.
Sociedade Suíça de Beneficência "Helvetia".

São Roque:
Associação de Proteção à Infância e à Maternidade de São Roque.
Sertãozinho:
Associação Rural de Sertãozinho.

Sorocaba:
Fundação Dom Aguirre.
Obra para Assistência à Infância.
Taubaté:
Federação Diocesana das Congrega-ções de Taubaté.

Torrinha:
Irmandade do Hospital de Caridade Padre Nicanor Merino.

Vargem Grande do Sul:
Clube das Mães.
Paróquia da Vargem Grande do Sul.

SERGIPE

Aracaju:
Fundação do Ensino Médico de Ser-gipe.

Sociedade Protetora da Casa Mater-nal "Amélia Leite".

Frei Paulo:
Serviço de Assistência Social Paro-QUIAL de Frei Paulo.

Lagarto:
Pia União dos Pobres de Santo An-tônio.

DISTRITO FEDERAL

Brasília:
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Brasília.
Instituto Cultural de Brasília.
Instituto Técnico Agrícola Dom Orione.
Sociedade Promotora de Educação Rural.

Planaltina:
Centro de Obras Sociais Maria Assunta.

Taguatinga:
Círculo Operário de Taguatinga.

ALAGOAS

Maceió:
Sociedade União e Progresso Fe-minino.

São Luiz do Quitunde:
Sociedade de Assistência Social "São Francisco de Assis".

BAHIA

Antônio Gonçalves:
Associação de Amparo à Materni-dade e à Infância.

Barreiras:
Associação Barreirense de Assistên-cia.

Coaraci:
Associação Rural do Município.

Conselção do Coité:
Liga Coiteense de Proteção à Ma-ternidade e à Infância.

Coração de Maria:
Clube Social Ipojuacan.

Feira de Santana:
Obras Educacionais da Loja Maço-nica Harmonia Luz e Sigilo.

Itaberaba:
Centro de Assistência Social N. S. do Rosário da Paróquia de Itaberaba.

Itagibá:
Pósto Médico-Odontológico Muni-cipal.

Itaju do Colônia:
Pósto de Saúde de Itaju do Colônia.

Iitororó:
Associação das Senhoras de Carida-de de Iitororó.

Riachão do Jacuipe:
Liga Jacuipense de Proteção à Ma-ternidade e à Infância.

Salvador:
Associação Baiana de Arte (ABA).
Escolas Reunidas da Cia. Hidro-elétrica de São Francisco (CHESF).
Real Sociedade Espanhola de Be-neficência.
Sociedade Tempo do Silêncio.
Assistência Social de Santana (ASA).

Sociedade Beneficente e Recreati-va José Mariz Pinto.

CEARÁ

Acarau:
Sociedade Acaruense de Proteção e Assistência à Maternidade e à In-fância.

Aracati:
Escola Profissional Waldemar Fal-cão.

Fortaleza:
Círculo Militar de Fortaleza.
Círculo Operário de Monte Castelo.
Instituto Dr. Rocha Lima de Pro-teção e Assistência à Infância.

Ipuerbas:
Associação de Educação Profissio-nal de Ipuerbas.

Tabuleiro do Norte:
Associação de Proteção à Materni-dade e à Infância de Tabuleiro do Norte — mantenedora da Casa de Saúde e Maternidade Celestina O-lares.

Quixeramobim:
Sociedade Hospitalar Santo Antônio de Quixeramobim.

ESPÍRITO SANTO

Castelo:
Casa do Estudante Castelense.
Grupo de Amadores Teatrais — GATEC.
Associação Beneficente Colatinense.
Lira Santa Cecilia.

Vitória:
Sociedade de Cultura Artística de Vitória — mantenedora da Orquestra Sinfônica do Espírito Santo e do Teatro Popular.

GUANABARA

Rio de Janeiro:
Centro Cultural e Estudantil Joa-quim Nabuco.

Conselho Nacional para o Bem-Estar dos Cegos.
Escola de Pós-Graduação Médica Carlos Chagas.

Escola Profissional Santo Adolfo.
Fundação Darel Vargas.
Grupo Espírita André Luís.
Instituto de Psicologia Clínica, Edu-cacional e Profissional.
Lar da Velhice Israelita Religiosa de Rio de Janeiro.

Movimento de Educação de Base.
The Ford Foundation (Fundação Ford).
União dos Discípulos de Jesus.

GOIÁS

Anápolis:
Sanatório Espírita de Anápolis.

Goiatuba:
Hospital Católico São Francisco de Assis.

MARANHAO

Caxias:
Curso de Arte Culinária "Sara An-tunes".

Colinas:
Grémio Pio XII.

Coroatá:
Loja Maçônica de Coroatá "São João da Escócia III".

Vitorino Freire:
Instituto Evangélico de Benefi-cência.

MATO GROSSO

Dourados:
Centro Social Rural São Vicente de Paulo — Ex-Centro Social Nossa Se-nhora de Fátima.

Itaporã:
Hospital Beneficente de Itaporã.

MINAS GERAIS

Araponga:
Conferência São Vicente de Paulo.

Barbacena:
Associação de Assistência ao Tu-berculoso Queridinha-Bias.
Grupo Espírita Cristão Evangelho de Jesus.

Belo Horizonte:
Beneficência São Vicente de Paulo.
Sociedade Beneficente Sina-Orto-doxa São Pedro.

Campo do Meio:
Sociedade São Vicente de Paulo — Vila São Francisco de Assis.

Cataguazes:
Serviço de Obras Sociais de Cata-guazes.

Congonhas:
Ginásio Nossa Senhora da Piedade.

Itapecerica:
Maternidade Sant'Ana de itapece-ria.

Itauna:
Caixa Escolar Dr. José Gonçalves.
Fundação Imaculada Conceição.

Ituiutaba:
Sociedade Educacional da Criança Abandonada.

Juiz de Fora:
Fundação Instituto Clínico Juiz de Fora.
Fundação João de Freitas.

Mariana:
Seminário Menor Nossa Senhora da Boa Morte.

Montes Claros:
Conservatório Estadual de Música Lourenço Fernandes.

Ponte Nova:
Centro Espírita, Grupo dos Muni-l-des da Última Hora.

Pres. Bernardes:
Obras Sociais da Paróquia de Pre-sidente Bernardes.

S. Sebastião do Paraíso:
Santa Casa de Misericórdia.

PARÁ

Ananindeua:
Fundação Educacional Professor Ca-tete Pinheiro.

Almerim:
Paróquia de Almerim — mantene-dora do Colégio Paroquial N.S. da Conceição e Ginásio Normal N.S. da Conceição.

PARAIBA

Cabedelo:
Fundação Educacional da Paróquia de Cabedelo.

Outé:
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância — man-tenedora da Maternidade Nossa Se-nhora das Mercês.

João Pessoa:
Casa da Criança São Dimas.
Instituto do Desenvolvimento da Pa-raíba.

Mamanguape:
Sociedade Beneficente de Mamam-guape.

Patos:
Hospital Regional de Patos.

Serra Branca:
Sociedade de Proteção e Assistência à Infância Joaquim Gaudêncio.

Souza:
Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora.

PARANÁ

Apucarana:
Augusta e Respetável Loja Simbóli-ca — Trabalho — Ciência e Virtude.
Centenário do Sul:
Instituto do Sagrado Coração de Maria.

Curitiba:
Associação das Irmãs Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Je-sus.

Associação de Assistência ao Psico-pata do Paraná.
Federação dos Trabalhadores Cris-tãos do Paraná.
Fundação Boutin.

Londrina:
Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina.

Mangueirinha:
Paróquia de Imaculada Conceição de Mangueirinha.

Ponta Grossa:
Sociedade Educadora Sant'Ana

Rolândia:
Sociedade Civil e Beneficente Fun-dação Artur Thomas.

PERNAMBUCO

Barreiros:
Ginásio Municipal dos Barreiros.
Belém do São Francisco:
Clube Democrático e Cultural de Belém do São Francisco.
Hospital e Maternidade Dr. José Alventino de Lima.

Bonito:
Hospital Regional de Bonito.
Maternidade Anexa ao Hospital Re-gional de Bonito.
Belo Jardim:
Escola Primária da Assembléia de Deus.

Limoeiro:
Maternidade Virgínia de Moraes He-ráclio — anexa ao Hospital José Fer-nandes Salsa.

Nazaré da Mata:
Hospital Regional Ermirio Couti-nho.

Paulista:
Sanatório Padre Antônio Manoel, mantenedor da Caixa Beneficente do mesmo Sanatório.

Recife:
Escola Industrial Dom Bosco.
Paróquia de N.S. do Perpétuo So-corro.
São Vicente Ferrer:

Centro Educativo São Vicente Fer-rer.

Serra Talhada:
Hospital Professor Agamenon Ma-galhães.

PIAUI

Paranaíba:
Creche Ozilma Jacob.

RIO DE JANEIRO

Cabo Frio:
Irmandade do Santíssimo Sacramen-to e Nossa Senhora D'Assunção.

Campos:
Associação Rural de Campos.

Carmo:
Instituto Educacional Ministro Os-avis Salgado.

Niterói:
Fundação Professor Miguel Couto de Proteção à Infância.

Petrópolis:
Assistência Social Dr. Rubens Bon-tempo.

Itaipava:
Assistência Social de Itaipava.

RIO GRANDE DO NORTE

Mossoró:
Sociedade Hospitalar de Caridade de Mossoró.

Natal:
Casa da Estudante do Rio Grande do Norte.

RIO GRANDE DO SUL

Cachoeira do Sul:
Asilo da Velhice N.S. Medianeira.
Candelária:
Sociedade Beneficente Hospital Candelária.

Caxias do Sul:
Associação Beneficente Educacional e Cultural.
Sociedade Caxiense de Cultura Artística.

Sociedade de Cultura e Arte Aldo Locatelli.

Garibaldi:
Círculo Operário de Garibaldi.

Guaporé:
Grêmio Estudantil Castro Alves.
Irai:
Sociedade Assistencial N. S. da Saúde.

Itaquí:
Hospital São Patrício.

Panambi:
Sociedade de Leitura Hermann Faulhaber.

Passo Fundo:
Associação das Damas de Caridade.

Pelotas:
Escola Luiz Braille.
Sociedade Assistencial N. S. Aparecida.

Pórt Alegre:
Associação Educacional Silveira Martins.
Ephphéia — Instituto Frei Pacifico.
Escola Nossa Senhora do Brasil.
Fundação Beneficente Siderúrgica Riograndense.
Instituto Espírita Dias da Cruz.
Pobres Servos da Divina Providência.
Sociedade Espírita Círculo da Luz.
Voluntários Judith Meneghetti.

Santa Maria:
Associação Santamariense dos Farmacêuticos Químicos.

São Francisco de Assis:
Paróquia de São Francisco de Assis.
Soledade:
Sociedade Metodista de Senhoras de Soledade.

Vacaria:
Associação de Pais e Amigos de Crianças Excepcionais.

SANTA CATARINA

Florianópolis:
Sociedade Espírita Ranchinho dos Trabalhadores no Espaço.

Joinville:
Associação Beneficente dos Trabalhadores nas Indústrias de Joinville.
Ginásio e Escola Normal dos Santos Anjos.

Pres. Getúlio:
Associação Beneficente Obras Sociais da Paróquia de Presidente Getúlio.

São Lourenço d'Oeste:
Hospital Beneficente São Roque.

Siderópolis:
Instituto Nossa Senhora de Lourdes.

SAO PAULO

Agudos:
Associação Brasileira das Franciscanas de Agudos.

Alvares de Machado:
Hospital e Santa Casa de Misericórdia de Alvares Machado.

Araraquara:
Centro Espírita Luz e Caridade.

Atibaia:
Oficina de Caridade Santa Rita de Cassia.

Birigiti:
Santa Casa de Misericórdia de Birigiti.

Bauru:
Sociedade Creche-Berçário Rodrigues de Abreu.

Caçapava:
Biblioteca Pública Edgard Portes.

Cajuru:
Casa dos Menores de Cajuru.

Campinas:
Associação Beneficente Campineira.
Sociedade Feminina de Instrução e Caridade.

Capivari:
Associação de Serviço e Assistência Social da Paróquia de São Benedito.

Dois Córregos:
Clube das Abelhas.

Garça:
Centro Espírita Caminho de Damasco.

Itapetininga:
Irmãdade da Santa Casa de Misericórdia de Itapetininga.

Jundiaí:
Associação Jundiaense de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Lorena:
Abrigo Maria de Nazareth e Albergue Noturno Bezerra de Menezes.

Marília:
Associação Paulista de Medicina (Sec. Regional de Marília).
Grupo Amador de Teatro André Luiz.

Monte Azul:
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância.

Paulo de Faria:
S.O.S. — Sociedade de Obras Sociais de Paulo de Faria.

Pindamonhangaba:
Instituto do Coração Eucarístico.

Piracicaba:
Sanatório Espírita Vicente de Paulo.
Sociedade Beneficente Sirio-Libanesa.

Pompéia:
Asilo São Vicente de Paulo.
Ribeirão Preto:
Fundação de Pesquisas Médicas de Ribeirão Preto — FUPEME.

Santo Anastácio:
Creche Berçário de Santo Anastácio.

Santos:
Associação Protetora de Menores de Santos.

São Carlos:
Círculo de Amigos do Menino Patulheiro — CAMP.

São Paulo:
Centro Espírita Missionários de Jesus.
Centro Social Nossa Senhora do Rosário.

Instituto Mackenzie.
Instituto Missionário Cristo Operário.
Lar Escola Emanuel.
Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos.

Pia Sociedade de São Paulo.

SERGIPE

Lagarto:
Associação Musical Filarmônica Lira Popular.

ALAGOAS

Maceió:
Equipe Social da Paróquia do Poço.

BAHIA

Barreiras:
Fundação Educacional Custódia Rocha de Carvalho.

Bom Jesus da Lapa:
Diocese de Bom Jesus da Lapa.

Canal:
Associação Beneficente e Educativa de Canal.

Condeúba:
Associação Rural de Condeúba.

Itiuba:
União Assistencial de Itiuba.

Jaguaiara:
Fundação Pio XII.

Salvador:
Fundação Anti-Tuberculose Santa Terezinha.
Paróquia da Penha.

Serrinha:
Instituição Hospitalar Hermínia Mendes de Barros.

Itambé:
Santa Casa de Misericórdia.
CEARA

Crato:
Fundação Padre Ibiapina.

Fortaleza:
Augusta e Respeitável Loja Maçônica Capitular Nova Cruzada do Norte e da Escola Mário Cavalcante.
Fundação Escolas Johnson.

DISTRITO FEDERAL

Brasília:
Centro de Tradições Gaúchas Saudades de Querência.
Clube da Imprensa de Brasília.
Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.
Obra de Assistência Social dos Padres Sacramentinos em Brasília.
Paróquia de Nossa Senhora das Graças.
Sociedade Pestalozzi de Brasília.

ESPÍRITO SANTO

Alegre:
Instituto e Orfanato São José.

Bairro Gandu:
Lar da Velhice Desamparada Angelo Passos.

Itaguaçu:
Nacional Futebol Clube.

GUANABARA

Rio de Janeiro:
Associação Cristã de Moços.
Associação dos Servidores dos Ministérios da Educação e Saúde.
Associação Silenciosa da Guanabara.

Casa da Empregada.
Clube Avícola Frei Gaspar.
Colônia de Pescadores Z-5 do Caju — Senhor do Bonfim.
Fundação Abrigo Cristo Redentor.
Grande Oriente do Brasil.
Hospital Estadual Barata Ribeiro.
Instituto Jesus Crucificado.
Instituto Pitanga Santos.
Instituto São José.
Legião Brasileira de Assistência.
Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro.

Sociedade Franco-Brasileira.
Sociedade Pestalozzi do Brasil.

MARANHAO

Grajaú:
Fundação Educativa Grajaúense.

São Luís:
Instituto Cultural Brasil — Estados Unidos.

MINAS GERAIS

Além Paraíba:
Associação de Proteção à Infância de Além Paraíba — Lactário São José.

Barbacena:

Associação Barbacenense de Assistência aos Excepcionais — ABAB.

Belo Horizonte

Fundação Dom Bosco.
Obra do Estudante Pobre do Colégio Militar de Belo Horizonte.
Sociedade da Congregação Romana de S. Domingos.

Iguatama

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância "Maria Cândida da Silveira".

Itajubá:
Sociedade Colégio de Itajubá.

Juiz de Fora:
Centro de Assistência ao Menor Excepcional — CAME.
Instituto João Emilio.

Lambari:
Lar Tereza Cristina.

Lavras:
Abrigo dos Inválidos.

Manhuaçu:
Associação Rural de Manhuaçu.

Mantena:
Hospital de São Vicente de Paulo.

Pará de Minas:
Associação das Damas de Caridade.
Educandário Padre José Pereira Coelho.

Ribeirão de Santo Antônio (Município Bras Pires)

Sociedade de São Vicente de Paulo de Ribeirão de Santo Antônio.

São João Del Rei

Abrigo Tiradentes.
Caixa Escolar Mateus Salomé.

Ubá:
Asilo São Vicente de Paulo.

Uberlândia:
Associação Uberlandense de Ajuda a Mãos Abandonadas.

PARA

Belém:
Fundação Educacional Visconde de Souza Franco.

PARAIBA

Campina Grande:
Fundação Assistencial da Paraíba.
Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica.

PARANÁ

Cornélio Procopio:
Sociedade Procopense de Assistência ao Menor.

Palotina:
Hospital e Maternidade Municipal de Palotina.

Prudentópolis:
Associação Educativa Santa Olga.

Sertaneja:
Liga das Senhoras Católicas de Sertaneja.

PERNAMBUCO

Catende:
Escola Primária da Assembléia de Deus.

Lomoeiro:
Escola de Artes Nossa Senhora do Carmo.

Moreno:
Educandário Assembléia de Deus.

Paulista:
Escolas Primárias da Assembléia de Deus.

Recife:
Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco.
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Recife.

PIAUI

Teresina:
Lar Educacional Feminino.

RIO DE JANEIRO

Campos:
Associação das Damas de Caridade.
Carmo:
Associação Médica e Social do Município de Carmo.

Itaguaí:
Fundação Professor Waldemar Raythe.

Nova Friburgo
Centro Espírita Friburguense.

Nova Iguaçu
Sociedade de Assistência Médica e Social.

RIO GRANDE DO NORTE

Acaú
Sociedade Vicentina de Assistência Social.

Mossoró
Casa do Estudante de Mossoró.

Pau dos Ferros
Casa do Estudante de Pau dos Ferros.

RIO GRANDE DO SUL

Bom Retiro do Sul:
Sociedade Hospital de Caridade de Santa Ana.

Caxias do Sul:
Legião Franciscana de Assistência aos Pobres.

Coronel Bicaco:
Associação Hospitalar Santo Antônio de Pádua.

Espumoso:
Clube das Mães de Espumoso.

Pôrto Alegre:
Aldeia Infantil Brasileira Tipo EOS.

Associação Beneficente dos Motoristas servidores Públicos no Estado do Rio Grande do Sul.

Rio Grande:
Biblioteca Rio-grandense.
Santa Cruz do Sul:
Associação de Assistência à Maternidade e à Infância e Auxílio aos Necessitados de Santa Cruz do Sul.

Santa Vitória do Palmar:
Asilo Menino Jesus de Praga.

São Leopoldo:
Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis — mantenedora da Casa de Saúde Estrelense.
Associação Beneficente São João da Reserva.

Taguari:
Instituto Cultural São Francisco de Assis.

Vacaria:
Associação Beneficente Santa Isabel.

SANTA CATARINA

Brusque:
Ambulatório Dom Joaquim.

Joinville:
Agrupamento Joinvilense de Amadores de Orquídeas.

Rio d'Oeste:
Hospital de Caridade Luiz Bartoli.

Sombrio:
Instituto Educacional Madre Elisa Savoldi.

Tangará:
Hospital Frei Rogério.

Turvo:
Hospital São Sebastião.

SÃO PAULO
Angatuba:
Irmandade da Santa Casa de Angatuba.

Batatais:
Associação das Damas de Caridade de São Vicente — Paulo.

Campinas:
Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora.
Sociedade Campineira de Educação e Instrução — mantenedora da Universidade Católica de Campinas.

Casa Branca:
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Casa Branca.

Cravinhos:
Casa da Criança de Iravinhos.

Glória:
Irmandade Beneficente São José.

Indaiatuba:
Sociedade Escolar São Nicolau de Flüe.

Irapuru:
Hospital e Maternidade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Irapuru.

Itu:
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itu.

Jales:
Sociedade Assistencial e Cultural da Região da Ita Itaquaraense.

Jaú:
Colégio São Norberto de Jaú.

Leme:
Grêmio Cultural e Recreativo de Leme.

Limeira:
Sociedade Operária Humanitária.

Lucélia:
Santa Casa de Misericórdia de Lucélia.

Marília:
Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas.

Mariporã:
Sociedade Beneficente Nossa Senhora do Deserto.

Mogi-Mirim:
Serviço de Obras Sociais — SOS.

Monte Branco:
Obra de Assistência Social Roberto Ugolini.

Santos:
Lar das Moças Cegas de Santos.
União Social Camiliana.

São Paulo:
Associação Pedagógica Rudolf Steiner.

Associação Protetora da Infância.
Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo.

Fundação Armando Álvares Penteado.

RESULTADO DA VIAGEM DE FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES QUE RECEBEM SUBVENÇÕES FEDERAIS, NA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO:**ENTIDADES EM PLENO FUNCIONAMENTO**

Nome da Entidade — Endereço
Academia de Medicina — Brigadeiro Luiz Antonio nº 278 — Telefone 33-11-73.

Academia Paulista de Música — Rua Carlos Comenalen nº 68 — Telefone 31-40-11.

Ação Operatória Católica — Rua Hahnemann nº 338 — Pari — Telefone 93-28-99.

Aeroporto de Congonhas — Telefone 61-86-57.

A Fraternidade Espírita (Serviço Assistencial) — Rua Luiz Gama número 755 — Cambuci.

Aliança Cultural Brasil-Japão — Rua São Joaquim nº 381 — 1º andar — Telefone 36-52-12.

Ambulatório da Igreja Batista — Bairro do Limão — Rua Roque de Moraes nº 98 — Lapa.

Ambulatório da Igreja Batista da Liberdade — Rua Santo Amaro número 412.

Ambulatório da Igreja Batista de Vila Mariana — Rua Joaquim Távora nº 593 — Telefone 70-50-21.

Ambulatório da Igreja Batista em Vila Satélite — Rua São Florentino nº 47 — Vila Satélite — Penha.

Amparo Maternal Civil Beneficente — Rua Loefgren nº 190 — Saúde.

Asilo São Vicente de Paulo — Rua Turiaçu nº 800 — Perdizes — Telefone 82-28-07.

Asilo dos Velhinhos de Ondina Lobo — Casa dos Velhos de Ondina Lobo.

— Avenida São Paulo nº 265 — Santo Amaro — Telefone 61-79-34.

Assistência Social Dom José Gaspar — Rua Jupiter nº 291 — Telefone 31-16-60.

Assistência Social de Jaraguá — Rua Gertrudes Jordão — Jaraguá.

Assistência às Jovens Operárias da Escola de Corte e Costura "Anjo da Guarda" — Rua Serro Corá número 1.557 — Alto da Lapa.

Associação dos Amigos de São José — Rua Cincinato Braga nº 546.

Associação das Antigas Alunas do Colégio São José — Rua da Glória nº 195 — Telefone 32-17-11.

Associação dos Antigos Alunos do Mackenzie — Rua Itambé nº 131 — Telefone 33-78-15.

Associação de Assistência à Criança Defeituosa — Avenida Prof. Ascendino Reis — Telefone 7-26-38.

Associação de Assistência aos Imigrantes Japoneses — Rua São Joaquim nº 381 — 3º andar — Fundos — Telefone 36-52-12 — Liberdade.

Associação de Assistência à Infância e à Maternidade Nossa Senhora da Saúde — Rua Roque de Paula Monteiro nº 245 — Jaganá.

Associação de Assistência ao Litoral de Anchieta — Rua Calo Prado nº 232 — Consolação.

Associação Assistencial da Paróquia da Lapa — Rua Afonso Sardinha número 62 — Lapa.

Associação de Assistência ao Tuberculoso de Mooca — Rua Mariano Crespi nº 91 — Telefone 93-42-81.

Associação Atlética Acadêmica Politécnica — Rua Afonso Pena número 272 — Telefone 36-10-17.

Associação Auxiliadora União e Trabalho — Rua Dr. Alvaro Machado nº 32 — Telefone 36-97-42.

Associação Beneficente das Assembléias de Deus — Rua Antonio Alcântara Machado nº 616 — Telefone 93-74-58.

Associação Beneficente dos Centros Espíritos do Ipiranga (Serviço Social) — Rua Agostinho Gomes número 2.572 — Ipiranga.

Associação Brasileira de Criadores da Raça Holandesa — Rua Senador Feijó nº 40 — 11º andar, conjunto 112 — Telefone 33-62-38.

Associação Beneficente Cultural dos Garçons do Estado de São Paulo — Rua Major Diogo nº 143 — Bela Vista.

Associação Beneficente Cultural Guarani da Vila Esperança — Rua Otília nº 885, Vila Esperança.

Associação Brasileira de Educação e Cultura — Rua Justo Azambuja nº 121 — 34-01-96 — Cambuci.

Associação Beneficente dos Empregados da Companhia Telefônica Brasileira — Rua 7 de Abril nº 309 — 4º andar.

Associação Beneficente Feminina "Flor da Caridade" — Rua Rodrigues Alves nº 5 — Telefone 70-35-94.

Associação Beneficente Instituto Mackenzie — Rua Maria Antonia número 403 — Telefone 34-25-72.

Associação Beneficente Feminina (Jabaquara) — Rua Professor Souza Barros nº 125 — Telefone 70-74-15.

Associação Beneficente de Caridade — Rua Agnê nº 270 — Alto do Capão.

Associação Beneficente Lar da Fraternidade — Redondo — Estrada Itapeiricas.

Associação Brasileira de Nêlcor — Rua Riachuelo nº 231 — 1º andar — Telefone 35-17-05.

Associação Caritativa das Enfermeiras da Esperança "Obra dos Doentes Pobres" — Alameda Glete número 444 — Telefone 51-60-73 — Campos Eliseos.

Associação dos Carregadores do Aeroporto de Congonhas — Subsolo dos Aeroportos.

Associação dos Carregadores do Aeroporto de São Paulo — Subsolo do Aeroporto.

Associação dos Carregadores e Transportadores de Bagagem do Aeroporto de São Paulo (para assistência social) — Subsolo do Aeroporto.

Associação dos Cavaleiros da Soberana Ordem Militar de São Paulo e Brasil Meridional — Rua Barão de Itapetininga nº 224 — 3º andar — Centro.

Associação do Centro de Estudos dos Exatores Federais do Estado de São Paulo — Avenida São João sem número.

Associação Cívica Feminina — Avenida Francisco Matarazzo número 385 — Perdizes.

Associação Cristã de Beneficência e Associação Brasileira de Beneficência — Rua Bela Cintra nº 469.

Associação Cristã Feminina de São Paulo — Rua 24 de Maio nº 247 — 8º andar.

Associação Cristã de Moços — Rua Nestor Pestana nº 147 — Telefone 27-55-77.

Associação Cruz Verde — Indianópolis; Sanatório Infantil de Paralisia Cerebral Irrecuperável — Avenida Jandira nº 1.002 — Indianópolis.

Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo Paróquia de Santa Generosa — Rua Domingos Moraes — Igreja de Santa Generosa.

Associação das Damas de Caridade São Vicente de Paulo de Moinho Velho e de Sacomã — Rua Anchieta número 1.368 — Via Anchieta — Telefone 63-16-34.

Associação Escola Doméstica Filhas de Maria Imaculada — Alameda Itu nº 920 — Telefone 31-34-74.

Associação Espírita Apóstolo Mateus e Lar das Crianças Irmã Maria Tereza — Rua João Cordeiro número 132 — Vila Carrão.

Associação Espírita Caboclo "Sete Flexas" (para serviços de Assistência Social) — Travessa Boa Sorte número 12.

Associação Espírita Padre Zabeu Kauffmann e Associação Cristã Padre Zabeu Kauffmann — Rua Doutor Ricardo Batista nº 140 — 2º andar.

Associação Esportiva da Guarda Civil — Avenida Marginal nº 500 — Telefone 32-16-99.

Associação das Espôsas dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo — Rua Brigadeiro Tobias número 527 — 5º andar — Sala 519 — Telefone 35-77-72.

Associação Evangélica Beneficente — Rua Barão de Iguaçu nº 99 — Telefone 39-19-16.

Associação das Ex-alunas do Colégio N. S. do Sion (para obra de São Teodoro a subvenção ordinária) — Avenida Higienópolis nº 901.

Associação das Ex-alunas do Seminário de Educandas — Rua Luiz Lazzagna nº 400 — Ipiranga — Telefone 62-21-39.

Associação dos Ex-alunos da Faculdade de Economia, Finanças e Administração de São Paulo — Avenida Rangel Pestana nº 1.326 — 3º andar — Telefone 32-37-36.

Associação Feminina de Estudos Sociais e Universitários — Rua São Carlos do Pinhal nº 700 — Telefone 31-64-69.

Associação das Filhas de São José — Vila Matilde — Rua D. Escolástica nº 1 — Vila Matilde.

Associação das Franciscanas Missionárias de Maria — Rua Napoleão Barros nº 761.

Associação dos Geógrafos Brasileiros — Seção Regional de São Paulo — Cidade Universitária — Edifício Geografia e História.

Associação das Filhas de São José — Vila Matilde — Rua D. Escolástica nº 1 — Vila Matilde.

Associação das Franciscanas Missionárias de Maria — Rua Napoleão Barros nº 761.

Associação dos Geógrafos Brasileiros — Seção Regional de São Paulo — Cidade Universitária — Edifício Geografia e História.

Associação das Filhas de São José — Vila Matilde — Rua D. Escolástica nº 1 — Vila Matilde.

Associação das Franciscanas Missionárias de Maria — Rua Napoleão Barros nº 761.

Associação dos Geógrafos Brasileiros — Seção Regional de São Paulo — Cidade Universitária — Edifício Geografia e História.

Associação das Filhas de São José — Vila Matilde — Rua D. Escolástica nº 1 — Vila Matilde.

Associação das Franciscanas Missionárias de Maria — Rua Napoleão Barros nº 761.

Associação dos Geógrafos Brasileiros — Seção Regional de São Paulo — Cidade Universitária — Edifício Geografia e História.

Associação das Filhas de São José — Vila Matilde — Rua D. Escolástica nº 1 — Vila Matilde.

Associação das Franciscanas Missionárias de Maria — Rua Napoleão Barros nº 761.

Associação dos Geógrafos Brasileiros — Seção Regional de São Paulo — Cidade Universitária — Edifício Geografia e História.

Associação das Filhas de São José — Vila Matilde — Rua D. Escolástica nº 1 — Vila Matilde.

Associação das Franciscanas Missionárias de Maria — Rua Napoleão Barros nº 761.

- Associação da Igreja Metodista — Paróquia de Belém (para fins Assistenciais) — Rua Passarola nº 62 — Belém.
- Associação da Igreja Metodista — Paróquia de Modoca — Rua Juvenal Parada nº 329 — Telefone 93-53-78.
- Associação Interamericana de Imprensa — Rua 7 de Abril nº 176 — 5º andar — Sala 55 — Telefone 36-22-77.
- Associação das Irmãs da Assunção e Assistência Domiciliar dos Operários — Rua Padre Estevam Werneck — Antiga Rua do Ouro número 280 — Telefone 92-59-47.
- Associação dos Maquinistas e Foguistas da Estrada de Ferro Sorocabana — Rua Barra Funda nº 689.
- Associação Mútua dos Carteiros de São Paulo — Rua São Bento nº 405 — 10º andar — Conjunto nº 1.019 — Telefone 36-93-09.
- Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia — Oficina N. S. das Neves — Rua das Boninas nº 149 — Mirandópolis.
- Associação e Oficina Santa Rita de Cássia — São Miguel — Rua Jupiter nº 97.
- Associação Paulista de Amparo às Crianças Retardadas — Estrada "D" nº 1.681 — Colônia Japonesa — Itaquera.
- Associação Paulista de Assistência ao Doente da Lepre — Rua Tomaz Carvalho nº 111 — Telefone 31-14-64.
- Associação Paulista de Assistência aos Paraplégicos — Rua Conselheiro Crispiano nº 69 — Sala 96 — Telefone 35-62-48.
- Associação Paulista de Belas Artes — Rua Conselheiro Crispiano nº 53 — Apartamento 131 — Telefone 35-16-60.
- Associação Paulista Beneficente de Magistrados — Edifício do Fórum — 2º andar — Sala nº 229.
- Associação Paulista de Bibliotecários — Rua Ipiranga nº 877 — 9º andar 93.
- Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas — Rua Humaitá nº 389 — Telefone 34-13-65.
- Associação Paulista de Combate ao Câncer — Rua José Getúlio nº 211 — Telefone 31-71-11.
- Associação Paulista de Esperanto — Rua Senador Queiroz nº 279 — 5º andar — Sala 58.
- Associação Paulista da Igreja de Sétimo Dia — Para Escolas Primárias — Rua Frei Gaspar nº 240-B — Paulista — Telefone 61-21-77.
- Associação Paulista de Municípios — Rua B. Vista nº 103 — 1º andar — Telefone 37-90-87.
- Associação de Pais e Mestres das Classes Especiais de Higiene Escolar e Mental — Rua Major Diogo nº 200 — Bela Vista.
- Associação de Pais e Mestres do Colégio N. S. do Rosário (para Assistência Social) — Rua Altino-Aranha nº 94 — Telefone 70-80-05.
- Associação dos Pais e Mestres do Colégio Regina Mundi — Rua Marques das Lages nº 2.002 — Via Anchieta.
- Associação Profissional dos Funcionários em Entidades Sindicais, Associações e Correlatos do Estado de São Paulo — Rua Xavier de Toledo nº 99 — 6º andar.
- Associação dos Profissionais da Imprensa de São Paulo — Avenida Ipiranga nº 890 — Conjunto 810 — 8º andar — Telefone 33-39-60.
- Associação Promotora de Instrução e Trabalho para Cegos — Rua Cajuru nº 722-730 — Telefone 93-24-00.
- Associação Paulista da Infância — Rua Cônego Eugênio Leite nº 825 — Pinheiros.
- Associação dos Radialistas do Estado de São Paulo — Rua Brigadeiro Luiz Antonio nº 917 — 6º andar — Telefone 37-48-71.
- Associação dos Sanatórios Populares de Campos de Jordão — Combate a Tuberculose — (Sanatorinhos) — Rua Parapicaba nº 73 — 3º andar — Telefones 36-19-65 e 37-12-37.
- Associação Santa Rita de Cássia — Oficina Santa Mônica — Rua Silva Bueno nº 464.
- Associação Santa Terezinha — Rua Conselheiro Crispiano nº 29 — 11º andar — Sala 115 — Telefone 34-78-51.
- Associação Santo Agostinho (ASA) — Rua Caio Prado nº 232 — Telefone 80-81-61.
- Associação das Senhoras Evangélicas Amália C. Capelari e Associação das Senhoras Evangélicas de São Paulo — Rua Loefgreen nº 107 — Vila Mariana.
- Associação dos Servidores da Caixa Econômica Federal de São Paulo — Rua Wenceslau Braz nº 16 — 13º andar.
- Associação dos Servidores do Estado de São Paulo Para Colônias de Férias — Rua Formosa nº 367 — 16º andar — Telefone 32-32-60.
- Associação dos Surdos e Mudos de São Paulo (Serviço Social de Assistência dos Surdos e Mudos) — Rua Ana Nery nº 1.041 — Cambuci.
- Associação dos Técnicos de Laboratórios — Rua de São Bento número 405 — 9º andar — Salas 912-922.
- Ateneu Rui Barbosa (para Estudante pobre — Bolsa de Estudos) — Rua Padre João nº 470 — Telefone 49-05-73.
- Bandeira Paulista de Alfabetização — Rua Martins Fontes nº 248 — 1º andar — Telefone 32-35-24.
- Bandeira Paulista Contra a Tuberculose — Rua Jesuino Pascual número 61 — Telefone 52-31-79.
- Bandeira Piratunga — Avenida Asper Libero nº 58 — 2º andar.
- Beneficência Flanescana Jaraguá — Rua N. S. da Conceição nº 4 — Caixa Postal 5.332 — Jaraguá.
- Centro "22 de Agosto" e Biblioteca do Centro — Rua Cardoso de Almeida nº 1.032.
- Caixa Beneficente dos Hospitais de Tuberculose do Parque Mandaguai — Rua Voluntários da Pátria nº 4.301.
- Campanha Pro-Monumento Monteiro Lobato (Pósto Puericultura) — Rua Cretano Pinto nº 129 — Telefone 39-71-11.
- Casa do Atoz — Rua Casa do Atoz nº 275 — Telefone 61-81-11.
- Casa Beneficente São Paulo — Rua Apelinus nº 857 — Liberdade.
- Casa do Carteiro — Rua São Bento nº 405 — 10º andar — Apartamento 1.019 — Telefone 36-93-09.
- Casa do Coração de Jesus (Núcleo de Ensino Profissional Livre) — Rua Abílio Soares nº 509 — Paraíso — Telefone 70-69-02.
- Casa da Criança Jesus Gonçalves — Rua da Independência nº 249 — Cambuci.
- Casa da Criança "Ondina Lôbo" — Rua Ararapira nº 81 — Jabaquara.
- Casa de Davi de Tremembé — União Cristã de Amparo à Infância — Estrada Velha da Cantareira número 19 — Tremembé.
- Casa da Formação da Sociedade de Trabalho e Beneficência — Bosque da Saúde — Rua Jaguarí nº 371 — Independência.
- Casa de Nossa Senhora do Brasil — Rua Dr. Melo Alves nº 571 — Telefone 8-82-69 — Cerqueira César.
- Casa N. S. das Dores — Vila Capão Redondo — Estrada de Itapevica — Capão Redondo.
- Casa do Pequeno Trabalhador — Avenida 9 de Julho nº 339 — Telefone 36-98-47 — Bela Vista.
- Casa Pia de São Vicente de Paula — Alameda Barros nº 539.
- Casa de São José "Lar da Criança" e Casa de São José "Lar da Infância" — Rua Henriqueta Schaubman nº 1.038 — Jardim América.
- Casa do Sargento de São Paulo — Rua Riachuelo nº 78 — T. 33-1764.
- Casa de Saúde N. S. das Graças — Av. Bosque da Saúde nº 225 — Tel. 70-7099.
- Casa de Saúde de Santa Marcelina — R. Santa Marcelina nº 3 — Itaquera nº 144.
- Casa Transitoria — Av. Marginal nº 488.
- Casa do Velho da Vila Carrão — R. Juno nº 403 — Vila Carrão.
- Casa de Velhos Irmã Alice — Km. 25 — Rodovia Presidente Dutra — Garulhos — T. 49-0877.
- Centro Acadêmico de Economia Finanças e Administração de São Paulo (C.A.E.F.A.) — R. Olapoc número 51 — Tel. 92-4097.
- Centro Acadêmico João Mendes Jr. da Faculdade de Direito Mackenzie — R. Maria Antonia nº 403.
- Centro Acadêmico "11 de Agosto" — R. Riachuelo nº 194 — T. 32-4968.
- Centro Brasileiro de Desportos dos Bancários — R. São Bento nº 405 — 7º andar.
- Centro Dom Gastão — R. Frates nº 263 — Tel. 34-1388.
- Centro Espírita Irmão Augusto (para seus Serviços Assistenciais) — Rua "G" nº 16 — Vila Samuel.
- Centro Espírita Maria Emilia de Almeida (para seus Serviços Assistenciais) — R. Fagundes nº 181 — Tel. 36-9984.
- Centro Espírita Missionário de Jesus, para fins Assistenciais — Avenida Dias de Campos nº 220 — Vila Matilde.
- Centro Espírita "Nosso Lar", Casas André Luiz, Casa da Criança André Luiz, Centro Espírita Evangélico André Luiz — R. Zezquiel Freire número 736 — Tel. 3-8045.
- Centro Espírita "Paz Amor e Caridade" — R. Martins Afonso número 204.
- Centro Espírita Ubiratan — Rua Ipanema nº 344 — Tel. 93-1987.
- Centro de Estudos e Ação Social — R. Sabará nº 413 — Tel. 61-6597.
- Centro de Estudos Filosóficos ... (SAA) — R. Amaral Gama nº 185 — Tel. 3-8831 — Santana.
- Centro Galego de São Paulo — R. Figueira nº 257.
- Centro Metodista de Assistência Social do Ipiranga (Clemas) — Praça Nani Jafey nº 58 — Ipiranga.
- Centro Missionário S. V. D. (Societas Verbi Divini) — R. da Glória nº 560 — Tel. 38-8873.
- Centro Paroquial São José de Assistência Social da Paróquia da SS. Trindade — Praça Sennora Santana nº 2 — Tel. 5-2008 — Vila Hespanola.
- Centro Republicano Português — Rua Cons. Furiado nº 19.
- Centro de Serviço Social da Paróquia de Santana — R. Gabriel Piza nº 348 — Santana; Tel. 3-8812.
- Centro Social e Educativo N. S. de Fátima — Av. Dr. Arnaldo nº 1.973 — Sumaré — Tel. 62-5657.
- Centro Social dos Inspectores da Guarda Civil de São Paulo — Rua Helvecia nº 555 Lj. 4/5 — Tel. número 61-2812.
- Centro Social Leão XIII — Avenida Celso Garcia nº 810 — Tel. número 93-6991 — Belém.
- Centro Social N. S. de Fátima — Estrada do Imerim nº 412 — Imerim.
- Centro Social N. S. do Rosário — Av. Pompeia nº 1.224 — Tel. 62-4481.
- Centro Social Santa Maria Goretti da Paróquia de São Rafael — Rua Orville Derby nº 236 — Modoca.
- Centro Social "Santo Antônio" do Bairro Barra Funda — R. Garibaldi nº 492 e 286 — 6º andar.
- Cidade dos Velhinhos de Santa Luzia de Marillac — Av. Sabato D'Angelo s/nº — Itaquera.
- Círculo Operário de Guaiuna — R. Guaiaburu nº 369 — Vila Aricadua.
- Círculo Operário da Modoca — Rua da Modoca 3.911 — Tel. 93-0837 e número 9-3883.
- Círculo Operário da Penha — Rua Arnaldo Valardi Ortilho nº 113 — Penha.
- Círculo Operário de Santo Amaro — R. Brig. Luiz Antônio nº 549.
- Círculo Operário da Vila Prudente — R. José Zappi nº 87 — Tel. número 63-2539 — Vila Prudente.
- Círculo Operário da Comunhão do Pensamento — Graça Almeida Júnior nº 100 — 3º andar — Tel. número 37-8551.
- Clinica Beneficente São João — Ladeira Pôrto Geral nº 106 — 5º andar — Tel. 33-1391.
- Clinica Infantil do Ipiranga — Av. Nazaré nº 1.361 — Tel. 63-1587.
- Clinica Psicológica da Faculdade de Filosofia e Letras "Sedes Sapientiae" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — R. Cardoso de Almeida nº 1.021 — Perdizes.
- Clube dos Estados — Av. Paulista nº 900 — 4º andar — Tel. 37-8678.
- Clube dos Oficiais da Força Pública de São Paulo — Av. Santos Dumont nº 767 — Tel. 23-2824.
- Colégio Alfredo Pucca — R. Beneficência Portuguesa nº 29 — Tel. número 34-1537.
- Colégio Arquidiocesano de São Paulo — R. Domingos de Moraes número 2.565 — Tel. 36-2737 — Cambuci.
- Colégio Batista — R. Homem de Melo nº 537 — Tel. 62-5517.
- Colégio Comercial "30 de Outubro" — R. Olapoc nº 60/72 — Tel. 92-3114.
- Colégio Madre Gabrieli — R. D. Moraes nº 1.490 — Tel. 7-0721.
- Colégio Maria Imaculada — Avenida B. de Campos nº 79 — Tel. números 31-5853 e 31-3203.
- Colégio Meira — R. Padre João Manoel nº 745 — Cerqueira César — Tel. 8-3530.
- Colégio Prudente de Moraes — R. B. Arzão nº 196 — Santana — Tel. 3-8287.
- Colégio Sacre Coeur de Marie — Av. "9 de Julho" nº 5.520 — Tel. nº 8-2290.
- Colégio Santa Cruz — R. Orobó s/nº Estradas dos Bolados — Tel. nº 8-7474.
- Colégio Santa Dorotheia — R. Pires da Mota nº 1.116 — Tel. 51-2044 — Bom Retiro.
- Colégio Santa Inês (Bolsa de Estudos) — Rua 3 Rios nº 362 — Bom Retiro — Tel. 51-2044.
- Colégio Santa Inês — Tel. 51-2044.
- Colégio Santo Agostinho, mantido pela Sociedade de Instrução e Socorro — Praça Santo Agostinho número 79 — Paraíso — Tel. 31-1348.
- Colégio São Luiz — Av. Paulista nº 2.324 — Tel. 31-1515.
- "COLSAN" Sociedade Beneficente de Coleta de Sangue — R. José Bonifácio nº 278 — 3º andar — Sala 312 — Tel. 36-4141.
- "COLMEIA" — Instituição a Serviço da Juventude — R. Marina Cintra nº 97 — Jardim Europa.
- Confederação das Famílias Cristãs, para o programa habitacional — Al. Campinas nº 833 — Tel. 31-4980 — Bela Vista.
- Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição e Obras Sociais a cargo da Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição — Av. Nazaré nº 470-A — Tel. 63-1378.
- Congregação do Santíssimo Redentor, para as Obras de Assistência Social da Penha — R. Sampaio Vidal nº 1.021.

Conselho Administrativo da Igreja Apostólica — Armênia do Brasil (para Obras Sociais) — Avenida Santos Dumont nº 55 — Santa Efigênia — Tel. 36-1054.

Convívio Sociedade de Cultura Brasileira — R. Minas Gerais nº 228 — Consolação — Tel. 51-6043.

Coral Acadêmico "XI de Agosto" — Faculdade de Direito de São Paulo — R. Riachuelo nº 194 — T. 32-8322.

Creche Marie Dulce — R. Jaguaré nº 172 — Sede — R. Reliquia nº 691 — T. 52-2363.

Creche Marieta Morse — R. Cel. Luiz Barroso nº 95 — Santa Amaro.

Creche Nossa Senhora da Paz — R. Glóerio nº 225.

Creche São José — Assistência Social da Província Samaritana de Santo Elias — R. Martiniano de Carvalho nº 60 — Liberdade.

Cruz Vermelha Brasileira — Filial do Estado de São Paulo — Av. Guimarães nº 699 — Tel. 61.1800 — Aeroporto.

Cruzada Bandeirante Contra a Tuberculose — R. Cons. Nêbias 1º — T. 51-4180.

Cruzada Paulista de Assistência aos Tuberculosos — Av. Dr. Alvaro Machado nº 32, 1º Sala 1 — Tel. 32-3378.

Cruzada Pró-Infância — Avenida Brigadeiro Luiz Antônio nº 653 — Tel. 32-6236 — Bela Vista.

Cruzada Social de Vila Madalena — Escola Vocacional — R. Girasol nº 743 — Vila Madalena — Telefone 80-2050.

Curso Anglo Americano de Língua Inglesa — R. 12 de outubro nº 354 — Lapa.

Departamento Beneficente Evangélico e Escolas Evangélicas Assistenciais, mantidos pela Igreja Cristã Pentecostal de Evangelização e Cura Divina "Maravilhas de Jesus" — Rua Conde de Sarzeda nº 294.

Departamento Interdisciplinar de Estatísticas e Estudos Socio-Econômicos — Rua Maria Domitila nº 254 — 3º andar.

Departamento Social da Igreja Evangélica Pentecostal — R. da Consolação nº 217.

Diretoria Central de Estudante da Universidade Mackenzie — Rua Maria Antônia nº 403 — Tel. 35-76073.

Dispensário Evangélico Ottoniel Mota — Rua Nestor Pestana nº 152.

Dispensário Medalha Milagrosa e Creche Catarina Labouré — Rua Cipriano Barata nº 2.028 — Telefone 63-3999.

"Eucabrás" — Associação Educacional Brasileira — Praça Clóvis Bevilacqua nº 64, 1º — Tel. 32-7331.

Educandário Dom Duarte, da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo — Quilômetro 11, Estrada Velha Célia — Tel. 3-387.

Educandário João XXIII — Rua Pedro Fachine nº 163 — Vila Independência.

Educandário Luiz Gomes de Lemos — Cachoeiro do Sul no Vale do Paraíba.

Educandário Sagrada Família — Av. Nazaré nº 470-A — T. 63-1314.

Educandário Santa Gema — Avenida Pestana nº 170 — T. 3-8254.

Educandário Santa Terezinha — Creche Carolina Mota e Silva — Rua Mons. Coelho nº 716 — Jardim América — Tel. 8-2104.

Educandário São Domingos — Avenida N. S. dos Remédios nº 44 — V. dos Remédios — Alto da Lapa — Tel. 5-0174.

Educandário São José de Belém — Av. Celso Garcia nº 1.534 — Belém — Tel. 93-1378.

Educandário São Paulo (da Cruz) Dependência da Associação Protetora da Infância — Av. Tucuruvi nº 470 — Tel. 3-8340.

Escola Doméstica Filhas de Maria Imaculada — Av. Nazaré — Telefone 31-3474.

Escola Israelita Brasileira Chaim Nachman Bialik — Rua Arco Verde nº 1.720 — Tel. 8-8198.

Escola Missionária Pio XI — Rua Costa Barros nº 1.095 — Vila Alpina.

Escola Municipal de Astrofísica — Av. IV Centenário — Tel. 7-2789.

Escola Normal Alto do Pari e Ginásio Santa Terezinha do Menino Jesus Alto do Pari — Rua Ertiva número 12 — Tel. 93-3379 — Pari.

Escola Paroquial N. S. do Carmo da Vila Alpina — Rua Maria Tavares nº 148 — Vila Alpina.

Escola Paroquial São João Batista — Av. do Café nº 688 — V. Guanani.

Escola Primária Adventista da Cidade Adhemar — Rua Ipiraporã número 404 — Bairro Cidade Adhemar.

Escolas Profissionais do Instituto Dom Bosco — Praça W. Pestana número 233 — Tel. 34-3536.

Escola Santa Maria — Rua Gonçalves nº 366 — Vila Califórnia — Tatuapé.

Escola São Teodoro em Vila Maria — Rua Mére Amedea nº 470.

Escola de Sociologia e Política — Rua General Jardim nº 522 — Vila Buarque — Tel. 32-7974.

Escola Técnica de Comércio São Luiz — Av. Paulista nº 3.324 — Telefone 31-3588.

Escola Técnica de Comércio de São Paulo — Praça Clóvis Bevilacqua número 64, 1º — Tel. 32-7631.

Exército da Salvação — Divisão de São Paulo — Rua Taguá nº 209.

Federação Mariana da Arquidiocese de São Paulo — Praça da Sé nº 47, 10º — Sala 105 — Tel. 33-1875.

Federação das Congregações Marianas de São Paulo — Rua Sebastião Pereira nº 240 — Tel. 52-9416.

Federação dos Círculos Operários do Estado de São Paulo — Avenida Brigadeiro Luiz Antônio nº 545 — Telefone 32-7991.

Federação dos Bandeirantes de São Paulo — Praça da República nº 386, 5º — Cj. 53 — Tel. 34-7466.

Faculdade de Enfermagem de São José R. M. Prado nº 71 — Telefone 53-1341.

Faculdade de Economia, Finanças e Administração São Paulo e da Fundação Leonídio Azevêdo — Rua Olapoque ns. 60-72.

Faculdade de Ciências Econômicas São Luiz — Av. Paulista nº 2.324 — Tel. 31-1515.

Externato dos Santos Anjos (para Assistência Social) — Rua Irajá número 1.330 — Idianópolis — Telefone 61-3518.

Externato Santa Catarina — Rua Chavantes nº 653.

Externato N. S. de Lourdes das Irmãs Franciscanas e Ginásio e Escola Normal Particular Nossa Senhora de Lourdes — Rua Aureliano Lessa nº 127 — Tel. 92-2415.

Fraternidade Espirita Evangélica — Av. Liberdade nº 688 — Fundos.

Fraterno Auxílio Cristão de Nossa Senhora da Consolidação — Rua da Consolação nº 585 — Tel. 34-5392.

Fundação Instituto Educacional Dona Michie Akama — Rua Vergueiro nº 2.625 — Tel. 70-2059.

Fundação para o Livro do Cego no Brasil — Rua Diogo de Faria nº 588 — Clementine — Tel. 7-3825.

Fundação Paulista de Assistência à Infância — Rua Prates nº 263 — Bom Retiro — Tel. 34-1388.

Ginásio Anglo Latino (para Bolsa de Estudos a Estudantes Pobres) — Rua Muniz de Souza nº 1.051 — Aclimação — Tel. 31-0328.

Ginásio N. S. do Carmo (Bolsa de Estudos) — Prof. Clóvis Bevilacqua s/n. — Tel. 32-1566.

Ginásio Comercial São José de Vila Zelina — Rua Barão do Pirai nº 423 — Vila Zelina.

Ginásio Santa Catarina de Sena — Rua Manoel Nobrega nº 307.

Ginásio São Francisco Xavier — Rua Moreira da Costa nº 531 — Telefone 63-1289.

Grande Loja do Estado de São Paulo — Rua Joaquim nº 138 — Telefone 31-0777.

Grêmio Estudantino e Recreativo Dr. Osvaldo Azevêdo (Geroa) — Rua

Mons. Andrade nº 112 — Lj. 19 — Brás.

Grêmio da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo — Rua Maria Antônia nº 294 — Tel. 32-4281.

Grupo Auxiliar Paulo e Estevas — Rua Particular nº 136 — Vila Santa Catarina — Santo Amaro.

Hospital Alberto Einstein — Avenida Alberto Einstein — Rua F número 12.

Hospital e Casa de Saúde Liberdade — Rua Tamandaré nº 495.

Hospital das Clínicas e Serviço de Cirurgia Torácica — Rua Enéas de Aguiar nº 235 — Tel. 8-2161.

Hospital Infantil "Menino Jesus" — Rua dos Ingleses nº 258 — Telefone 33-5195.

Hospital Municipal dos "Lions Clubs" de São Paulo — Rua Bresser.

Hospital "9 de Julho" — Rua Peixoto Gomide nº 625 — Tel. 36-6955.

Hospital N. S. da Penha — Rua Arnaldo Vailar Portinho nº 100 — Telefone 9-0383.

Hospital "Sanitas Sepaço" — Rua Antônio Carlos nº 105.

Hospital São Camilo — Associação Filhas de Camilo — Av. Pompeia nº 1.170 — Tels. 62-7000 e 62-7227.

Sociedade Beneficente São Camilo — Av. Pompeia nº 1.170 — Telefones 62-7000 e 62-7227.

União Social Camiliana — Avenida Pompeia nº 1.170 — Telefones 62-7000 e 62-7227.

Hospital do Servidor Público de São Paulo — Rua Pedro de Toledo número 1.700 — Tel. 60-1161.

Hospital Sirio Libanês — Rua D. Adma Jafet nº 91.

Igreja Metodista do Brasil — Paróquia Central de São Paulo — Avenida Liberdade nº 659 — Tel. 36-4284.

Inspeção Salesiana do Sul do Brasil — Largo do Coração de Jesus nº 154.

Instituição Beneficente "Párcio Guimarães Azevêdo" — Rua Visconde de Ouro Preto nº 164 — Telefone 32-3544.

Instituição Cristã Beneficente "Verdade e Luz" e Abrigo Batista — Rua "28 de Março" nº 197 — Poá — Rua Espirita nº 102 — Tel. 36-5755.

Instituição Cristã "Seabra do Mestre" — Rua Corupinas nº 16 — Vila Manchester.

Instituto Adolfo Lutz — Avenida Dr. Arnaldo nº 3 — Tel. 52-8986.

Instituto Adventista de Ensino — Estrada Velha da Itapeirica km 23.

Instituto "Arnaldo Vieira de Carvalho" e Fundação "Arnaldo Vieira de Carvalho" — Rua Cezário Moia Junior nº 112 — Vila Buarque — Telefone 51-3675.

Instituto de Assistências às Famílias para o Dispensário dos Pobres — Rua Siqueira Afonso nº 58.

Instituto Beneficente da Anunciação da Congregação das Irmãs Servas de N. S. da Anunciação — Rua Cons. Olegário nº 54 — Vila Anastácio.

Instituto Beneficente da Assunção — Rua Padre Estevão Pernet número 630.

Instituto Beneficente "Nosso Lar" — Rua Mesquita nº 720 — Aclimação — Tel. 70-7134.

Instituto Bom Pastor — Rua Sorocabanos nº 150 — Ipiranga.

Instituto Brasileiro de Estudos de Pesquisas de Gastroenterologia — R. Silva nº 276 — Bela Vista — Telefone 34-4048.

Instituto de Cegos "Padre Crico" e Casa do Padre Chico — Av. Nazaré nº 443 — Tel. 63-1514.

Instituto para Crianças Surdas "Conceição" — Rua Mata Grande número 200 — Interlagos.

Instituto Cristóvão Colombo — R. Dr. Mário Vicente nº 1.108 — Telefone 6-3297.

Instituto Educacional Espirita Metropolitano — Rua Guarani nº 140 — Tel. 8-8167.

Instituto Educacional São Paulo — Rua Al. Tupeniques nº 997 — Idiano.

Instituto das Irmãs Oblatas do S.

S. Redentor (Asilo São Pedro) — R. Francisco Morengo nº 1.446 — Telefone 9-0401 — Tatuapé.

Instituto Mackenzie (para Bolsa de Estudos para o estudante pobre) — Rua Maria Antônia nº 403 — Telefone 32-6161.

Escola Doméstica do Instituto Madre Mazzarello do Bairro Santa Terezinha — Pr. N. S. Auxiliadora números 4 e 14 — Bairro Santa Terezinha.

Instituto "Mater Dei" — Rua Jaguaretê nº 202.

Instituto Mauá de Tecnologia (Bolsa de Estudos) — Rua Frederico Alvaranga nº 121 — Tel. 32-6530.

Instituto Meninos de São Judas Tadeu — Orfanato São Judas Tadeu — Rua Itacira nº 2.801 — Jabaquara — Tel. 70-2017.

Instituto Missionário Cristo Operário — Rua Iturama nº 119 — Canindé.

Instituto N. S. Auxiliadora e Colégio e Externato N. S. Auxiliadora — Rua Passos ns. 36 e 255 — Telefone 92-1021.

Instituto Paulista Médico Social — Rua Itapeva nº 636 — Tel. 32-0099.

Instituto Pestalozzi Santa Efigênia — Al. Cleveland nº 601 — Telefone 52-7584.

Instituto Profissional para Cegos "Coração de Jesus" — Rua Ema número 22 — Santa Clara — Vila Paulina.

Instituto de Relações Industriais e Sociais (IRESI) — Rua Fernando de Albuquerque nº 31 — 7º andar.

Instituto Salesiano Pio XI — Rua Pio XI nº 1.024 — Tel. 5-0592.

Instituto Salesiano São Francisco — Rua Dom Bosco nº 441 — Telefone 32-4921.

Instituto de Surdos e Mudos de São Paulo — Rua Sambaia nº 571 — Telefone 70-1940.

Instituto Social Paulista de Assistência e Educação — Rua Vergueiro nº 2.087 — Tel. 70-1222.

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo — Av. Europa nº 913 — Jardim Europa.

Juventude Operária Católica de São Paulo — Rua Wenceslau Brás nº 78 — 1º andar — S. 104.

Juventude Universitária Católica — Rua Santa Tereza nº 21.

"Lar Anjo Gabriel" — Rua Cons. Moreira Barros nº 497 — Santana.

"Lar Batista das Crianças" — Avenida Rangel Pestana nº 2.251 — 4º — S. 414 — Brás.

"Lar da Bênção Divina" — Rua Barão de Tietê nº 204 — Jardim Prudência — Santo Amaro.

"Lar Beneficente Sirio-Vila Cardim" — Rua Serra Bragança nº 1.086 — Vila Cardim.

"Lar da Criança Feliz" — Rua Dois, Lotes 14 e 15 km 6 B.R.A. (Taboão de Serra) — Sede: Rua Alvaro Ramos nº 593 — Belém.

"Lar Escola Bela Vista" — Rua Manoel Dutra nº 233 — Tel. 32-8521.

"Lar Escola Cairbar Schutel (Vila Morse)" — Rua Francisco Preto nº 203 ou fundos nº 16.

"Lar Escola Emanuel" — Estrada de Sapopenda, s/nº — km. 23 — Sapopenda.

Lar Escola São Francisco — Av. Cons. Rodrigues Alves nº 978 — Tel.: 70-4211.

"Lar da Família Universal" — R. Casa do Alto nº 311 — Santo Amaro — Tel. 61-1694.

Obras Sociais Universitárias e Culturais Colônia Agrícola Universalista — R. Professor Afonso Bovero número 175 — Tel. 62-0835.

"Lar da Irmã Celeste" — Avenida Timoteo Enteadado nº 3.035 — Bairro Torris de Tbagé Vila Galvão — Guarulhos.

Lar das Irmãs de Elizinha — Rua Cezar Gastiglione nº 534 — Casa Verde — Baixa.

Lar N. S. das Mercês — Rua Rosas nº 179 — Tel. 7-5301.

"Lar São Bento" — Fundação Ilar de São Paulo — Largo de São Bento — Tel. 32-0934.

"Lareira" — Al. Joaquim Eugênio de Lima n.º 766 — Tel. 31-1003.
Liceu Eduardo Prado — R. Jacurici n.º 81 — Jardim Europa — Tel. 3-5665.

Liceu Sagrado Coração de Jesus — Largo do Coração de Jesus n.º 154.
Liceu Tiradentes — Prof. Afonso Bovero n.º 1.813 — Tel. 62-4512.
Liga Benficiente das Senhoras Gregas — Al. Campinas n.º 266 — Telefone 31-4557.

Liga Espírita do Estado de São Paulo — R. Brig. Tobias n.º 238.
Liga Paulista Contra a Tuberculose — Av. Jabaguará n.º 2.286 — Telefone 7471.

Liga das Senhoras Católicas — Rua Jacaguari n.º 386.

"Lions" Club — São Paulo — Centro — Rua Antônio Godoi n.º 20-11.º — Centro.

Fraternidade Irmã Amélia — Rua Nhegaibas n.º 40 — Vila Ema — Tel. 23-5358.

Missionárias de Jesus Bom Pastor — Rua Jobatas n.º 70 — Jabaguará — Tel. 7-6880.

Mosteiro São Geraldo da Ordem Beneditina — Travessa da Avenida Gronki — Fundos — do Estádio do S.P.F.C.

Movimento Universitário do Desfavelamento — Av. Tiradentes n.º 749 — Luz — Tel. 38-241.

Movimento Universitário Espírita — Av. da Liberdade n.º 1.034.

Núcleo do Ensino Profissional Livre — Escola Internacional — R. Joaquim Floriano n.º 1.053 — Itaim — Tel. 80-9834.

Núcleo do Ensino Profissional Livre da Vila Prudente — Rua Canância n.º 97.

Obra Assistencial de Santa Rita de Cássia, em benefício da Oficina Santa Rosália — R. Argentina n.º 674 — Jardim América.

"Obra do Berço" — Rua Frei Caneca n.º 531 — Tel. 37-7236.

Obra de Preservação dos Filhos dos Tuberculosos — R. Aureliana Coutinho n.º 154 — Tel. 52-3243.

Obra Social João XXIII — Praça Cornélio n.º 125 — Água Branca.

Obras Assistenciais da Paróquia de Santa Filomena — R. Tutoia n.º 1.125 — Tel. 70-6739.

Obras Assistenciais Sociais "Raíza Santa" da Paróquia Matriz de Vila Santa Isabel — Al. Rainha Santa n.º 340 — Vila Santa Isabel.

Obras de Santa Rita de Coração Eucarístico de Jesus — Av. Higienópolis n.º 1.698 — Tel. 51-9474.

Obras Sociais das Irmãs Passionistas — Pinheiro Cônego Eugênio Leite n.º 825 — Tel. 8-1736.

Obras Sociais e Missionárias Dominicanas — R. Cardoso de Almeida n.º 1.155.

Obras Sociais N. S. Auxiliadora, da Paróquia de N. S. Auxiliadora — Rua "3 Rios" n.º 75 — Luz.

Obras Sociais Nossa Senhora das Graças — R. Eng. Armando Arruda Pereira n.º 2.285 — Tel. 70-7720.

Obras Sociais da Paróquia da Aclimação — R. Braz Cubas n.º 163 — Tel. 70-4452.

Obras Sociais da Paróquia N. S. das Dóres — Ipiranga — R. Moraes Barros n.º 1.005 — Tel. 61-9573.

Obras Sociais da Paróquia S. Francisco Xavier — Largo de S. Francisco — Centro — Tel. 32-4823.

Obras Sociais da Paróquia do S.S. Sacramento — R. Tutoia n.º 1.023.

Obras Sociais Santo Hilário — Paróquia da Vila Guilhermina — Pr. Poti Ferreira n.º 48.

Obras Sociais da Sociedade Concepcionista do Ensino — Mosteiro da Luz — Av. Tiradentes n.º 676 — Telefone 34-1838.

Obras Sociais da Sociedade Religiosa Seicho S. — Eng. Armando Arruda Pereira n.º 1.284 — Jabaguará.

Oficina São Lourenço — R. Manoel da Nóbrega n.º 498.

Oficina de Caridade Santa Rita de

Cássia — Pr. Santo Agostinho n.º 79 — Paraíso — Tel. 31-1348.

Ordem dos Servidores de Maria — R. do Fico n.º 100 — Tel. 63-1729.

Orfanato "Cristóvão Colombo" — Rua do Orfanato n.º 833 — Telefone 63-2297.

Organização de Auxílio Fraterno "O.A.F." — Organização Cristão de Auxílio Fraterno — Rua Riachuelo n.º 342 — loja 1 — Tele. 37-5745.

Organização "Belo Ramo" de Assistência Social: Vila Matilde — Praça Leopoldo da Silva s.n.º.

Orquestra Sinfônica de Amadores da Penha — Rua Francisco Melchior número 13-A — Penha.

Paróquia do Imerim para Obras Sociais — Av. Imerim n.º 412.

Paróquia de Nossa Senhora Candelária de Vila Maria — Praça da Candelária n.º 1 — Vila Maria.

Paróquia N. S. da Conceição — Praça Sílvia Romero — Cidade Mãe do Céu.

Paróquia N. S. do Perpétuo Socorro do Jardim América — Rua Sampaio Vidal n.º 1.055 — Jardim América.

Paróquia de N. S. do Perpétuo Socorro do Jardim América — Praça do Perpétuo Socorro n.º 15 — Telefone 61-8235.

Obra Educacional dos Cônegos Regulares Lateranenses e Paróquia N. S. dos Remédios — Rua Erolides n.º 6 — Vila dos Remédios — Caixa Postal n.º 11.646.

Paróquia de Santo Onofre — Rua XIII — Eng. Goulart — Vila Matilde.

Paróquia de São Dimas — Rua Domingos Fernandes n.º 583.

Paróquia de São José de Belém — Praça São João.

Paróquia de São Pedro e São Paulo (Cidade Jardim) — Av. Alcides San Girardi n.º 650 — Pinheiros.

Externato São Paulo — Rua Asdrubal Nascimento n.º 282 — 10.º — S. 101 — Tel. 35-1516.

Pensionato N. S. da Guia — Avenida Angelica n.º 1.752.

Pequena Obra Divina Providência e Pequena Obra Divina Providência "Dom Orione" — Rua "13 de Maio" n.º 478 — Tel. 32-5848.

Pequeno Cotoleiro Brasileiro D. Orione — Rua "13 de Maio" n.º 478 — Tel. 32-5848.

P. S. Sociedade de São Paulo — R. Domingos de Moraes n.º 642 — Telefone 70-2466 — Vila Mariana.

Policlínica de São Paulo — Rua Frederico Alvares n.º 259 — Parque Dom Pedro.

Pontifício Instituto das Missões (PIME) Meninópolis — Brooklin Paulista — Av. Morumbi n.º 8.724 — Tel. 61-9572.

Pró-Arte Seminário de Música — Rua Serpente n.º 271 — Tel. 51-0858.

Recanto Infantil da Sociedade de Missionários N. S. da Consolação (Caminho do Chora Menino) n.º 96 — Rua Domingos Silo n.º 110 — Tel. 3-8900.

Reino da Garotada — Av. da Liberdade n.º 47 — 6.º.

Reino da Garotada de Poá — Rua Padre Eustáquio n.º 347 — Poá.

Revista "XXV de Janeiro" — Rua 3 Rios n.º 363 — Tel. 51-2133.

Sanatório João Evangelista — Nova Cantareira n.º 3.050 — Tel. 3-8556.

Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro — Av. Schmidt n.º 1 — Tel. 61-1131.

Seminário Central da Imaculada Conceição do Ipiranga — Av. Nazaré n.º 993 — Tel. 63-1413.

Seminário Preparatório — Rua Albuquerque Lins n.º 1.072 — Tel. 51-1832.

Serviço de Assistência a Menores das Escolas Profissionais Salesianas — Rua Dom Bosco n.º 173 — Mooca.

Serviço de Assistência Social Missionária (S.A.S.M.) — Av. Brig. Luiz Antônio n.º 2.071 — Tel.

31-2256

Serviço de Assistência Social da Paróquia do Brás — Rua Monsenhor Andrade n.º 77 — Brás.

Serviço Social da Igreja Santo Afonso de Ligório — Av. Miguel Stefano n.º 2.017 — Água Funda.

Serviço Social do Instituto Ilan Kardec — Alice Ferreira — Rua "99" — Jardim Presidente Dutra.

Serviço Social da Sociedade Amigos do Bairro São Judas Tadeu — Praça Witaker Penteado n.º 39 — Jabaguará.

Serviço Social da Sociedade Amigos do Núcleo do Instituto de Previdência do Caxingui — Rua Roque Pinto n.º 230.

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo — Rua Dr. Alvares Machado n.º 22 — 9.º — Tel. 32-2100.

Sindicato dos Odontologistas de São Paulo — Av. Brig. Luiz Antônio n.º 290 — 1.ª Loja — Cj. JA — 33419.

Sindicato dos Professores Primários e Secundários do Estado de São Paulo — Rua Cons. Crissiniano n.º 125 — 3.º — Cj. 35 — Tel. 37-3390.

Sociedade dos Albergues Noturnos — Av. Ana Nery n.º — Tel. 32-1833.

Sociedade Amigos do Bairro do Parque de Botum — Rua "22" número 291 — Botum.

Sociedade Amigos dos Estudantes de São Paulo — Estrada do Mar s/nº — Caminho de São Bernardo.

Sociedade Amigos de Melhoramentos da Casa Verde — Rua Japutira n.º 414 — Casa Verde.

Sociedade Amigos do Núcleo do Instituto de Previdência do Caxingui (Caxingui) — Rua Roque Pinto número 230 — Tel. 80-6778.

Sociedade Amigos dos Pobres — Rua General Olimpio da Silveira número 327 — 1.º — S. 14 — Tel. 34-8374.

Sociedade Amigos dos Bairros da Ponte Pequena e Grande e Sociedade Amigos dos Bairros Pequeno e Grande — Rua Pedro Vicente n.º 287.

Sociedade Amigos de Tremembé e da Zona Cantareira — Rua Cantareira n.º 4.858 — Tremembé.

Sociedade Amigos de Villa Alpina Nova — Rua Humberto Lima número 889 — Vila Alpina.

Sociedade Amigos de Vila / Caduva, Gualuana e Zonas Suburbanas da E.F.O.B. — Rua Guaperuva n.º 407 — Aricaçuva.

Sociedade Amigos de Jardim Brasília — Rua "13" n.º 60.

Sociedade Amigos de Vila Granada — Rua Itinguassu n.º 5 — Vila Granada.

Sociedade Amigos da Vila Gustavo — Rua do Grotão n.º 5 — Casa n.º 3.

Sociedade de Amigos de Vila Ipojuca — Rua Toneleiros n.º 612 — Vila Ipojuca.

Sociedade dos Amigos de Vila Leopoldina — Rua Frederico Wolf número 268 — Vila Leopoldina.

Sociedade Amigos de Vila Medeiros e Vila Sabrina — Rua Grecochândia n.º 1.124.

Sociedade Amigos da Vila Nova Curuçá — Distrito de São Miguel Paulista — Rua "39" n.º 19 — Vila Nova Curuçá.

Sociedade Amigos da Vila Rio Branco — Rua Araguaia n.º 2 — Distrito de Ermelino Matarazzo.

Sociedade Amigos de Vila Unidos — Vila Marieta — Rua Prusiana n.º 53 — Caixa Postal n.º 114.552 — Vila Marieta.

Sociedade de Assistência Social da Igreja Presbiteriana de Vila Maria — Rua da Gávea n.º 753 — Tel. ...

92-6579.

Sociedade Bach de São Paulo — Rua Caramuru n.º 442 — Vila Mariana — Tel. 7-5979.

Sociedade Bem-aventurada Imelda — Rua Prates n.º 263 — Tel. 34-1388.

Sociedade de Beneficência Santa Cruz — Rua Santa Cruz s/nº.

Sociedade Beneficência São Francisco de Assis — Rua Campos Novos n.º 49 — Tel. 63-2003.

Sociedade Beneficência Antônio Lerário — Rua Galvão Bueno número 275.

Sociedade Benficiente Bandeirante do Alto da Lapa — Rua Guaíba n.º 822 — Vila Leopoldina.

Sociedade dos Chaufers do Estado de São Paulo — Rua do Carmo n.º 143 — Tel. 32-4954.

Sociedade Benficiente "Clemente Ferreira", Instituto "Clemente Ferreira" — Rua da Consolação.

Sociedade Benficiente Feminina "Esperança" — Rua São Joaquina n.º 381 — 3.º andar.

Sociedade Benficiente "José de Arimateia" — Av. Lins Vasconcelos n.º 3.491.

Sociedade Benficiente Linath Hafzedeck — Escola Feminina Israelense de Assistência Social, Organização Feminina Israelense de Assistência (OFIDAS) — Rua Rodolfo de Miranda n.º 287 — Tel. 38-7045.

Sociedade Benficiente: Mão Branca" — Asilo Benficiente "Mão Branca" — Av. João Dias n.º 889 — Santo Amaro — Tel. 61-9677.

Sociedade Benficiente N. S. do Paraíso — Rua do Paraíso n.º 21 — Tel. 31-5155.

Sociedade Benficiente e Recreativa Caramuru — Rua Antônio Lindero da Silva n.º 425 — Vila Aricaçuva.

Sociedade Benficiente de Somboras — Rua D. Adma Jafet n.º 91 — Tel. 34-36-32.

Sociedade Brasileira de Educação e Associação Brasileira de Educação (Colégio São Francisco Xavier) — Av. Paulista n.º 232 — Consolação — Tel. 31-4806.

Sociedade Cedro do Líbano de Proteção à Infância e Assistência Social e Manutenção Social Cedro do Líbano de Proteção à Infância — Av. Guapiranga n.º 2.020 — Santo Amaro.

Tel. 61-8756.

Sociedade Chelbel do Brasil — Rua Tamandaré n.º 131 — Liberdade.

Sociedade Civil da Educação Limitada (Ginésio Piratininga) — Avenida Angélica n.º 382 — Tel. 51-6628.

Sociedade Concepcionista de Ensino — Av. Bernardino Campos número 79 — Tel. 31-5833 — Paraíso.

Sociedade Geográfica Brasileira — Rua "24 de Maio" n.º 104 — 13.º — CJB — Tel. 32-7802.

Sociedade Impulsionadora da Instrução — Rua Caiubi n.º 126 — Perdizes — Tel. 62-2334.

Sociedade Luiz Pereira Barrolo — Martins Fomes n.º 248, 129.

Sociedade Mar-nita de Beneficência — Rua Tamandaré n.º 131, Sbl — Tel. 36-5603.

Sociedade Missionária N. S. Consoladora — Al. Afonso Schimth n.º 36 — Santana.

Sociedade Missionária N. S. Auxiliadora — Al. Afonso Schimth n.º 96 — Santana.

Sociedade Musical Carlos Gomes — Rua Condessa S. Jorquim n.º 237 — Tel. 32-0424.

Sociedade Ordem dos Servos de Maria (Provinciados do Sul) — Rua do Fico n.º 100 — Ipiranga.

Sociedade Paulista de Agronomia — Av. "34 de Maio" n.º 104-10º — Telefone: 37-9983.

Sociedade Religiosa Israelita "Asilo dos Velhos" — Rua Madre Cabrini n.º 566 — Vila Mariana — Telefone 70-2199.

Sociedade Santamarense de Beneficência — Rua Quinto Bertoldo — Guarujá — Santos.

Sociedades das Senhoras de Nazaré — Rua Cardoso de Almeida número 313 — Perdizes.

Instituto do Serviço Social — Rua Quintino Bocaiuva n.º 176-3º — Salas 308-310 — Tel. 33-6275.

Templo do Cristianismo Espírita — Rua Leonor Alvim n.º 114 — Interlagos.

Tenda Espírita Vovô Cassange — Rua Castro Alves n.º 375 — Paraíso.

Centro Espírita Vovô Cassange — Rua Castro Alves n.º 375 — Paraíso.

União Brasileira de Escritores — Rua "24 de Maio" nº 250-137 — Telefone: 34-7560.

Associação Brasileira de Escritores — Rua "24 de Maio" nº 250-137 — Tel.: 34-7560.

União Cristã de Estudantes do Brasil — Rua Maria Paula nº 602 — Tel.: 35-1525 — Centro.

União dos Escoteiros do Brasil — Av. Brig. Luiz Antônio nº 388 — Cj 2 — Tel.: 32-5039.

União Espírita Cristã Benficiente "Laudelino de Brito" — Rua Brigadeiro Machado nº 269 — Brás.

União Federativa Espírita Paulista — Liberdade nº 1.034 — Tel.: 32-8708.

União Missionária dos Adventistas do "Sétimo Dia" — Departamento de Assistência Social "O Bom Samaritano" — Rua Tobias Barreto nº 809 — Tel.: 93-6452 — Mooca.

União da Mocidade Espírita de São Paulo — Rua dos Carmelitas nº 403 — Tel.: 37-6237.

Universidade Mackenzie — Rua Maria Antônia nº 403 — Tel.: 32-6161.
"4 H Club do Brasil" — Rua Carlos Gomes nº 18 — 7º andar — Sala 77.

ENTIDADES QUE NÃO FUNCIONAM

Ambulatório da Igreja Batista da Lapa.

Ambulatório da Igreja Batista em Vila Pompéia.

Centro Social Nipo Brasileiro.
Dispensário Infantil São Lucas, mantido pela Associação da Igreja Metodista.

Sociedade Benficiente Instituto N. S. do Bom Conselho.

Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo — Paróquia Santa Genoveva.

ENTIDADES QUE JÁ ENCERRARAM SUAS ATIVIDADES

Centro Social Nipo Brasileiro.

Assistência Social Leonor Mendes Casa de Goiás.

Associação Paulista para Assistência à Criança Cardaca.

Colégio Regina Pacis.

Instituto de Educação Integral Brasileira e Israelita Chaim Machman Bialik.

Instituto Paulista de Combate ao Câncer.

Instituto Sagrado Coração de Jesus.

Sociedade Amigos de Congonhas.

ENTIDADES COM NOMES TROCADOS

Asilo São Vicente de Paulo do Divino Espírito Santo.

Existe o Asilo São Vicente de Paulo.

Escola Industrial Padre Sabóia (Bolsa de Estudos para o Estudante Pobre):

Existe a Faculdade de Engenharia Industrial.

ENTIDADES QUE NÃO PEDIRAM NEM ACEITAM SUBVENÇÕES

Sociedade "Há a Família" — Rua Tabapuã nº 303 — Itaim — Telefone: 87371.

Ginásio Paulistano (para Bolsa de Estudos para o Estudante Pobre) — Rua Taguá nº 150 — Tel.: 366237.

Serviço Social da Sociedade Amigos do Taboão — Largo do Taboão número 151 — Estrada de Itapevica.

Casa de Saúde Santa Rita — Cubatão nº 1.190.

ENTIDADES SITUADAS FORA DA CAPITAL

Igreja de Jesus no Brasil.

Ambulatório Junqueira Ortiz.

Ambulatório Médico Dentário "Doutor Fleming".

Casa do Estudante do Centro Acadêmico "9 de Julho".

Casa das Meninas Armando de Barros.

Círculo Escolar Comunhão do Pensamento.

Congregação Mariana Nº 8ª Aparcida e São José.

Educandário Imaculado Coração de Maria — D. Maria Queiroz Pedrosa.

Educandário Imaculado Coração de Maria — Santo André.

Escolas Salesiana São José.

Grêmio Cultural Jackson de Figueiredo.

Grêmio Estudantil "Nove de Julho".

Museu Histórico do Município de Embu.

Obras Assistenciais da Ordem de Santo André.

Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora do Guadalupe, de Campo Belo.

Paróquia de Presidente Venceslau.

Seminário Santa Teresinha.

Sociedade Cívica e Benficiente de Osasco.

Sociedade São Vicente de Paulo — "Santo André".

ENTIDADES ESTUDANTIS QUE FORAM EXTINTAS POR DECRETO DO PODER EXECUTIVO

União Paulista dos Estudantes Secundários.

União Estadual dos Estudantes de São Paulo.

Centro Estudantil "Nove de Julho".

Centro Acadêmico 15 de Agosto.

ENTIDADES CITADAS EM EDITAL PUBLICADO NOS DIAS 13, 14 E 15 DE SETEMBRO NO "DIÁRIO DE SÃO PAULO" E "JORNAL DA TARDE" E QUE NÃO ATENDERAM A OCHAMADO

Ambulatório Madre Paula.

Ambulatório Madre Paulina.

Associação dos Amadores de Astronomia Planetária de São Paulo — Ibirapuera.

Associação Assistência e Caridade Irmãdade Cristã.

Associação Coral Arte Sacra Taubaté.

Associação Educativa Santa Clara.

Associação dos Ferroviários Ativos e Inativos da F.F.S.I.

Associação dos Motoristas Amadores do Estado de São Paulo.

Associação Paulista de Ajuda e Benficiência.

Associação dos Pais e Amigos de São Paulo.

Associação Piaulense de São Paulo.

Banco de Leite Seco da Lapa.

Centro Dom Vital de São Paulo.

Centro Espírita Auxiliador "Profeta Zacarias".

Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas Sociais.

Centro Literário Tiradentes.

Club dos Motoristas.

Corporação Musical de Vila Jabara.

Departamento de Assistência Sócio-Educacional "Erasmio Braga".

Fundação Brasileira de Estudos e Pesquisas Técnico Legislativas.

Grêmio Esportivo Brasil Bom Retiro.

Grêmio Esportivo Recreativo e Cultural do Brás, para o Dep. de Cultura.

Hospital Batista.

Hospital Maternidade São Vicente de Paulo.

Instituto Brasileiro de Astronáutica e Ciências Sociais.

Instituto Brasileiro de Pesquisas Psicobiológicas.

Instituto Genealógico de São Paulo.

Instituto Joaquim Nabuco.

Junta Arregimentadora de Núcleos Intelectuais e Operários.

Seção de Vila Mazzei — para assistência social.

Lar da Infância Denice (para seus serviços assistenciais).

Lar de Jesus.

Lar São José.

Lar dos Velhinhos da Barra Funda.

Lares Infantis de São Paulo.

Legião Brasileira dos Inativos (Núcleo Estadual de São Paulo).

Licên de Jesus (Para Bolsas de Estudos).

Núcleo de Assistência aos Pobres — Dr. Alvaro dos Santos.

Obras Sociais do Bloco Getulista.

Retiro Evangélico "Benarrah".

Sociedade Amigos de Jardim Maristela.

Sociedade Amigo do Jardim Tremembé.

Sociedade Amigos de Vila Ré.

Sociedade Artística Novo Teatro Limitada (para Academia do Teatro Gil Vicente).

Sociedade Benficiente Coração de Jesus.

Sociedade Benficiente e Recreativa "1º de Maio".

Sociedade Espírita Discípulos de Jesus.

Sociedade Filantrópica Coração de Jesus.

Sociedade Paulista de Matemática.

Tenda de Umbanda dos Filhos Unidos do Caboclo Tamandaré.

União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DO ESTUDO DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

1ª Reunião, realizada no dia 13 de dezembro de 1966

INSTALAÇÃO

As 21,30 horas do dia 13 de dezembro de 1966, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Manoel Villaga, Ruy Palmeira, Heribaldo Vieira, Eurico Rezende, Vasconcelos Torres, Antônio Carlos Konder Reis, Oscar Passos, Josaphat Marinho e Ruy Carneiro e os Senhores Deputados Pedro Aleixo Oliveira Brito, Adauto Cardoso, Djalma Marinho, Tabosa de Almeida, Aciloly Filho, Antônio Feliciano, Adolfo de Oliveira, José Barboza e Chagas Rodrigues, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Constituição.

Deixam de comparecer os Senhores Senador Lino de Matos e Deputado Martins Rodrigues.

Le acordo com o artigo 32 do Regulamento Comum, assume a presidência o Senhor Deputado Antônio Feliciano, que declara instalados os trabalhos, anunciando que, a fim de cumprir dispositivo regimental, irá proceder, por escrutínio secreto, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, designado para escrutinadores os Senhores Senador Wilson Gonçalves e Deputado Aciloly Filho.

Distribuídas as cédulas uninominais e, colocadas na urna apropriada, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Pedro Aleixo — 12 votos

Deputado Antônio Feliciano — 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Senador Oscar Passos — 12 votos

Em branco — 1 voto

O Senhor Deputado Antônio Feliciano declara eleitos — Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Deputados Pedro Aleixo e Senador Oscar Passos, passando a presidência ao Presidente eleito.

O Senhor Deputado Pedro Aleixo assume a presidência.

Pedindo a palavra, o Senhor Senador Oscar Passos lamenta, em seu nome e no dos seus companheiros de partido, o atraso, motivado por uma ligeira conferência que mantínhamos em nosso Gabinete e que nos impediu de dar nosso voto a Vossa Excelência para a presidência desta Comissão. Desejo, entretanto, declarar que, por conveniência do meu Partido, estou impedido de participar dos trabalhos desta Comissão, pelo que declino da honra que me foi conferida.

O Senhor Deputado Adauto Cardoso, por sua vez, diz também lamentar não ter chegado em tempo para a votação, mas que a escolha feita pelos seus companheiros de Comissão tem todo o seu apoio e que se regosija com o resultado da eleição.

O Senhor Deputado Pedro Aleixo, com a palavra, comunica que gostaria, antes de tudo de manifestar seus agradecimentos aos membros presentes que nas cédulas, confirmaram a notícia, já conhecida, de que me seria concedida a grande honra de presidir a Comissão Mista designada para examinar e debater o Projeto de reforma constitucional e opinar sobre o mesmo. Agora, continua, em face das declarações que foram feitas, tenho que estender meus agradecimentos a manifestação do Senhor Senador Oscar Passos, que falou por si e seus eminentes companheiros de representação do MDB. Assim como, agradeço a manifestação do Senhor Deputado Adauto Cardoso. As declarações feitas aumentam as minhas responsabilidades na direção destes trabalhos. Peço a Deus que possa, realmente, ser digno da confiança manifestada. De outra parte, já promulgado eleito Vice-Presidente o Senhor Senador Oscar Passos, entendeu sua Excelência de renunciar o posto para o qual foi escolhido pelos nossos votos, seguindo, assim, conforme nos comunicou, deliberação do seu Partido. Trata-se de manifestação de renúncia que, como é sabido, é de caráter unilateral e, como esta renúncia decorre da deliberação do seu Partido, seria imperitino, de nossa parte, qualquer comentário sobre ela. Nestas condições, vamos proceder à eleição do Vice-Presidente, cabendo-me consultar ao Senhor Senador Oscar Passos se a renúncia por ele manifestada se estende a todos os seus companheiros. Em vista da resposta afirmativa do Senhor Senador Oscar Passos, o Senhor Deputado Pedro Aleixo comunica que irá suspender os trabalhos da Comissão para confecção de cédulas para a eleição do Vice-Presidente. Reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente convida os Senhores Senador Wilson Gonçalves e Deputado Aciloly Filho para escrutinadores.

Distribuídas as cédulas uninominais e, colocadas na urna apropriada, verifica-se o seguinte resultado:

Para Vice-Presidente:

Senador Eurico Rezende — 16 votos

Senador Wilson Gonçalves — 1 voto

Deputado Adauto Cardoso — 1 voto

Em branco — 2 votos

O Senhor Presidente declara eleito Vice-Presidente o Senhor Senador Eurico Rezende, que agradece a confiança manifestada subjugando seu nome,

ATOS DA MESA

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve conceder aposentadoria a Itagyba José de Oliveira, no cargo de Assistente Técnico de Soma, símbolo PL-5, do Quadro Permanente da Secretaria, de acordo com o artigo 1º da Resolução nº 76, de 8 de outubro de 1964, combinado com o artigo 193, item I, da Resolução nº 67, de 9 de maio de 1962 e artigos 3º e 4º da Resolução nº 72, de 10 de novembro de 1962.

Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve conceder aposentadoria, de acordo com o disposto no artigo 1º da Resolução nº 76, de 8 de outubro de 1964, combinado com o artigo 193, item I, da Resolução nº 67, de 9 de maio de 1962 e artigos 3º e 4º da Resolução número 72, de 10 de novembro de 1962, a Jaey de Barros Magalhães, no cargo de Auxiliar de Portaria, símbolo PL-9, do Quadro Permanente da Secretaria da mesma Câmara, com os proventos relativos ao símbolo PL-8.

Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve conceder aposentadoria, de acordo com o artigo 1º da Resolução número 76, de 8 de outubro de 1964, combinado com o artigo 193, item IV, da Resolução número 67, citada, e artigos 3º e 4º da Resolução número 72, de 10 de novembro de 1962, a Mariano Januário, no cargo de Ajudante de Porteiro, símbolo PL-7, com os proventos correspondentes aos do cargo de Porteiro, símbolo PL-6, ambos do Quadro Permanente da Secretaria da mesma Câmara.

Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve conceder aposentadoria, de acordo com o artigo 1º da Resolução número 76, de 8 de outubro de 1964, combinado com o artigo 193, item III, da citada Resolução número 67, e artigos 3º e 4º da Resolução número 72, de 10 de novembro de 1962, a Esquias Ferreira de Almeida, no cargo de Guarda de Segurança, símbolo PL-9, com os proventos correspondentes aos do cargo de Inspetor de Segurança, símbolo PL-3, ambos do Quadro Permanente da Secretaria da mesma Câmara.

Câmara dos Deputados, em 1º de dezembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve conceder aposentadoria, de acordo com o artigo 1º da Resolução número 76, de 8 de outubro de 1964, combinado com

SECRETARIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

o artigo 193, item I, da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, e artigos 3º e 4º da Resolução nº 72, de 10 de novembro de 1962, a Almério Corrêa de Salles, no cargo de Assistente de Secretaria, símbolo PL-5, do Quadro Suplementar da Secretaria da mesma Câmara.

Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve conceder aposentadoria, de acordo com o artigo 1º da Resolução número 76, de 8 de outubro de 1964, combinado com os artigos 221 da Resolução nº 67, de 9 de maio de 1962, e 184, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Irven de Araújo Costa, no cargo de Tiquilgrafo-Revisor, símbolo PL-2, do Quadro Permanente da Secretaria da mesma Câmara.

Câmara dos Deputados, em 1º de dezembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve aposentar, de acordo com o artigo nº 191, item I, e § 3º da Constituição Federal, combinado com os artigos 183, item III, 184 e 186, item I, da citada Resolução, e artigos 3º e 4º da Resolução nº 72, de 10 de novembro de 1962, Darcy Irineu Cunha Silveira, no cargo de Auxiliar de Limpeza, símbolo PL-16, do Quadro Temporário da Secretaria da mesma Câmara.

Câmara dos Deputados, em 1º de dezembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve aposentar, de acordo com o artigo nº 191, item I, e § 3º da Constituição Federal, combinado com os artigos 183, item III, 184 e 186, item I, da citada Resolução, e artigos 3º e 4º da Resolução nº 72, de 10 de novembro de 1962, José Rodrigues Chaves, no cargo de Guarda Auxiliar, símbolo PL-13, do Quadro Temporário da Secretaria da mesma Câmara.

Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve conceder aposentadoria, de acordo com o artigo 1º da Resolução número 76, de 8 de outubro de 1964, combinado com os artigos 221 da Resolução 67, citada, e 184, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Maria José Moreira da Rocha, no cargo de Tiquilgrafo-Revisor, símbolo PL-2, do Quadro Permanente da Secretaria da mesma Câmara.

Câmara dos Deputados, em 1º de dezembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve conceder aposentadoria, de acordo com o artigo 1º da Resolução número 76, de 8 de outubro de 1964, combinado com o artigo 193, item II, da Resolução número 67, citada, e artigos 3º e 4º da Resolução número 72, de 10 de novembro de 1962, a Moacyr de Mattos, no cargo de Eletricista, símbolo PL-7, do Quadro Permanente da Secretaria da mesma Câmara.

Câmara dos Deputados, em 1º de dezembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve conceder aposentadoria a Norival Quintanilha Rosa, no cargo de Auxiliar de Portaria, símbolo PL-8, com os proventos correspondentes ao cargo de Ajudante de Porteiro, símbolo PL-7, ambos do Quadro Permanente da Secretaria, de acordo com o artigo 1º da Resolução nº 76, de 8 de outubro de 1964, combinado com o artigo 193, item IV da Resolução nº 67, de 9 de maio de 1962 e artigos 3º e 4º da Resolução nº 72, de 10 de novembro de 1962.

Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve aposentar, Luiz Paulo Bastos Serejo, no cargo de Assistente de Secretaria, símbolo PL-5, do Quadro Suplementar da Secretaria, de acordo com o artigo 1º da Resolução nº 76, de 8 de outubro de 1964, combinado com o artigo 192, item I, da Resolução nº 67, de 9 de maio de 1962 e artigos 3º e 4º da Resolução nº 72, de 10 de novembro de 1962.

Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve conceder aposentadoria a Pedro Galdino da Silva, no cargo de Motorista, símbolo PL-8, do Quadro Permanente da Secretaria, de acordo com o artigo 1º da Resolução nº 76, de 8 de outubro de 1964, combinado com o artigo 193, item II, da Resolução nº 67, de 1962 e artigos 3º e 4º da Resolução nº 72, de 10 de novembro de 1962.

Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve conceder aposentadoria, de acordo com o artigo 1º da Resolução número 76, de 8 de outubro de 1964, combinado com os artigos 221 da Resolução 67, citada, e 184, item II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, a Maria José Moreira da Rocha, no cargo de Tiquilgrafo-Revisor, símbolo PL-2, do Quadro Permanente da Secretaria da mesma Câmara.

PL-5, do Quadro Permanente da Secretaria da mesma Câmara.

Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve conceder aposentadoria, de acordo com o artigo 1º da Resolução número 76, de 8 de outubro de 1964, combinado com o artigo 193, item I, da Resolução número 67, citada, e artigos 3º e 4º da Resolução número 72, de 10 de novembro de 1962, a Atrolândia Lopes Cardoso, no cargo de Oficial Legislativo, símbolo PL-6, do Quadro Permanente da Secretaria da mesma Câmara.

Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve conceder aposentadoria, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 3.906, de 19 de junho de 1961, combinado com o artigo 193, item IV, da Resolução nº 67, de 9 de maio de 1962 e artigos 3º e 4º da Resolução nº 72, de 10 de novembro de 1962 e em conformidade com o disposto no artigo 1º da Resolução número 76, de 8 de outubro de 1964, a Clarissa de Souza, no cargo de Auxiliar Legislativo, símbolo PL-7, com os proventos correspondentes ao vencimento de cargo de Oficial Legislativo, símbolo PL-9, do Quadro Permanente da Secretaria da mesma Câmara.

Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve conceder aposentadoria a Mário Iusín, no cargo de Oficial Legislativo, símbolo PL-3, do Quadro Permanente da Secretaria, de acordo com o artigo 1º da Resolução nº 76, de 8 de outubro de 1964, combinado com o artigo 193, item II, da Resolução nº 67, de 9 de maio de 1962 e artigos 3º e 4º da Resolução nº 72, de 10 de novembro de 1962.

Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve conceder aposentadoria, de acordo com o artigo 191, § 1º da Constituição Federal, combinado com os artigos 183, item II e 193, item III, da citada Resolução, e artigos 3º e 4º da Resolução número 72, de 10 de novembro de 1962, a Geraldo Pereira de Castro, no cargo de Registrador de Frequência, símbolo PL-4, do Quadro Permanente da Secretaria da mesma Câmara.

Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 1966. — *Baptista Ramos, Presidente.*

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve conceder aposentadoria a Ivan Romão Teixeira Barbosa, no cargo de Oficial Legislativo, símbolo PL-4, com os proventos correspondentes ao vencimento de

Oficial Legislativo, símbolo PL-3, ambos do Quadro Permanente da Secretaria, de acordo com o artigo 1º da Resolução nº 76, de 8 de outubro de 1964, combinado com o artigo 193, item IV, da Resolução nº 67, de 9 de maio de 1962 e artigos 3º e 4º da Resolução nº 72, de 10 de novembro de 1962.

Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 1966. — *Baptista Ramos*, Presidente.

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve aposentar Rodolpho de Almeida Prado Costal-

lat, no cargo de Diretor, símbolo PL-1, do Quadro Permanente da Secretaria, de acordo com o artigo 191, item I, e § 3º da Constituição Federal, combinado com os artigos 188, item III, 184 e 186, item I, da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, e artigos 3º e 4º da Resolução nº 72, de 10 de novembro de 1962.

Câmara dos Deputados, 28 de novembro de 1966. — *Baptista Ramos*, Presidente.

A Mesa da Câmara dos Deputados, usando das atribuições que lhe confere o artigo 16, item VI, do Regimento Interno, combinado com o artigo 102 da Resolução número 67, de 9 de maio de 1962, resolve conceder aposentadoria, de acordo com o arti-

go 191, § 1º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 183, item II, e 193, item IV, da citada Resolução, e artigos 3º e 4º da Resolução nº 72, de 10 de novembro de 1962, a Aloysio Gomes da Silva no cargo de Ajudante de Porteiro, símbolo PL-7, com os proventos correspondentes ao cargo de Porteiro, símbolo PL-6, do Quadro Permanente da Secretaria da mesma Câmara.

Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 1966. — *Baptista Ramos*, Presidente.

(Republicado por ter saído com incorreções no DCN (Seção I), de 2 de dezembro de 1966).

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos dos artigos 26 e 12, letra "b" da Lei nº 4.294, de 20 de novembro de 1963, convocou a Assembleia dos Contribuintes do Instituto de Previdência dos Congressistas, para uma reunião extraordinária, na antiga Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, na próxima terça-feira, dia 20 de dezembro, às 11 horas, a fim de eleger o Conselho Deliberativo, composto de quatro Deputados e dois Senadores e respectivos suplentes.

Brasília, 14 de dezembro de 1966. — *Monsenhor Arruda Câmara*, Presidente —IPC.